

ARQUIVOS PESSOAIS E CULTURA:
O DIREITO À MEMÓRIA E À INTIMIDADE

Fundação  Casa de Rui Barbosa

Apoio



ARQUIVOS PESSOAIS E CULTURA:

O DIREITO À MEMÓRIA E À INTIMIDADE

Organização

Lucia Maria Velloso de Oliveira
Bianca Therezinha Carvalho Panisset
Isabel Cristina Borges de Oliveira

Fundação  Casa de Rui Barbosa

ARQUIVOS PESSOAIS E CULTURA:

O DIREITO À MEMÓRIA
E À INTIMIDADE

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Temer

MINISTRO DA CULTURA
Roberto Freire

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Presidente
Marta de Senna

Diretor Executivo
Ricardo Calmon

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos
Lucia Maria Velloso de Oliveira

Chefe do Setor de Editoração
Benjamim Albagli Neto

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Gustavo Monteiro

Revisão
Samuel Victor Figuerêdo

Arquivos Pessoais e Cultura: o direito à memória e à intimidade/ Lucia Maria Velloso de Oliveira, Bianca Therezinha Carvalho Panisset e Isabel Cristina Borges de Oliveira, organizadoras. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

348 p.

ISBN 978-85-7004-348-1

1. Arquivo. 2. Arquivo Pessoal. 3. Acesso à informação. 4. Direito à intimidade.
I. Oliveira, Lucia Maria Velloso de, org. II. Panisset, Bianca Therezinha
Carvalho, org. III. Oliveira, Isabel Cristina Borges de, org. IV. Título.

CDD: 025.8

ARQUIVOS PESSOAIS E CULTURA:

O DIREITO À MEMÓRIA
E À INTIMIDADE

ORGANIZADORAS

Lucia Maria Velloso de Oliveira
Bianca Therezinha Carvalho Panisset
Isabel Cristina Borges de Oliveira

Rio de Janeiro

Fundação  **Casa de Rui Barbosa**

2016



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>	
 NA CONTRAMÃO DO DIREITO À INTIMIDADE: ARQUIVOS PESSOAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	13
<i>Ana Maria Almeida Camargo</i>	
 PARTE 1 O DIREITO À MEMÓRIA E À INTIMIDADE: VISIBILIDADE E INTERNET	17
 O arquivo pessoal como lugar relevante para a formação da memória social: o caso dos documentos de Domingos Lourenço Lacombe	18
<i>Bianca Therezinha Carvalho Panisset e Camilla Campoi de Sobral</i>	
 Procedência e princípio da proveniência em arquivos pessoais: doação de documentos inéditos de Machado de Assis à Academia Brasileira de Letras e sua cobertura pela mídia	32
<i>Clarissa Moreira dos Santos Schmidt e Lorena dos Santos Silva</i>	

PARTE 2

O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO,
PRESERVAÇÃO E NO ACESSO À MEMÓRIA 43

Archives, Privacy and the Internet: The right to access
and “the right to be left alone” 44
Heather Briston

Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem 59
Renato Pinto Venancio

Acervo Lia Robatto: memória e dança na Bahia 74
Aurora Leonor freixo,
Ivana Bittencourt dos Santos Severino e
Maria Sofia Vilas Boas Guimarães

De memória pessoal à categoria de fonte: a visibilidade
de um arquivo particular 89
Bruno Alves Dassie e
Letícia Maria Ferreira da Costa

Carta de Amor: entre o registro da intimidade e o arquivo 103
Camila Mattos da Costa

Patrimônio cultural digital: os desafios colocados à
preservação da memória do mundo no tempo presente 114
João Fernando Igansi Nunes e
Priscila Chagas Oliveira

As exposições da Fundação Casa de Rui Barbosa na
internet 130
Priscila Soares Vaismam e
Vanessa Rocha de Souza

Arquivos pessoais nato-digitais e o patrimônio digital:
introdução a possíveis caminhos para promoção da
memória social 141
Rodrigo Costa Japiassu

PARTE 3

O DIREITO À INTIMIDADE:

ACESSO, LIMITES E PARÂMETROS 155

Blurred boundaries: capturing and managing personal
information in archival records in the digital era 156

Elizabeth Lomas

Acesso e intimidade: duas questões para o arquivista no
contexto dos arquivos pessoais 180

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Entre intimidade e acesso à informação e à memória: o
Poder Judiciário na colisão de direitos fundamentais e no
estabelecimento dos direitos ao seu exercício 194

Gustavo Sampaio Telles Ferreira

Fronteira entre o pessoal e o profissional nas cartas de
intercâmbio de informações científicas do Arquivo Helmut Sick 205

Maria Celina Soares de Mello e Silva e

Alexandre Faben Alves

O pesquisador nas margens do papel 216

Beatriz dos Santos Damasceno e

Simone de Souza Braga Guerreiro

Documentos pessoais entre a esfera do público e do privado:
o caso das cartas recebidas por Dom Adriano Mandarino
Hypólito após seu sequestro, em 1976 227

Bruno Ferreira Leite e

Patricia Ladeira Penna

O direito à intimidade do produtor e/ou doador do arquivo
pessoal e o acesso público ao acervo: o caso da Divisão de
Manuscritos da Biblioteca Nacional 243

Daniele Cavaliere Brando

A intimidade em produtos artísticos incluídos em cartas: um
estudo de caso 256

Ingrid Baranconki

A lei, a ética e a divulgação dos arquivos pessoais <i>José Francisco Guelfi Campos</i>	271
Arquivos pessoais: o direito à intimidade e o dilema das instituições de custódia <i>Lorena Campello</i>	285
Arquivos e interlocutores: intimidade e acesso às práticas de produção numa ação de mão dupla <i>Maria de Lourdes Patrini Charlon</i>	294
Arquivo familiar e narrativas de gênese <i>Raffaella Andréa Fernandez</i>	307
Da Família Penna à Casa de Oswaldo Cruz: um estudo antropológico sobre a produção social do fundo documental Belisário Penna. <i>Taiguara de Souza Moreira</i>	320
“Cartas aos meus”: a correspondência de Carmela Patti Salgado <i>Talita Gouvêa Basso</i>	334

O presente livro reúne conferências e trabalhos de pesquisa apresentados no II Encontro de Arquivos Pessoais e Cultura.

O conteúdo de cada texto é de inteira responsabilidade de seus autores.

APRESENTAÇÃO

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Muitas são as questões que precisam ser discutidas pelos pesquisadores brasileiros e estrangeiros no que concerne aos arquivos pessoais. Nesta publicação, pretendemos focar em temas contemporâneos a serem enfrentados e que, muitas vezes, se colocam de forma antagônica.

A urgência das temáticas propostas tornou-se evidente a partir de um episódio amplamente divulgado na mídia no ano de 2015. Um cidadão fez uso do Serviço de Informação ao Cidadão de uma dada instituição detentora de acervos pessoais para ter acesso a um documento, no qual um famoso escritor explicitava sua opção sexual. No entendimento da instituição, tal documento detinha uma informação que deveria ser preservada. O demandante do documento recorreu em todas as instâncias, chegando tal conflito à Controladoria Geral da União, que deliberou pelo acesso, privilegiando o valor histórico do documento.

O episódio demonstrou que as instituições detentoras dos acervos pessoais, a sociedade, os representantes dos produtores de arquivos e os órgãos de controle podem divergir em seu entendimento sobre a lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação. Os diversos agentes nessas circunstâncias em que se confrontam o direito individual e o coletivo, o direito à memória e a preservação da intimidade e da imagem ocupam lugares sociais diferentes, cumprindo interesses diversificados. Dessa forma, parece pertinente abrirmos um espaço para que a comunidade de pesquisadores possa discutir os problemas envolvidos.

Cabe ressaltar que no Reino Unido e nos Estados Unidos, o complexo arcabouço legal que assegura o acesso às informações convive com um conjunto de dispositivos legais e normativos que protege as informações pessoais.

O uso cada vez mais intenso da tecnologia para a divulgação dos conteúdos informacionais dos acervos, dos serviços prestados pelas instituições arquivísticas, dos dispositivos de reprodução digital de documentos e de disponibilização *online*

para ampliar a visibilidade e o acesso a acervos promoveu a ampliação do espectro de uso dos arquivos, e também dos arquivos pessoais, que passaram a ser objeto de interesse de jornalistas e produtores culturais. Muitas vezes, de acordo com a agenda cultural de uma localidade, esses profissionais superam o protagonismo de usuários mais tradicionais, como o historiador e genealogista. Em linhas gerais, a tecnologia e as novas formas de acesso aos diferentes serviços em sociedade instrumentalizam o indivíduo para que possa fazer demandas mais e mais sofisticadas, em curto prazo de tempo e com parâmetros de eficiência e eficácia contemporâneos. E isso coloca as práticas de organização, preservação e acesso tradicionais em um lugar de questionamento.

A expectativa social é de acesso. A legislação nos países de tradição arquivística dispõe de mecanismos de acesso. O espírito de “arquivo de todos para todos” se afina com o princípio do acesso mediado pela tecnologia, pelo qual a sociedade conectada percebe que a tecnologia democratiza o acesso aos acervos. No entanto, quando trazemos a reflexão para os arquivos que são produzidos na intimidade, em especial para aqueles documentos que registram emoções, o cotidiano e as confidências, outras questões se apresentam.

O enfrentamento do problema é necessário, pois as instituições que recebem esses acervos pessoais terão que conciliar o desejo democrático e amparado por legislação, pelo acesso aos documentos (mesmo que sejam registros de confidências íntimas) com o direito à intimidade.

É fundamental perceber que o aspecto da ambiguidade possível entre direito ao acesso e direito à intimidade suscita um olhar sensível ao processo de elaboração do documento em si e ao momento do seu elaborador. Esses documentos, ao serem institucionalizados, de certa forma mudam o seu *status* jurídico. Enquanto permanecem no ambiente privado, prevalecem a individualidade humana e o direito do produtor e o de seus interlocutores. Mas, ao integrarem uma instituição (porque podem ser de interesse da sociedade), passam a ser incorporados ao coletivo.

Se, por um lado, defende-se a incorporação desses arquivos e coleções relevantes para a sociedade, por outro, assegurar apenas a sua preservação não se justifica socialmente. Afinal, *preserva-se para que a sociedade do futuro conheça o seu passado.*

É notório que os recursos tecnológicos propiciaram uma maior visibilidade dos arquivos e maximizaram as possibilidades de mediação visando o seu acesso em geral, mas isso também vale para arquivos e dados pessoais. Esses arquivos tão singulares traduzem um modo de viver, de se comunicar, de movimento social em períodos históricos; e, por isso, precisam ser conhecidos. Funcionam muitas vezes como espelho da sociedade, de arranjos políticos, de modelos de comunicação e de convivência. Todavia, quando esses documentos são produzidos, na maior parte das vezes são um registro de vinculação entre o autor e o destinatário. E somente isso e, em especial, quando estamos falando de correspondência.

Os temas “O direito à memória e à intimidade: visibilidade e internet;” “O impacto da tecnologia na construção, preservação e no acesso à memória” e “O direito à intimidade: acesso, limites e parâmetros” oferecem o ponto de partida para a análise de resultados de pesquisas e de ampla discussão entre os pesquisadores.

Esse livro que reúne as conferências e trabalhos apresentados no II Encontro de Arquivos Pessoais e Cultura, e entregues no prazo e dentro das normas previamente definidas está dividido entre esses temas. Na primeira parte do livro, com o tema “O direito à memória e à intimidade: visibilidade e internet”, pretende-se uma abordagem mais ampla, na qual estão colocadas as questões de disponibilização de documentos na internet, de ampliação de uso de sítios e *softwares* para acesso aos acervos pessoais e de medidas para o acesso, para a preservação dos acervos que acionam a memória coletiva e para proteção à intimidade.

Na segunda parte do livro, “O impacto da tecnologia na construção, preservação e no acesso à memória”, podemos verificar que a conexão em rede dos indivíduos e instituições insere na agenda de pesquisa do campo arquivístico uma série de questões que ainda precisam ser aprofundadas, especialmente quando relacionadas aos arquivos pessoais e seu lugar na memória. São objeto de análise os processos de identificação de acervos relevantes para a sociedade que comporão a memória coletiva, as políticas de acesso aos acervos pessoais que ganham visibilidade na rede, a expectativa de acesso livre aos documentos elaborados na privacidade em função da legislação de acesso à informação, as mudanças das relações entre os indivíduos e as instituições, os direitos individuais e coletivos e o seu impacto na construção da memória e para o acesso, os papéis das instituições custodiantes de acervos pessoais de interesse para a cultura, e as

iniciativas de mediação visando o acesso e percebendo a zona sensível entre o público e privado.

A última parte, “O direito à intimidade: acesso, limites e parâmetros”, apresenta a discussão sobre a proteção à intimidade e à vida privada do indivíduo, na medida em que o tema tem sido objeto de preocupação dos profissionais que atuam na aquisição, organização, descrição e acesso aos documentos produzidos nessa esfera. Tradicionalmente, esses profissionais detinham um protagonismo em relação à definição do acesso, considerando razões de preservação, de proteção à dignidade e integridade, e os valores inatos do produtor do arquivo ou de seus interlocutores. Por muito tempo, o processo de passagem (dos documentos produzidos na intimidade de indivíduos para o cenário de uma instituição compromissada com a preservação e acesso a acervos) seguiu práticas pouco reguladas. Os compromissos firmados no passado, entre as instituições e os sucessores desses indivíduos, muitas vezes não correspondem às expectativas da demanda de acesso ou da demanda de proteção à intimidade à luz das questões contemporâneas de acesso. Nessa plenária, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e levando em conta os dispositivos legais, as práticas institucionalizadas e as características dos arquivos pessoais, pretendemos contribuir para a formulação de questões e fomentar o diálogo que envolve a aproximação dos arquivos com a sociedade, o direito à intimidade e ao acesso à memória e as estratégias profissionais e institucionais.

Com os recursos oriundos do apoio da Capes foi possível organizar este livro que reúne trabalhos apresentados no *II Encontro de Arquivos Pessoais e Cultura* e irá contribuir grandemente para a bibliografia da área.

NA CONTRAMÃO DO DIREITO À INTIMIDADE: ARQUIVOS PESSOAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Ana Maria de Almeida Camargo^{1*}

Paul Valéry² dizia que a pele representa o que há de mais profundo no homem, ou seja, não é no que ele esconde que devemos procurar sua verdade, e sim naquilo que exhibe. O contraste provocado pela oposição entre exterior e interior, entre o que é superfície e o que é essência – contraste metaforicamente deslocado, pelo autor, do lugar-comum que identifica a verdade com o que está por trás da máscara – serve aqui de mote para problematizar os aspectos contraditórios que regem a administração do direito à informação e ao conhecimento, limitado que é por outro direito igualmente fundamental e garantido pela legislação da maioria dos países: o da preservação da intimidade.

Quando se trata de examinar o exercício desses direitos face à custódia dos chamados arquivos pessoais, o problema assume contornos próprios, obrigando-nos não apenas a definir o território do que entendemos por intimidade, mas a retomar a especificidade das acumulações orgânicas que distinguem os arquivos de outras modalidades de reunião documental.

Não basta, na verdade, assumir como invasivas todas as formas de acesso que incidem sobre documentos tradicionalmente considerados “sensíveis”. Nessa categoria poderiam figurar, conforme a perspectiva adotada, tanto os que ostentam manifestações de sentimento, opinião ou crença, quanto os que exprimem condições financeiras e estado de saúde (física ou mental). Diários, extratos bancários, cartas, atestados médicos e tantos outros documentos presentes nos arquivos pessoais ofereceriam a chave para o mundo interdito da intimidade. As possibilidades são tão amplas, nesse sentido, que permitem fazer *tabula rasa*, em primeiro lugar, das gradações convencionadas entre o espaço público, partilhado

¹ *Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² VALÉRY, Paul. *L'Idée fixe ou Deux hommes à la mer*.

por todos, o espaço privado, por alguns, e o íntimo, que não se divide com ninguém (ou apenas com poucos); e, em segundo, das características que lhes foram atribuídas por Carel,³ ao associar o espaço público à transparência, o privado à discrição e o íntimo ao segredo.

A correlação estabelecida entre tais espaços e o acesso que se pode ter a eles está, no entanto, sujeita a contratempos. A contínua e inexorável preponderância da internet como ambiente de comunicação e sociabilidade colocou sob holofotes documentos de evidente tom confessional e introspectivo. Como entender as tendências voyeurísticas e exibicionistas da “sociedade do espetáculo” diante do impositivo de resguardar e proteger a privacidade? Em que medida é possível situar a intimidade a meio caminho entre o social e o pessoal, como pretendeu Meder-Klein⁴ ao postular a existência de um espaço de negociação em que os indivíduos liberam parcelas de sua vida íntima e, ao mesmo tempo, lutam para afastá-la do olhar alheio? Como lidar, enfim, com algo dotado de tanta plasticidade?

Há uma farta literatura a respeito do caráter histórico e socialmente construído da noção de intimidade. Laé⁵ não apenas a definiu como subproduto de uma concepção pública das relações entre os homens – um capítulo da longa história do direito de propriedade –, mas ofereceu elementos para que possamos identificá-la e distingui-la, afirmando tratar-se de esfera em que as palavras e os atos não têm consequências sociais. Ainda que tal assertiva encontre paralelo na de Duranti,⁶ quando a autora se refere a atos juridicamente irrelevantes para caracterizar boa parte da documentação que integra os arquivos pessoais, pouco ou nada contribui para o debate em torno de uma política de acesso que procure contemplar o reduto da intimidade. Em outras palavras, não oferece argumentos para conter ou facilitar a exibição de determinados documentos.

Outro problema a enfrentar é a ambiguidade sugerida pela própria ideia de intimidade, simultaneamente identificada com o que é subjetivo e individual, de um lado, e com o que é profundo, sincero, verdadeiro e essencial, de outro. Tomado como exemplo, o diário íntimo reuniria, ao menos do ponto de vista do senso comum, todas

³ CAREL, André. *L'intime, le privé et le public: le secret, la discrétion et la transparence: essai de topique intrapsychique*.

⁴ MEDER-KLEIN, Martine. *L'espace relationnel et les territoires de l'intime*.

⁵ LAÉ, Jean-François. *L'intimité: une histoire longue de la propriété de soi*.

⁶ DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia*, p. 49.

essas qualidades. Mas é preciso relativizá-las e levar em conta os limites impostos por uma espécie que, sendo discursiva, mobiliza nosso “teatro” interior e se realiza sob a égide da alteridade, pressupondo sempre um destinatário, simulado ou não.⁷

A essas considerações sobre a configuração do espaço íntimo como parâmetro para a gestão do acesso em instituições de custódia somam-se as que decorrem da natureza dos arquivos. O temor de que determinados documentos comprometam a imagem das pessoas envolvidas é, a rigor, infundado, na medida em que toda e qualquer apreciação (positiva ou negativa) sobre determinado personagem só pode resultar de processo interpretativo, alheio ao tratamento que lhes empresta o profissional arquivista. Convém explicar melhor essa ideia.

Por mais que certos documentos de um arquivo pessoal aparentem autonomia de sentido e possam, por isso mesmo, ser tratados como entidades isoladas, à semelhança do que acontece com os livros numa biblioteca, não passam de elementos fragmentários face ao conjunto orgânico de que são parte constitutiva. Seu conteúdo tem, por isso, valor meramente indicial, na medida em que serve para sinalizar as atividades e circunstâncias que lhes deram origem. À instituição de custódia compete apenas identificar o contexto imediato de produção de um documento, recuperando a lógica sob a qual se deu sua acumulação no âmbito da trajetória do titular do arquivo.⁸ Tal operação requer, antes de tudo, a habilidade de estabelecer nexos de procedência do material, seja a partir de elementos explícitos, seja a partir de informações não verbais – a ordem original dos agrupamentos, por exemplo.⁹ Não se confunde, portanto, com os procedimentos da pesquisa acadêmica, ainda que estes se beneficiem do esforço de contextualização levado a efeito pelos profissionais de arquivo.

Os pesquisadores sabem que precisam construir, a cada etapa do trabalho, o objeto, as estratégias e os argumentos que as fontes sugerem e corroboram. Nada disso está presente nos documentos ou nas ações que justificaram sua acumulação. O arquivo não é uma narrativa ou um discurso acabado no qual se expõem ideias, convicções e sentimentos, inclusive os mais recônditos. Os fragmentos de que se compõe devem ser analisados e interpretados, produzindo sempre resultados distintos, conforme o viés escolhido em sua abordagem.

⁷ AUPEIX, Anaïs. *Expositions de soi: journal intime et reconfiguration de l'intimité à l'heure d'Internet*, p. 571.

⁸ LIDMAN, Tomas. *Libraries and archives: a comparative study*, p. 50.

⁹ MENNE-HARITZ, Angelika. *L'informatique aux archives: les expériences allemandes*.

Ante os imperativos do acesso pleno e do chamado interesse público, que justificam o funcionamento de grande parte das instituições que exercem a custódia de documentos de origem pessoal, é preciso poupá-las do ônus de qualquer afronta à imagem de seus titulares. Afinal, a administração dos diferentes usos que se fazem do acervo foge inteiramente a seu controle e a sua responsabilidade.

Referências

AUPEIX, Anaïs. *Expositions de soi: journal intime et reconfiguration de l'intimité à l'heure d'Internet*. Toulouse, 2013. Thèse (doctorat en Sciences de l'Information et de la Communication) – Université de Toulouse.

CAREL, André. L'intime, le privé et le public: le secret, la discrétion et la transparence: essai de topique intrapsychique. In: GRABER, Jean-Luc (Dir.). *L'enfant, la parole et le soin: la clinique mise à l'épreuve*. Toulouse: Érès, 2004. p. 87-94

DURANTI, Luciana. Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia. Trad. Manuel Vázquez. Carmona: S & C Ediciones, 1996. (Biblioteca Archivística, 5)

LAÉ, Jean-François. L'intimité: une histoire longue de la propriété de soi. *Sociologie et Sociétés*, Montréal, v. 35, n. 2, p. 139-147, 2003.

LIDMAN, Tomas. *Libraries and archives: a comparative study*. Oxford, UK: Chandos Publishing, 2012. (Chandos Information Professional Series)

MEDER-KLEIN, Martine. L'espace relationnel et les territoires de l'intime. In: *Journée d'étude «Les frontières de l'Intime»*, Strasbourg: Association Le Furet, 7 nov. 2005.

MENNE-HARITZ, Angelika. L'informatique aux archives: les expériences allemandes. In: BUCCI, Oddo (Ed.). *Archival Science on the threshold of the year 2000: proceedings of the International Conference*, Macerata, 3-8 September 1990. Ancona: University of Macerata, 1992. p. 267-273.

VALÉRY, Paul. *L'Idee fixe ou Deux hommes à la mer*. Paris: Gallimard, 1933. (Blanche)

Parte 01

O DIREITO À MEMÓRIA E À INTIMIDADE: VISIBILIDADE E INTERNET

O ARQUIVO PESSOAL COMO LUGAR RELEVANTE PARA A FORMAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL: O CASO DOS DOCUMENTOS DE DOMINGOS LOURENÇO LACOMBE

Bianca Therezinha Carvalho Panisset
Camilla Campoi de Sobral

1 Introdução

Cada vez mais, os arquivos pessoais têm sido objeto de estudo e, em particular, mais recentemente, têm sido considerados na formulação de abordagens que contemplem a potencialização que esses conjuntos documentais representam e a sua especial relevância como registros de uma vida privada e da construção de uma memória coletiva.

Produzidos no cotidiano da vida de um indivíduo inserido numa época específica, os arquivos pessoais evidenciam a necessidade de uma ação de pesquisa para remontar os contextos de um tempo e, assim, alcançar não apenas as relações presentes entre os documentos, mas também aquelas com um contexto mais amplo, o da memória social.

Para isso, é necessário analisá-los de forma atenta e pensar esses conjuntos documentais sob uma ótica de reconstrução do contexto de produção, atrelada à construção da memória social. Essa compreensão é especialmente eficaz, na medida em que reconhece o contexto arquivístico como inserido em uma determinada conjuntura social.

A partir da elaboração de algumas reflexões que contemplem uma teoria para os arquivos pessoais, iremos nos concentrar na importância dos contextos que envolvem o momento da produção documental. E também

– e principalmente – em como a atividade de pesquisa contribui para a compreensão desses conjuntos documentais para além das informações objetivas do documento, ao garantir um olhar mais específico sobre o documento e suas relações na produção do arquivo.

Apresentaremos algumas reflexões decorrentes do desenvolvimento do projeto de pesquisa *Tipologia documental na Família Barbosa de Oliveira*, no escopo do Grupo de Pesquisa Patrimônio Documental, Informação e Acesso,¹ que inclui a tipologia documental como dispositivo de acesso e difusão. O campo empírico utilizado consiste numa coleção custodiada no Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB): a coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO). Esse acervo é composto essencialmente pelas correspondências produzidas e recebidas pelos membros da família, em que é possível perceber como se davam as relações sociais, políticas e econômicas desses indivíduos e, principalmente, entre si.

O projeto de pesquisa supracitado considera a tipologia documental como método de abordagem dos arquivos, o qual propicia a compreensão dos acervos, visando contribuir para a descrição arquivística e, conseqüentemente, ampliar o uso e a difusão dos arquivos.

O estudo tipológico realizado nesse projeto consiste da pesquisa e do entendimento da relação das ações e atividades que originaram o documento, assim como a forma na qual este é apresentado. Ao longo deste texto, serão mencionados diversos tipos documentais, cuja identificação e conceituação foram elaboradas no escopo do projeto de pesquisa.

Para fins do presente texto, fizemos um recorte no campo empírico do projeto de pesquisa *Tipologia documental na Família Barbosa de Oliveira*. Escolhemos, dentre uma das séries que compõem a coleção, um dossiê, cujo titular é Domingos Lourenço Lacombe. Esse dossiê faz parte da série Família Lacombe e possui 547 documentos que registram a trajetória de vida de seu titular, suas relações sociais, familiares e econômicas, entre outras. Trataremos das especificidades do titular e do conjunto documental na seção três desse trabalho.

O dossiê selecionado permite uma análise para além da intimidade e das relações sociais do produtor, apresentando também aspectos da economia

¹ Grupo de pesquisa coordenado pela pesquisadora dra. Lucia Maria Velloso de Oliveira na Fundação Casa de Rui Barbosa, do qual as autoras participam desde o ano de 2014.

cafeeira no Brasil e, em especial, do período de crise vivenciado no início do século XX. Assim, esses documentos, produzidos fora do ambiente institucional do Estado e dentro das relações cotidianas de um indivíduo, revelam-se potenciais fontes de pesquisa sobre a memória social e as atividades econômicas do país no período.

Isto posto, no decorrer desse texto apresentaremos nossas reflexões sobre o lugar dos arquivos pessoais na construção da memória social sob a perspectiva do contexto arquivístico. Como recurso de ilustração, apresentaremos o contexto de produção de tipos documentais produzidos em razão das atividades escolares e de negócios de Domingos Lourenço Lacombe.

2 Os arquivos pessoais e a construção da memória social

Partimos do entendimento de que o arquivo compreende o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituição ou pessoa física no desenvolver de suas atividades.² Portanto, o arquivo é um produto da sociedade, da instituição ou da pessoa que o gerou; o acervo que o compõe representa a atividade humana e social.

Os lugares de memória são físicos, simbólicos, e sua instauração é reflexo da experiência da aceleração do tempo, pela qual as referências coletivas são perdidas. Nesse contexto, há a necessidade de elegê-los, para a manutenção da identidade coletiva.³

Schwartz e Cook⁴ reconhecem que os arquivos são construções sociais e inclusive instrumentos de poder, que servem tanto para a manutenção do mesmo quanto para controlar o esquecimento e as lembranças do passado. Rousseau e Couture também reforçam esse entendimento de que “ao longo das épocas e dos

² ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, p. 27.

³ PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho. *A conduta ética do arquivista: perspectivas advindas do cenário contemporâneo*, p. 11.

⁴ COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: the making of modern memory.

regimes, os documentos serviram para o exercício do poder, para o reconhecimento dos direitos, para o registro da memória e para sua utilização futura”.⁵

Entendemos a memória no seu aspecto social como a representação do trabalho de relembrar o passado a partir das experiências e intenções do momento presente. A reflexão sobre a memória social consiste, em um primeiro momento, em compreendê-la como uma construção e, num segundo, como o trabalho de relembrar o passado a partir das experiências coletivas. Millar (2006) trata a memória social como uma experiência de compartilhamento, que transcende a individualidade e integra a vida em comunidade.

And since we live in communities, we experience events as a part of a collective. We may choose to share our individual memories with that wider group, commemorating our memories (from the latin *com memorare*: “to remember together”) by extending them outside of our individuals minds. But the terms “social memory”, “public memory”, “collective memory” and “community memory” have all come to refer a sense of shared knowledge or experience, even if we acknowledge the impossibility of transmitting particular episodic memories, complete with emotions and sensations, from one person to another.

*At its heart, social memory can be defined as “an expression of collective experience”.*⁶

Os acervos arquivísticos, especialmente os arquivos pessoais, inserem-se no escopo do processo de construção social da memória. Adotaremos o entendimento proposto por Oliveira sobre os arquivos pessoais:

Entendemos “arquivo pessoal” como um conjunto de documentos produzidos ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida

⁵ ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*, p. 32.

⁶ MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives, p. 119-120. grifo nosso.

de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras, etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo.⁷

Oliveira⁸ afirma ainda que os arquivos pessoais expressam a vida de seu titular, suas redes de relacionamentos pessoais ou profissionais. São também representações do seu íntimo e de suas emoções. Em um sentido amplo, esses registros representam seu papel na sociedade.

De acordo com a autora, o processo de produção de arquivos pessoais não se insere em um contexto de normas ou padrões estabelecidos, como o que ocorre com os arquivos institucionais. Nos arquivos produzidos e acumulados pelos indivíduos, os documentos traduzem códigos ou referências do momento histórico e do meio social em que estão inseridos. Esses códigos e sinais são relevantes para a compreensão do arquivo e dos personagens que redigem, recebem ou são mencionados nos documentos. As características dos documentos em seu suporte e sua estrutura reproduzem o cotidiano de uma época, sua etiqueta e as regras de convivência social.

Segundo Oliveira (2013), produzidos no ambiente da intimidade, os arquivos pessoais têm como elementos “reguladores” – que estabelecem parâmetros para as produções documentais – os instrumentos legais que normatizam a sua relação com o Estado, as convenções sociais vigentes e os fatos históricos recorrentes em um determinado período histórico, os relacionamentos sociais e econômicos em que o produtor está envolvido, e os grupos nos quais o produtor está inserido. Ainda segundo a mesma autora, a inserção em determinados grupos de convívio e a adoção de determinados protocolos de conduta indicam o pertencimento ou não a um segmento social ou a uma determinada camada da pirâmide social.

O trabalho do arquivista nos arquivos pessoais precisa considerar os elementos acima expostos, na medida em que cada um deles possui papel determinante na construção do contexto arquivístico. Thomassen afirma que a informação contextual

⁷ OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*, p. 33.

⁸ *Ibid.*, p. 33.

possibilita a correta interpretação da informação arquivística:

O contexto *sócio-político, cultural e econômico*, finalmente, é tudo aquilo que influencia os fatores *ambientais*, determinando diretamente o conteúdo, forma e estrutura dos documentos arquivísticos. Arquivos não podem ser interpretados corretamente sem a informação relacionada aos seus contextos. Informação contextual deve, portanto, ser incluída no sistema de informação do qual os arquivos formam parte.⁹

Nesse sentido, é imprescindível que não se confunda o contexto de produção do arquivo pessoal com o seu potencial uso informacional, para que os documentos não percam aquilo que os torna únicos: a capacidade de representar a atividade que lhes deu origem.

A fim de garantir lastro às diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar *ancorados ao contexto em que foram produzidos*. Quando se subverte essa relação, ou seja, quando o potencial de uso, tomado em sua inesgotável e imponderável magnitude, entra como componente do tratamento dos arquivos, substituindo as ações que justificaram sua produção, os documentos perdem o efeito de representatividade que os singulariza.¹⁰

Não é possível compreender os arquivos pessoais sem que haja a interpretação do contexto no qual eles foram produzidos. E mais: sem a relação entre o documento produzido e seu contexto. Esses arquivos funcionam como a memória de seus produtores e, conseqüentemente, da sociedade na qual eles foram gerados, porque a documentação que os compõe não nasce isolada. Ela surge de uma conjuntura social, política, filosófica, religiosa ou econômica, produto das relações sociais, econômicas e afetivas do titular do arquivo, que, em seu processo

⁹ THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia, p. 11.

¹⁰ CAMARGO, A. M. Arquivos pessoais são arquivos, p. 36. Grifo nosso.

individual de registrar suas ações no contexto social em que vive, contribui para a construção da memória coletiva.

3 O caso Domingos Lourenço Lacombe: a importância dos contextos

Conforme o inventário, a coleção Família Barbosa de Oliveira foi doada em 1993 à Fundação Casa de Rui Barbosa pela família de Américo Lourenço Jacobina Lacombe, presidente da instituição durante 54 anos. Ele mesmo foi o responsável pela reunião desse conjunto documental valiosíssimo. Em seus documentos, a coleção retrata um modo de viver e de se relacionar por mais de dois séculos, cobrindo o período de 1778 a 1965.

O arranjo da coleção foi dividido em dez séries e dois dossiês. Cada uma das séries representa um núcleo familiar definido, tendo em vista a importância de cada uma dessas famílias no contexto genealógico.

Assim, as séries estabelecidas são: Família Conselheiro Albino, Família Jacobina, Família Rui Barbosa, Família Lacombe, Família Leuzinger, Família Masset, Família Imperial, Família Geraldo Resende, Instituições e Propriedades. Além das séries citadas, temos ainda dois dossiês: Iconografia e Documentos Avulsos.

Considerando que a Arquivologia é uma ciência social aplicada, utilizaremos um recorte em uma das séries acima mencionadas, a Família Lacombe, mais especificamente o dossiê de Domingos Lourenço Lacombe, no qual selecionamos e analisamos documentos arquivísticos que reforçam o entendimento de que os arquivos pessoais são lugares para a construção da memória social. Apresentaremos a seguir mais detalhes sobre a série e o titular do dossiê em que os documentos foram selecionados para este texto: Domingos Lourenço Lacombe.

Segundo os instrumentos de pesquisa, o conjunto documental da série Família Lacombe foi produzido entre os anos de 1858 a 1962 e é composto por diversificados tipos documentais – totalizando 1451 documentos – que registram parte da trajetória da Família Lacombe. Essa série subdivide-se em 16 dossiês, cujos autores são membros integrantes da família: Domingos Lourenço Lacombe, Isabel Jacobina

Lacombe, Domingos Otávio Jacobina Lacombe, Francisca Jacobina Lacombe, Henrique Luís Lacombe, Júlio Lacombe, Laura Jacobina Lacombe, Lourenço Luís Lacombe, Maria Amélia Jacobina Lacombe, Maria Isabel de Melo Lacombe, Maria Isabel Jacobina Lacombe, Marieta Lacombe, Mário Jacobina Lacombe, Rose Gooda Lacombe, Vitor Jacobina Lacombe e Maria Jacinta Raposo Melo.

A Família Lacombe ocupou lugar de destaque na sociedade, especialmente pelas atividades econômicas e socioculturais em que seus membros estavam envolvidos. Seus integrantes tinham intensa atividade social e cultural, realizavam grandes viagens e relacionavam-se socialmente e afetivamente com pessoas de destaque nos cenários político, cultural e social. Por essas razões, esse conjunto documental é um precioso objeto de estudo sobre o contexto histórico e cultural da sociedade nos séculos XIX e XX.

A documentação analisada neste texto, como já mencionamos, é a de Domingos Lourenço Lacombe. Durante sua vida, Domingos Lacombe exerceu funções relativas ao comércio exterior e em seu dossiê constam registros do seu envolvimento com exportação de produtos brasileiros, como café e borracha. Também fica evidente na documentação do dossiê o envolvimento com a abertura e administração de empresas e firmas comerciais, além do relacionamento afetivo com sua esposa Isabel Jacobina Lacombe.

Os registros pessoais entrelaçam contextos que se encaixam como peças de um cenário que compõem as múltiplas relações que permeiam a vida privada. Relações essas que vão desde a vida profissional e de negócios até a intimidade e as memórias familiares, e revelam, mais do que atos, afetos e sensibilidades sobre o passado e os antepassados.

Filho de Lourenço Louis Lacombe¹¹ e Maria Isabel de Oliveira Melo, Domingos Lourenço Lacombe nasceu em 1º de janeiro de 1861, no Rio de Janeiro. Aos sete anos, mudou-se com a família para a Europa, devido às relações comerciais têxteis de seu pai. Estudou o curso de Humanidades em Paris, no Lycée Condorcet. Posteriormente, transferiu-se para Inglaterra, onde aperfeiçoou os estudos sobre comércio.

Américo Jacobina Lacombe teve seus depoimentos sobre a família e amigos agrupados e compilados por Isabel Lustosa no livro *Lacombe, narrador*. Através de

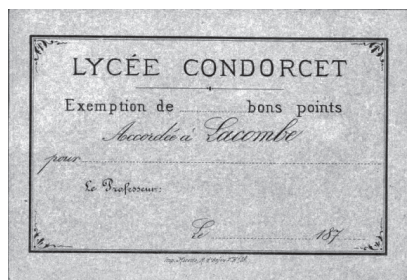
¹¹ Lourenço Louis Lacombe descende de franceses, manteve-se sempre cidadão francês e fazia questão disso.

conversas intimistas, ele fala de sua infância e da memória sobre o pai, Domingos Lourenço Lacombe.

Meu pai falava línguas muito bem, estudou na Inglaterra. Fez o curso secundário na França, onde foi aluno de inglês do Mallarmé.¹² Obteve um prêmio de inglês, dado pelo poeta. Eu tenho o fascículo do Lycée Condorcet, onde ele fez o curso secundário, mas emprestei ao Silvano Santiago, que vai fazer uma exposição sobre Mallarmé e quer mostrar um brasileiro premiado por ele.¹³

O jovem Domingos Lourenço Lacombe estudou o ensino secundário no Lycée Condorcet, uma das mais antigas e prestigiadas escolas de Paris. No desenvolvimento de suas atividades escolares, encontramos em seu acervo exercícios de aprendizagem das diversas disciplinas ministradas, a caderneta de apontamentos escolares, onde anotava seu desempenho e tarefas realizadas na escola, e também a notificação de recompensa, na qual eram abonadas linhas de cópia por bom comportamento, além da notificação de penalidades escolares (figura 1), em que perdia os pontos adquiridos por mau comportamento.

Figura 1 - Notificação de penalidade escolar (CFBO SFL DDLL 28).
(Fundação Casa de Rui Barbosa).



¹² Stéphane Mallarmé foi um poeta francês e um prestigiado professor do Lycée Condorcet.

¹³ LUSTOSA, Isabel. *Lacombe, narrador*, p. 8.

Ainda sobre as memórias do pai, Américo Lacombe conta:

Meu avô voltou da Europa cheio de representações de fábricas de tecidos e meu pai entrou para o comércio com a maior facilidade. Ele logo fez sociedade com Grandjean. Meu pai fez uma carreira muito fácil no comércio, porque falava francês e inglês muito bem, era viajado. Antes da Primeira Grande Guerra, ganhou muito dinheiro numa firma chamada Jessourum, Irmãos e Cia. Infelizmente, um desses irmãos fez uma loucura completa: investiu todo o lucro da casa em notas de marcos alemães, que foram reduzidos a pó com a guerra. Papai começou outra vez, com 60 e tantos anos, com uma mão adiante e outra atrás. Por felicidade, ele tinha conhecimento com gente do café. Foi então chamado pelo Laurie Simonsen, que constituía uma companhia chamada Companhia Nacional Comércio do Café, representante do Instituto do Café de São Paulo. Simonsen era muito amigo dele. Amizade antiga. Por isso, foi-lhe oferecida uma direção na companhia, uma das maiores do Rio de Janeiro.¹⁴

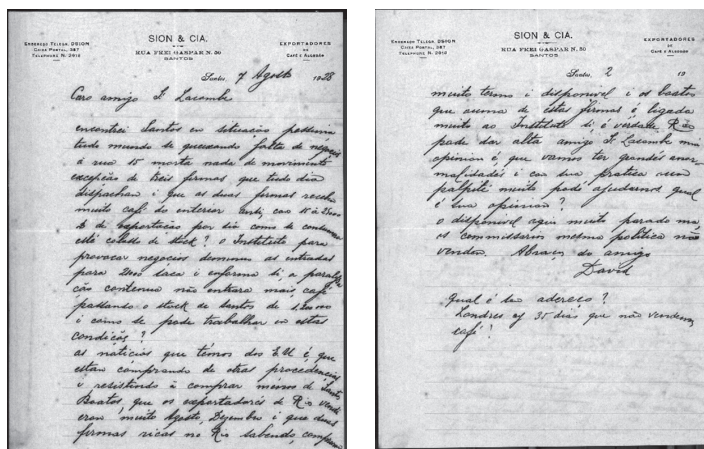
Os documentos que integram o dossiê de Domingos Lacombe são riquíssimos em informações sobre as relações comerciais do período. É possível identificar – na correspondência trocada com sócios e amigos, em especial nas cartas de negócios – a preocupação dos negociantes e produtores de café com a crise do produto em 1929, e, em particular, com o grande estoque mantido pelo Instituto do Café de São Paulo,¹⁵ em uma tentativa do governo de valorizar o café e conter a queda da exportação.

¹⁴ Ibid., p. 8.

¹⁵ O Instituto do Café de São Paulo atuou como entidade de apoio aos produtores de café com auxílio do governo federal.

Figuras 2 e 3 - Carta de Negócios (CFBO SFL DDLL 486).

(Fundação Casa de Rui Barbosa).



Essa percepção sobre o produtor, seus relacionamentos, grupos de convívio e a inserção desse em um contexto histórico e social são facetas da sobreposição de contextos encontradas em um arquivo. E, além de constituírem as ações que deram origem à produção documental (valor primário), também indicam o valor histórico-cultural da produção do documento (valor secundário).

Ambas valorações não são mutuamente excludentes. Como exemplificação, um contrato de criação de sociedade comercial, mesmo que não tenha mais validade, representa a existência de uma sociedade comercial em um dado período e a celebração de relações de negócios entre as partes envolvidas. E pode também ter valor de pesquisa sobre as relações comerciais e de negócios do período. Assim, os usos e questionamentos que podem ser realizados a um documento são inúmeros.

Sue McKemmish analisa os documentos e suas funções em relação à memória. Para a autora,

As relações e os papéis públicos e privados associados a esses atributos singulares são, a um só tempo, construídos socialmente e moldados pela interação de uma personalidade individual com o constructo social. Os registros, sob qualquer forma, nos

oferecem, em primeiro lugar, testemunhos de nossas interações com os outros, no contexto de nossas próprias vidas e do lugar que ocupamos nas deles – são provas de “nossa existência, de nossas atividades e experiências”.¹⁶

Os arquivos pessoais carregam consigo a marca da intimidade, da relação do indivíduo com o Estado e com os outros indivíduos no decorrer de sua vida, um conjunto de registros que refletem o seu papel na sociedade. E, ao reconhecermos esses conjuntos documentais como potenciais fontes de pesquisa sobre a memória social, reconhecemos também o valor dos arquivos pessoais como lugar de memória e de construção de conhecimento.

4 Considerações finais

A perspectiva deste trabalho reconhece a importância dos contextos de produção documental e do contexto da memória social, e chama a atenção para as camadas que compõem esses contextos. A pesquisa contextual permite desenvolver análises sobre a forma de cascata com que ambos se sobrepõem e permeiam a produção documental. Essas análises são fundamentais para o processo de identificação das tipologias documentais.

Assim, os registros pessoais entrelaçam contextos que se encaixam como peças de um cenário que compõem a intimidade, exigindo do arquivista uma “reeducação do olhar”, ao identificar conexões contextuais fortemente marcadas pelos códigos e signos de uma época.

Nosso entendimento de “reeducação de olhar” indica a necessidade de identificação, nos arquivos pessoais, de uma interlocução entre contextos e produtor, para além das subjetividades e por meio da alteridade.

O esforço de remontar esses múltiplos contextos, fundamentais para a compreensão da gênese documental e das referências do momento histórico presente nos documentos, só são passíveis de identificação e representação através da pesquisa,

¹⁶ MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações, p. 24.

exigindo a ação do arquivista pesquisador que, no estudo do conjunto documental, compreende suas nuances e é capaz de remontar esses múltiplos contextos que se sobrepõem em cascatas.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CAMARGO, A. M. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: the making of modern memory, *Archival Science*, v. 2, n. 1-2, p. 1-19, 2002. Disponível em português em: <http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/pdf/registro_3.pdf>.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

LUSTOSA, Isabel. *Lacombe, narrador*. Rio de Janeiro: FCRB, 1996.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, v. 61, p. 105-126, Spring. 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. p. 171.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de (Org.). A coleção família Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: 7Letras, 2016. (Coleção FCRB, Série Documentos, 4). No prelo.

_____. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais

para compreender a sociedade. *Arquivo & Administração*: publicação oficial da AAB, v. 12, n. 2, p. 28-51, jul./dez. 2013.

_____. *Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira*. Rio de Janeiro: FCRB, 2013. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Bolsistas13/aa%20_%20Tipologia%20na%20Familia%20Barbosa%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 9 maio 2016.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho. *A conduta ética do arquivista: perspectivas advindas do cenário contemporâneo*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

PROCEDÊNCIA E PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA EM ARQUIVOS PESSOAIS: DOAÇÃO DE DOCUMENTOS INÉDITOS DE MACHADO DE ASSIS À ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS E SUA COBERTURA PELA MÍDIA

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Lorena dos Santos Silva

1 Introdução

A Academia Brasileira de Letras (ABL) é uma instituição cultural que possui arquivos pessoais que pertenceram ou pertencem aos seus membros. O objetivo da instituição é preservar a cultura da língua e da literatura nacional e, para isso, a ABL conta com um Arquivo e uma equipe de arquivistas que proporcionam o acesso aos seus documentos. A instituição possui duas linhas de acervo: seu Arquivo Institucional e o Arquivo dos Acadêmicos. Inclusive, neste estão os arquivos de Machado de Assis (1839-1908) e José Veríssimo (1857-1916). Os documentos de Machado de Assis são os mais consultados, pois a ABL é conhecida como a “Casa de Machado”, o que consequentemente resulta em maior acesso a esses documentos.

Em agosto de 2015, a família de José Veríssimo doou documentos para o Arquivo José Veríssimo e entre eles estavam 11 cartas enviadas por Machado de Assis a José Veríssimo, além de uma fotografia daquele. Importante dizer que tanto às cartas quanto a fotografia são inéditas. A doação desses documentos teve grande cobertura pela mídia, entretanto as reportagens deram ênfase às cartas e a fotografia de Machado de Assis, desconsiderando – ou apenas citando – sua proveniência, ou seja, o Fundo José Veríssimo, e enaltecendo sua procedência, Machado de Assis.

Tendo como referencial discussões teóricas e conceituais da Arquivologia acerca do princípio da proveniência, da ideia de procedência e dos arquivos pessoais, este trabalho tem por objetivo discutir como assinaturas contidas nos documentos doados foram o fator mais utilizado pela mídia no sentido de valorizar Machado de Assis enquanto personalidade consagrada, além de atrair maior visibilidade ao arquivo do escritor e também à ABL.

2 Os arquivos pessoais na Arquivologia

Para refletirmos sobre arquivos pessoais é fundamental entendermos seu conceito e suas especificidades. Nesse sentido, Heloísa Liberalli Bellotto apresenta a seguinte definição para arquivos pessoais:

[...] o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.¹⁷

Considerando que o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística¹⁸ coloca que arquivo pessoal é “arquivo de pessoa física”, entendemos que ambas as definições concordam que os documentos pessoais pertencem ao indivíduo, porém não de qualquer um, apenas de “pessoas que tiveram alguma expressão ou algum destaque no mundo da política, da ciência, da arte, da filosofia ou da literatura”.¹⁹

¹⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais como fonte de pesquisa, p. 266.

¹⁸ ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, p. 34.

¹⁹ CAMARGO, A. M. A. Sobre arquivos pessoais, p. 5.

Quando esses arquivos chegam às instituições, arquivísticas ou não, para serem tratados, surgem alguns problemas. A dificuldade de organização se dá por razões que precisam ser explicitadas. A primeira é que, historicamente, documentos pessoais são tratados com metodologias usadas nas bibliotecas devido à “tradição de ali se depositarem as obras e os demais papéis dos escritores”,²⁰ ou seja, cada documento é tratado individualmente, o que lhe dá autonomia de significado, uma das qualidades do livro. Além disso, a teorização da área da Arquivologia sobre arquivos pessoais é irrisória se comparada à teorização sobre arquivos institucionais, pois, ainda segundo Camargo e Goulart,²¹ “os autores clássicos dedicaram-se especialmente aos documentos acumulados por instituições, encarando os pessoais, quando muito, como complementares”. Ademais, quando um arquivo pessoal chega a uma instituição arquivística, os profissionais de arquivo encontram dificuldades em identificar os tipos documentais que o compõem, diferente dos arquivos institucionais, em que seus documentos, administrativos e/ou jurídicos, possuem fórmulas diplomáticas que lhes dão “padrões” facilmente identificáveis. Camargo e Goulart²² apontam, também, que “a alegação de que os documentos devem ser organizados e descritos segundo os prováveis interesses da pesquisa também vem servindo de justificativa ou álibi para soluções inadequadas”.

Essas razões levam o arquivista a organizar o arquivo pessoal utilizando uma abordagem “antiarquivística por excelência”,²³ produzindo séries temáticas e não por funções ou estruturas, como recomendadas na teoria arquivística. Assim, no arranjo de um arquivo pessoal, coloca-se “formatos, suportes, assuntos e outras categorias”²⁴ como séries documentais, ao invés de utilizar funções e/ou estruturas.

²⁰ CAMARGO, A. M. A.; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*, p. 37.

²¹ *Ibid.*, p. 37.

²² *Ibid.*, p. 44.

²³ *Ibid.*, p. 37.

²⁴ *Ibid.*, p.37.

2.1 A procedência e o princípio de proveniência nos arquivos pessoais

O princípio da proveniência é a base da Arquivologia e, apesar de vasta literatura sobre ele, cabe conceituá-lo para que possa ser compreendida sua aplicação nos arquivos pessoais. Segundo os canadenses Couture e Rousseau, o princípio da proveniência possui dois graus, também entendidos como respeito aos fundos e à ordem original. Sendo o primeiro grau “[...] quando se deixam juntos ou quando se agrupam, se tiverem sido dispersos, todos os documentos criados ou recebidos por determinada personagem, ou organismo, no exercício das suas respectivas atividades”.²⁵ E o segundo grau “[...] o princípio da proveniência exige que todos os documentos de um fundo de arquivo ocupem um determinado lugar que tem de ser respeitado ou restabelecido, caso a ordem primitiva ou a ordem original tenha sido modificada por qualquer razão”.²⁶

Para Duchein, o princípio da proveniência ou respeito aos fundos

[...] consiste em manter agrupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa administração, instituição ou pessoa.²⁷

A autoria do princípio da proveniência é atribuída ao historiador francês e chefe da seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, Natalis de Wailly (1805-1886). Wailly foi responsável pela circular, aprovada pelo ministro da tutela T. Duchâtel, emitida em 24 de abril de 1841. Foi a partir dessa circular que Wailly propôs que cada fundo de arquivo é diferente do outro e que fundos distintos não devem ser misturados.

Ao contrário do princípio da proveniência, a procedência é definida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como “termo em geral empregado para designar a origem mais imediata do arquivo, quando se trata

²⁵ COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Os fundamentos da disciplina arquivística*, p. 83.

²⁶ *Ibid.*, p. 83.

²⁷ DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos, p. 14.

de entrada de documentos efetuada por entidade diversa que o gerou”.²⁸ Trata-se de conceito diferente do da proveniência e, no caso aqui analisado, podemos afirmar que os documentos doados à ABL são procedentes de Machado de Assis, que escreveu as cartas e as encaminhou, juntamente com a fotografia, para José Veríssimo. Portanto, provenientes do arquivo deste último. Apesar do princípio da proveniência e procedência serem distintos, nos arquivos pessoais ambos se confundem. Os arquivos pessoais da ABL são exemplos nítidos dessa situação, pois os Arquivos, em sua maioria, estão organizados por séries temáticas, ou seja, a proveniência é ignorada em função da importância da assinatura do documento, levando em consideração sua procedência.

3 Academia Brasileira de Letras: A Instituição e seu Arquivo

A Academia Brasileira de Letras é uma instituição cultural inaugurada em 20 de julho de 1897 e sediada no Rio de Janeiro – RJ, cuja atividade-fim é “a cultura da língua e da literatura nacional”.²⁹ É formada por 40 membros efetivos e perpétuos, e 20 sócios correspondentes estrangeiros.

A instituição possui duas linhas de acervo: o Arquivo Institucional, documentos administrativos e funcionais referentes às atividades-meio e atividades-fim, e o Arquivo dos Acadêmicos, documentos pessoais dos membros que pertencem ou pertenceram à mesma. O arquivo pessoal dos acadêmicos pode ser doado em vida pelo próprio titular, por seus herdeiros ou colecionados ao longo do tempo pela própria instituição.

3.1 O Arquivo Machado de Assis

Joaquim Maria Machado de Assis, popularmente conhecido como Machado de Assis, nasceu no Rio de Janeiro - RJ, em 21 de junho de 1839, e faleceu na mesma cidade, em 29 de setembro de 1908. Dedicou sua vida à

²⁸ ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, p. 137.

²⁹ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Boletim da Academia Brasileira de Letras*, p. 19-20.

literatura e a sua esposa Carolina Augusta Xavier de Novais. Dentre suas obras mais importantes, pode-se citar: *Dom Casmurro*, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Esau e Jacó*, *Memorial de Aires* (romances) e *A Carolina* (poesia). Foi eleito presidente da Academia Brasileira de Letras desde sua fundação, em 20 de julho de 1897, cargo que ocupou até o ano de seu falecimento, em 1908. É um dos fundadores e primeiro ocupante da Cadeira nº 23 da instituição, que tem como patrono o escritor José de Alencar (1829-1877).

O Arquivo Machado de Assis está dividido em: Fundo – formado por documentos produzidos, recebidos e acumulados por Machado de Assis e que foram doados para a ABL após a sua morte – e Coleção – formada por documentos avulsos, acumulados artificialmente pela ABL sobre o titular.

O Fundo é constituído de documentos de diversos gêneros e suportes, produzidos, recebidos e acumulados em decorrência das atividades exercidas pelo titular no seu período de vida, ou seja, 1839-1908. Nesse fundo, observamos a existência de documentos referentes às suas atividades literárias, como por exemplo, originais manuscritos dos romances *Memorial de Aires* e *Esau e Jacó*, às atividades profissionais, como correspondências trocadas por Machado de Assis com outros acadêmicos quando tinha por função ser presidente da ABL, fotografias oficiais da presidência, recortes de jornais com publicações quando era jornalista e crítico, às atividades da vida cotidiana, como cartas trocadas com sua esposa e amigos literatos, fotografias, além de recortes de jornais acumulados pelo acadêmico referentes aos temas de seu interesse. Já a Coleção é composta por documentos, de diversos gêneros e suportes, além de temas relacionados, reunidos artificialmente pela Academia Brasileira de Letras, por familiares e amigos do escritor, estudiosos e correlatos, sobre o titular.

Os documentos pertencentes ao Fundo e à Coleção começaram a ser tratados em 1998, quando a então presidente Nélida Piñon determinou que, em homenagem ao centenário da instituição, o arquivo Machado de Assis deveria ser organizado. Para isso, foram contratados arquivistas que iniciaram o processo de organização. O resultado desse processo é um quadro de arranjo que possui 10 séries no Fundo – Correspondência pessoal, Correspondência de terceiros, Diversos, Documentos familiares, Documentos pessoais, Produção intelectual, Produção intelectual de terceiros, Comodato UFRJ/Unirio/ABL, Presidência da

ABL e Iconografia – e 9 séries na Coleção (Comissão Machado de Assis) 1958, Diversos, Hemeroteca, Homenagens, Monumento, Transcrições, Iconografia, Documentos institucionais e Audiovisual.

Esse quadro de arranjo foi desenvolvido com o intuito de organizar o arquivo do escritor e dar acesso aos pesquisadores que buscam esses documentos. Entretanto, há problemas que as séries temáticas causam. Um exemplo disso é o tempo que o pesquisador leva para encontrar um documento numa série nomeada “Correspondência Pessoal”, por exemplo. Apesar de todo arquivo estar digitalizado, ainda existe a demora em encontrar um determinado documento, o que não aconteceria se as séries documentais fossem compostas de tipos documentais que representassem as funções e atividades de Machado de Assis.

3.2 O Arquivo José Veríssimo

José Veríssimo Dias de Matos nasceu em Óbidos no Pará no dia 08 de abril de 1857 e faleceu em 02 de fevereiro de 1916 na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Foi jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário. Fundou a cadeira número 18 da Academia Brasileira de Letras e escolheu como seu patrono João Francisco Lisboa (1812-1863). Dentre seus trabalhos mais importantes está a gestão da terceira fase (1895-1899) da Revista Brasileira.

Os documentos do Arquivo José Veríssimo foram colecionados pela instituição ao longo dos anos e atualmente está em processo de organização. Apesar de todos os itens documentais estarem identificados, ainda não foram ordenados em séries documentais baseadas em seus respectivos tipos documentais.

Em agosto de 2015, membros da família Veríssimo doaram à ABL documentos pertencentes a José Veríssimo, ou seja, documentos produzidos, recebidos ou acumulados por ele desde seu nascimento até seu falecimento. Nessa doação, encontravam-se 11 cartas e uma fotografia inédita de Machado de Assis.

4 A doação dos documentos, a cobertura pela mídia e os impactos na instituição

Os documentos de José Veríssimo ficaram aos cuidados de seu filho, Ignácio José Veríssimo, logo após seu falecimento. Este, quando veio a falecer, deixou aos cuidados de Jorge Luiz Veríssimo, seu filho e neto de José Veríssimo. Quando Jorge Luiz Veríssimo faleceu, sua viúva Helena Araújo Lima Veríssimo demonstrou interesse em doar essa documentação, pois sabia da importância para futuras pesquisas e para construção da memória de José Veríssimo.

Irene Moutinho, responsável pela publicação em livros da correspondência de Machado de Assis, teve o primeiro contato com Helena e com a documentação. Após esse primeiro contato, a chefe do Arquivo da ABL visitou a residência em que os documentos estavam sendo guardados. A doação foi confirmada e em 16 de outubro de 2015 foi oficialmente divulgada. Os principais veículos de comunicação do Brasil fizeram ampla divulgação sobre a doação desses documentos, porém foi o fato dos documentos “serem” de Machado de Assis, isto é, terem sua assinatura, que ganhou destaque na cobertura midiática.

O destaque a esses documentos pode ser explicado pela importância de Machado de Assis na literatura brasileira. A partir deles é possível também reconstruir a memória de Machado, além de atrair maior visibilidade ao arquivo e à ABL. Após a divulgação da doação desses documentos, a instituição tem recebido mais pedidos de acesso, entretanto eles ainda não podem ser acessados, pois estão no Núcleo de Conservação e Restauração para higienização e reparos, caso precisem.

Os veículos de comunicação enfatizaram em seus discursos a doação das 11 cartas e fotografia que Machado enviou a José Veríssimo, evidenciando em seus títulos discursos que levam o leitor a entender que os documentos doados pertencem ao Arquivo Machado de Assis. Isso demonstra que, para cumprir seu objetivo de virar notícia e atrair a visibilidade desejada, o fator que importa é a procedência desses documentos, ou seja, a assinatura de Machado de Assis, por ser um escritor renomado na literatura brasileira.

Figura1 – Manchete sobre a doação no jornal Folha de São Paulo de 15 nov. 2015.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo

Figura 2 – Manchete da doação no jornal O Globo de 16 nov. 2015.

ABL recebe material inédito de Machado de Assis

Fonte: Jornal O Globo

Figura 3 – Manchete do Jornal Folha de São Paulo.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo.

Figura 4 – Trecho de reportagem sobre a doação no jornal Folha de São Paulo.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo

Neste trecho desta última matéria, ao afirmar que a ABL lançou livros com a correspondência completa de Machado de Assis, e que com a “descoberta” desses documentos inéditos pensa em incluí-los em uma nova edição, fica evidente a questão do valor da assinatura do documento em detrimento ao fundo a que realmente deve pertencer. A correspondência recém doada à ABL não deve fazer parte do Arquivo Machado de Assis, o que significa que elas não pertencem ao escritor ainda que tenham sido escritas por ele. Tais documentos foram produzidos para que Machado pudesse se comunicar com José Veríssimo, que acumulou estes documentos. No contexto dos Arquivos dos Acadêmicos da ABL, as 11 cartas e a fotografia devem ser inseridas no Arquivo José Veríssimo.

5 Considerações finais

A cobertura da doação pela mídia revelou ausência de conhecimento no tocante aos arquivos pessoais. Quando se privilegia a assinatura do documento e não sua “origem”, ou seja, o acervo em que o documento cumpre sua função, entendemos que o que foi valorizado foi a figura de Machado de Assis e sua importância como literato, já que ele é mais popular do que José Veríssimo.

Nesse sentido, espera-se que assim que a ABL terminar o trabalho de conservação com as cartas e a fotografia, desconstrua tal equívoco, classificando-as no Arquivo José Veríssimo, e também oriente seus pesquisadores quanto a real localização destes documentos, pois, a depender do discurso amplamente divulgado pela mídia, certamente haverá dificuldades se forem procurados no Arquivo Machado de Assis.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Boletim da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 1897.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais como fonte de pesquisa. In: _____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 263-270.

CAMARGO, A. M. A. Sobre arquivos pessoais. *Arq & Adm*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008.

CAMARGO, A. M. A.; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arq & Adm*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

Parte 02

O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO, PRESERVAÇÃO E NO ACESSO À MEMÓRIA.

ARCHIVES, PRIVACY AND THE INTERNET: THE RIGHT TO ACCESS AND “THE RIGHT TO BE LEFT ALONE”

Heather Briston

Concern surrounding the personal privacy issues found in our collections is not a new topic for archivists. It is an accepted professional practice to close portions of collections that either the archivist or the donor decided should be closed for a period of time. However, traditional practice can feel the strain with the rapid increase of the use of the internet for research. Particularly due to the increasing expectations of researchers that not only descriptions of our holdings, but the materials themselves, should be available and accessible online. The shared desire of archives and researchers to have materials widely available online has brought to the forefront issues of both memory and privacy. Due to increased online access and visibility of archival collections containing personal papers, archivists in the United States are grappling with issues of law and archival ethics, resulting in challenges for archivists in how to best balance our commitment to access with our recognition of the importance of privacy to individuals.

1 Values, ethics and the law

This paper will focus on archival practice and the legal environment, as it currently exists in the United States. In 2011, the Society of American Archivists (SAA), the largest professional association for archivists in the United States, developed and promulgated a set of Core Values and a new Code of Ethics for the profession.¹ When an archivist makes professional decisions about privacy or sensitive

¹ SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. SAA Core Values Statement and Code of Ethics. <<http://archivists.org/statements/saa-core-values-statement-and-code-of-ethics>>.

materials found in collections, they are urged to look to these values and ethics, in addition to the particular laws implicated. Of the set of Core Values there are two that speak to the topic of privacy: access and use and accountability. While access and use encourages providing the widest possible access to our holdings, it takes into account the fact that our access policies and actions must be tempered by mandatory access restrictions that result from statute, donor contract, business or institutional privacy, or personal privacy.² The focus of the value of accountability is on the role of the records of public agencies and public individuals balanced with the public's right to know. However, there is recognition that not all archivists in all repositories "share the same responsibility for accountability, but they maintain evidence of the actions of individuals, groups, and organizations which may be required to provide accountability for contemporary and future interests".³ The Core Values of the profession put a strong emphasis on access, availability and use. At the same time they are written to be mindful of some constraints that would make strict adherence to the values difficult for some archivists.

The SAA Code of Ethics also balances the interests of memory and privacy in the work of archivists in the entries on access and use and privacy. In the entry on access and use, it echoes the Core Values with a focus on equitable access and use, exhorting their active promotion wherever possible.⁴ It does recognize that both access and restrictions need to be equitable considering our intended users and our institutional mission. At its most fundamental level, the SAA Code of Ethics recognizes that which we fundamentally all know: managing archives is a continual balance and re-balancing of competing interests, as archivists are exhorted to "seek practical solutions that balance competing principles and interests".⁵

In the Code of Ethics entry for privacy, we see a multidimensional view of privacy recognizing that it is both a legal protection, but also includes a societal and cultural dimension.⁶ It acknowledges that where appropriate, archivists may impose restrictions on materials originating from or documenting a third party not involved

² Ibid.

³ Ibid.

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

⁶ Ibid.

in a collection's development, deposit or access; or in cases of respectful management and use of culturally sensitive information. It also addresses the privacy of the personal information that we hold about our researchers and their research, recognizing the policies covering this that many different repositories have established. The Code of Ethics provides direction to archivists regarding the appropriate actions to take when faced with a need to balance access and privacy. Neither is absolute and both are dependent, with variables such as the type of repository and mission, to help indicate where an appropriate balance can be struck.

When grappling with questions of privacy in our collections there can be confusion regarding what constitutes an ethical decision and what is more appropriately a legal question, the decision taken can often have very different ramifications for an archivist and their institution. For example archivists often develop policies for addressing sensitive materials in their holdings, an ethical decision that is guided by appropriate best practices.

2 Individual and collective rights and their impact on the construction of memory and access

2.1 Legal framework: Privacy

The legal framework for privacy and defamation in the United States of America (US) goes back to an 1890 *Harvard Law Review* article by Samuel Warren and Louis Brandeis, in which they articulated that individuals had a "right to be left alone".⁷ They based this in legal precedents brought together from defamation, eavesdropping and literary property law. An interesting aspect of privacy law in the United States is that there is no specific mention of personal privacy in the US Constitution. Instead, when recognizing a federal right of privacy, the US Supreme Court has found that the US Constitution implicitly grants a right to privacy against government intrusion, and limits the

⁷ WARREN, Samuel; BRANDEIS, Louis. The right to privacy. *Harvard Law Review*, v. 4, n. 5, dec. 15, 1890.

government's right to interfere with individual liberty.⁸ Thus there is a recognition of two spheres, public and private, and the protections in each.

In US law, violations of personal property are designated as a tort. Tort law covers instances where an individual can bring suit for negligence or intentional damage. Tort law is also dealt with in state law, and as a result can vary across each state jurisdiction. In 1960, professor William Prosser wrote a law review on state privacy law court decisions, analyzing and summarizing trends in decisions.⁹ Published later as the *Restatement 2d of torts*, it is the most highly referenced summary of state privacy law by courts. Also, it summarizes the most common actions in privacy found in most states. The four causes of action are:

- Intrusion upon seclusion or solitude
- Appropriation of name or likeness (for profit)
- Publication of private facts
- Publicity placing a person in a false light.¹⁰

Looking at these four legal causes of action, we can see that for the most part they involve activities that archives would not engage in. In a case invoking “intrusion upon seclusion or solitude”, this is the protection of the exclusive space around an individual, which over time has also read to include such things as wiretapping. It also requires that the intrusion be highly offensive to a reasonable person. The action is about the actual intrusion, an instance that would not come up in archival activities. In the second cause of action, “appropriation of name or likeness” there is possibility that an archives could use an image of an individual in a profit making enterprise. However, in the US, most states have publicity laws, which is a set of commercial laws that grew out of this part of privacy as a way of controlling use of celebrity images, so they would be used instead, as they include more protections.¹¹ For a complaint of “placing a person in a false light”, to have a successful case, the injured party must prove that the publication was done with actual malice, and that the misleading information was highly offensive to a reasonable person. As with intrusion upon seclusion, this is not an area where the actions of archivists would normally come under scrutiny.

⁸ U.S. Const. amend. I, IV, V and XIV.

⁹ PROSSER, William. Privacy. *California Law Review*, v. 48, iss. 3, aug. 1960.

¹⁰ RESTATEMENT of the law, second: torts. St. Paul: American Law Institute Publishers, 1965-1979, §652.

¹¹ For an overview of right of publicity state laws in the United States, see: <<http://rightofpublicity.com/statutes>>.

The final cause of action in privacy is “publication of private facts”. This requires publication of true information about the private life of an individual, which is not of a legitimate public concern and is offensive to a reasonable person. Historically this was never an issue for archivists providing access to paper records in archives. In US courts, no successful argument has been made that equates access in an archives with publication for legal purposes. However, when materials are digitized and made publically available online, this is normally considered publishing by the courts. For questions of privacy, this subject of publication is a key tipping point in our analysis. However, even in this environment where online access has the potential to increase the risk, for archivists, the risk of an actual suit, and success in that suit, is still generally negligible. First and foremost, there is the significant weight of First Amendment rights – freedom of speech, freedom of the press – that weigh against this cause of action. For example, “newsworthiness” is a defense to a claim of “publication of private facts”. The second challenge is that liability is based on a community norms standard, and what is offensive to a reasonable person changes over time and can vary by jurisdiction. Therefore, historic precedence is not as useful. This is often a reason why courts are loath to hear these types of cases, and the reason why there is no available cause of action for this type of harm in some states. Finally, since the trigger for an action ripe for adjudication is publication, the cause of action also has normally a very short statute of limitations, usually a year or less.

Specific defenses are always available to claims of an invasion of privacy, and they are what archivists consider when creating policies and providing access to materials online. The three most common defenses are consent, death and newsworthiness.¹² We have already discussed the latter, and the first two, while self-explanatory, are worth emphasizing. An individual can consent to publication of their private facts. For example, this is why access to oral histories can be so problematic. An interviewee can consent to making their oral history open for research in a reading room, but the release does not contain specific language regarding access beyond that controlled space, we do not read consent to publication via wider online access. Death is the ultimate defense to an invasion of privacy. It is a well-established US legal fact that the dead do not have standing for an action in

¹² RESTATEMENT of the Law, second: torts, §652.

privacy, as it is a personal right and exercised by the individual. This is often much to the consternation of heirs, who have a desire to protect the memory of the deceased and would like to be able to wield more control over a collection. This is why in the US we see copyright registration and threats of suits for copyright infringement by heirs if the private information is found in copyrightable materials, as the copyrights and their enforceability persist well after death.

2.2 Legal framework: Defamation

Related to the cause of action for invasion of privacy through publication of private facts is the separate cause of action for defamation.¹³ Defamation can be an injury either by slander, which concerns spoken statements, or libel, which are written statements. It requires publication, which we know can occur when materials are made available online. The subject must be identifiable, but, unlike privacy, it is not limited to individuals, and corporations and organizations are included. The harm must be a statement that seriously shames, ridicules, disgraces or injures reputations. Courts take a “reasonableness” standard, so in our case they would consider whether the action to publish the information was one of “a reasonable archivist”. As with privacy, there are many aspects that would weigh against an archivist being sued for defamation. There is a very short statute of limitations, usually around a year in most jurisdictions; the individual (or corporation) must be living; and the statement must be untrue, or at least capable of being proven untrue. If the individual claiming harm is a public figure, he or she must also prove that the act of publication was malicious. Generally only about 13% of any cases brought are successful, and if there is a retraction, any damages available are reduced. The primary differences in an action for defamation versus an invasion of privacy is that defamation relates primarily to reputation, rather than the inherent dignity of the individual; it concerns false statements, and therefore the truth is a defense, and while publication is required in both types of cases, defamation can occur with publication to only one person, while an invasion of privacy requires publication to many.¹⁴ There are many ways that

¹³ Ibid., §557-558.

¹⁴ Ibid., §557-558, §652.

private individuals can address what information others know, and this is important to insure that both a public and a private sphere exists.

2.3 Legal framework: Confidentiality

Another part of the legal infrastructure that involves information about private individuals is confidentiality. Under US law certain types of information, held and managed by their creator or designee, are considered confidential. In this particular instance, we are setting aside confidentiality found as state secrets or specifically exempted from public records laws. These laws can pose problems for archives and archivists because they cover materials retroactively, so that no matter when the record was created, the confidentiality laws apply.

The first example is the Family Educational Rights and Privacy Act of 1974, a federal law that affects any educational entity from early childhood to university that receives federal funds from the US Department of Education. It prohibits disclosure without consent of any records that identify a student and are maintained by an educational entity.¹⁵ There are some narrowly drawn disclosure exceptions for general directory information, but for school, college and university archivists, it impacts how we manage our collections, and what and how we can make materials available about the student experience. In this case, the penalties for non-compliance are to lose the Federal funds.

The second example is the Health Information Portability and Accountability Act of 1996, a federal law to improve and support the ability of patients, doctors, hospitals and insurance companies to share information, particularly electronically, while safeguarding the confidentiality of information during transfer and use.¹⁶ This law covers both public and private entities and individuals, and violation can result in hefty fines. When the law was first passed in 1996, the law covered all protected health information no matter how created or maintained, currently in existence or to be created. I am sure you can see the challenges this presented to all types of archives that had historic health information

¹⁵ Family Educational Rights and Privacy Act (FERPA), 20 U.S.C. § 1232g; 34 CFR Part 99.

¹⁶ Health Information Portability and Accountability Act (HIPAA), P.L. 104-191; 45 CFR Part 160, 162, 164.

in their holdings. In an example of archival advocacy, over a seventeen-year period, the archival and historical communities lobbied and advocated for a change in the law, so that in 2013 the requirements were changed so that fifty years after the death of the individual the protected health information ceased to be protected.¹⁷ There are also narrowly crafted exceptions for health or medical research purposes that are written into the law that require researchers to anonymize data according to prescribed norms.¹⁸

Another area of confidentiality often addressed by archivists is an attorney's client files –records maintained by the attorney and detailing actions on behalf of the client, but the ability to release them is subject to the wishes of the client. The management of these records proves to be problematic as archives often collect the files of prominent attorneys, but they then face problems making portions of the collection available, because of these rules.

The second type is donor restriction requests. In the course of negotiating donations of materials to archives, access is one of the most important areas negotiated. Even for those repositories that are open to the public, donors may desire certain portions of their collections be closed for a period of time from research access. As we saw above it is an ethical topic for archivists to recognize the need for privacy in some collections, but insure that any restrictions on access are narrowly defined and limited in duration. However, once access restrictions are memorialized as a part of the deed of gift, and since it is a legal agreement between the repository and the donor, if a repository violates the confidentiality restrictions documented, the donor may sue the repository for a breach of the contract. Confidentiality is part of the legal environment for access that archivists in the US must operate within when collecting and providing access to materials of private individuals. These are not the only laws controlling access to archival materials, but the rest are beyond the scope of this paper.

¹⁷ Ibid., P.L. 104-191; 45 CFR Part 160-103.

¹⁸ Ibid., P.L. 104-191; 45 CFR Part 164.

3 Sensitive information

3.1 Special interests

An area of particular challenge for archivists is to navigate the access management issues of sensitive information contained in the collections they manage. These are records that have information that while any particular law may not prohibit their disclosure, access is still governed by societal or cultural norms. For example, a type of confidentiality common to archives is the records of religious organizations. It is often the case that organizations have policies restricting access to records such as birth, marriage and death, or those that document rituals only available to select members. This is also the case for the records of some organizations or businesses. As private entities they have a right to designate what can be made available when, and to whom. Another example of managing the sensitive information of special interests is found in those archives that manage the materials of indigenous groups. While the U.S. has a specific law regarding the return of human remains of indigenous persons or other cultural artifacts, there are currently no laws that specifically relate to archival materials from a cultural group.¹⁹ In this case, indigenous communities and the archival community are working together to discuss common issues and listen to one another's concerns. As a result, the Protocols for Native American Archival Materials were developed to guide archives and archivists in conversations and understanding of the cultural issues involved in these collections that they hold.²⁰

3.2 Third party privacy

The most common issue of managing sensitive information is with the materials of third parties found in archival holdings. This topic is not discussed under the legal framework of personal privacy, because, in the majority of examples, third parties have no greater legal standing than the donor of the documentation

¹⁹ The Native American Graves Protection and Repatriation Act, Pub. L. 101-601, 25 U.S.C. 3001, 1990.

²⁰ SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Protocols for Native American archival materials: information and resources. <<http://www2.archivists.org/groups/native-american-archives-roundtable/protocols-for-native-american-archival-materials-information-and-resources-page>>.

themselves. There is a possibility that a third party could have a cause of action, along with the donor, in a case where specific restrictions of a deed of gift are breached by a repository. However, in that particular scenario the third party individual would have to demonstrate that he or she was an intended third party beneficiary of the restriction, to be aware of the restrictions and rely on them to his or her detriment. Often archivists treat third party materials differently because of a professional sense of fairness: the donor has agency in the transaction, for the third parties their appearance in the archives is not voluntary, and in most cases is not known to themselves. It is in this environment that any special treatment of third party privacy is more of an ethical question than a legal question. However, it can become a legal question if an aggressive screening policy by archivists creates an affirmative legal duty, where previously there was not one.²¹ Instead archivists must learn to accept responsibility for meliorating issues of third party privacy, rather than attempting to remove them all together.

4 Changing environment of individuals and institutions

It is important to review certain trends and their impact on records creation and archiving when looking at the changing environment of individuals and institutions and the management of private archival materials. The most important change in the relationship between archivists and privacy is that for most of our history, privacy was a legal topic that not many archivists worried about. Yes, there were confidential and private materials in collections. However, prior to public access via the internet, most archives could rely on practical obscurity to support privacy. Fewer people were aware of the holdings in archives, and in order to access them, an in-person visit and review of thousands of documents was in order. In addition, any publishing that was occurring was in the hands of the researcher who held all of the liability in that case. The ability to make materials widely available, and the increasing demand of this type of access by our researchers has moved the topic of

²¹ BEHRND-KLODT, Menzi L. Balancing access and privacy in manuscript collections. In: BEHRND-KLODT, Menzi L.; PROM, Christopher J. *Rights in the digital era*. Chicago: Society of American Archivists, 2015, 105-106.

privacy to the center of legal concerns for archivists, right alongside copyright.

One of the first challenges that come to mind is contemporaneous creation and management of both private and public records by the same individual. This is not entirely new from the digital age; individuals have created personal records at work and vice versa for years. This is particularly true for individuals who did not have a separate working location for personal and work activities such as writers and artists. We can even see this down to the individual document level. For example, a letter from an author to their publisher inquiring about the sales of a book that also includes personal discussions of family and friends. The digital age has merely accelerated and exacerbated this activity. A perfect example of this is email, rare is the individual who is disciplined enough to segregate their correspondence scrupulously between personal and work accounts. This complicates management of born digital records obtained from individuals, as the volume and complexity of the types of records can stymie traditional management practices. Luckily, within the last decade archivists developed and co-opted tools from other professions to assist with the management of intermingled born digital collections, including software and hardware developed by law enforcement to survey, identify and separate materials within a digital corpus. Repositories use similar tools as a way of also identifying personal identifiable information, such as social security numbers and credit card numbers, in collections which can be restricted by state law.

A second part of the changing environment is the amount of data volunteered by individuals and held by organizations and institutions. Privacy experts at the University of California, Los Angeles (UCLA) work to raise awareness and educate students, faculty and staff on issues of cyber security as well as personal privacy on the internet, and how what is shared online can be used in unintended ways. Coupled with this is a responsibility for the security and privacy of the information volunteered to us by donors and researchers. Repositories have always been mindful of the management of donor files and researcher registrations and requests. As those relationships and transactions are migrating to digital form, repositories are increasingly aware of managing both their physical, as well as virtual, privacy. For example, some repositories, including UCLA, use a web based researcher registration and request system. Because of the personally identifiable information involved, UCLA requires us to insure that both campus and non-campus researchers log into and maintain their information

behind a shibboleth authentication system, much to the consternation of some of our researchers, who while enjoying the convenience of the web, none the less do not fully understand the need for stringent information protection.

This discussion of researchers brings us to the topic of access policies, particularly those for personal archives that are made available on the web. When addressing legal issues, the most important tools of an archivist and a repository along with knowledge, is documentation. When I teach workshops to archivists in the US on copyright or privacy, it is a success if attendees review and/or revise and develop policies addressing these legal and ethical issues for their repositories. The key is to have a policy and practice well in advance of ever actually needing it. Policies and procedures for privacy of personal materials should cover every aspect of the life cycle. This includes updating deeds of gift and our conversations with donors regarding identifying and restricting private materials, and a donor's responsibilities towards the third parties documented in their collections. Deeds can also indicate special policies for addressing the privacy needs of born digital records, for example the recovery and retention of previously deleted electronic files. During the accessioning and appraisal process, there is not only the opportunity to identify materials in need of further privacy review, but there is also the need to manage the privacy of the materials during the process, including securing the materials, whether that means in locked premises or on a server that is not widely accessible, as should be documented in the institution's accessioning policies. In the processing manual, procedures for not only identifying restricted materials, but also sample language and processes for managing it should be included. It is also here, as a part of staff training, where an institution's general policy regarding third party materials should be in place. Accessioning and processing is also the opportunity if specific considerations for particular donors or collections need to be discussed amongst the processor and curator and other institutional stakeholders.

We would be remiss if we did not discuss the topic of privacy in the context of "More Product, Less Process" (MPLP) collection management.²² There is often misunderstanding when applying MPLP and balancing the issue of privacy. If a

²² GREENE, Mark A.; MEISSNER, Dennis. More product less process: revamping traditional archival processing. *American Archivist*, v. 68, fall/winter 2005. MPLP is a collection management approach that takes as its foundation that all collections or portions of connections do not need to be processed to the same extent.

processor knows or discovers that there are privacy concerns within a collection, it should be the policy that those materials are treated differently than other parts of the collection. This does not automatically mean that item level processing is required. Instead it is an understanding of how best to treat the issues and documents involved, depending on the research value of the collection and the organization's mission.

Access policies are the most important component of managing privacy issues in a repository but they are a part of the larger repository policy environment that include accessioning and processing. For example, if a repository has a policy regarding donor restrictions, if the material segregated and clearly identified in the finding aid, there should be no concern for inadvertent disclosure in the reading room. It also provides clear information and a procedure for those researchers that wish to petition for access to closed materials.

Another policy tool for managing privacy and sensitivity in access is posted policies for researchers in the registration process. We require researchers to read and agree to our policies and their responsibilities regarding copyrighted materials. We also must require the same for their use of materials that may be subject to privacy or sensitivity restrictions. Ultimately they are responsible for following the law, and they may find themselves liable if they publish information that violates an individual's privacy. Not only is this notice included and assent required during the registration process, but it is also included in the finding aids and other descriptions of collections.²³ This is a way of putting the researcher on notice in regards to their legal responsibilities when publishing.

When making born digital or digitized materials available, policymaking is a key part of the process. The policy has to take into account many things, since unlike analog materials that must be viewed on site; broad public access is a possibility. When born digital records are accessioned, we must discuss access at ingest and then revisit continuously throughout the process. As we know from the earlier discussion of privacy, there is a concern that when making materials widely available

²³ Sample text used in UCLA Library Special Collections registration process, "Manuscript collections and archival records may contain sensitive or confidential information that is protected under federal or state right to privacy laws and regulations. Researchers are advised that the disclosure of certain information pertaining to identifiable living individuals without the consent of those individuals may have legal ramifications (e.g. the use of libelous statements or the invasion of privacy) for which the UCLA Library assumes no responsibility".

on the internet, this may be grounds for arguing that the repository has published them, and therefore requires a greater standard of care. Many repositories, including UCLA, have developed three options for making materials available. The first option is to identify those materials that can be made widely available with no known privacy concerns. Those can be made available on the web with the appropriate level of contextual information based on the needs of the materials and the resources available. For those materials not carrying legal red flags, but where there might be some sensitivity, a greater level of control is warranted, such as for a large corpus of born digital materials that due to their recent creation the information contained in them may be of a type that a repository does not wish to make them widely available, but would prefer to provide access with greater context and control as required by a secure terminal in a reading room. An example of this type of material at UCLA is the email and hard drive contents of the Susan Sontag papers, while the materials are generally open for research, wide public access was not desired because of the often personal and contemporary nature of the records. So in this case, access is provided on a controlled laptop within the UCLA reading room. The materials are experienced digitally, with the ability to search and temporarily manipulate, but without the wider ability to copy and within the larger context of the collection.²⁴ This is also an access solution that is used at UCLA for oral histories that interviewees have indicated can be made available for research, but not on the open web.

Another means for access to either born digital or digitized materials that provide a greater level of control and context other than regular web access is to make materials available in a virtual reading room. A well-known example of a virtual reading room is the one from the Special Collections of the University of California, Irvine.²⁵ The general concept of a virtual reading room is a web portal that requires authentication in exchange for controlled access to materials at a distance. As with physical access, researchers must apply and provide photo identification, following approval they are granted account access to the requested materials. However, because of authentication this allows the repository to limit research to only those collections

²⁴ Susan Sontag papers, 1933-2004, <<http://www.oac.cdlib.org/findaid/ark:/13030/kt2489n7qw/>>, see also MOSER, Benjamin. In the Sontag archives. *The New Yorker*, jan. 30, 2014. <<http://www.newyorker.com/books/page-turner/in-the-sontag-archives>> and SCHMIDT, Jeremy; ARDAM, Jacquelyn. On excess: Susan Sontag's born digital archive. *Los Angeles Review of Books*, oct. 26, 2014. <<http://lareviewofbooks.org/article/excess-susan-sontags-born-digital-archive/>>.

²⁵ Information regarding access to the University of California, Irvine Special Collections and Archives Virtual Reading Room, <<http://special.lib.uci.edu/access-the-collections>>.

or materials for which a particular researcher has been approved. The convenience in this case is that a researcher can initiate the process and complete their research without having to actually visit Irvine, California.

Another access policy that repositories making their holdings available on the open web must develop in advance is the policy and workflow for addressing any privacy complaints that are received by the repository. As with any policy, it is important to have it in place before it is needed. Thus, stakeholders can be consulted and staff can be trained in the appropriate response, so that the communication is provided in a timely manner. It is also important to have a policy that does not simply assume that the repository is at fault, and remove the material under question. Depending on the repository, some take down the material while considering the complaint while others leave the material, while clearly communicating, as a part of their posted policy, that only after a completed determination is material removed from public access. The mission of archives is to provide access to their holdings. Many collections include private or sensitive materials. Today it is imperative that archivists develop policies and procedures to balance these two realities.

5 Conclusion

Personal privacy and public access to archival collections are some of the most contentious issues we have managed as a profession. Some of us may secretly harken back to the days of practical obscurity for archives, when privacy was a topic we rarely worried about. However, in a profession built on access, would we really like to return to those days when only a select few researchers would know to come to archives for their information needs? We may think those were simpler days, but that does not necessarily mean that they were better. As with any legal issue facing archivists, the question is to develop our professional knowledge and to remember the law, but also our mission, values and ethics as we develop the policies and procedures that we need to mindfully manage the access to materials of private individuals.

ONDE ESTÃO OS ARQUIVOS PESSOAIS? UMA SONDAGEM

Renato Pinto Venancio²⁶

Há bases de dados, disponíveis na internet, que em muito podem colaborar na formulação de políticas arquivísticas. Conforme veremos, no que diz respeito aos arquivos pessoais, o potencial é substancial. Contudo, antes de explorarmos esse potencial, é preciso explicar o título deste texto: “Onde estão os arquivos pessoais? uma sondagem”. Do ponto de vista físico, é sabido que os arquivos, de uma forma geral, se encontram em depósitos ou em repositórios digitais. A referência ao “lugar” desses arquivos também não diz respeito aos setores responsáveis pelo seu tratamento técnico, mas sim à sua dimensão institucional, isto é, as instituições que de fato detêm a custódia oficial dos arquivos pessoais elevados à condição de patrimônio documental local ou nacional.

Geralmente, tais acervos são custodiados por arquivos e bibliotecas. Em relação às bibliotecas, cabe lembrar a tradição dos manuscritos de escritores, assim como das coleções especiais de papéis pessoais. No que diz respeito aos arquivos públicos, cabe sublinhar que a eles são destinados os documentos produzidos no âmbito do Estado. Quando se aceitam doações, legados e comodatos de arquivos pessoais, esse gesto visa à complementação do acervo principal.

Contudo, apontar essas duas instituições como os únicos lugares dos arquivos pessoais seria desconsiderar um universo bem mais amplo de instituições custodiadoras. Em muitos países, constata-se cada vez mais que os arquivos privados não estão somente em instituições arquivísticas ou em bibliotecas públicas. Por isso é premente a necessidade de se formular políticas públicas nacionais que levem em conta esse dado, trabalhando mais em redes do que em sistemas.

²⁶ Escola de Ciência da Informação-UFMG. Pesquisador do CNPq – N2. E-mail: rvenancio@eci.ufmg.br

Os títulos de artigos e pesquisas, de certa maneira, há mais de uma década manifestam essa situação. Viviane Tessitore, em 2002, publicou um texto com o provocativo título “Os arquivos fora dos arquivos”. Mais recentemente, Ana Maria de Almeida Camargo publicou artigo com o título “Arquivos pessoais são arquivos”. Os exemplos poderiam ser multiplicados, como no caso das pesquisas de Lucia Maria Velloso de Oliveira e Luciana Heymann.²⁷ São textos que, embora nem sempre partam das mesmas premissas teóricas ou nem sempre cheguem a conclusões semelhantes, contêm um mesmo fio condutor: uma certa percepção da dificuldade de identificar o lugar institucional dos arquivos privados considerados como patrimônio.

Esses “arquivos fora dos arquivos” suscitam questões teóricas e empíricas, como a de identificar as instituições que detêm sua efetiva custódia. Só aparentemente o levantamento dessa informação é fácil de ser realizado. Para ser bem-sucedido é preciso, primeiro, definir o que se entende por “arquivos pessoais”. Na medida do possível, o critério utilizado em nossa pesquisa foi a auto definição das próprias instituições e a caracterização apresentada de cada arquivo pessoal sob sua custódia. Para aplicação desse último critério, foi necessário diferenciar “informações pessoais” de “arquivos pessoais”.²⁸ Como é sabido, os arquivos pessoais contêm informações pessoais, mas nem sempre um fundo ou coleção que contenha informações pessoais gera um arquivo pessoal. Os arquivos de hospitais, escolas ou de sistemas prisionais contêm milhões de informações pessoais, mas não geram arquivos pessoais. Um recenseamento nacional de população gera uma quantidade gigantesca de informações pessoais, mas não gera arquivos pessoais.

Portanto, o conceito de arquivo pessoal, que identificamos nas instituições, diz respeito ao titular como sujeito acumulador, tanto dos documentos produzidos quanto dos recebidos. Esse conceito, na verdade, é bastante genérico e de difícil operacionalização, pois não há como auferir se as instituições o utilizam com rigor. Esse conceito também não esclarece, por exemplo, o mínimo de atividades a partir das quais reconheceríamos a existência de um arquivo pessoal, consequentemente também não esclarece o número mínimo de séries para considerarmos um conjunto

²⁷ OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. O lugar dos arquivos após a Lei de Acesso à Informação: uma perspectiva do cenário do poder público federal. HEYMANN, Luciana Q. Velhos problemas, novos atores: desafios à preservação dos arquivos privados. HEYMANN, L. Q. Se arquivar: arquivos pessoais como escrita de si?. HEYMANN, Luciana Q. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica.

²⁸ COX, Richard J. *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*.

documental representativo da vida de uma pessoa. Esses critérios, por outro lado, não resolvem a questão da sempre porosa fronteira entre coleções e fundos arquivísticos: muitos arquivos pessoais são, na verdade, coleções, ou seja, documentos acumulados pelas próprias instituições.

Não discutiremos aqui essas questões e outras que remetem às múltiplas fronteiras dos arquivos pessoais. Deixamos isso por conta dos próprios critérios de cada instituição. Cabem a elas definirem se custodiam fundos ou coleções – cabendo também lembrar o uso bastante frequente do termo “acervo” (relativo a documentos produzidos ou recebidos, provenientes de um mesmo titular, mas não necessariamente acumulados por ele) –, dando origem às seguintes categorias registradas nas instituições de custódia: “arquivos privados pessoais”, “arquivos privados de pessoas físicas”, “fundos individuais”, “documentos particulares”, “documentos pessoais”, “fundos familiares”, “fundos de personalidades”, “coleções de documentos pessoais”, “acervos de documentos pessoais”, etc.

Portanto, nossa abordagem do tema “arquivos pessoais” será institucional. Começamos, então, pela dimensão institucional mais evidente. A Lei de Arquivos de 1991 e o decreto de 2002 que a regulamenta, assim como a resolução 17, de 2003, do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, dispõem “sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas”.

Esses instrumentos, no entanto, tiveram muito poucos resultados: desde 1991, apenas 16 arquivos privados, sendo 12 deles de pessoas físicas, foram considerados de interesse público e social. Somam-se a esses outros cinco acervos de presidentes, após a promulgação de lei federal, também de 1991, que “dispôs sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República”.²⁹

Essa pequena amostragem – referente a 17 ocorrências – pode ser considerada uma primeira aproximação em nossa sondagem. Apesar do pequeno número, diversas instituições declaram possuir oficialmente a custódia desses arquivos, conforme registrado no Conarq ou nos decretos presidenciais que se seguiram à declaração de interesse público e social do acervo:

²⁹ BRASIL. Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991.

- Associação Cultural;
- Centro de Cidadania;
- Cinemateca Brasileira;
- Departamento de Universidade;
- Estação Biológica;
- Fundação;
- Fundação da Memória;
- Fundação Memorial;
- Instituto;
- Instituto de Pesquisa;
- Memorial.³⁰

Não se trata aqui de discutir o estatuto jurídico de cada uma dessas instituições ou, conforme mencionamos, o local da guarda física dos acervos ou ainda o setor responsável por seu tratamento técnico. O que importa aqui é identificar as instituições que detêm a custódia oficial do acervo, informação também registrada nos sites de instituições privadas mantidas por ex-presidentes. Outra observação importante é que não vamos nos dedicar às situações de fragmentação de fundos e coleções ou ainda à história custodial dos mesmos após a chancela oficial, pois o que importa é a formulação e utilização de um critério unificado, no caso, a época em que esses acervos passaram à condição de patrimônio.

A amostragem apresentada é pouco significativa e não permite estabelecer uma tendência. Além disso, há casos em que a família declara ter a custódia oficial do acervo (por exemplo, Isaac Rozemberg). Apesar disso, é possível observar, nessa primeira aproximação, a diversidade de instituições custodiadoras de arquivos pessoais.

A consulta ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – Codearq,³¹ mantido pelo Conarq, amplia a pesquisa e propicia identificar uma tipologia mais variada de instituições que custodiam arquivos pessoais. Essa base mostra que, além da declaração de interesse público e social,

³⁰ Conselho Nacional de Arquivos. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2016. Informação complementada por correspondência via e-mail.

³¹ Conselho Nacional de Arquivos. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/entidades-custodiadoras/o-cadastro.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

há outros critérios nacionais e locais de valoração de arquivos pessoais e coleções, transmutados em patrimônio. Ao todo, o Codearq registra atualmente – ou seja, até 10 de outubro de 2016 –, 337 instituições custodiadoras de acervos arquivísticos públicos e privados, de pessoas físicas e jurídicas. Por meio dos instrumentos de pesquisa disponíveis na *internet*, assim como via consultas por e-mail,³² foram identificadas 100 instituições custodiadoras de arquivos pessoais e coleções (Quadro 1), que eventualmente também incluem acervos considerados de interesse público e social, anteriormente mencionados.

Uma primeira questão a ser apontada é que nosso levantamento revela a adesão voluntária ao cadastro e não necessariamente a realidade da custódia dos arquivos pessoais e coleções. O sub-registro de bibliotecas públicas e/ou universitárias como local de custódia de arquivos pessoais – apenas quatro ocorrências –, é um exemplo flagrante dessa situação.

Quadro 1 - Instituições públicas e privadas custodiadoras de arquivos pessoais ou familiares – Codearq

Instituições públicas custodiadoras	Instituições privadas custodiadoras
Arquivo Público - 46 instituições	Arquivo Histórico - 1 instituição
Biblioteca Pública - 3 instituições	Biblioteca Comunitária - 1 instituição
Museu - 7 instituições	Museu - 1 instituição
Outras - 12 instituições	Outros - 29 instituições
Total - 68 instituições	Total - 32 instituições

Fonte: Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/entidades-custodiadoras/o-cadastro.html>. Acesso em: 10 out. 2016.

Tal constatação, em si, é uma possível contribuição do tipo de sistematização de informação aqui proposta: caso o Conarq queira ampliar a representatividade

³² Gostaria de deixar aqui registrado nosso agradecimento a dezenas de arquivistas e funcionários de instituições arquivísticas que atenderam a nossos pedidos de informação.

do cadastro, deveria voltar-se às bibliotecas públicas e universitárias para identificar quais os arquivos pessoais que estão ali custodiados.

Outro aspecto a ser sublinhado é o da representatividade do universo de arquivos públicos registrados no cadastro. Uma maneira de tentar avaliar essa dimensão é compará-la a outras formas de registros de entidades que custodiam acervos públicos. É possível, por exemplo, comparar o conjunto dos arquivos públicos – que tem ou não a custódia de acervos pessoais – ao total que disponibilizam páginas em redes sociais, como o Facebook (Quadro 2).

Quadro 2 - Arquivos Públicos no Brasil

Arquivos Públicos no CODEARQ	Arquivos Públicos no Facebook
135	173

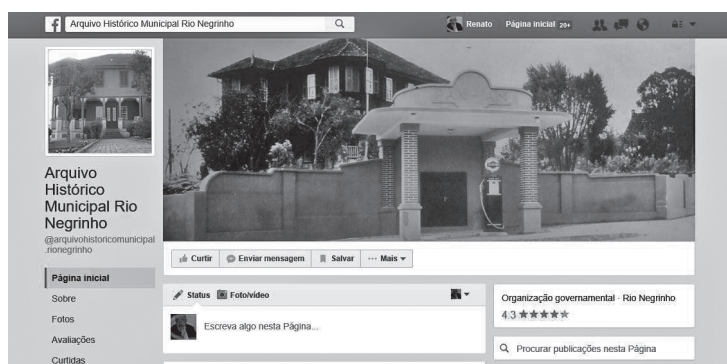
Fonte: Ver Quadro 1 e Facebook.

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/>. Acesso em: 10 out. 2016.

Figura 1 – Arquivo Público Municipais no Facebook, não registrado no Codearq



Fonte: Facebook. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/>. Acesso em: 10 out. 2016.

Figura 2 – Arquivo Público Municipais no Facebook, não registrado no Codearq

Fonte: Facebook. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com>.
Acesso em: 10 out. 2016.

Conforme pode ser observado, há um flagrante sub-registro no Codearq (ver, por exemplo, Figuras 1 e 2). O Facebook é cerca de 30% mais eficiente do que esse cadastro. Da mesma forma que no caso das bibliotecas, o Conarq poderia aprimorar a base de dados em questão através do uso de redes sociais, para, por exemplo, estabelecer contatos com as instituições não cadastradas, solicitando dados dos acervos. É preciso reconhecer, entretanto, que as diferenças entre esses números não são tão imensas e que a abrangência das duas fontes é relativamente restrita. Basta lembrar que o Brasil possui mais de 5.500 municípios! Muito provavelmente o sub-registro decorre do déficit de instituições arquivísticas no nível municipal ou então de formas de nomenclatura institucional ainda não identificadas.

Os dados do Codearq, portanto, embora longe de ser exaustivos, devem ser considerados representativos. Do total de 100 instituições com a custódia de arquivos pessoais, 68 são públicas e 32 privadas. Nesses dois conjuntos, observa-se a mesma diversidade: os arquivos públicos que custodiam arquivos pessoais podem ser agrupados a partir das seguintes auto definições institucionais:

- Arquivo;
- Arquivo Central;
- Arquivo Geral;
- Arquivo Histórico;

- Arquivo Histórico-Geográfico;
- Arquivo Municipal;
- Arquivo Nacional;
- Arquivo Público do Estado;
- Arquivo Público Estadual;
- Arquivo Público e Histórico;
- Arquivo Público Municipal;
- Departamento Estadual de Arquivo Público.

Outro fato importante é a diferenciação das formas de nomeação entre instituições públicas e privadas. Ao que parece, a sociedade civil brasileira raramente nomeia como “arquivo” instituições que custodiam acervos privados.³³ Essa constatação deveria ser levada em conta no traçado de qualquer política pública em relação ao tema.

Ainda no Quadro 1, no conjunto identificado como “outros”, nas duas colunas, observa-se certa multiplicidade de tipos de instituições custodiadoras. O Codearq revela situações muito diferenciadas de auto identificação: há casos em que a instituição oficial não é declarada como a custodiadora do acervo, mas sim um setor dela. Dessa maneira, no Codearq, consta o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira e não Fundação Casa de Rui Barbosa; ou então Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e não Fundação Getúlio Vargas.

No grupo “outros” das instituições privadas, na segunda coluna do Quadro 1, aparecem diversas ONGs que se autodenominam “centros de memória”, “casas de memória”, “institutos de memória” e assim por diante. Cabe ainda destacar a presença de museus declarando a custódia de arquivos pessoais. Tal qual as bibliotecas, os museus estão sub-representados. Tal fato nos remete a uma nova base de dados a ser explorada: a do Ibram.

O Instituto Brasileiro de Museus-Ibram tem cadastrado sistematicamente as instituições museais brasileiras. Na Rede Nacional de Identificação de Museus,³⁴

³³ No Quadro 1, dentre as instituições privadas, há uma exceção: o Arquivo Histórico Particular Hugo Daros. Disponível em: <<http://www.conarq.gov.br/entidades-custodiadoras/o-cadastro/item/arquivo-historico-particular-hugo-daros.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

³⁴ Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <<http://renim.museus.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

foram registradas, até dezembro de 2015, 3.646 instituições. Nessa base de dados, não há indexadores de qualidade, o que dificulta muito a pesquisa. Ademais, a pergunta presente no questionário, referente a arquivos, é: “a instituição possui arquivos históricos”, mas não se explica o que se concebe como “arquivo histórico”, seriam aqueles da própria instituição ou acervos adquiridos e monumentalizados pelo atributo “histórico”?

Tal situação forçou a pesquisa caso a caso, instituição por instituição. Apresentamos, a seguir, uma amostragem desse levantamento, referente às instituições privadas. Uma das razões da escolha por instituições privadas é que se trata de uma pesquisa maior ainda em andamento. A outra razão é teórica. Acreditamos que através das instituições privadas se consegue entender melhor como a sociedade está considerando a questão da custódia dos arquivos pessoais.

Ao todo, o cadastro do Ibram registra 868 instituições privadas. O procedimento utilizado para identificar aquelas que detêm a custódia de arquivos pessoais foi o mesmo empregado em relação ao Codearq. Utilizou-se a base de dados, complementada por instrumentos de pesquisa disponíveis *online*, assim como pelas informações prestadas por funcionários das instituições.

Quadro 3 - Instituições privadas custodiadoras de arquivos pessoais - Rede Nacional de Identificação de Museus – Ibram

Instituição	N.
Museu	49
Arquivo	02
Biblioteca	-
Outras	40
Total	91

Fonte: Instituto Brasileiro de Museus.
Disponível em: <http://renim.museus.gov.br> . Acesso em: 10 out. 2016.

Uma vez mais cabe aqui sugerir aos responsáveis pelo Codearq uma ação junto aos museus, para ampliar as informações sobre instituições custodiadoras de acervos arquivísticos em geral. Por mais imperfeitos e incompletos que sejam esses dados, ao compará-los constata-se que os museus atualmente superam os arquivos públicos na custódia de arquivos pessoais e coleções de documentos pessoais. Eis aí uma questão fundamental: é necessário que sejam pensados, não só em relação aos arquivos pessoais – como também em relação aos arquivos privados institucionais (ou seja, de empresas e associações) –, políticas públicas transversais, que mobilizem diversas instituições cuja sociedade atribui responsabilidade de preservar para a posteridade os registros da memória.

A comparação entre as duas bases de dados – Codearq e Ibram – permite avançar estimativas interessantes. Se eliminarmos oito casos de redundâncias, ou seja, de instituições que são registradas nas duas bases, chegamos à conclusão de que 9,5%³⁵ das instituições privadas museais brasileiras detêm a custódia de acervos pessoais. Ora, se esse dado for aceito para o conjunto dos museus cadastrados (tanto públicos quanto privados) e se a ele somarmos as informações do Codearq (também se eliminando as redundâncias), chegaremos à estimativa de 450 instituições custodiadoras de arquivos pessoais no Brasil.

A essa estimativa, conforme mencionamos, deveriam ser acrescentados novos casos não contabilizados, principalmente de bibliotecas públicas e universitárias. Mais ainda, o levantamento nas duas bases de dados revela a existência de outras instituições sub-registradas. Cabe aqui mencionar duas delas com abrangência nacional: academias de letras e institutos históricos. O número dessas instituições nos estados e municípios da federação, conforme pesquisas no Google revelam, é bastante elevado. Mas nos dois cadastros pesquisados são citados apenas uma academia (Academia Brasileira de Letras) e quatro institutos históricos e geográficos. No sentido de ilustrar a importância dessas instituições, basta mencionar que a Academia Brasileira de Letras detém 288 acervos pessoais, ao passo que o Arquivo Nacional detém 273 – dados que de forma alguma representam um demérito para essa última instituição, uma vez que suas aquisições são restritas

³⁵ Em relação aos 91 casos registrados no Quadro 3, diminuiu-se oito redundâncias, chegando-se ao valor de 83 ocorrências exclusivas da base do Ibram. A partir desse número, calculou-se o percentual em relação ao total de 868 instituições privadas registradas no referido cadastro.

ao perfil do acervo, mas que revelam, em contrapartida, a grande amplitude dos acervos da primeira instituição.³⁶

Também é possível observar que não há uma relação hierárquica entre a abrangência da instituição e o número que arquivos pessoais sob sua custódia. Os instrumentos de pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro registram 101 fundos e coleções pessoais, ao passo que os instrumentos de pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul registram a custódia 117 fundos e coleções. Em outras palavras, a instituição regional, em termos de quantidade de acervos, supera a nacional.³⁷

Todos esses dados podem ser ainda mais ampliados e esmiuçados através da exploração de outras bases de instituições culturais, como o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – Sniic.³⁸ Ou então pela pesquisa de outras tipologias de instituições, como no caso dos museus e centros de memória do futebol, que se multiplicam e eventualmente custodiam acervos pessoais de jogadores.³⁹ A sondagem apresentada é, no entanto, suficiente para alertar a respeito da necessidade de se trabalhar em rede, readequando a legislação sobre patrimônio, no sentido de replicar no interior desse corpo legislativo os procedimentos arquivísticos. Com certeza, um museu, uma biblioteca, ou qualquer outra instituição cultural que não se defina como arquivo público, podem implementar o tratamento técnico adequado aos arquivos pessoais. No entanto, a bibliografia da área sublinha que há várias situações em que isso não ocorre.⁴⁰

Em outras palavras, poder-se-ia planejar o trabalho em rede – não só em relação ao conjunto de arquivos, bibliotecas e museus que custodiam arquivos e coleções de documentos pessoais –, como também em relação às demais instituições encarregadas dessa missão. Outra iniciativa importante seria a de observatórios para segmentos

³⁶ Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2016. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/memoria-da-abl/arquivo>>. Acesso em: 10 out. 2016. Informações complementadas pelos arquivistas das duas instituições. Ver também: OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. *A memória dos imortais no Arquivo da Academia Brasileira de Letras*.

³⁷ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/pesquisa.html>>. Acesso em: 10 out. 2016. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/arquivo/GuiaAcervoIHG_site.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

³⁸ Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. Disponível em: <<http://sniic.cultura.gov.br/>> Acesso em: 10 out. 2016. Agradeço a Lucia Maria Velloso de Oliveira pela indicação dessa base de dados.

³⁹ SANTOS, Ricardo Pinto dos. Criando uma nova história: a experiência do Centro de Memória Vasco da Gama.

⁴⁰ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos.

específicos, como as academias de letras e os institutos históricos acima mencionados, no sentido de padronizar e aprimorar o tratamento técnico dos acervos ou mesmo para elaborar cartilhas de boas práticas. O trabalho em rede também poderia resultar em instrumentos de pesquisa mais aprimorados, tendo em vista a fragmentação dos acervos, como no caso do legado documental de Carlos Drummond de Andrade.

Figura 3 – Instituições públicas e privadas custodiadoras do acervo Carlos Drummond de Andrade



Fonte: Academia Mineira de Letras. Disponível em: <http://academiamineiradeletras.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2016; Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2016; Instituto Moreira Salles. Disponível em: <http://www.ims.com.br/ims/explore/acervo-a-z>. Acesso em: 10 out. 2016; Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.br/explore/acervos/manuscritos>. Acesso em: 10 out. 2016; Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <http://www.fccda.mg.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2016.

Por último, mas não menos importante, seria necessário qualificar essa rede, pensar em estratégias nacionais, no sentido de enfrentar o grande desafio dos documentos digitais pessoais, tema em relação o qual a equipe de arquivistas da Fundação Casa de Rui Barbosa é pioneira, como ficou registrado por ocasião da organização do arquivo digital de Rodrigo de Souza Leão.⁴¹

⁴¹ RONDINELLI, Rosely Curi; ABREU, Jorge Phelipe Lira de. A organização do arquivo digital de Rodrigo de Souza Leão: implicações arquivísticas, diplomáticas e tecnológicas.

Tanto os acervos de presidentes, citados no início desse texto, como de todos os cidadãos brasileiros, migram cada vez mais para o suporte digital, assim como para a *internet*, e as futuras gerações não entenderão o Brasil de nossos dias sem a preservação desses registros da memória. A Figura 4, proveniente do Memorial dom Helder Câmara, em que aparece um disquete ao lado do livro “Deus nos tempos de hoje”, representa esse desafio, o desafio do entrelaçamento da tecnologia com a posteridade.

Figura 4 – Memorial Dom Helder Câmara



Fonte: Facebook. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com>.

Acesso em: 10 out. 2016.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8394.htm> Acesso em: 10 out. 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.2, p. 26-39, 2009. Disponível em:

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

COX, Richard J. *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*. Duluth: Litwin Books, 2008.

HEYMANN, Luciana Q. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: HEYMANN, Luciana; ROUCHOU, Joëlle; TRAVANCAS, Isabel (Orgs.). *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 67-76.

_____. Se arquivar: arquivos pessoais como escrita de si?. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. p. 51-59.

_____. *Velhos problemas, novos atores: desafios à preservação dos arquivos privados*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. (Trabalho apresentado no *Seminário Preservação do patrimônio cultural e universidade: 25 anos do Cedec/PUC-SP*). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6716>>. Acesso em: 10 out. 2016.

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. *A memória dos imortais no Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. 2009. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4157>>. Acesso em: 10 out. 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. O lugar dos arquivos após a Lei de Acesso à Informação: uma perspectiva do cenário do poder público federal. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Orgs.). *Lei de Acesso à Informação: impactos e limites nos arquivos de ciência e tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTI, 2014. p. 23-40.

RONDINELLI, Rosely Curi; ABREU, Jorge Phelipe Lira de. A organização do arquivo digital de Rodrigo de Souza Leão: implicações arquivísticas, diplomáticas e tecnológicas. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (Org.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro:

Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p. 239-255.

SANTOS, Ricardo Pinto dos. Criando uma nova história: a experiência do Centro de Memória Vasco da Gama. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 27, n. 2, p. 28-37, 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/436/435>>. Acesso em: 10 out. 2016.

TESSITORE, Viviane. *Os arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

ACERVO LIA ROBATTO: MEMÓRIA E DANÇA NA BAHIA

Aurora Leonor Freixo

Ivana Bittencourt dos Santos Severino

Maria Sofia Vilas Boas Guimarães

1 Introdução

A escassez de fontes de pesquisa e de informações sobre dança produzida no Brasil e, em particular, na Bahia, é um dos desafios encontrados por pesquisadores, bailarinos, coreógrafos e todos os que se interessam pelo tema, já que os acervos de dança, em quase sua totalidade, são pessoais e, quando resistem à ação do tempo, nem sempre permanecem em condições adequadas para consulta. Há que se ressaltar que o Brasil do XXI ainda carece de acervos de dança abertos ao acesso público, sintoma de uma política pública em formação, mas que pouco ou quase nada se deteve sobre a memória da dança.

Cidadã soteropolitana, a coreógrafa paulista Lia Robatto, que também é autora de livros sobre dança e produtora cultural, transferiu-se para a Bahia com 17 anos, quando da fundação da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia, primeira do gênero de nível universitário no Brasil. Entre outras atividades, criou a Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia, atuou como integrante do Conselho Estadual de Cultura da Bahia e, hoje, é uma das grandes personalidades no gênero em todo o país.

O acervo de Lia Robatto é um acervo de grande interesse para a produção de conhecimento em dança, pois reúne um vasto e completo conjunto de documentos que registram o processo criativo da artista ao longo de sua vida, mostrando a complexidade da criação em dança e as obras resultantes desse processo. São documentos em vários suportes, únicos, autênticos, acumulados

naturalmente e representam a vida da artista, suas redes de relacionamento pessoal e profissional, suas reflexões, angústias, suas obras e, especialmente, registram sua atuação na sociedade.

Os documentos acumulados pela artista representam uma valiosa fonte de pesquisa artística e/ou acadêmica, podendo se constituir em ignição para outras criações, para a construção de conhecimento em dança e para a preservação da memória da dança no Brasil. A natureza dos documentos originais confere valor especial ao projeto, sendo, em sua grande maioria, referentes à criação de seus espetáculos.

Este texto apresenta a experiência da organização, descrição e preparação do acervo digital para disponibilização à pesquisa, registrando os resultados do projeto intitulado *Acervo Lia Robatto: memória e dança na Bahia*, apoiado pelo Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria Estadual da Cultura/Fundação Pedro Calmon.

O projeto estabeleceu como objetivos a seleção, higienização, classificação, descrição, digitalização, armazenamento e disponibilização, na *web*, do acervo da dançarina e coreógrafa Lia Robatto, constituído por cerca de dez mil páginas de documentos, que a artista reuniu ao longo de mais de 50 anos.

A intenção de organizar, digitalizar e disponibilizar o acervo em *sítio web* foi considerada, desde a elaboração do projeto, como indicação técnica compatível com o mundo contemporâneo, ações que garantem não só a conservação dos itens documentais mais fragilizados, como aumentam o acesso aos pesquisadores, possibilitando maior interatividade e circulação do conhecimento em dança, além de estimular a criação de outros contextos.

O acervo organizado já possibilita desenvolver atividades de pesquisa, de criação artística, de formação, fomentando a relação entre memória da dança e contemporaneidade. Pretende-se articulá-lo com outros acervos, redes ou projetos afins, artistas, pesquisadores e educadores para troca de experiências, ou outras formas colaborativas, que intensifiquem o fluxo de informações sobre processos e produtos da memória da dança na Bahia.

2 Os arquivos pessoais como fonte de pesquisa

Os acervos pessoais ganham cada vez mais espaço na Arquivologia, pois representam uma fonte inesgotável de pesquisa, além de serem valiosos repositórios informacionais. Os avanços teóricos e metodológicos no campo da Arquivologia e, também, da História, da Antropologia e da Linguística sobre os arquivos pessoais têm possibilitado a ampliação do debate sobre memória individual e coletiva e suas implicações na sociedade contemporânea.

Para Heymann, os acervos de natureza pessoal “nunca foram objeto privilegiado de investimento por parte da disciplina arquivística, o que deixa aberto um campo fértil para a investigação da singularidade desses acervos em face de outros tipos de configurações documentais”.⁴²

Na introdução do *Manual de organização de arquivos pessoais* há um elucidativo relato sobre a inclusão dos arquivos pessoais nas preocupações dos pesquisadores no campo das ciências sociais. Para os organizadores, “no início da década de 1970, período marcado por forte repressão política, observou-se a valorização dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa, principalmente por parte dos historiadores”.⁴³ Foram criados diversos centros de memória, além do “interesse por uma história política renovada [...]”. Já na década de 1990, a ênfase passa a ser atribuída “à preservação da memória individual e coletiva, característica do período de transição democrática”, resultado da (re)conquista de direitos civis na sociedade brasileira.

No caso específico do acervo de Lia Robatto, Araújo identifica as estratégias utilizadas pela coreógrafa e intérprete em seus espetáculos como resistência à ditadura militar, afirmando que “é praticamente irresistível o encantamento ao se ter contato com este tipo de arquivo”.⁴⁴ Esse encantamento deve-se ao fato das possibilidades de encontrar, nesses arquivos pessoais, fontes primárias que possam revelar fatos importantes para a história e para o mundo social.

Por outro lado, se em um arquivo institucional é necessário conhecer sua missão, funções e atribuições para estruturar um plano de classificação, em um

⁴² HEYMANN, Luciana Quillet. *O indivíduo fora do lugar*, 41.

⁴³ FIOCRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. *Manual de Organização de Arquivos Pessoais*, p. 9.

⁴⁴ ARAÚJO, Lauana Vilaronga Cunha de. *Lia Robatto e o Grupo Experimental de Dança: estratégias poéticas em tempos de ditadura*.

arquivo pessoal é preciso conhecer a biografia do seu produtor. Nas palavras de Silva “o desafio maior é o de definir o que poderia ser considerado *função* de uma pessoa. Mais apropriado seria trabalhar com as *atividades* desempenhadas por uma pessoa durante sua vida”.⁴⁵

Sendo assim, ao concordarmos que o modo de constituição de um arquivo pessoal segue uma regra particular de acumulação dado pelo seu produtor, podemos também afirmar que o tratamento do acervo pressupõe, como um dos exercícios iniciais, a identificação do próprio titular.

Os documentos do acervo pessoal de Lia Robatto já nos apresentam um rico estudo biográfico da artista e apontam, também, para um vasto campo de atuação profissional e produção intelectual na área da dança. A grande maioria dos documentos refere-se às atividades de criação artística, desenvolvidas ao longo de sua atuação profissional, nos diferentes espaços por onde passou, mas também uma soma de outros documentos, como correspondências, desenhos, fotografias, nos contam um pouco da sua vida afetiva e familiar. Outros tantos ainda revelam sua vida social. Num primeiro olhar, já é possível perceber que a titular priorizou seus processos criativos como testemunho de sua trajetória. Nas palavras de McKemmish

[...] A produção e manutenção de registros pessoais é um *tipo* de construção testemunhal e memorial, um modo particular de comprovar e memorializar nossas vidas individuais e coletivas – nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso *lugar* no mundo.⁴⁶

A partir dessa compreensão, torna-se possível construir um quadro de classificação para os documentos pessoais capaz de refletir as “funções” e atividades do seu produtor, e seus respectivos correlatos documentais respeitando a ordem original.

⁴⁵ SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais, p. 181.

⁴⁶ McKEMMISH, Sue. Provas de mim: novas considerações, p. 23.

A formação dos arquivos pessoais permite ao seu produtor uma liberdade de acumulação, de organização e de seleção, que pode ser baseada em critérios próprios ou simplesmente pela falta deles. Os critérios podem ser de acordo com o entendimento, o gosto ou as necessidades pessoais de seu produtor, pois é a necessidade individual que prevalece no âmbito doméstico.⁴⁷

Essa liberdade de acumulação, organização e seleção, dada por Lia ao seu acervo pessoal, revela muito da intérprete e coreógrafa. Sua vida foi pautada pela dança – como é possível verificar em sua biografia e também na análise do que ela guardou de si – e, portanto, nossa preocupação na organização de seu acervo foi respeitar, não só a ordem original dada pela titular do acervo, como também retratar, no plano de classificação, aquilo que ela priorizou como sendo “testemunho de si”, já que é possível perceber, desde o início, que ela priorizava a criação de seus espetáculos.

É neste ponto que está o cerne da preocupação, ou melhor, do desejo de Lia Robatto ao nos entregar seu acervo para tratamento documental: o processo de criação. Para ela, o mais importante não é apenas apresentar sua produção artística como produto final, mas todo o processo em si, que retrata o caminho percorrido, as ações, as negações, as escolhas feitas naqueles momentos de construção criativa. Lia privilegiou os documentos que traduzem seus processos criativos, em detrimento aos que falam de sua vida acadêmica ou social, e esse foi o principal aspecto levado em consideração no arranjo do acervo.

3 Descrição como condição para preservação e acesso

A documentação que compõe o acervo de Lia Robatto pode ser considerada importante fonte de informação e pesquisa sobre a história da dança na Bahia, mas também como possibilidade de releituras do momento político, econômico, social e cultural desse período.

⁴⁷ SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais, p. 182.

A primeira etapa do projeto consistiu no reconhecimento do acervo documental e na identificação dos elementos característicos dos documentos, a partir do entendimento do contexto em que foram produzidos, através do levantamento de informações sobre a artista. As etapas seguintes constaram da: a) higienização e restauro; b) classificação; c) descrição; d) digitalização; e) disponibilização para acesso.

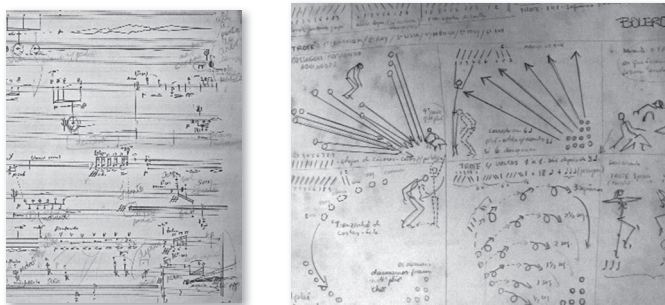
Por se tratar de um acervo constituído por documentos com características singulares e sob custódia da produtora, foi categorizado como acervo pessoal, entendido como “um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”.⁴⁸

Inicialmente, estimou-se a existência de cerca de dez mil páginas de documentos, em suporte papel, ordenados de acordo com o contexto dramaturgico de suas obras, além de registros da imprensa, documentos acadêmicos, produção literária (textos e livros) e documentos pessoais (fotos de família, correspondências, desenhos), fotografias e cartazes. A grande maioria dos documentos estava, originalmente, reunida em forma de dossiês, por espetáculo, alguns documentos reunidos por tipologia, como foi o caso dos registros da imprensa: publicações em jornais e revistas sobre a autora e sua obra, entrevistas, críticas, etc.

Fazem parte do acervo, também, cerca de duas mil fotografias digitais dos espetáculos, feitas pelo fotógrafo Silvio Robatto, marido da artista, 23 itens de registros audiovisuais (originalmente gravados em fitas magnéticas, fitas de rolo e fitas cassete), DVDs com gravações de espetáculos, entrevistas e ensaios da artista, além de 20 obras e fitas cassete bibliográficas, sendo três delas autorais.

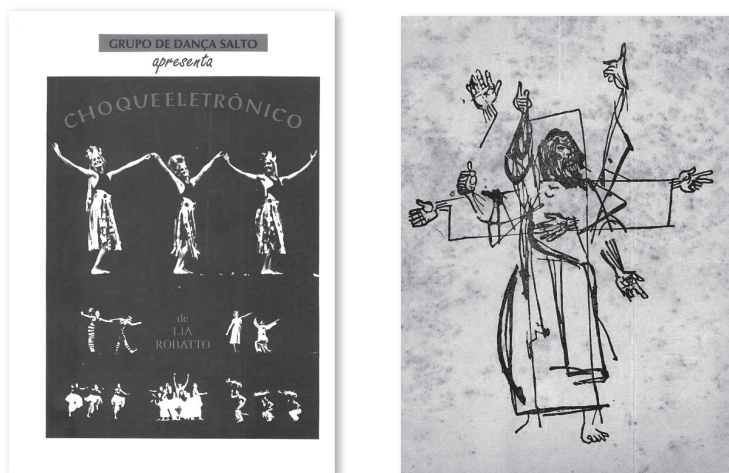
O conjunto de documentos que compõem a série Espetáculos é composto, entre outros, por notações coreográficas que registram todo o processo de criação (figuras 1 e 2). Através de uma linguagem própria da dança, as notações coreográficas têm como finalidade orientar a movimentação dos dançarinos e/ou seu deslocamento no espaço.

⁴⁸ OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. *Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*, p. 33.

Figuras 1 e 2: notações coreográficas

Fonte: acervo Lia Robatto

Os dossiês dos espetáculos contêm ainda pequenos textos conceituais, indicações, realizações e avaliações de experimentos criativos e coreográficos, comentários, listas de materiais e tarefas, esboços de cenários e figurinos, estudos musicais, estudos de palco, além de programas (figuras 3 e 4) com belas ilustrações, *folders*, cartazes, provas fotográficas, registros da imprensa, entre outros.

Figuras 3 e 4: programas de espetáculos (Choque Eletrônico e Os Sertões)

Fonte: acervo Lia Robatto

Completem essa série trilhas sonoras e partituras musicais para 13 espetáculos, contendo criações inéditas de Ernest Widmer, Nikolau Korkòn, Lindemberg Cardoso, Fernando Cerqueira, Rufo Herrera, Tom Tavares entre outros.

Além dos dossiês dos espetáculos, fazem parte do acervo: diplomas, certificados de cursos, oficinas e *workshops* ministrados, atestados profissionais, atestados de prêmios recebidos, participação em comissões julgadoras, produção literária, correspondências pessoais, atas e demais documentos de sua trajetória administrativa em projetos como Axé, Gicá, Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia e Escola de Dança da UFBA.

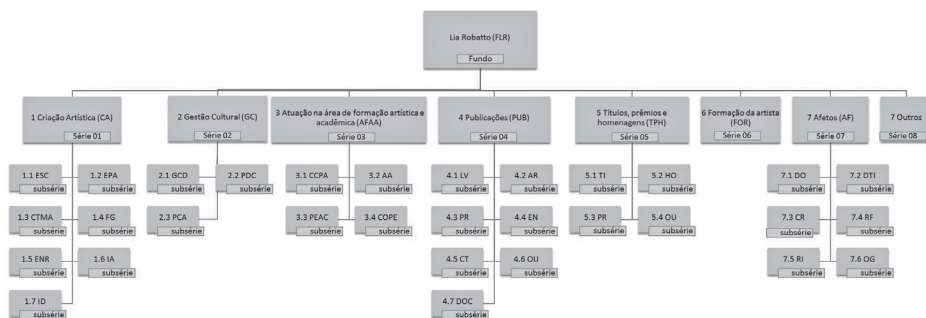
A identificação tipológica dos vários conjuntos documentais demandou a elaboração de um glossário, visando padronizar a terminologia utilizada para a elaboração do Plano de Classificação e para os textos descritivos, construído a partir do estudo da escassa bibliografia produzida sobre acervos de dança no Brasil, bem como pela incorporação dos termos sugeridos pela artista.

O quadro de classificação foi construído contemplando as séries e subséries definidas a partir de uma reflexão conjunta com a titular do acervo, levando em conta a ordem original e as melhores práticas de classificação, de modo a subsidiar a distribuição lógica dos documentos em unidades que reflitam a relação entre si e permitam aos pesquisadores uma ampla visão das atividades através da organicidade dos seus registros.

A organização descritiva do arquivo foi realizada com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística - Nobrade (2006), aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos, utilizável tanto em sistemas manuais quanto automatizados de descrição.

Levando em conta as características da disposição original do acervo, foram definidas oito séries: 1) Criação artística; 2) Gestão cultural; 3) Atuação na área de formação artística e acadêmica; 4) Publicações; 5) Títulos, prêmios e homenagens; 6) Formação da artista; 7). Afetos; e 8) Outros, tendo sido atribuídas siglas e adotada a numeração progressiva para codificação das séries e subséries, conforme mostrado na figura 5.

Figura 5: quadro de classificação do acervo



A série Criação Artística (CA) concentra a maior parte da documentação do Fundo Lia Robatto e está subdividida em sete subséries: 1) Espetáculos e coreografias; 2) Criações para teatro, música e outras artes; 3) Esboços de espetáculos não realizados; 4) Intérprete/dança; 5) Intérprete/atriz; 6) Figurinos; e 7) Estudos para pesquisa artística.

Os documentos reunidos na série Gestão Cultural (GC) apresentam a trajetória da titular como gestora de grupos, comissões e instituições. Esta série foi subdividida em três subséries: 1) Grupos: criação e/ou direção; 2) Presidência, direção, coordenação, consultoria e curadoria; e 3) Participação em comissões de avaliação/seleção. Apesar de sua efetiva e intensa atuação como gestora, são poucos os documentos que foram preservados pela titular relativos a estas atividades.

Na série Atuação na área de formação artística e acadêmica (AFAA) foram reunidos documentos referentes à atuação da titular em atividades de formação artística e acadêmica, a exemplo de sua colaboração na criação e coordenação de cursos e programas de educação em arte, bem como participação em cursos, oficinas, palestras, encontros e outras vivências, subdividida em quatro subséries. Os documentos aqui reunidos não retratam a totalidade de sua trajetória, mas são uma representação significativa de sua atuação.

A série Publicações (PB) abriga publicações sobre a artista em livros, revistas, jornais, documentários, assim como prefácios, entrevistas, citações sobre ela, livros e artigos que, de forma direta ou indireta, influenciaram no trabalho da coreógrafa, formada por sete subséries, além de livros e artigos autorais.

A série Títulos, prêmios e homenagens (TPH) reúne documentos referentes aos títulos, prêmios e homenagens que a artista recebeu ao longo de sua trajetória artística e profissional. São certificados, atestados, diplomas, registros da imprensa, entre outros, distribuídos em quatro subséries.

A série Formação da artista (FOR) reúne documentos desde os primeiros estudos de dança. Filha da artista plástica Hebe Carvalho e do poeta Pedro Xisto, acumulou uma gama de influências estéticas eruditas provenientes da formação familiar. Em 1952, conheceu Yanka Rudzka, frequentou seus cursos de Dança Expressiva na Sociedade Pró-Arte Moderna (Spam) e no Museu de Arte de São Paulo, até 1956. Ainda nesse período, fez aulas de dança com Maria Duschenes, além de cursos de percepção musical com Hans J. Koellreutter, iniciação musical e história da arte, também no Museu de Arte de São Paulo. Veio para Salvador em 1957, onde deu continuidade à sua formação acadêmica e profissional. Concluiu o Curso de Dançarino pela Ufba, em 1962, o Curso de Magistério Superior, também pela Ufba, em 1963, e o Curso de Estética Comparativa pelo ICBA, em 1964. A documentação presente nesta série retrata a maioria dos cursos e programas frequentados ao longo de sua trajetória.

A série Afetos (AF) reúne documentos de valor afetivo para a titular, como textos e desenhos da infância, correspondências trocadas com parentes e amigos, fotografias familiares, entre outros, tendo sido organizada em sete subséries.

Com base no quadro de classificação, foi feita a separação física dos documentos. Os dossiês foram retirados de seus invólucros originais, higienizados, restaurados quando necessário, e identificados com folhas de rosto contendo anotações referentes a: série, subsérie, tipo de documento, assunto, datas, nomes, etc., além do código de cada unidade documental, como mostrado nas figuras 6 e 7.

Figuras 6 e 7: seleção e identificação dos dossiês



Fonte: acervo Lia Robatto

Essa metodologia permitiu visualizar todo o conjunto documental, inclusive em relação aos formatos e volumes, possibilitando definir as especificações para aquisição dos materiais para acondicionamento e identificação. Os dossiês foram, na grande maioria, organizados cronologicamente, dentro de suas subséries, considerando a data de produção e os itens documentais.

Todos os procedimentos foram realizados levando em conta a digitalização dos documentos, ferramenta essencial ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, que colabora para a preservação dos documentos originais, uma vez que restringe o manuseio do acervo físico. Com as redes informatizadas, esse acesso vem sendo priorizado, além de tornar possível o intercâmbio de acervos documentais entre diferentes instituições.

Tomando como base as recomendações do Conarq (2010) para preservação digital do acervo, as imagens digitais foram produzidas em dois formatos no momento da captura: a matriz digital para preservação, de alta qualidade, em formato PDF (*Portable Document Format*), e a derivada de acesso para visualização na *web*, em formato JPEG (*Joint Photographics Experts Group*), que é um método de compressão de imagens fotográficas.

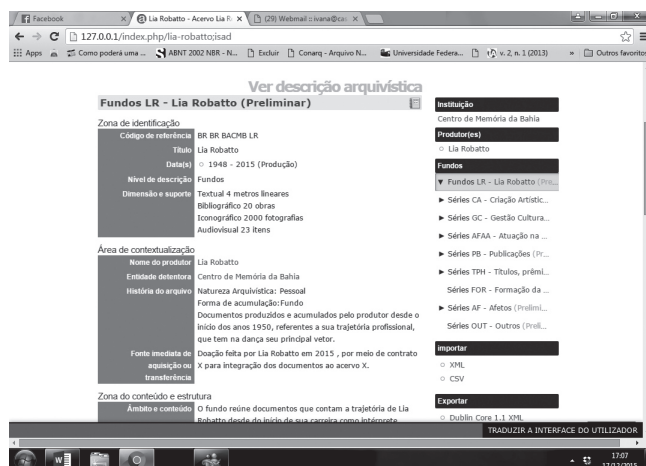
A ferramenta para descrição do acervo foi selecionada levando em conta o desejo da produtora de que esses documentos pudessem ser disponibilizados para pesquisa e, portanto, descritos em linguagem universal, a fim de que qualquer instituição que venha custodiar o acervo possa dispor dos descritores já elaborados segundo as normas arquivísticas internacionais, tendo-se optado pelo ICA-AtoM, *software* de descrição e difusão arquivística escolhido para disponibilizar o acesso e difusão do acervo.

Desenvolvido e disponibilizado originalmente pelo Conselho Internacional de Arquivos, é um acrônimo derivado da expressão *Access to Memory*, precedido da sigla da organização desenvolvedora (ICA, em inglês). Atualmente, o *software* é mantido por uma comunidade internacional, sob a denominação de AtoM.

Funcionando em ambiente *web*, o *software* é uma aplicação de código aberto, baseado em padrões para a descrição arquivística num contexto multilíngue e ambiente multiarquivos, o que possibilita a sua disponibilização como ferramenta de pesquisa integrada a uma *webpage*, além de obedecer rigorosamente às normas internacionais de descrição arquivística.

A possibilidade de integrá-lo a um portal *web* foi uma das características que motivou a equipe a decidir-se por sua utilização para descrição do acervo, visto apresentar uma configuração de *design* atraente, que permite navegação rápida e eficiente, disponibilizando material de interesse mais universal, a exemplo de partes do dossiê artístico, dos programas artístico-educacionais criados pela artista, dos registros sonoros e visuais, de comentários e lembranças desses dossiês, captados durante o processo de organização do acervo, além de fotos e outros documentos gerados pelo processo de digitalização, como mostrado na figura 8.

Figura 8: *Printscreen* da página inicial do software de descrição do acervo



Além dos elementos descritivos para recuperação dos documentos, os objetos digitais deverão ser, progressivamente, anexados aos descritores, permitindo o acesso direto à cópia digital do documento que se deseja pesquisar.

4 Resultados e perspectivas

Todo o acervo foi higienizado, classificado, descrito, acondicionado e digitalizado, já podendo, em parte, ser disponibilizado para consulta e pesquisa. Além dos documentos em suporte papel, foram recuperadas e digitalizadas dez fitas de rolo, contendo ensaios e filmagens dos espetáculos, nove DVD contendo entrevistas, ensaios e apresentações, uma fita magnética com texto e música, cujos arquivos digitais serão vinculados aos respectivos descritores para consulta *on-line*.

No Brasil, a possibilidade de um acervo pessoal privado ser recolhido a uma instituição arquivística pública está regulada pelo decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 (Capítulo V, artigos 22 a 28) e pela resolução nº 17, de 25 de julho de 2003, do Conarq.

O processo de transferência do acervo ao Centro de Memória da Bahia, da Fundação Pedro Calmon (Secretaria Estadual da Cultura) está sendo finalizado, assim como a anexação dos objetos digitais aos descritores, procedimento não previsto originalmente no projeto, e que demanda um trabalho minucioso de descrição dos itens documentais, sobre um extenso volume de imagens capturadas pelo processo de digitalização.

Por tratar-se de um fundo aberto, ainda sob guarda da própria produtora, o acervo vem, constantemente, recebendo novos itens documentais, visto que a artista continua produzindo, além de contribuir, com diferentes parceiros, em projetos artísticos, educativos e de outras naturezas.

Outro produto desenvolvido no decorrer do projeto consistiu na construção de um *website* que servirá de suporte para o projeto Memória da Dança e abrigará a base de dados do AtoM, viabilizando a inserção de outros acervos em uma plataforma tecnológica de difusão e preservação da dança na Bahia e no Brasil.

Referências

ARAÚJO, Lauana Vilaronga Cunha de. *Lia Robatto e o Grupo Experimental de Dança: estratégias poéticas em tempos de ditadura*. Edufba, 2012. (Coleção Pesquisa em Artes)

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE*: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria/RS. *Informação e Informação*, Londrina, v. 19, n. 3, p. 86-106, set./dez. 2014. Disponível em: <www.uel.br/revistas/informacao/104>. Acesso em: 12 abr./04/2015.

FIOCRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. *Manual de Organização de Arquivos Pessoais*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *O que são arquivos pessoais*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acero/arquivospessoais>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O indivíduo fora do lugar*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.

ICA. Conselho Internacional de Arquivos. *ICA-AtoM*: manual do usuário. 2011. Disponível em: <www.ica-atom.org/doc/User_manual/pt>. Acesso em: 18 fev. 2015.

McKEMMISH, Sue. Provas de mim: novas considerações. In: TRAVANCAS et al. *Arquivos pessoais*: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 17-43.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. *Descrição e Pesquisa*: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

SHELLENBERG, Theodore. *Documentos públicos e privados*: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais. In: MAST 30 ANOS: museologia e patrimônio, 2015, Rio de Janeiro. Marcus Granato (Org.). *Anais...* 1. ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015, v. 1. p. 178-203.

THOMAZ, Kátia de Pádua. Gestão e preservação de documentos eletrônicos de arquivo: revisão de literatura, parte 1. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 8-30, 2005. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=6594>. Acesso em: 5 abr. 2015.

DE MEMÓRIA PESSOAL À CATEGORIA DE FONTE: A VISIBILIDADE DE UM ARQUIVO PARTICULAR

Bruno Alves Dassie
Letícia Maria Ferreira da Costa

1 Introdução

Num momento em que se vive a “nova história cultural”, os arquivos pessoais particulares ganham um *status* de fontes e constituem-se um “campo estratégico para a exploração de um tema ‘clássico’ nas ciências sociais, qual seja, o da relação entre indivíduo e sociedade”.⁴⁹ As pesquisas em história das disciplinas escolares nas duas últimas décadas também vêm sendo estimuladas no Brasil, trazendo à tona discussões sobre a trajetória histórica dos saberes escolares. Tais investigações incorporam como fonte de pesquisa produções do cotidiano escolar, como, por exemplo, cadernos de alunos, livros didáticos, provas escolares, documentos oficiais e programas de ensino, que geralmente são encontrados em arquivos de instituições ou até mesmo em arquivos pessoais. Em particular, pesquisas em História da Educação Matemática no Brasil também estão sendo estimuladas, e esta produção ganhou impulso a partir do final da década de 1990. Tais pesquisas têm se intensificado e se institucionalizado nos últimos anos.

A historiografia do ensino de matemática viu, nas últimas décadas, diversos trabalhos realizados a partir de fontes oriundas de arquivos pessoais. Citamos, por exemplo, os trabalhos de Dassie⁵⁰ e suas relações com as reformas de ensino nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil, e os arquivos pessoais do professor do Colégio Pedro II, Euclides Roxo, e o arquivo do então ministro Gustavo Capanema. Além

⁴⁹ HEYMANN, L.Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller, p. 42.

⁵⁰ DASSIE, B. A. *A Matemática do curso secundário na Reforma Gustavo Capanema*; e DASSIE, B. A. *Euclides Roxo e a constituição da educação matemática no Brasil*.

disso, podemos citar os esforços do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (Ghemat) de São Paulo com a manutenção e produção de diversos arquivos pessoais de professores de matemática em destaque no campo da Educação Matemática.⁵¹

Esse contato com documentos de caráter pessoal de determinado sujeito confere às análises historiográficas relativas ao ensino da disciplina uma nota singular, pois auxiliam uma aproximação à história social das disciplinas, na análise dos indivíduos que atravessaram essa história.

Neste texto propomos a apresentação e divulgação de um trabalho com arquivo pessoal que vem sendo desenvolvido paulatinamente há quatro anos no âmbito da pesquisa em história do ensino de matemática. Trata-se do trabalho realizado com o arquivo pessoal privado do ex-aluno Tiago Ferreira da Costa do Colégio de São Bento do Rio de Janeiro (CSB), contendo basicamente seus cadernos escolares da disciplina matemática, que abarcam os anos de 1970 a 1974, ano em que o colégio estava sujeito a uma nova orientação do ensino de matemática, num momento em que essa disciplina vivia o Movimento da Matemática Moderna. O arquivo pessoal contém ainda listas de exercícios, provas e apostilas de conteúdo. A organização desse arquivo constituiu uma fase de um trabalho de iniciação científica desenvolvido na Universidade Federal Fluminense, finalizado em 2012.⁵² Após uma breve apresentação das metodologias utilizadas nessa organização, detalharemos como esta se sucedeu; expomos, além disso, o conteúdo do arquivo pessoal e oferecemos, finalmente, uma possibilidade deste se tornar uma fonte, no sentido exposto por Heymann, para quem “um arquivo fica disponível como fonte de pesquisa depois de passar do domínio privado ao público”.⁵³

⁵¹ Para maiores detalhes ver: <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/paginas/about_ghemat.htm>.

⁵² O resumo do relatório final do projeto está disponível em: <<http://www.revistapibic.uff.br/images/PDF/Humanas%202.pdf>>, p.42 -43.

⁵³ HEYMANN, L.Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller, p. 48.

2 Metodologias de organização e exploração do arquivo pessoal

O encantamento dos cientistas sociais por arquivos pessoais, e nosso também, historiadores da educação, é caracterizado por Heymann⁵⁴ e Gomes⁵⁵ como quase irresistível. Este movimento do historiador em direção a campos nunca antes explorados, recheados de curiosidades, enigmas, papéis e cartas pessoais, carrega, na denominação de Gomes,⁵⁶ “um grande feitiço”.

Em nosso primeiro contato com os arquivos pessoais, podemos dizer que fomos “enfeitiçados” pelas novidades, intimidades e revelações que nos proporcionaram tais conjuntos de documentos. Cientes, no entanto, das críticas e escolhas que éramos obrigados a fazer, caminhamos no sentido de desfazer os feitiços. Percebíamos, como a autora explica,

[que os arquivos privados constituíam-se] para o historiador, um prato cheio e quente [...] que, para ser degustado com o prazer que pode proporcionar, os historiadores devem se municiar dos nada novos procedimentos de crítica às fontes, guarnecidos com escolhas teóricas e metodológicas capazes de filtrar o calor, de maneira a não ter a boca queimada.⁵⁷

Na organização dos documentos do arquivo pessoal do ex-aluno, nos preocupamos com a acumulação que originou o acervo, pois esse trabalho

[...] preconiza que a documentação acumulada por determinada instância, seja ela uma pessoa física ou uma instituição, pública ou privada, deve ser mantida coesa, respeitando-se a individualidade do conjunto, sem misturá-lo a documentos de outras origens, na medida em que tem uma singularidade orgânica que lhe confere sentido,

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ GOMES, A. C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid., p. 125.

por refletir atividades, dinâmica e critérios da instância responsável pela acumulação..⁵⁸

Cabe destacar finalmente o que acreditamos ser os desafios no trabalho com e na organização e exploração dos arquivos pessoais: a) atentar para o fato de que o responsável pela organização e sua ingerência sobre os documentos é um fator a ser considerado pelo pesquisador, pois ele “exerce papel preponderante na construção das fontes”, estabelecendo os critérios que serão considerados na elaboração das unidades;⁵⁹ b) ser necessário fazer escolhas, “ter coragem e segurança para descartar muito do que coletou, hierarquizando seus documentos e deixando claro para o leitor que é ele, pesquisador, quem conduz a fonte, e não é por ela conduzido/possuído”;⁶⁰ c) e, também como observado por Gomes,

[...] não confundir a qualidade/originalidade da fonte com a qualidade/densidade do texto. Este dependerá sempre e fundamentalmente da qualidade do historiador [...]. A descoberta, a produção e a invenção de fontes podem ser infinitas, mas a imaginação e a criatividade do pesquisador estão na própria origem desse processo que [...] se articula com as permanentes transformações do campo historiográfico.⁶¹

3 O Arquivo Pessoal de Tiago Ferreira da Costa

O arquivo pessoal de Tiago Ferreira da Costa (APTFC) constituiu-se na principal documentação utilizada no projeto de iniciação científica que apresenta as primeiras reflexões sobre o material em relação aos conteúdos tratados no Colégio de São Bento durante o Movimento da Matemática Moderna. Já a trama de condicionantes para o entendimento da proposta particular do Colégio de São Bento

⁵⁸ HEYMANN, L.Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller, p. 43.

⁵⁹ Ibid., 51.

⁶⁰ GOMES, A. C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais, p. 125-126.

⁶¹ Ibid., p. 126.

foi divulgada em uma dissertação de mestrado que também usufruiu desse arquivo pessoal.⁶² Uma análise mais explanadora das especificidades dos textos contidos nas fontes, suas implicações e revelações para a historiografia do ensino de matemática resta ainda a ser cumprida.

Denominado por nós pelas siglas APTFC, esse arquivo é composto basicamente por cadernos escolares, listas de exercícios com algumas de suas respectivas resoluções, provas e testes e fragmentos de apostilas de conteúdo.

Se é importante não perder de vista a imbricação entre titular e arquivo e o próprio processo de acumulação, única perspectiva capaz de conferir sentido aos registros documentais preservados por um indivíduo, por outro lado uma associação pura e simples entre esses dois elementos poderia levar a pelo menos dois equívocos [...] Um segundo equívoco seria imaginar o arquivo como a “memória”, em estado bruto, de seu titular, como resultado de uma seleção estabelecida definitivamente por ele quanto ao que preservar e de que maneira.⁶³

O que o autor aponta como um equívoco consiste justamente, no caso do APTFC, em sua singularidade. Este arquivo possui características incomuns a arquivos pessoais de indivíduos de renome numa sociedade, e que hoje são preservados em organizações públicas ou particulares e abertos à pesquisa. Uns mais ricos outros mais pobres, estes arquivos contêm cartas, documentos, livros, uma gama de material que versa sobre ou dá indícios da vida política, social, intelectual ou profissional do indivíduo, e o acúmulo é comumente feito de forma não sistemática, muitas vezes sem a intenção objetiva de guardar, preservar. O arquivo pessoal de Tiago Ferreira da Costa, ao contrário, não possui estas características: ele é de natureza unicamente escolar e foi preservado propositalmente como memória, por uma questão de apego, carinho, admiração, gosto do indivíduo por seu conteúdo. O acúmulo de material foi realizado ao longo de seis anos, período durante o qual o titular cursava os ensinamentos ginasial e científico no Colégio de São

⁶² Para a dissertação completa, acessar: <<http://www.pg.im.ufrj.br/pemat/61%20Leticia%20Costa.pdf>>.

⁶³ HEYMANN, L.Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller, p. 44.

Bento e era ainda bem jovem. Dessa forma, o APTFC é sim, a nosso entender, e aqui nos desviamos do que Heymman salienta, “a memória de seu titular”, é fruto de uma seleção consciente sobre o que preservar.

O titular do APTFC preservou apenas seu material escolar da disciplina matemática. Isto é bastante característico no momento de mostrar a intenção do titular de conservar seu material. Objetos que se remetiam a outras disciplinas escolares não foram mantidos, não por uma questão de impossibilidade, mas por interesse específico direcionado do ex-aluno de arquivar o material de matemática usado durante aqueles seis anos. O arquivo, localizado na residência do ex-aluno, foi cedido temporariamente para que se fizessem análises e pesquisas a respeito das primeiras experiências do Movimento da Matemática Moderna no referido colégio.

Antes de apresentarmos o conteúdo do arquivo e uma breve análise feita sobre os textos nele contidos, vale destacar o bom estado físico em que se encontravam os documentos do arquivo, apesar de terem sido achados todos em uma caixa de papelão, empilhados aleatoriamente, sem nenhuma organização inicial. Por constituírem-se objetos bastante específicos e diferentes entre si, a realização do inventário e a gerência dos documentos não apresentaram maiores dificuldades.

Os seis cadernos contidos no arquivo são datados entre anos de 1971, quando o ex-aluno cursava o 2º ano ginásial, e 1976, ano em que deixou o colégio ao terminar o 3º ano científico. Apenas um dos seis cadernos não contém data explicitamente, porém uma análise de conteúdo e testemunho do próprio ex-aluno permite concluir o ano e a série escolar correspondentes.

As quase trinta listas de exercício encontradas no arquivo perfazem um total de mais de 600 tarefas, abordando conteúdos de todo o ciclo ginásial e científico. Dentre as listas, algumas vêm acompanhadas das resoluções do próprio aluno. Cabe ressaltar que estas listas estão sem data, mas, como veremos mais adiante, isto não foi impedimento para identificarmos as séries às quais cada uma delas faz referência.

As provas e testes são relativos apenas ao 2º e 4º anos do ginásio e aos dois primeiros anos do científico. Todos estes documentos contêm o nome do aluno, a série, a data e o nome do professor. Com exceção de duas num total de vinte e três provas, todas elas acompanham a respectiva resolução do ex-aluno, a correção do professor e a nota atingida.

Essas três categorias de objetos – cadernos, listas de exercícios e provas – foram facilmente identificadas como tais por sua natureza própria. Para o restante dos documentos do arquivo, foi necessária uma análise mais pontual e um olhar específico para o conteúdo a fim de serem identificados e distribuídos nas categorias que buscávamos elencar.

Foi o caso, por exemplo, dos fragmentos de apostilas de conteúdo. Assim foram denominados os seis diferentes documentos identificados como partes de uma grande apostila de conteúdo fabricada e utilizada nas aulas do ginásio pelo professor Dom Ireneu Penna, o responsável pela reorientação da metodologia e dos conteúdos de matemática no Colégio de São Bento. Tal conclusão foi possível graças à ajuda e colaboração de dois outros ex-alunos e de uma ex-professora que gentilmente emprestaram suas apostilas (denominadas *Apontamentos de matemática*), dessa mesma época, e que, por sua vez, estavam bem completas. Cabe ressaltar que alguns dos fragmentos das apostilas do acervo são cópias dos manuscritos da primeira versão desse material, e que todos eles remetem às séries ginásiais.

Foi também encontrado no arquivo um documento denominado “Curso de extensão cultural: as ideias fundamentais da matemática”, no qual podem ser lidas algumas anotações que permitem identificar Dom Ireneu como ministrante de tal “curso”. O documento, no entanto, cujo texto não ultrapassa uma página, é desprovido de qualquer referência em relação à data ou à série em que foi ministrado. Nesse pequeno documento, pode-se também encontrar uma seção com sugestões de leituras, não só relativas à matemática, mas também à história e filosofia matemática.

Identificamos, assim, cinco categorias de documentos, que foram então separadas e classificadas em Séries:

- Série 1 – Cadernos;
- Série 2 – Listas de Exercícios;
- Série 3 – Apostilas de Conteúdo;
- Série 4 – Provas e Testes;
- Série 5 – Outros.

O conteúdo dessas séries, por sua vez, foi catalogado e ordenado por data, quando possível, por conteúdo ou por meio de outras fontes de identificação de

uma sequência de abordagem, como foi o caso dos fragmentos de apostilas, como descrito mais adiante.

A identificação na capa dos cadernos da série à qual pertenciam e de seu respectivo ano (além da turma à qual o ex-aluno fazia parte) permitiu uma ordenação por data sem maiores dificuldades. Foi realizada também uma análise página a página de forma a explicitar os tópicos e conteúdos contidos em cada um dos cadernos. Dessa maneira, se obteve uma relação ano/série do conteúdo abordado, que permite uma análise de seleção e distribuição de conteúdos ao longo dos anos abordados.

As listas de exercícios, sem data, foram catalogadas, fazendo-se uma relação com a sequência em que os conteúdos foram abordados ao longo dos sete anos de estudo no colégio. Essa correspondência foi viável graças ao entrecruzamento de fontes. Os cadernos, mas sobretudo os índices das apostilas completas, foram os norteadores dessa tarefa. Efetuou-se uma análise, lista a lista, seguida de um fichamento com a descrição do(s) conteúdo(s) abordado(s) por cada uma delas que foram, simultaneamente, comparados aos tópicos das apostilas ou dos cadernos.

Os poucos fragmentos de apostila existentes exigiram uma análise mais cuidadosa ao serem catalogados. A ordem dos assuntos presente nos cadernos não era suficiente para se chegar a um resultado aceitável. Somente com o auxílio dos *Apontamentos de matemática* – versão final destas apostilas de conteúdo – foi possível, em primeiro lugar, triar por assunto as quase 60 folhas em mãos (encontradas aleatoriamente postas umas em cima das outras) e, em seguida, contabilizando um total de seis assuntos, catalogar cada bloco formado de acordo com a ordem em que apareciam nas apostilas.

A ordenação das provas e testes, assim como os cadernos, também usufruiu das informações contidas nos próprios objetos. Os documentos foram classificados de acordo com a série escolar a que pertenciam e em seguida sub-classificados por data.

Foi necessária a criação da Série 5 para alocar o restante dos documentos encontrados: um trabalho de matemática, de série e ano não identificados, e o trabalho Ideias Fundamentais da Matemática, anteriormente citado.

Todas as catalogações supracitadas seguiram um único modelo de nomeação. Cada documento do acervo pode ser identificado por meio de dois números que indicam, respectivamente, a série ao qual pertencem e a posição que ocupam entre

os documentos de sua série. As identificações são seguidas do nome do documento, juntamente do número de tarefas aí contidas e do número de páginas que o constituem. Em seguida, indica-se a data do documento ou a sigla “s/d” caso esta não conste no documento.⁶⁴

4 Repositório Institucional e o arquivo pessoal Tiago Ferreira da Costa

Nos últimos anos observa-se um crescimento de acervos digitais e consequentemente discussões sobre a relação entre preservação, memória e acesso a informação. Em relação a impresso, em especial, os livros, têm-se os trabalhos de Darton e Martins.⁶⁵ Em uma perspectiva dos arquivos, podemos citar o livro *Diferentes olhares sobre os arquivos online: digitalização, memória e acesso* e destacar o início da apresentação, feita por Maria Celina de Mello e Silva:

O acesso a informações contidas nos arquivos sempre foi um desafio para os profissionais e para as instituições guardiãs de acervos documentais. Com as novas tecnologias da informação e comunicação e, em especial, com a internet, o desafio tornou-se ainda maior. O aumento do número de usuários e a diversidade do seu perfil e necessidades de informação foram determinantes para que as instituições dessem início a estudos e reflexões no sentido de se reestruturarem diante da nova realidade.⁶⁶

Na perspectiva de iniciativas institucionais, as universidades iniciam com os depósitos de dissertações e teses. E, em alguns casos, esta proposta é significativamente ampliada com o projeto dos repositórios associados ao sistema *DSpaceInstitutional*

⁶⁴ Por exemplo, o documento **TFC.T.4 [16]** *Prova Março Abril, 9 tarefas c/ resoluções. 5 fls. 1974*, indica que é um documento da Série 4 (Provas e Testes) e é o 16º dentre todas as provas e testes do acervo.

Outros exemplos:

TFC.T.2 [02] *Exercícios de Geometria*, contendo 39 tarefas - 2 fls. s/d.

TFC.T.1 [01] *Caderno do 2º ano ginásial* contendo: relação em um conjunto de peças do Jogo Lógico; funções: [...] 71 fls. 1971.

⁶⁵ DARTON, R. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*; e MARTINS, A. A. et al. (Orgs). *Livros e telas*.

⁶⁶ OLIVEIRA, L. M. V.; SILVA, M. C. S. M. *Diferentes olhares sobre os arquivos online: digitalização, memória e acesso*, p. 7.

Digital Repository System. Considerando a acepção de que “Um repositório digital é uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado”, as universidades promovem e estimulam o seu uso. Tal proposta baseia-se no fato de que:

A capacidade de contar com um espaço, onde possa ser depositada a produção científica de uma instituição, propicia o ambiente necessário para a discussão entre os pares, o intercâmbio de ideias dentro de uma comunidade de pesquisadores e a revisão constante das versões de um documento. O debate crítico é alimentado de forma aberta pelos participantes dos repositórios de arquivos abertos, onde não se tem limite para o tamanho dos documentos ou extensão temporal da discussão de qualquer tema. São resolvidos os problemas de distribuição dos canais formais e o acesso pode ser gratuito. Por serem um veículo de auto publicação por natureza, os arquivos/repositórios abertos solicitam, apenas, uma promoção institucional para seu uso. As instituições reconhecem os materiais arquivados e os valorizam, estabelecendo as ligações entre a informação que precisam e aquela que desejam disponibilizar abertamente.⁶⁷

Os repositórios também têm sido usados como suporte para projetos de grupos de pesquisa associados aos movimentos de preservação documental. Podemos citar, por exemplo, o Repositório Institucional da UFSC e os projetos do grupo Ghemat, já citado anteriormente.⁶⁸ Na mesma perspectiva, tem-se a iniciativa do Grupo de Pesquisa História e Educação Matemática (Hedumat) da UFF e o seu Repositório Institucional.⁶⁹

Em especial, este grupo mantém uma comunidade (denominação própria do sistema): <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/387>>. O trabalho

⁶⁷ VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. *Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace*, p. 4.

⁶⁸ Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Um relato sobre este repositório e os trabalhos realizados por este grupo de pesquisa encontram-se na publicação *Repositório*, de autoria de David Antonio da Costa, publicado em 2015 pela Livraria da Física na coleção *Cadernos de trabalho*, volume 3, organizada por Wagner Rodrigues Valente.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/>>.

iniciou com a preservação de obras didáticas publicadas e/ou utilizadas no Brasil entre o século XVIII e XX, que fazem parte dos acervos pessoais dos professores vinculados e já se encontram em domínio público. Um dos projetos consiste na digitalização de tais obras para que este acervo seja disponibilizado no Repositório da UFF. A primeira etapa já se encontra realizada e contamos com 13 volumes.⁷⁰ Em 2015, inicia-se uma parceria com os professores da Unicamp para disponibilizar o acervo preparado pelo Grupo de Pesquisa História, Filosofia e Educação Matemática (Hifem). A segunda etapa dessa proposta consiste em disponibilizar outros tipos de materiais e fontes de pesquisa, como, por exemplo, os arquivos pessoais.

Nesse sentido, inicia-se, então, a digitalização e organização mais detalhada, a partir de um inventário sumário, do Arquivo Pessoal Tiago Ferreira da Costa. Ampliam-se, portanto, os objetivos da proposta do Repositório, que contribui de maneira bastante completa no sentido de transformar em fonte um arquivo pessoal.

5 À guisa de conclusão

O arquivo pessoal tratado neste trabalho apresenta-se como um impulso para a escrita de uma história do ensino de matemática, em particular na cidade do Rio de Janeiro. A exploração do APTFC, sobretudo dos cadernos, revela, por exemplo, a escolha que o Colégio de São Bento fez, na década de 1967/68, para seu ensino de matemática, que se conclui ter sido pautada nas propostas do matemático belga, Georges Papy. A análise dos cadernos permitiu-nos ainda observar até que medida as propostas de Papy foram seguidas e qual foram as escolhas didáticas e de conteúdo do mentor e executor dessa nova orientação de ensino.

O contato com este arquivo pessoal – acumulado como uma intimidade do produtor – e sua visibilidade progressiva – inicialmente com a divulgação do trabalho de iniciação científica e posteriormente com a dissertação de mestrado – levaram-nos a encontrar um novo arquivo pessoal, o de dom Ireneu Penna, o monge e professor de matemática responsável pelos novos rumos da disciplina no CSB na década de 1970. O arquivo pessoal de Tiago Ferreira da Costa, além de compor, por seus conteúdos

⁷⁰ <http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/633>.

textuais, um manancial para a história da disciplina matemática, mostra-se como um impulso para o desenvolvimento de novas pesquisas na área, tanto pelo seu conteúdo próprio quanto pelo o que ele pode ainda revelar sobre outros arquivos.

Compreendemos com Belloto que o trato com arquivos pessoais traz enormes inter-relações com diversas áreas, como psicologia, história, literatura, sociologia, etc., no sentido de sua exploração e difusão, traduzindo-se em enriquecimentos recíprocos. Ao divulgar o APTFC, pretendemos proporcionar estas inter-relações e abrir novos caminhos de exploração do material, que acreditamos ainda ser muito rico.

Belloto comenta ainda que

Interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares, os arquivos pessoais não tinham merecido, até duas ou três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito a sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como poderiam e deveriam ser.

Hoje a situação é bem outra. Com os arquivos pessoais inspirando e documentando trabalhos acadêmicos e de ficção (literatura e cinema), dando origem a exposições e motivando publicação de instrumentos de pesquisa, [...] estão demonstrados a *dinamização e o crescimento dos recolhimentos, da organização e da disponibilização dos documentos de origem privada* em entidades especializadas públicas e particulares.⁷¹

A possibilidade de divulgação e a exploração de uma intimidade e de uma memória – aspectos inerentes ao arquivo pessoal apresentado – são exemplos desta nova situação apresentada por Belloto, desta popularização no trato com e da visibilidade progressiva dos arquivos pessoais.

⁷¹ BELLOTO, H. L. *Arquivo: estudos e reflexões*, p. 108. Grifo nosso.

Referências

ABELLÁS, J. B. Y. Arquivos pessoais, saberes coletivos: A organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak. In: SANTOS, P. R. E.; SILVA, M. C. S. M. (Org.). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivos Brasileiros, 2012. p. 75-88.

BELLOTO, H. L. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

COSTA, D. A. *Repositório*. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2015. (Cadernos de trabalho, 3)

DARTON, R. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DASSIE, B. A. *A Matemática do curso secundário na Reforma Gustavo Capanema*. 2001. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Departamento de Matemática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____. *Euclides Roxo e a constituição da educação matemática no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

GOMES, A. C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. *Estudos históricos*, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HEYMANN, L. Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos históricos*, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.

MARTINS, A. A. et al. (Orgs). *Livros e telas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

OLIVEIRA, L. M. V.; SILVA, M. C. S. M. *Diferentes olhares sobre os arquivos online: digitalização, memória e acesso*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. *Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace*.

Disponível em: < <http://eprints.rclis.org/7168/1/viana358.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CARTA DE AMOR: ENTRE O REGISTRO DA INTIMIDADE E O ARQUIVO

Camila Mattos da Costa

O presente texto pretende discutir de que maneira a correspondência produzida na esfera da intimidade das pessoas é apresentada para os usuários de arquivos. Para isso, escolhemos um documento tipicamente presente na vida pessoal e íntima dos indivíduos. Neste texto, abordaremos em termos quantitativos a ocorrência da correspondência amorosa na base de dados da Library of Congress (EUA). Este trabalho divide-se em dois eixos de discussão: o primeiro deles apresenta uma discussão sobre os arquivos pessoais e a correspondência, mais especificamente, a carta e a carta de amor. O segundo apresenta os resultados obtidos em levantamento realizado na base de dados da Library of Congress (LOC).

A pesquisa apresentada aqui faz parte de uma pesquisa maior que pretende abordar as cartas de amor enquanto registros arquivísticos e de que maneira elas são descritas nos arquivos pessoais.

O *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* define os arquivos pessoais como “arquivos de pessoa física”,⁷² indicando a utilização do conceito de Arquivo. Arquivo é entendido como o “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

Aqui utilizaremos o conceito de arquivo pessoal oferecido por Oliveira,⁷³ que define como “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e funções sociais”. Para a autora, esse conceito destaca as “várias personas” do titular decorrentes da complexidade dos papéis representados ao longo da vida e que podem muitas vezes ser observados em seus arquivos.

⁷² ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, p. 34.

⁷³ OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. A propósito da carta de Mário, p. 2.

Os arquivos pessoais são compostos por diversos documentos bastante específicos e de origens diversas,⁷⁴ sendo muitas vezes produzidos no decorrer de atividades singulares de acordo com as funções exercidas pelo titular do arquivo tanto na esfera pública quanto privada. Muitos documentos não são regidos por normas claras de formatos diplomáticos, como os documentos oriundos de instituições públicas e privadas, mas recebem influência de outros códigos presentes na vida em sociedade. As cartas de amor são alguns desses documentos.

As cartas, enquanto expressão da comunicação humana, constituem um campo privilegiado de entrada na esfera do privado, dos relacionamentos, das sociabilidades e das familiaridades dos indivíduos.⁷⁵ Os autores de cartas amorosas objetivavam manifestar seu afeto, carinho e o ciúme de suas amadas por meio delas. De certo modo, pretendiam a diminuição das distâncias e preenchimento dos vazios. As cartas pessoais são capazes de evidenciar diversos aspectos das esferas pública e privada dos indivíduos e também as relações estabelecidas por e entre eles ao longo de suas vidas, seja na intimidade ou não. Esta sensação de entrada na vida íntima é um dos motivos que desperta interesse dos usuários de arquivo.

Como dito anteriormente, a correspondência não está isenta de normas. Assim, existe uma norma para a escrita de cartas (a ser seguida ou transgredida) em um conjunto formado por discursos, práticas e representações; “um objeto escrito (a carta) e suas práticas”; um “conjunto de relações sociais, sociabilidades com interdições e permissões, usos e modos que afetam uma sociedade que escreve e lê cartas” e também aos não leitores.⁷⁶ Uma carta nunca é um produto neutro.⁷⁷ O ato de escrever cartas é capaz de manifestar normas sociais, mas também pode vir a ser a manifestação da transgressão dessa normatividade.⁷⁸ Cabe ao autor da carta decidir sobre a transgressão ou o respeito das normas pré-estabelecidas.

A correspondência, principalmente a carta, é capaz de apresentar diversos aspectos da vida, mas principalmente ressaltar as relações e interações estabelecidas

⁷⁴ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais, p. 9.

⁷⁵ GASTAUD, Carla Rodrigues. *De correspondência e correspondentes: cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 e 1950*, p. 18.

⁷⁶ Ibid. p. 14.

⁷⁷ CERTEAU apud Ibid., p. 39.

⁷⁸ Ibid., 62.

pelos indivíduos. É necessária uma melhor compreensão de que maneira uma carta pode ser entendida como “documentos (informação) e como documentos de arquivo (prova do relacionamento das partes envolvidas, e em que medida seu valor informativo é dependente do seu valor probatório)”.⁷⁹ Para Schellenberg as cartas de amor podem ser consideradas documentos arquivísticos porque fazem parte de uma atividade organizada e, até mesmo, sistemática e podem servir de prova em situações determinadas como os divórcios, por exemplo.⁸⁰

A produção e acumulação de documentos que constituem um arquivo pessoal é atividade comum a muitos indivíduos. Os documentos constituintes de arquivos pessoais servem a diferentes propósitos ao longo da vida do titular. Além das funcionalidades práticas, legais, burocráticas, arquivos pessoais podem também constituir uma espécie de testemunho de uma vida. McKemmish aponta que a própria atividade de guardar documentos é, por si só, uma espécie de testemunho.⁸¹ Por que certos documentos são guardados em detrimento de outros? De que forma são organizados? Que fatores condicionam o comportamento de registro dos indivíduos? São uma maneira de evidenciar a vida, as atividades, as experiências, a identidade, enfim, o lugar onde estão inseridos no mundo. Assim como nos arquivos institucionais, é possível identificar nos arquivos pessoais as funções e atividades significantes e especificar que registros evidenciam essas atividades especificamente. As relações estabelecidas pelos indivíduos estão submersas em condições comportamentais e de interação que também podem se estender ao comportamento de arquivar.⁸²

Como dito anteriormente, os documentos têm lugar especial na comunicação humana. Até mesmo as formas de tratamento presentes na comunicação são indícios das relações sociais estabelecidas pelas pessoas. Por exemplo, a escolha de uma determinada linguagem e modo de se comunicar informa sobre as lealdades daqueles que se comunicam – por escrito ou não –, já que podem expressar solidariedade com aqueles que se comportam do mesmo modo e se distanciar daqueles que são diferentes.⁸³ Todavia, para Queiroz, a história da

⁷⁹ MCKEMMISH, Sue. *Evidence of me*, p. 8-9.

⁸⁰ SCHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, p. 44.

⁸¹ MCKEMMISH, Sue. *Evidence of me*, p. 2.

⁸² *Ibid.*, p. 3.

⁸³ BURKE, P. *A arte da conversação*, 39.

epistolografia ocupa um lugar marginal, inexistindo um “*corpus* coerente que favoreça uma retrospectiva referencial, exata, pertinente”.⁸⁴ Queiroz aponta ainda que a carta é uma forma de comunicação por escrito ondulante que, somada a outras características, ocupa lugares, de acordo com os interesses do autor. Ainda é

Instrumento e meio de comunicação pessoal e confidencial, quando não secreto, a carta escapa à divulgação a que necessariamente se sujeitam os gêneros literários. E ao lograr publicidade cumpre, frequentemente, função ancilar: qual seja a de iluminar episódios e eventos biográficos – velados ou ignorados –, explicar peculiaridades de comportamento, justificar inclinações, ojerizas, compromissos e hábitos de vida.⁸⁵

Em uma das definições do dicionário Michaelis, disponível *online*, a carta é o “escrito, fechado em envelope, que se dirige a alguém; epístola, missiva”. A carta é entendida no âmbito da diplomática como “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso”.⁸⁶

Neste trabalho, a carta de amor será entendida como o documento redigido com o objetivo de demonstrar afeto, para conquistar, manter, cultivar ou recuperar o afeto de outrem.

A troca de cartas exige o compartilhamento de um repertório de conceitos, modelos, gestos, costumes e palavras, compartilhados entre o remetente e o destinatário. As missivas se relacionam com o mundo exterior dos correspondentes. Gastaud aponta que, para que seja identificada como uma carta, algumas características precisam estar presentes, tais como: data-tópica, data, destinatário, saudações e despedidas, e uma distribuição adequada dos parágrafos.⁸⁷

A escrita de cartas também exige que determinados protocolos sejam seguidos. Gastaud indica a existência de protocolos gerais, utilizados na maioria das

⁸⁴ QUEIROZ, Maria José de. Prefácio: introdução ao falar amoroso, p. 10.

⁸⁵ Ibid., p. 10.

⁸⁶ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*, p. 39.

⁸⁷ GASTAUD, Carla Rodrigues. *De correspondência e correspondentes: cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 e 1950*, p. 63.

cartas, e protocolos específicos, utilizados em missivas trocadas por correspondentes particulares.⁸⁸ Os protocolos gerais fazem parte das convenções do gênero. Os protocolos específicos evidenciam relações sociais e de intimidade. Os protocolos gerais, costumeiramente presentes na maioria das cartas, são data e local, saudação e vocativo. Os protocolos específicos são estabelecidos entre os correspondentes, funcionando como um código entre eles. São a frequência de troca de missivas, a presença de expressões afetuosas e o tamanho da carta, por exemplo.

As cartas e demais formas de correspondência possuem objetivos claros que buscam atingir no destinatário o sentimento desejado. Gastaud aponta que as cartas de amor possuem uma característica “desarrumada” em comparação aos outros tipos da espécie cartas.⁸⁹ Esse aspecto caótico indicaria uma suposta desorganização intelectual da mente apaixonada que remete a carta.

No caso das correspondências e, principalmente da correspondência amorosa, a assinatura, os vocativos e pronomes de tratamento indicam a intimidade e o tipo de relacionamento estabelecido pelos missivistas. Outras características podem ser encontradas nas cartas, tais como a presença de recomendações diversas ao destinatário, arrebatamentos e juras de amor, apelidos carinhosos, e questões sociais que vão além do casal.⁹⁰

A correspondência tinha fundamental importância nos relacionamentos amorosos no século XIX e XX.⁹¹ Em caso de rompimento dos casais, era comum a devolução das cartas ao ex-amante.⁹² O objetivo de uma carta de amor é ser crível e parecer verossímil ao destinatário. Por isso, a redação obedece a certas regras de persuasão, objetivando alcançar uma sinceridade aparente.⁹³

O envio de cartas pessoais vem diminuindo progressivamente com a popularização das tecnologias da informação e comunicação. É prematuro afirmar que as cartas de amor acabarão, mas a quantidade de cartas em geral enviadas e recebidas vem reduzindo. Desta forma, é natural que as cartas de amor também sofram uma redução. Possivelmente, o documento “carta de amor” como entendemos

⁸⁸ Ibid., p. 98-99.

⁸⁹ Ibid., p. 99.

⁹⁰ PERRONE-MOISÉS, Leyla. Sinceridade e ficção nas cartas de amor de Fernando Pessoa, p. 178.

⁹¹ Ibid., p. 176.

⁹² Ibid., p. 183.

⁹³ Ibid., p. 179.

esteja em processo de substituição por novos tipos mais adaptados ao advento dessas tecnologias da informação. Por outro lado, as mesmas tecnologias que reduzem a produção de determinados documentos também facilitam a disseminação dos acervos arquivísticos por meio da *internet*. Com isso, muitas instituições acabam disponibilizando documentos produzidos na vida privada em bases de dados para acesso remoto. É o caso de muitos documentos presentes na Library of Congress. Assim, na área dos arquivos, é necessário pensar em estratégias para potencializar o acesso e a disseminação destes acervos. Uma delas é a disponibilização de cópias digitais, facilitando o acesso remoto. A seguir, apresentaremos e analisaremos os dados obtidos das buscas no sítio da LOC.

Fundada em 24 de abril de 1800, a Library of Congress é, segundo o *site* da instituição, a primeira instituição cultural dos Estados Unidos da América e a maior biblioteca do mundo. Seu acervo é composto por milhões de itens e inclui livros, fotografias, mapas, manuscritos e gravações de diversos tipos.

A base de dados da instituição exige o conhecimento da língua inglesa, mas não apresenta grandes dificuldades em sua utilização. O espaço para busca se encontra logo na página inicial da biblioteca. Entretanto, não foi possível encontrar rapidamente uma explicação sobre o que cada subdivisão do acervo ou demais classificações significava. Isto acaba exigindo conhecimento prévio que nem todo usuário possui. Por exemplo, que os arquivos pessoais – grupo que queremos abordar – são tratados como manuscritos nos arquivos de países de tradição anglo-saxã. A base de dados apresenta 18.219.898 itens. O número de itens disponíveis *online* é de 1.773.801. Segundo o sítio da instituição, a Library of Congress⁹⁴ conta com aproximadamente 60 milhões de itens na divisão de *manuscript/mixed materials*. A base de dados apresenta como resultado nesta seção 177.782 itens. Disponíveis *online* 161.465 itens. Estes resultados obtidos em 25 de abril de 2016.

Em busca realizada em 09 de maio de 2016, a expressão de busca *love letter* obteve em *all formats*, no total, 6.399 itens. Destes, 5.832 indicavam disponibilidade *online*. O período de 2000 a 2099 apresenta 1.327 ocorrências. O período entre 1900 e 1999 apresenta 1.317 ocorrências. O período de 1800 a 1899 apresenta 1.195 ocorrências. O período compreendido entre 1700 e 1799 apresenta 55 ocorrências.

⁹⁴ LIBRARY OF CONGRESS. Library of Congress.

O período compreendido entre 1600 e 1699 apresenta 07 ocorrências. O período compreendido entre 1500 e 1599 apresenta 06 ocorrências. Já o período entre 1400 e 1499 apresenta 05 ocorrências. É possível observar o crescimento a cada século. Estes resultados foram obtidos em todos os formatos indicados pela base. Como o objetivo deste estudo são cartas, o formato *manuscripts/mixed material* foi selecionado. Desta forma, o número de resultados foi de 2.727. Destes, 2.725 encontram-se disponíveis *online*. De 1700 a 1799, 34 resultados. De 1800 a 1899, 1073 resultados. De 1900 a 1999, 923 resultados. De 2000 a 2099, 333 resultados. Nesse recorte, também se observa o aumento das ocorrências ao longo dos anos.

A busca pelo termo *love-letter* apresentou os mesmos resultados da busca por *love letter*, quando efetuada na seção de manuscritos quanto em todos os formatos. Se buscamos pelo termo entre aspas “*love letter*”, os resultados obtidos são 267 itens e apenas 84 estão disponíveis *online*. Em manuscritos, o termo recupera apenas cinco itens. Quatro itens são do período compreendido entre 1800 e 1899 e um item do período entre 1900 e 1999.

O termo de busca *love correspondence* obteve em todos os formatos (*all formats*) 4.630 resultados. Destes, 3.916 estão disponíveis *online*. Destes resultados, 492 itens correspondem ao período de 2000 a 2099. O período compreendido entre 1900 e 1999 apresenta 695 resultados. Obtivemos 1.204 resultados entre 1800 e 1899. Foram 70 os resultados obtidos para o período de 1700 e 1799. Entre 1600 e 1699, três resultados. Entre 1500 e 1599, dois resultados. Por último, entre 1400 e 1499, um resultado. O resultado obtido na divisão de manuscritos foi de 2.225 itens. Encontram-se disponíveis para acesso remoto 2.217 itens. O período compreendido entre 2000 e 2099 apresenta 133 resultados. O período entre 1900 e 1999 apresenta 503 resultados. O maior número de resultados é obtido entre 1800 e 1899, com 1.158 resultados. Por último, o período compreendido entre 1700 e 1799 apresenta 63 resultados. “*Love correspondence*” recuperou apenas um item.

O termo *love letters* obteve 6.343 resultados. Estão disponíveis para acesso remoto 4.670 itens. Os resultados obtidos no período entre 2000 e 2099 foram 1.385. Entre 1900 e 1999 foram obtidos 1.004 resultados. No período compreendido entre 1800 e 1899, 558 resultados. O período entre 1700 e 1799 apresenta 37 resultados. Entre 1600 e 1699, sete resultados. Entre 1500 e 1599, cinco resultados. Entre 1400 e 1499, quatro resultados. Entre 1300 e 1399, apenas um resultado. Na divisão de

manuscritos, o resultado obtido é de 1.396 itens no total. *Online*, 1.394 itens. Destes, 268 resultados são do período compreendido entre 2000 e 2009. Foram obtidos 551 resultados entre 1900 e 1999. Os resultados entre 1800 e 1899 foram 464. Por último, a busca no período compreendido entre 1700 e 1799 originou 18 resultados. O termo “*love letter*” obteve 58 resultados e 57 apresentam disponibilidade *online*. Destes 48 correspondem ao período de 1800 a 1899 e apenas quatro ao período correspondente a 1900 e 1999.

O termo de busca *love mail* recuperou 6.468 resultados. Destes, 6.293 estão disponíveis *online*. Entre 2000 e 2009, foram obtidos 2.542 resultados. Entre 1900 e 1999, 977 resultados. Entre 1800 e 1899, 252 resultados. Entre 1700 e 1799, 29 resultados. Entre 1600 e 1699, 18 resultados. Entre 1500 e 1599, 14 resultados. Entre 1400 e 1499, 10 resultados. Entre 1300 e 1399, um resultado foi obtido. Por último, dois resultados foram obtidos no período entre 1200 e 1299. Na divisão de manuscritos, o número de resultados foi de 879 e todos os resultados encontram-se disponíveis *online*. Destes resultados, 247 foram obtidos no período entre 2000 e 2009. O período entre 1900 e 1999 obteve 429 resultados. Entre 1800 e 1899, 147 resultados. Por último, obtivemos um resultado entre 1700 e 1799. “*Love mail*” recuperou zero resultados.

Não é possível afirmar se todos os resultados obtidos com o termo de busca “*love letter*”, “*love correspondance*”, “*love-letter*”, “*love letters*” ou “*love mail*” são cartas trocadas entre pessoas que tenham algum tipo de envolvimento amoroso romântico. Aparentemente, não são. Entretanto, muitos dos resultados obtidos são cartas com os mesmos remetentes e destinatários. Algumas destas trocas de correspondência ao longo dos anos. Seria preciso um melhor entendimento do processo de busca da base de dados. Aparentemente, ela recupera os termos dentro dos documentos, o que também possivelmente explica a ocorrência de diários no meio dos resultados recuperados.

É importante destacar que optamos por realizar este levantamento em apenas um dia, já que observamos que o número de ocorrências tanto disponíveis quanto indisponíveis *online* alterava-se frequentemente, aumentando ou diminuindo o número de resultados obtidos. Isto é um sinal de que a base de dados da Library of Congress está sendo alimentada constantemente.

Destacamos a maior presença de itens encontrados com esses termos na seção de manuscritos no período compreendido entre 1800 e 1999, período esse no

qual também é possível identificar uma maior presença de correspondência em geral nos arquivos pessoais.

Outro dado a ser considerado é a relação inversa entre a diminuição de correspondências enviadas e recebidas na esfera privada, como é possível perceber nas relações sociais, e o aumento de ocorrências dos termos de busca na base de dados no século XX e XXI. Ou seja, tecnicamente, as pessoas não enviam e nem recebem cartas amorosas, mas as cartas ainda são um assunto que as toca de muitas maneiras, fazendo com que produzam outros documentos além das cartas. Talvez ocorra no momento uma mudança no entendimento do que é uma carta de amor, desviando-se das características originais e dando lugar a novos formatos bem distantes do seu formato original.

A presença da correspondência amorosa em arquivos pessoais, custodiados por instituições de custódia públicas ou privadas, é capaz de suscitar debates além daqueles voltados para o impacto da utilização das tecnologias de informação nos arquivos. É também necessário pensar de que maneira os arquivistas e os outros profissionais que lidam com acervos deste tipo podem gerenciar as tensões oriundas da dicotomia acesso *versus* direito à intimidade. Afinal, as discussões sobre os direitos à privacidade e intimidade ocupam lugar importante no âmbito dos arquivos pessoais, considerando que muitos documentos foram produzidos em momentos de intimidade e totalmente distantes de uma vontade de guarda para a posteridade. As cartas de amor foram produzidas para dar conta das necessidades de comunicação afetiva entre os casais.

Para concluir, é importante que as instituições custodiadoras atentem para a importância das tecnologias da informação e comunicação como ferramentas de divulgação, acesso e preservação dos acervos, facilitando o acesso aos usuários de todos os tipos. Permitir que o usuário recupere documentos de acordo com o termo escolhido por ele não significa que ele será capaz de encontrar os documentos que precisa/deseja, principalmente em bases de dados que apresentam milhares de documentos como o caso da Library of Congress.

É preciso atentar-se para que não acreditemos que apenas a disponibilização *online* dos documentos de arquivo é garantia de que o usuário possa acessar o que realmente deseja e, no caso dos arquivos pessoais, que a preservação da intimidade e da privacidade dos envolvidos nos documentos também deve ser considerada uma responsabilidade do arquivista e dos demais profissionais.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 232. (Publicações técnicas, 51)

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

BURKE. P. *A arte da conversação*. trad. Álvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*., Rio de Janeiro: AAB, v. 7, n. 2, p. 5- 10, jul./dez. 2008

GASTAUD, Carla Rodrigues. *De correspondência e correspondentes: cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 e 1950*. Porto Alegre, 2009. Tese (doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LIBRARY OF CONGRESS. Library of Congress. Disponível em: <<https://www.loc.gov/>>. Acesso em: 9 maio 2016.

MCKEMMISH, Sue. *Evidence of me*. 2001. p. 16. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/mckemmish-s-evidofme-ch10.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

MICHAELLIS. Dicionário Michaelis. Editora Melhoramento, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 9 maio 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. A Propósito da Carta de Mário. In: FREITAS, Lúcia S. de; FONSECA, Vitor M. M. da; LIMA, Marcia H. T. de F. (Orgs.). *Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações*. Niterói: EdUFF, 2016. (Estudos da Informação, 4). No prelo.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PENNA, Patrícia Ladeira. A análise tipológica como método para identificar o comportamento social registrado nos arquivos pessoais. In: OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de; OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Preservação, Acesso, Difusão: desafios para as instituições arquivísticas do século XXI*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. p. 481-484.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Sinceridade e ficção nas cartas de amor de Fernando Pessoa. In: GALVÃO, Walnice; GOTLIB, Nádía Battella (Org.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

QUEIROZ, Maria José de. Prefácio: introdução ao falar amoroso. In: BARBOSA, Rui. *Cartas à noiva*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Civilização Brasileira, 1982.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. 3. reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL: OS DESAFIOS COLOCADOS À PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO MUNDO NO TEMPO PRESENTE

João Fernando Igansi Nunes

Priscila Chagas Oliveira

1 Introdução

A emergência da linguagem eletrônica e da reconhecida *Information and Communications Technology* (ICT)⁹⁵ resultou em uma profunda alteração na sociedade, seja por suas velocidades de conexão, que alteram as relações com o tempo e o espaço, ou pelas atuais circunstâncias dos modelos de produção, armazenamento, distribuição e acesso à informação.

Com o surgimento da informática e da introdução dos microcomputadores de uso pessoal, a partir dos anos de 1980, inaugurou-se a chamada cultura digital e com ela o ciberespaço,⁹⁶ novo espaço desterritorializado dos dados, informações e memórias da humanidade. Esse novo suporte/ interface da memória social é somente acessível através da interface humano-máquina. Sobre isso, Lev Manovich cunhou o termo *cultural interfaces*,⁹⁷ para exprimir as transformações oriundas da impressão, do cinema e das interfaces humano-computador na linguagem das interfaces gráficas (nas quais entendemos que os *websites* e *softwares* que operam pela *internet* são parte constituinte). Para ele, toda a cultura começa a ser filtrada através do computador, que faz a mediação da experiência humana.

⁹⁵ Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's);

⁹⁶ Ciberespaço: palavra de origem americana empregada pela primeira vez pelo autor de ficção científica William Gibson, em 1984, no romance *Neuromancien*. O Ciberespaço designa ali o universo das redes digitais como lugar de encontro e de aventuras, terreno de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural. Existe no mundo, hoje, um fervilhar de correntes literárias, musicais, artísticas, quando não políticas, que falam em nome da Cibercultura. (LÉVY, 2010, p. 104).

⁹⁷ Interfaces culturais, ver: MANOVICH, L. *Cinema as a cultural interface*.

A crescente criação e/ou adaptação de diversos museus, bibliotecas e acervos para o suporte digital denota a tendência à reformatação dos modelos usuais de registro, armazenamento e acesso às informações. A interface humano-máquina é o meio e o suporte através dos quais os sujeitos relacionam-se entre si, acumulando (ou pode-se dizer, compartilhando) e requalificando patrimônios culturais enquanto testemunhos históricos, representantes da coletividade contemporânea. A cultura digital pode ser, portanto, considerada também a cultura do acesso e do disponível.

Enquanto política de preservação – entendendo que preservar também é dar acesso – constata-se que instituições internacionais de referência no campo patrimonial indicam a digitalização enquanto medida de preservação. Vê-se, a exemplo, o Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus (Icom-Cidoc) que, através de suas diretrizes, sugere a digitalização dos acervos e a informatização dos sistemas de documentação como estratégias de preservação e socialização (democratização) das coleções. Surgem, assim, coleções musealizadas e patrimonializadas que terão sua existência em suporte digital, *on* ou *offline*, configurando-se nos mais recentes “patrimônios digitais”.

É nesse movimento de virtualização da memória que surge o Acervo Digital Bar Ocidente (ADBO), a partir de uma vontade de memória,⁹⁸ proveniente do proprietário do Bar Ocidente (Porto Alegre/Rio Grande do Sul/Brasil), que colecionou diversas fotografias, recortes de jornal e revistas, *flyers* e *banners*, e de *ex-habitués*, que viabilizaram o acesso a esse material através do projeto “Ocidente: Memória Cultural de Porto Alegre”.⁹⁹ Mas em que se constitui esse novo patrimônio em suporte digital? Como manter sua perpetuação para o futuro? Funari e Pelegrini afirmam: “Nunca se produziu tanto como agora, quando dispomos dos meios digitais. No entanto, a preservação desse patrimônio constitui um desafio proporcionalmente grande”.¹⁰⁰

Assim, diante da chamada “iconorreia midiática”,¹⁰¹ da infinidade de dados existentes *on* e *offline*, o que selecionar para representar a sociedade do tempo presente?

⁹⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.

⁹⁹ Projeto iniciado em 2011 pela Alecrim Produções Culturais e Cinematográficas e financiado pelo Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre/RS (Fumproart- SMC)

¹⁰⁰ FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*, p. 28.

¹⁰¹ Para Joel CANDAU em *Memória e identidade*, “iconorreia midiática” trata-se do fenômeno contemporâneo da exteriorização da memória que se exprime através da profusão de imagens que são estocadas, tratadas e difundidas continuamente.

Como garantir a preservação e a conservação dos novos suportes eletrônicos que surgem dia após dia, e que constituem acervos digitais, tais como o ADBO? O que se está preservando quando digitalizam-se e informatizam-se acervos analógicos que existem não só virtualmente, mas em sua concretude?

A fim de se chegar ao objetivo de refletir acerca do patrimônio, contemporaneamente requalificado pelo adjetivo digital, buscar-se-á a explicitação dessa noção enquanto categoria de pensamento,¹⁰² invenção e construção social,¹⁰³ um conceito nômade,¹⁰⁴ relacionando-o intrinsecamente aos atributos de herança, documento e informação.¹⁰⁵ Utilizar-se-á como base a *Carta sobre preservação do patrimônio digital*¹⁰⁶ e a Declaração de Vancouver *A memória do mundo na era digital: digitalização e preservação*,¹⁰⁷ ambos da United Nations Education, Scientific and Cultural Organization (Unesco), no intento de ponderar sobre os critérios norteadores para a identificação do que vem a ser o patrimônio digital e como garantir sua existência para o futuro. Por fim, utilizando como caso o ADBO, objeto de pesquisa de mestrado da autora, refletir-se-á sobre a relação profunda existente entre a acumulação e a dissolução na *web*, tal qual se vê no ADBO, que se encontra atualmente sem manutenção, denotando o risco colocado à manutenção da memória do mundo virtualizada.

2 Patrimônio, a explicitação de um conceito

A noção de patrimônio está intimamente ligada ao contexto histórico e cultural no qual está inserida e é utilizada. O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves¹⁰⁸ afirma que “patrimônio” está entre as palavras que mais utilizamos cotidianamente e, assim como CHOAY,¹⁰⁹ reconhece ser um conceito nômade,

¹⁰² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento.

¹⁰³ PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural.

¹⁰⁴ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*.

¹⁰⁵ DODEBEI, Vera. Patrimônio digital virtual: herança, documento e informação.

¹⁰⁶ UNESCO. *Carta sobre a preservação do patrimônio digital*.

¹⁰⁷ UNESCO. Declaração Unesco/Ubc Vancouver. *A memória do mundo na era digital: digitalização e preservação*.

¹⁰⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento.

¹⁰⁹ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*.

requalificado por diversos adjetivos: econômico, jurídico, genético, cultural, natural, histórico, material, imaterial e, contemporaneamente, digital. Partindo do pressuposto que todos esses atributos são construções sociais, culturalmente selecionadas, os chamados patrimônios artísticos, naturais e históricos podem muito bem encaixar-se dentro da noção ampla de “patrimônio cultural” que é: “*entendido como todo aquello que socialmente se considera digno de conservación independientemente de si interés utilitario*”.¹¹⁰

Para Hernández e Tresserras, patrimônio é tudo que passamos por herança (seja individual ou coletiva).¹¹¹ Faz a mediação entre a sociedade do presente e a do passado, em benefício ao seu futuro. O que é selecionado, a partir de critérios cambiantes, e preservado sob o título de “patrimônio cultural” torna-se legado cultural, que pode (e deve) ser utilizado por aqueles que representa. Tanto por isso está relacionado com a memória e a trajetória dos grupos sociais, uma vez que reflete valores, crenças, modos de ser e agir das sociedades. Mas também está ligado a uma “vontade de memória”.¹¹² Choay afirma:

Todo o objecto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino memorial. Inversamente, recordemo-lo, todo o artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memória.¹¹³

Nesse sentido, o surgimento da noção de patrimônio está comumente relacionado aos processos de consolidação dos Estados Nacionais no séc. XIX, quando monumentos foram erguidos, selecionados e politicamente investidos de uma função de memória. A escolha do que viria ser preservado perpassava a tradição disciplinar da elite intelectual daquele contexto: historiadores, arquitetos e artistas que fundamentalmente priorizavam as propriedades materiais dos objetos e sua

¹¹⁰ PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural, p. 63.

¹¹¹ HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. *Gestión del patrimonio cultural*.

¹¹² Termo relacionado com o conceito: “lugares de memória” de Pierre Nora. Nesses lugares, onde a memória viva, espontânea e verdadeira não mais habita, não há diferença rígida entre história e memória e o que se percebe é um jogo entre ambas, levando a sobredeterminação recíproca. Jogo esse que supõe um componente político, uma “vontade de memória”, uma “intenção de memória”. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.

¹¹³ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*, p. 25.

durabilidade, conforme se vê na fala de Hernández e Tresserras: “*el patrimonio está formado por objetos que permanecen a pesar del paso del tiempo, sea en uso, sea en un museo [...] Estos son una materialización de la historia*”.¹¹⁴

Porém, para Gonçalves, é necessário atentar-se para o caráter milenar dessa categoria de pensamento, pertencente também às sociedades tribais, em que sua análise assume contornos mais amplos. O que há de comum em ambas perspectivas é o estreitamento com a categoria “coleccionismo”, origem da constituição dos patrimônios: “Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionismo de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’”.¹¹⁵ Sendo assim, patrimônio e identidade associam-se, na medida em que a reunião de objetos culturais tem o propósito de reafirmar práticas ditas comuns, coletivamente compartilhadas ou (supostamente) herdadas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Unesco instaura um discurso: “As sociedades foram cada vez mais interpretadas como compostas por diversos grupos sociais, eles próprios fluidos e em constante mutação, com interesses possivelmente conflitantes”.¹¹⁶ Dá-se a expansão do conceito de patrimônio, ao mesmo tempo em que toma novo fôlego no âmbito social e legal, objetivando a preservação da diversidade, da multietnicidade e dos mais diferentes referenciais culturais existentes e reconhecidos: objetos, lugares, paisagens, festas, música, dança e técnicas. Abre-se, mesmo que singelamente, o campo de discussão política da seleção do patrimônio. Entra em jogo a sociedade civil e com ela outros critérios, além daqueles ditados somente pelo contexto científico e político.

Nos anos de 1980 e 1990, inúmeros outros avanços foram identificados no campo patrimonial,¹¹⁷ expandiram-se as disputas e alargaram-se as possibilidades para

¹¹⁴ HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. *Gestión del patrimonio cultural*, p. 14.

¹¹⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento, p. 22.

¹¹⁶ FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*, p. 24.

¹¹⁷ Citamos como marcos a consolidação entre os especialistas da noção ampliada de patrimônio, o reconhecimento das obras da cultura popular como passíveis de patrimonialização, além do aparecimento de novos modelos de gestão patrimonial, que têm como base o conceito de “patrimônio integral”, tais com Ecomuseus, Museus Comunitários e Museus de Território. Sobre o assunto, ver mais em: SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a Nova Museologia. Destacamos também a utilização do Inventário Participativo: “os inventários participativos são instrumentos de estímulo para que os próprios grupos e comunidades locais possam, em primeira pessoa, assumir a identificação, a seleção e o registro das referências culturais significativas para suas memórias e histórias sociais em seus processos de musealização” IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. *Programa Pontos de Memória faz levantamento de inventários participativos*.

que a própria sociedade civil pudesse selecionar, gerir e compartilhar seus próprios referenciais culturais. Com o surgimento e disseminação das TIC's, qualquer um pôde tornar-se autor, sujeito do seu próprio contexto, e, assim, estabeleceram-se os chamados “patrimônios digitais”.

3 Patrimônio digital, um desafio contemporâneo

Dentre as transformações que se deram nas últimas décadas no campo patrimonial, dar-se-á destaque ao câmbio da ênfase na materialidade dos objetos culturais para o seu caráter simbólico, representacional, subjetivo e emotivo. O patrimônio cultural começa a ser entendido como mediador das relações sociais e se preserva no compartilhamento, e não necessariamente na acumulação.¹¹⁸ A concepção moderna antropológica de cultura será norteadora dessas novas concepções, favorecendo a implantação deste debate no campo da cultura digital:

Isto nos facilita pensar também o patrimônio como pertinente ao mundo virtual, ao menos no sentido de transmissão digitalizada, que é mais compartilhada e não visa prioritariamente a acumulação, mas à socialização da informação.¹¹⁹

Com o surgimento da cultura digital, os gestores do patrimônio são levados a lidar com mais um desafio: o reconhecimento e a preservação dos “patrimônios digitais”.

Diversos são os instrumentos legais criados para a preservação e conservação das coleções: tombamento, inventário e registro. Em todos os casos, a digitalização e a informatização do sistema de documentação é estratégia de preservação e socialização dos acervos. Órgãos internacionais de referência como o Icom e a Unesco, em seus diversos documentos, salientam a importância do registro digitalizado dos bens culturais da humanidade a fim de que se

¹¹⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento.

¹¹⁹ DODEBEI, Vera. Patrimônio digital virtual: herança, documento e informação, p. 5.

perpetuem para o futuro de forma facilitada. Um projeto da Unesco ganha destaque nesse contexto e intitula-se Memória do Mundo. Foi criado em 1992 a fim de salvaguardar o patrimônio documental da humanidade, registrado e preservado em suporte digital, facilitando seu acesso e compartilhamento via ciberespaço. Aqui poder-se-ia também problematizar a escolha dos critérios estabelecidos para a seleção de quais bens integrarão a Memória do Mundo, mas apenas indicar-se-á que, independente do suporte e de quais foram os critérios para a sua seleção, diversos itens já patrimonializados estão sendo convertidos para a linguagem eletrônica e constituirão a memória da humanidade na *web*. É interessante destacar que:

[...] o fato é que o processo de digitalização desses patrimônios oferece à humanidade a oportunidade de mapear conceitos materiais e imateriais e de transferir-los para o espaço virtual onde a memória do mundo é construída já como uma coleção delimitada conceitualmente. Textos, imagens, sons organizados como em um recorte enciclopédico, podem ser acessados em tempo real por um número cada vez mais amplo de internautas que se apropriam, reformatam e devolvem ao ciberespaço novas informações.¹²⁰

Reconhecendo a grande quantidade de bens culturais convertidos ao suporte digital, transformados em *bits* e lançados na *web*, a Unesco lança em 2003 a *Carta sobre preservação do patrimônio digital*. Nela o órgão reconhece: “que tais recursos de informação e expressão criativa são cada vez mais produzidos, distribuídos, acessados e mantidos em formato digital, criando um novo legado – o patrimônio digital”¹²¹ e ainda atenta para o risco da perda e os desafios à preservação deste que, até o momento, era justamente a estratégia de preservação do patrimônio cultural material e imaterial. A Unesco os define as seguir:

Artigo 1 – Patrimônio Digital. Recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico

¹²⁰ DODEBEI, Vera. Patrimônio digital virtual: herança, documento e informação, p. 3.

¹²¹ UNESCO. *Carta sobre a preservação do patrimônio digital*, p. 1.

e administrativo ou abrangendo a informação técnica, legal, médica e outros tipos de informação, são cada vez mais criados digitalmente, ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital [...]. Materiais digitais incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, softwares, e páginas web, entre uma ampla e crescente variedades de formatos. Eles geralmente são passageiros e requerem produção, manutenção, e gerenciamento intencionais para serem preservados. Muitos desses materiais são de valor e significância duradouros e por isso constituem um patrimônio que deve ser protegido e preservado para as gerações atual e futura. Este patrimônio existe em qualquer língua, em qualquer parte do mundo, e em qualquer área do conhecimento e expressão humanos.¹²²

A partir dessa conceituação, parece clara a pretensão globalizante no discurso da Unesco, ao considerar todos (ou quase) os tipos de informação que são criados digitalmente ou convertidos. Lev Manovich¹²³ identifica a mudança do papel do computador de ferramenta para uma máquina de mídia universal, o qual “interfacea” dados predominantemente culturais: textos, fotografias, filmes, música, ambientes virtuais. Ele ainda afirma que não estamos mais interagindo com um computador, mas com a cultura codificados em formato digital. O patrimônio cultural é interfaceado, torna-se patrimônio cultural digital.

No entanto, reconhecer os bens culturais digitalizados já patrimonializados é menos problemático, mas e quanto aos criados apenas em formato digital, citados por Manovich e atestados pela Unesco? Bases de dados, mídias sociais digitais, ambientes virtuais, *softwares*, páginas da *web*. Aqui encontra-se o maior desafio. A delimitação do que deve ser mantido, explicitado no Artigo 7 da Carta, indica que tal seleção deverá ser feita conforme critérios de cada país, fundamentada em valores diferenciados. Mas quais valores são estes? Acredita-se que a busca pela resposta perpassa outras perguntas: O que se quer (deve) preservar, e para quem?

¹²² Ibid., p. 1-2.

¹²³ MANOVICH, L. *Cinema as a Cultural Interface*.

Vera Dodebei,¹²⁴ na intenção de identificar esses valores, afirmará que o “patrimônio digital” está intimamente ligado ao conceito de documento e seu valor como informação a ser compartilhada, distribuída e não apenas estocada. Reconhece-se seu valor de uso enquanto informação, mas também seu valor simbólico, uma vez que tem o poder de evocar e representar os sujeitos e contextos de criação, já que os referentes digitais nada mais são do que duplos simbólicos da realidade concreta. A autora ainda irá, em consonância com Pierre Lévy,¹²⁵ defender a volta da lógica da tradição oral, agora realocada para o ciberespaço. Os objetos culturais “interfaceados” tornam-se informação binária, memória da humanidade, passíveis de reformatação e reinterpretadas ao serem compartilhadas em tempo real por todos que se conectam à rede. Preservar na perspectiva contemporânea é socializar, enquanto memória viva, ainda compartilhada no tecido social. O ciberespaço, além de “lugar de memória”, passa a ser “interface de memória”.

Não obstante a essas questões, a Unesco manifesta outra grande preocupação: como preservar e garantir a salvaguarda desses patrimônios, dados e memórias da humanidade? Para tanto, lança em 2012 a *Declaração de Vancouver A memória do mundo na era digital: digitalização e preservação*, em que reconhece a importância dos dados digitais para a construção do conhecimento e da memória do tempo presente, e admite que o valor da informação digital é subestimado: “seja por causa da ausência de sistemas legais ou institucionais, seja porque faltam conhecimento, habilidade e/ou fomento para os que tem a custódia do acervo”.¹²⁶ Na Declaração, os países membros admitem que a digitalização é instrumento essencial para a preservação do patrimônio cultural e que o acesso à informação digital é direito de todos, da sociedade do presente e do futuro. Além, é claro, de considerar a preservação dos suportes digitais um desafio posto à confiabilidade das informações, à sua permanência e às questões de direito autoral, para os quais não existem ainda políticas e procedimentos estabelecidos.

Outra questão refere-se à lógica da constante atualização – para novas versões de programas ou suportes – ou simplesmente de informações, como por

¹²⁴ DODEBEI, Vera. Patrimônio digital virtual: herança, documento e informação.

¹²⁵ LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: futuro do pensamento na era da informática*.

¹²⁶ UNESCO. Declaração Unesco/Ubc Vancouver. *A memória do mundo na era digital: digitalização e preservação*, p. 1.

exemplo, sempre atualizar “meu *status* nas redes sociais” que mantém os dados circulando na *web*, através da cópia pelos compartilhamentos e do engajamento social em relação a uma mídia social. Porém, o desafio no campo patrimonial persiste, e tal situação foi constatada igualmente no caso do ADBO, como é possível ver a seguir.

4 Acervo digital Bar Ocidente e seu patrimônio cultural digital

É nesse movimento de virtualização da memória que surge o Acervo Digital Bar Ocidente. A partir de uma vontade de memória¹²⁷ proveniente do proprietário do Bar e de ex-*habitués*, criam-se projetos que viabilizam sua criação. Originário do projeto “Ocidente: Memória Cultural de Porto Alegre”, os idealizadores intencionaram dar acesso *online* aos testemunhos materiais, relíquias da trajetória do Bar Ocidente¹²⁸ – fotografias, páginas de jornais e revistas, *banners* e *flyers* – colecionadas por mais de 30 anos pelo proprietário Fiapo Barth. Não foi à toa que Fiapo reuniu este material sobre o Bar Ocidente, que viria a ser patrimonializado à nível municipal em 2012, conforme notificação do Diário Oficial de Porto Alegre, de 07 de maio de 2012.¹²⁹ Vale destacar que tal iniciativa partiu da produtora já citada, que buscou o Bar Ocidente como apoiador e parceiro e, portanto, o Acervo não possui vínculo institucional com o Bar. O orçamento que se tinha naquele momento foi fundamental para a escolha

¹²⁷ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.

¹²⁸ Conforme Oliveira (2013), o Bar Ocidente está localizado na Rua João Telles, esquina com a Avenida Osvaldo Aranha, Bairro Bom Fim, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul/Brasil) e marca a nova “Esquina Maldita”, legido dessa forma pelos órfãos - estudantes e ‘festeiros’ - da primeira “Esquina Maldita”, localizada na esquina da Av. Osvaldo Aranha com a Rua Sarmento Leite. Inaugurando em 3 de dezembro de 1980, cinco anos antes do fim da Ditadura Militar no Brasil, esse espaço transformou-se rapidamente, de um local marginalizado e “agitador”, para o principal ponto alternativo da cidade, representando e sendo representado pelos estilos de vida de seus frequentadores. Desde a sua criação, constitui-se em lugar de encontro, debate e diversão de sujeitos que, em diversos momentos, foram fundamentais nos movimentos de mudança de pensamento e abertura cultural da cidade. Permanece como local de encontro de intelectuais, artistas, universitários e músicos.

¹²⁹ O Secretário Municipal da Cultura, dando atendimento aos artigos 7º da lei Complementar 601, de 23 de outubro de 2008, NOTIFICA os proprietários e possuidores do imóvel à Avenida Osvaldo Aranha número 960/966 esquina Rua General João Telles - “Bar Ocidente” - sobre a INCLUSÃO NO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BENS IMÓVEIS, conforme parecer do COMPAHC nº 02/12 de 16/01/2012 e homologação do Senhor Prefeito de 18/01/2012.

do tipo de comunicação, mas também porque, conforme Gibran Bisio,¹³⁰ *designer* responsável pelo *site*, a digitalização dá uma sensação de segurança ao acervo, já que o seu referente analógico ficará protegido e conservado de fatores externos, ao mesmo tempo em que seu caráter informacional e visual estará disponível para todos (na sua versão digitalizada). O potencial de democratização e preservação do acervo foi o principal norteador das decisões tomadas pela equipe do projeto, que a partir de então constituiria o patrimônio cultural digital do Bar Ocidente.

Através de uma equipe interdisciplinar, a coleção física passou por um processo de musealização e, conforme Oliveira (2013), foi conservada (pequenos reparos e acondicionamento), documentada (por meio de inventário informatizado na plataforma *Excel*) e digitalizada por empresa especializada, a fim de ser comunicada *online*. A coleção em sua materialidade foi posteriormente entregue ao Fiapo Barth, ficando a equipe com a seu referente digitalizado, agora composto unicamente de imagens digitais, arquivos transcritos para o código binário. Organizado, mantido e gerido por *webdesigners* em uma base de dados informatizada, o acervo digitalizado tornou-se disponível através de uma interface amigável em uma página na *internet* (Figura 1).

Figura 1 - Página do ADBO



Fonte: ADBO, 2016 <<http://www.acervodigitalbarocidente.com.br/>>.

¹³⁰ BISIO, Gibran. *Gibran Bisio*: entrevista I.

A criação do ADBO faz parte de um movimento museológico e patrimonial contemporâneo de virtualização da memória e interfaceamento digital da cultura, pelos quais patrimônios culturais do passado e do presente tem passado. Salienta-se que, atualmente, sua página está sem manutenção, impossibilitando a consulta *online* de suas coleções. Em última análise, essa condição muito assemelha-se a de outros acervos e mídias institucionalizadas, denotando uma conjuntura recorrente e problemática dentro do campo da memória social.

Deduz-se disso que as intenções iniciais do ADBO de democratizar, protegendo ao mesmo tempo o acervo físico, estão de acordo com as políticas atuais defendidas e indicadas por órgãos internacionais, tais como o Icom-Cidoc e a Unesco, porém desconSIDERAM os perigos colocados à gestão da memória e do patrimônio digital na *web*.

5 Considerações parciais

Diante dos avanços das TIC's instaurados com o advento da cultural digital, o campo do patrimônio se deparou com o aparecimento de novos contextos a serem salvaguardados. O patrimônio cultural em seu alargamento conceitual passa a ser entendido como mediador, interface sensível da memória, bom para ser utilizado no empoderamento dos sujeitos. A expansão do conceito de patrimônio e sua compreensão antropológica abriram caminho para a instauração dos chamados "patrimônios digitais" e do aumento considerável de bens passíveis de patrimonialização, uma vez que se vive, contemporaneamente, a cultura do acesso e do disponível.

No entanto, foi em função dessa transformação que os diferentes grupos sociais, a partir de seus mais variados critérios de escolhas e valores, puderam se fazer representar, ter suas memórias e trajetórias incorporadas à grande rede mundial de computadores, agora vista como o banco de dados da memória da humanidade. O Acervo Digital Bar Ocidente é reflexo dessa mudança, e sua constituição revela memórias ordinárias de grupos sociais que tem o espaço do

Bar Ocidente em Porto Alegre/RS como um *locus* de ação e socialização, um fomentador da construção de uma memória coletiva. A potência do estar *online* só é subestimada pela preocupação de manter-se *online*, o que infelizmente não é mais o caso do ADBO, explicitado neste texto.

Há de se reconhecer a superabundância informacional e imagética que caracteriza este período de virtualização da memória. Huyssen,¹³¹ Candau¹³² e Connerton¹³³ atentam para dois perigos: o esquecimento pela obsolescência das mídias, que a todo momento se atualizam, deixando em desuso tecnologias anteriores num ínfimo espaço de tempo; e o esquecimento pelo excesso de informações produzidas, armazenadas e em circulação, que causam nos indivíduos imensas sobrecargas memoriais, deixando-os incapazes de conferir-las algum sentido. Logo, a acumulação e a dissolução são práticas e dinâmicas intrínsecas ao universo virtual, que levantam questões essenciais para a guarda e manutenção, tanto da memória do tempo presente, quanto dos acervos e coleções armazenados na *web*. A obsolescência dos meios e a dinâmica das interações na rede impõem uma relação diferente com a temporalidade. Nas mídias sociais, somente a dinâmica da constante atualização (para outras mídias, suportes, interfaces) mantém a atenção dos sujeitos e a manutenção das memórias.

Neste sentido, a Unesco é representante desse posicionamento internacional inquieto quanto à preservação da memória do mundo. A *Carta sobre a preservação do patrimônio digital* e a Declaração Unesco/Ubc Vancouver *A memória do mundo na era digital: digitalização e preservação* são iniciativas que deixam claro a urgência da abertura do campo das discussões sobre essa temática. Como preservar? Para quem? Como selecionar os novos patrimônios culturais diante da superabundância de informações? Talvez o fato dos “patrimônios digitais” terem a potencialidade de serem compartilhados em uma escala global se torne mais importante do que, necessariamente, estocá-los em alguma mídia. Ou talvez chegue-se à conclusão de que a efemeridade e instabilidade dos atuais suportes digitais, em função da sua obsolescência e

¹³¹ HUYSEN, Andreas. En busca del futuro perdido.

¹³² CANDAU, Joel. *Memória e identidade*.

¹³³ CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting.

falta de pessoal capacitado para geri-los, indique-nos que a melhor maneira de os manter para o futuro ainda é convertê-los novamente para suportes mais concretos e estáveis.

Referências

BISIO, Gibran. *Gibran Bisio: entrevista I*. [out.2013]. Entrevistador: Priscila Chagas Oliveira. Porto Alegre, 2013. 1 arquivo .amr (50 min.).

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. *Memory Studies*, v. 1, n. 59, 2008.

DODEBEI, Vera. Patrimônio digital virtual: herança, documento e informação. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro, Bahia. Anais...Porto Seguro, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2037/vera%20dodeber.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. *Gestión del patrimonio cultural*. 3. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007. 238 p.

HUYSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización*. México: FCE-Instituto Goethe, 2002.

IBRAM. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. *Programa Pontos de Memória faz*

levantamento de inventários participativos. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/tag/inventario-participativo/>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. *As tecnologias da inteligência: futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MANOVICH, L. *Cinema as a cultural interface*. 1997. Disponível em: <<http://manovich.net/index.php/projects/cinema-as-a-cultural-interface>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Priscila Chagas. *Uma esquina de testemunhos, um projeto de memórias: a musealização do patrimônio cultural do Bar Ocidente*. 2013. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88674>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

PORTO ALEGRE. *Notificação do Diário Oficial*, Ano XVII, Edição 4254, 7 mai. 2012. p. 14.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Politica y Sociedad*, Madri, n. 2, p. 63-76, 1998.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a Nova Museologia. In:_____. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc: Iphan: Demu, 2008.

UNESCO. *Carta sobre a preservação do patrimônio digital*. 2003. Disponível em: <http://www2.dem.inpe.br/ijar/UNESCOCartaPreservacaoDigital_PTfinal.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2013.

_____. Declaração Unesco/Ubc Vancouver. *A memória do mundo na era digital*:

digitalização e preservação. 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8242943-Declaracao-unesco-ubc-vancouver-a-memoria-do-mundo-na-era-digital-digitalizacao-e-preservacao.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

AS EXPOSIÇÕES DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA NA INTERNET

Priscila Soares Vaismam

Vanessa Rocha de Souza

1 Introdução

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) é uma instituição pública federal, vinculada ao Ministério da Cultura,¹³⁴ que tem por finalidade o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, além da divulgação da obra e da vida de Rui Barbosa.¹³⁵ As principais atividades da instituição relacionam-se à manutenção, preservação e difusão dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos sob sua guarda, bem como o desenvolvimento de estudos e pesquisas em suas áreas de atuação (Pesquisa Ruiana, Políticas Culturais, História, Direito, Filologia, Documentação e Preservação).

Dentre as atividades que se referem à preservação e difusão de acervos arquivísticos, destaca-se o projeto desenvolvido pelo Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI) da FCRB de realizar pequenas exposições com as temáticas mais recorrentes encontradas no acervo documental. Esse projeto possibilita que os documentos de arquivo aumentem cada vez mais sua visibilidade social por meio da promoção de identificação entre os visitantes e usuários com os bens culturais expostos.

As mostras de documentos arquivísticos acontecem, regularmente, desde 2011 e evidenciam um protagonismo assumido pelo SAHI no que diz respeito às estratégias de ampliação do uso dos arquivos e à produção de cultura. No

¹³⁴ O Ministério da Cultura é um órgão da administração pública federal direta que tem como competências implementar a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural. Para mais informações, acessar: < <http://www.cultura.gov.br/>>.

¹³⁵ BRASIL. Lei nº 4.943, de 06 de abril de 1966.

ano de 2015, duas dessas mostras tornaram-se acessíveis *online*, como parte dos conteúdos do sítio *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição*.¹³⁶ Neste trabalho, essas duas mostras serão utilizadas como ponto de partida para reflexão sobre exposições de documentos arquivísticos na *internet*, aqui entendidas como instrumentos de difusão cultural.

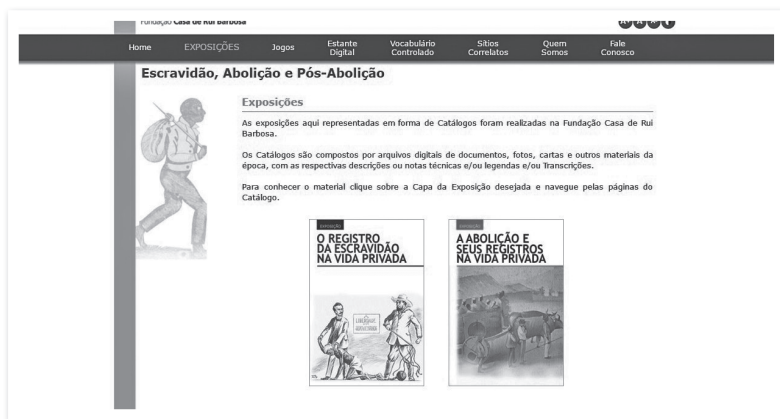
2 Sítio “Escravidão, Abolição e Pós-Abolição”

O portal *online* sobre escravidão africana, abolicionismo e pós-abolição da escravatura no Brasil, intitulado *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição*, foi lançado pela FCRB, com incentivo do Ministério da Cultura, em 23 de novembro de 2015. Seu desenvolvimento foi resultado de um trabalho interdisciplinar que envolveu servidores do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e a equipe do Laboratório de Automação de Museus, Bibliotecas Digitais e Arquivos¹³⁷ (Lambda) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A ideia central de concepção do sítio era promover a memória sobre o referido período e, também, divulgar o acervo custodiado pela FCRB sobre o tema, composto em sua maior parte por arquivos pessoais.

Além de funcionar como ferramenta de pesquisa nos temas propostos, o sítio busca contribuir para fomentar a formação de novos pesquisadores. São disponibilizados aos interessados nos temas abolição, escravidão e pós-abolição um conjunto de fontes primárias e secundárias como, por exemplo, documentos históricos digitalizados, textos, *links* de outros projetos e vocabulário controlado que define alguns dos termos mais consagrados sobre a memória da escravidão no Brasil. O sítio também oferece uma área de jogos (caça-palavras, jogos de memória, *quiz* e desafios de transcrição) voltados para o público infanto-juvenil e catálogos de exposições temáticas.

¹³⁶ Disponível em: <<http://memoriaescravidao.rb.gov.br/>>.

¹³⁷ O Laboratório de Automação de Museus, Bibliotecas digitais e Arquivos é um laboratório da Vice-Reitoria Acadêmica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, cuja missão é o desenvolvimento de sistemas de informação. Possui reconhecida atuação na aplicação da tecnologia de informação para a gestão de coleções digitais em arquivos, museus e bibliotecas. Para mais informações, acessar: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/equipe.php?tipBusca=laboratorio>>.

Figura 1: Página de exposições do sítio “Escravidão, Abolição e Pós-Abolição”

Por meio de documentos de arquivos pessoais, o sítio evidencia uma parte da história dos negros no Brasil, seu cotidiano na sociedade e as transformações sociais que ocorreram no período, principalmente do final do Império ao período conhecido como Primeira República. Entre os documentos digitalizados e acessíveis pelo sítio, destacam-se aqueles pertencentes ao Arquivo Rui Barbosa¹³⁸ e à Coleção Família Barbosa de Oliveira.¹³⁹

Nos conjuntos documentais acumulados por indivíduos e famílias, é possível observar as expressões de seu modo de vida, de suas relações sociais e econômicas e do momento histórico em que foram produzidos. O diferencial da natureza dos arquivos pessoais consiste em exibirem não somente as funções públicas ou sociais de seus produtores, mas também sua intimidade e as situações vivenciadas no particular.

¹³⁸ O arquivo de Rui Barbosa (1849-1923) reúne 60.000 documentos textuais, 2.000 imagens e 53 documentos cartográficos. Rui Barbosa foi político, jurista, jornalista e teve papel importante no processo abolicionista. Ingressou na política em 1878, quando foi eleito deputado. Foi ministro da Fazenda e da Justiça durante o Governo Provisório, presidido por Deodoro da Fonseca. Foi responsável pela revisão da primeira Constituição Republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e autor de projetos de lei como o da emancipação dos escravos sexagenários. Elaborou um conjunto vasto de trabalhos de relevância para a história do país. No conjunto de correspondências, manifestos, discursos e artigos que se encontram preservados em seu arquivo pessoal, são tratadas inúmeras temáticas em virtude de Rui Barbosa ter protagonizado ou se manifestado sobre quase todas as questões do período histórico em que viveu.

¹³⁹ A coleção Família Barbosa de Oliveira reúne documentos do período compreendido entre 1778 e 1965. Albino José Barbosa de Oliveira (1809-1889), magistrado e ministro do Supremo Tribunal de Justiça, é a figura mais proeminente deste acervo. Um dos aspectos interessantes da coleção é a possibilidade de percebermos como núcleos familiares vão se formando e se relacionando ao longo dos anos. Destacamos a Família Imperial e as de Rui Barbosa, Jacobina, Leuzinger, Masset, Lacombe e Geraldo de Resende. São pessoas que têm as suas histórias inscritas em épocas distintas, tendo o Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo como principais cenários.

Ao examinar a vida de um indivíduo a partir de seu arquivo pessoal, pode-se atingir a compreensão de aspectos determinados relacionados a uma sociedade mais ampla. Em virtude dessa natureza complexa, que conjuga os lugares públicos e privados ocupados pelos indivíduos ao longo de suas vidas, a análise desses conjuntos documentais pode proporcionar a percepção de aspectos que, de outra forma, passariam despercebidos.

Face ao exposto, a opção de utilizar documentos que fazem parte de arquivos pessoais desperta curiosidade e contribui para uma aproximação com o público jovem, tendo em vista que tais registros documentais estão inseridos em atividades lúdicas e interativas.

3 Exposições de documentos arquivísticos na internet

Expor documentos arquivísticos é um recurso que facilita a comunicação entre os arquivos e a sociedade, tornando evidente a função social dessas instituições ou serviços para além das suas funções primordiais de recolhimento, preservação e organização de fundos e coleções documentais. Segundo Lucia Maria Velloso de Oliveira, as atividades de difusão cultural, incluindo a organização de exposições, possibilitam a ampliação da visibilidade social dos arquivos e seus conjuntos documentais. Para a autora,

[...] a ampliação da visibilidade dos arquivos encontra eco no próprio movimento tecnológico da sociedade e nas mudanças culturais que ocorrem, oferecendo aos arquivos lugares diferentes e distintas e novas funções sociais, na medida em que surgem novos usos para os acervos. Estas mudanças não acontecem isoladamente e pressupõem a produção de diferentes objetos e métodos de pesquisa e a produção de uma nova realidade para os arquivos enquanto lugar de acesso e preservação.¹⁴⁰

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos, p. 328.

Nesse sentido, novas possibilidades de utilização dos acervos estabelecem uma atmosfera propícia para a valorização e reconhecimento das instituições arquivísticas, ao passo que evidenciam o potencial educativo e informativo dos acervos, e inauguram espaços de diálogo, conscientização e formação de novos pesquisadores. Para Gail Farr Casterline,¹⁴¹ exposições que utilizam documentos arquivísticos podem ser um excelente exemplo de como encorajar o público a se interessar pelo passado, bem como ensinar-lhe algo sobre a natureza dos arquivos. Também podem marcar a comemoração de um evento importante para uma comunidade, contribuir para a educação de jovens e proporcionar um envolvimento maior do arquivista com a sociedade.

As exposições de documentos arquivísticos quando disponíveis *online* tornam-se acessíveis a novos públicos e potencializam as vantagens expostas anteriormente. Nessas condições, podem adquirir novas características, valorizando as propriedades visuais e informativas dos documentos e promovendo a interatividade com o público, por exemplo. Ainda que o uso de plataformas *online* crie a necessidade de reavaliações teóricas consolidadas na Arquivologia, também apresenta um caminho útil no que diz respeito ao acesso, divulgação e promoção dos acervos.

Em 2013, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) promoveu uma pesquisa sobre o acesso à *internet* e posse de celular para uso pessoal no Brasil, na qual estimou-se que, 85,6 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a *internet* no período da pesquisa. Este contingente equivalia a 49,4% do total da população referente. Já a estimativa de pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinham telefone móvel celular para uso pessoal neste período, foi calculada em 130,2 milhões, o que correspondia a 75,2% da população do país nessa faixa de idade.¹⁴²

Segundo o relatório da The Broadband Commission for Digital Development lançado em 2015 pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) a porcentagem de indivíduos que utilizam a *internet* no Brasil é de 57,6%, o que coloca o país em 68º lugar no ranking mundial calculado em 2014.¹⁴³ Nesse sentido, podemos considerar que mais da metade do país tem

¹⁴¹ CASTERLINE, Gail Farr. *Archives and manuscripts: exhibits*.

¹⁴² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal* – 2013.

¹⁴³ THE BROADBAND COMMISSION FOR DIGITAL DEVELOPMENT. *The State of Broadband 2015: Broadband as a foundation for sustainable development*.

acesso a conteúdos disponibilizados em portais na *internet*, sendo essa ferramenta de grande abrangência nacional.

Diante do exposto, podemos dimensionar o uso da *internet* nos dias atuais, principalmente no que diz respeito à disseminação e acesso à informação. As instituições que preservam acervos podem utilizar a tecnologia a favor da divulgação de sua imagem na *internet*, consolidando-se como referência de pesquisa *in loco* e, também, virtualmente. Com a expansão da instituição por meio de redes sociais e portais *online* evidenciando seus acervos, a comunicação direta com o público se intensifica. Esse contato favorece a identificação da sociedade com a instituição, haja vista que o acesso promove a visibilidade necessária para que os acervos recebam a devida importância política e social.

Alberch i Fugueras¹⁴⁴ aponta que a sociedade da informação constitui uma grande oportunidade para que a função arquivística seja prestigiada, dado que cada vez mais a informação é entendida e convertida como fonte de conhecimento. A digitalização de acervos que já receberam tratamento é uma aliada na estratégia de ampliação do uso dos arquivos e do reconhecimento do profissional da área. Ao organizar publicações *online* com os acervos que receberam tratamento e foram digitalizados, os arquivistas podem servir mais diretamente à sociedade e alargar sua atuação interdisciplinar.

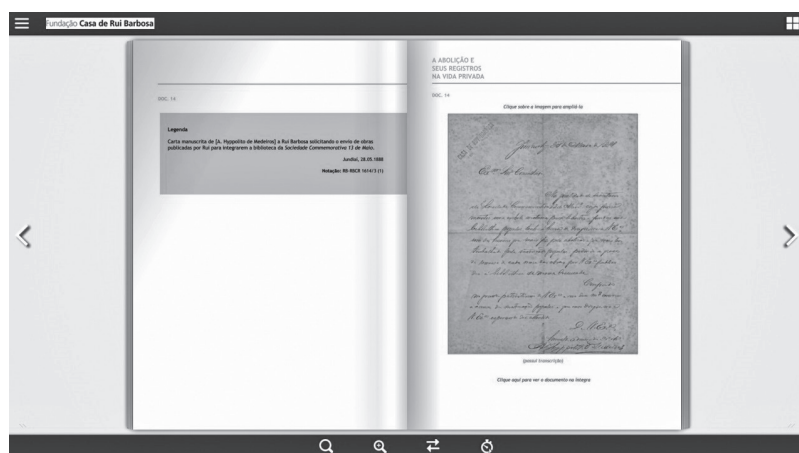
Ainda que alguns formatos digitais tenham um ciclo de vida curto em comparação a tecnologias analógicas, é possível trabalhar com um investimento mínimo para que sejam feitas exposições *online*, catálogos, banco de dados, entre outros. A utilização de *softwares* gratuitos é uma das formas de barateamento desse tipo de trabalho. Em relação aos acervos, o acesso remoto favorece a conservação e preservação dos documentos originais, diminui a necessidade de deslocamento dos usuários até as instituições, possibilita que sejam estabelecidos *hiperlinks* com outras plataformas e conteúdos associados aos temas do sítio, facilita a exploração do acervo por um viés educacional, entre outros.

Entretanto, para que todas as vantagens sejam bem utilizadas é essencial que os arquivistas ampliem sua formação para criar pequenas interseções com outras áreas como informática, noções básicas de *design* e curadoria.

¹⁴⁴ ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. Ampliación del uso social de los archivos: estrategias y perspectivas.

Aparentemente o que parece uma tarefa complexa e distante pode se tornar mais um aspecto do fazer arquivístico. A própria *internet* possibilita a aquisição desse conhecimento, considerando a quantidade de *softwares* gratuitos e material em formato de tutoriais disponíveis na rede.

Figura 2: Interface de apresentação de documento da exposição
“A abolição e seus registros na vida privada”



Tratando-se de exposições *online*, estar atento à interface de apresentação dos acervos é de grande importância para a difusão e circulação do material exposto. Apenas disponibilizar os documentos sem a preocupação com o *layout* pode causar indiferença dos usuários, e principalmente afastar a possibilidade de atrair novos interessados. Uma interface que se preocupe em ser objetiva, intuitiva e marcante caminha ao lado de uma plataforma *online* muito acessada. Cabe ao arquivista, em nosso entendimento, investigar formas de aliar o acesso confiável aos documentos com um *design* atraente.

Partindo dessa premissa, as exposições *online* no sítio Escravidão, Abolição e Pós-Abolição são um exemplo de como associar a tecnologia e a Arquivologia em prol do acesso à informação. Utilizando documentos de arquivos pessoais, as exposições disponíveis se encontram em formato de catálogo com efeito *flip page*.¹⁴⁵ Esse método

¹⁴⁵ O efeito *flip page* necessita de um *software* que mostre visualmente uma representação de um jornal, livro ou revista. Pode ser gerado a partir de arquivos comuns como documentos de texto ou PDF.

de apresentação permite que os documentos sejam dispostos em páginas duplas, como um livro ou revista. Além de organizar visualmente a curadoria de documentos, o catálogo simula o manuseio e o movimento de um impresso em papel.

Mecanismos de interação simples, como esse, previnem a possível monotonia de uma exposição *online* de imagens fixas. Em uma exposição *in loco*, devemos considerar que, por mais que os itens expostos fiquem fixos em paredes ou vitrines, o visitante circula livremente entre eles. Essa possibilidade de caminhar pelo espaço é eliminada quando falamos em exposições na *internet*. Entretanto, a sensação de movimento perdida nesse caso pode ser compensada com interatividade durante a navegação.

Nos catálogos do sítio Escravidão, Abolição e Pós-Abolição, além da simulação de manipulação do papel, existe a opção de o usuário clicar e ampliar o documento em outra aba, o que facilita a leitura. Também é facultado ao usuário fazer o *download* dos itens em alta resolução. Ademais, existe um sumário com *links* que redireciona para qualquer página do catálogo. Com estas ferramentas, o visitante pode navegar de acordo com seu interesse entre os documentos expostos, sem a obrigação de acompanhar um roteiro pré-estabelecido.

Para facilitar a leitura de documentos, que em sua maior parte são manuscritos, determinados itens do catálogo ao serem ampliados apresentam, ao lado, a transcrição paleográfica do texto. Por meio desse recurso, o visitante que muitas vezes tem dificuldade de compreender o conteúdo do documento, pode acompanhar o texto transcrito ao passo que não perde a referência original. Ou seja, mais que conhecer a informação contida em um documento, o visitante atento pode aprender técnicas básicas da transcrição paleográfica ao observar as variações de grafia, pontuação, entre outros.

A escolha pela utilização de arquivos pessoais, cujos documentos são em grande parte manuscritos, também acrescenta um atrativo às exposições arquivísticas. Para além do aspecto paleográfico, Alexander Clark,¹⁴⁶ curador de manuscritos da Universidade de Princeton, atenta para o valor do uso de documentos escritos à mão como portadores da evidência de um processo histórico, que provam que a história não é algo apenas retirado dos livros, mas sim algo que primeiro foi um documento e depois se tornou livro.

¹⁴⁶ CLARK, Alexander apud CASTERLINE, Gail Farr. *Archives and manuscripts: exhibits*.

A exibição de acervos desse tipo pode inspirar pesquisadores a explorar novos temas a partir do uso de fontes primárias. Nesse sentido, a curadoria dos documentos é de extrema importância. Acervos grandes e diversos não são sinônimos de uma boa exposição, mas sim um uso inteligente da curadoria, na medida em que esse processo é responsável por criar a continuidade entre os itens expostos, dando consistência ao tema escolhido.

A curadoria determina a intenção da exposição. É na fase da seleção de documentos que se analisa o acervo e se escolhe o que é significativo para o recorte temático. Nessa etapa, também se define qual será a ênfase dada à instituição e ao trabalho dos arquivistas, o caráter educacional, entre outros. Esses indícios podem estar presentes na exposição de forma sutil por meio de algumas estratégias curatoriais. Selecionar documentos restaurados ou transcritos, por exemplo, destaca o trabalho dos arquivistas e da instituição. A escolha de manuscritos que refletem processos históricos reconhecidos pela história oficial pode fornecer um excelente material para uso educativo, bem como atividades interativas. Ter como ponto de partida datas comemorativas ou grupos sociais específicos pode se tornar um meio de atrair determinado público. Enfim, são múltiplos os exemplos de como a curadoria é fator determinante para o sucesso ou fracasso de uma exibição.

4 Considerações finais

Exposições de documentos arquivísticos consistem em estratégias de ampliação da visibilidade social tanto dos conjuntos documentais como das instituições responsáveis pela sua guarda. Quando essas atividades, entendidas neste trabalho como ferramentas de preservação, acesso e difusão cultural, são idealizadas e organizadas pelas próprias instituições arquivísticas ou serviços de arquivo, elas contribuem para demonstrar as múltiplas facetas desses espaços de preservação de memórias. As atividades de difusão cultural tendem a trazer melhores resultados quando são realizadas de forma planejada e sistemática, e não apenas de forma pontual.

É comum que as instituições e serviços de arquivo disponibilizem cópias digitais de documentos *online*. No entanto, é necessário ampliar as possibilidades

de uso desses documentos, incentivando que os acervos sejam ressignificados. As exposições como formas de ressignificação dos acervos arquivísticos representam, também, uma ampliação do papel do arquivista, evidenciando as atividades de pesquisa, de curadoria, de transcrição paleográfica e preservação de documentos, e de produção de uma agenda cultural programada.

Ao explorar as possibilidades tecnológicas contemporâneas somadas às discussões sobre acessibilidade dos acervos arquivísticos, o SAHI busca promover a comunicação e a democratização do acesso a informações de interesse público por meio de ambientes virtuais, alcançando seu público específico e despertando o interesse de outros usuários em potencial.

Sendo assim, a difusão cultural empreendida pelos arquivos precisa se beneficiar da tecnologia, haja vista o poder de alcance das ferramentas provenientes da era da informação, e que impactam a economia, as relações sociais, as relações de trabalho, de produção, consumo de dados e de informações.

A opção de empregar documentos de arquivos pessoais como matéria-prima para o conteúdo das exposições aqui apresentadas contribui para uma reflexão singular sobre o passado. A partir de evidências de trajetórias individuais, é possível retratar fatos históricos e eventos conhecidos de contexto social mais amplo e despertar o interesse de um público não especializado.

Neste trabalho, buscou-se evidenciar a importância das exposições como atividades de difusão cultural no âmbito dos arquivos pessoais, ao mesmo tempo em que procura destacar as possibilidades tecnológicas que podem favorecer essas iniciativas. Também busca servir de estímulo para a realização de iniciativas semelhantes em outras instituições.

Referências

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. Ampliación del uso social de los archivos: estrategias y perspectivas, 2000. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/ampliacion_del_uso_social_de_los_archivos.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 4.943, de 06 de abril de 1966. Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4943.htm>. Acesso em: 29 mar. 2016.

CASTERLINE, Gail Farr. *Archives and manuscripts: exhibits*. Chicago: Society of American Archivists, 1980. (Basic Manual Series) Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015008929724;view=1up;seq=3>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição*. 2015. Disponível em: <<http://memoriaescravidaio.rb.gov.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal* - 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 79 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93373.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Apresentação. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (Org.). *Preservação, acesso e difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. p. 327-332.

THE BROADBAND COMMISSION FOR DIGITAL DEVELOPMENT. *The State of Broadband 2015: Broadband as a foundation for sustainable development*. Genebra, 2015. 100 p. Disponível em: <<http://www.broadbandcommission.org/Documents/reports/bb-annualreport2015.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

ARQUIVOS PESSOAIS NATO-DIGITAIS E O PATRIMÔNIO DIGITAL: INTRODUÇÃO A POSSÍVEIS CAMINHOS PARA PROMOÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

Rodrigo Costa Japiassu

1 Introdução

As atividades de preservação do patrimônio sofreram inúmeras alterações nas últimas décadas. Saído da visão restritiva e edificada da ‘pedra e cal’ do patrimônio histórico e inserido na visão mais democrática do patrimônio cultural, o patrimônio torna-se uma categoria mais popular.¹⁴⁷

Nesse processo de popularização do patrimônio, considera-se a perspectiva antropológica de se considerarem coisas como objetos. Dentre esses, os documentos são cada vez mais considerados em um contexto sócio-histórico, no qual se buscam compreender os sentidos dos textos produzidos, inclusive por pessoas comuns. Aqui, age-se em convergência com o paradigma social da informação de Capurro,¹⁴⁸ no qual a informação é produzida em práticas socioculturais, inclusive a partir de documentos, incluídos os arquivos pessoais.

Nesse movimento, cada vez mais se destacam os arquivos pessoais como documentos representantes de um patrimônio construído através das relações de seu titular com outros indivíduos. O caráter patrimonial desses arquivos é reconhecido pela legislação brasileira, através de mecanismos de declaração de interesse público e social pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) inscritos na Lei de Arquivos (lei nº 8.159/91). Contudo, sua característica mais “monumentalizada”, com aspectos

¹⁴⁷ ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio.

¹⁴⁸ CAPURRO, Rafael. *Epistemologia e Ciência da Informação*.

mais relacionados à cultura e memória nacionais, mais próximos da concepção de patrimônio histórico, parece pouco sintonizada à Constituição Federal brasileira, que destaca a concepção de patrimônio cultural.

O patrimônio cultural refere-se a um saber-fazer¹⁴⁹ que possui um atributo memorial bem característico. Referenciando manifestações e expressões populares, esta concepção de patrimônio reformula-se com a criação da *internet*. Entende-se que os arquivos pessoais estão incluídos nesta seara, que possibilitou a criação de uma nova categoria de patrimônio, qual seja, o patrimônio digital. Porém, como garantir acesso e preservação a estes arquivos em meio digital e, ainda, permitir a promoção de memórias (sociais) a partir dos mesmos? Estas são questões importantes a serem resolvidas, para que a suposta ‘era da informação’ não se transforme numa gigantesca ‘era do esquecimento’.

2 Arquivos pessoais: algumas considerações

Os arquivos pessoais ainda são um objeto controvertido dentro da própria Arquivologia. Por um lado, valorizam o caráter interdisciplinar desse campo científico por seu caráter patrimonial¹⁵⁰ e suas consequentes relações com outros campos, tais como o sociológico, antropológico, histórico e da Memória Social. Por outro lado, seu caráter geralmente desinstitucionalizado e seu caráter de “evidência de mim [do próprio autor]”,¹⁵¹ sem obedecer necessariamente a fórmulas diplomáticas ou tipológicas de padronização de documentos arquivísticos, faz com que (equivocadamente) tais arquivos possam ser concebidos mais próximos da ideia de coleção.

Tais aspectos polêmicos foram abordados por Camargo.¹⁵² Em uma perspectiva funcionalista, afirma que, de fato, “arquivos pessoais são arquivos” sob a ótica da teoria arquivística. Aqui, faz-se menção às atividades da pessoa titular do arquivo, que supostamente registra sua trajetória pessoal. A autora considera, ainda,

¹⁴⁹ ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio.

¹⁵⁰ MOLINA, Talita dos Santos. Estratégias de legitimação do patrimônio documental: o “legado” dos arquivos privados; e SVICE-RO, Thais Jeronimo. Os arquivos pessoais e sua importância como patrimônio documental e cultural.

¹⁵¹ MCKEMMISH, Sue. Evidence of me.

¹⁵² CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos.

tais arquivos como arquivos de pessoas – perspectiva vislumbrada neste trabalho –, diferenciando-os de arquivos privados sobre pessoas em determinada atividade.

Contudo, os arquivos pessoais parecem ser cada vez mais promissores como promotores de memórias (sociais, coletivas, etc.) que não necessariamente se referem só aos ‘grandes nomes’ de determinada sociedade nos ramos político, social, cultural, científico, etc. Essa direção relaciona-se ao caráter social dos arquivos, de ser útil para produção de lembranças¹⁵³ e, conseqüentemente, de memórias por diversos setores sociais.

Reconheça-se que o ‘arquivamento de si’ jamais é neutro,¹⁵⁴ mas sim pleno de subjetividade. Indica, ainda, o caráter seletivo da memória. Contudo, não é uma memória com pretensões de coesão, como a coletiva,¹⁵⁵ tampouco incorpórea e idealizada, como o sentido geralmente atribuído à “memória nacional”.

Na verdade, está mais próximo do sentido dinâmico e processual da memória social.¹⁵⁶ Tal sentido é associável à trajetória registrada e acumulada pelo titular do arquivo pessoal. Aqui, considera-se a memória social como uma memória seletiva e de caráter público, construída através de visões de mundo particulares que podem envolver disputas de poder na sociedade, que pode ser compartilhada de forma descontínua por um grupo de pessoas no tempo.

Aliás, tal prática é tipicamente moderna. Origina-se justamente da valorização de aspectos cotidianos do indivíduo, associados à construção da identidade – que é sempre múltipla –¹⁵⁷ de homens “comuns”,¹⁵⁸ sem lugar na História que relata apenas a trajetória de grandes personalidades. Neste sentido, deve-se pensar se a produção de *blogs*, *twitts*, *fatologs* e *sites* pessoais pode ser considerada como um modo contemporâneo de produção de arquivos pessoais nato-digitais – ou seja, criados, produzidos e preservados exclusivamente em meio digital – que refletiriam a identidade e trajetória de seus titulares, nesse processo de “escrita de si”.

¹⁵³ DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?*: textos escolhidos.

¹⁵⁴ TORRES, Aline Camargo. *Ditadura, arquivo e memória*: notas para um estudo sobre o caso Organização Política Operária (POLOP), p. 47.

¹⁵⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*.

¹⁵⁶ GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (Orgs.). *O que é memória social?*

¹⁵⁷ CANDÁU, Joel. *Memória e identidade*.

¹⁵⁸ SVCICERO, Thais Jeronimo. Os arquivos pessoais e sua importância como patrimônio documental e cultural, p. 227-228.

Os arquivos pessoais podem, às vezes, relatar a luta por direitos, como forma de reconhecimento público¹⁵⁹ por determinada causa, o que remete a outro aspecto dos arquivos, qual seja, o jurídico. Por sua vez, esses arquivos podem vir a complementar ou mesmo opor visões institucionalizadas sobre temáticas registradas em arquivos públicos. Essa construção reflete uma prática de “governança da sociedade”,¹⁶⁰ relacionada ao contexto sociocultural de produção desses arquivos.

Percebe-se que a produção de um arquivo pessoal também se insere em um jogo da memória contra o esquecimento. Nessa relação, esquecimento também em um aspecto político: podem-se “resgatar” memórias subterrâneas¹⁶¹ de personagens não reconhecidas, ou mesmo silenciadas pelas narrativas oficiais. Também se podem trazer ao debate público contribuições trazidas pela atividade do titular do arquivo pessoal em suas temáticas de atuação, ainda que não reconhecida como uma “grande personalidade” histórica.

Esses titulares podem ser, por exemplo, os agentes que buscam promover suas práticas sociais, no sentido do que hoje se entende como patrimônio cultural, mais inclusivo do que o conceito de patrimônio histórico,¹⁶² de caráter elitista, e próximo do conceito de patrimônio digital.¹⁶³

É por seu caráter memorial evidente que os arquivos pessoais podem ser considerados como patrimônio. Alguns desses arquivos podem ser “monumentalizados” quando relacionados a “grandes personalidades”, sendo, nesse sentido, aparentemente mais próximos da ideia de patrimônio histórico. Contudo, deve-se entender, na verdade, que tais arquivos geralmente encontram-se mais próximos da ideia de patrimônio cultural, já que seus valores sociais e culturais possibilitam, em tese, uma melhor compreensão do processo de patrimonialização a que os arquivos pessoais também estão sujeitos.

¹⁵⁹ TORRES, Aline Camargo. *Ditadura, arquivo e memória*: notas para um estudo sobre o caso Organização Política Operária (POLOP), p.49.

¹⁶⁰ COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno, p. 133.

¹⁶¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio.

¹⁶² ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio.

¹⁶³ CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade.

Faz-se necessário avaliar os usos dos arquivos pessoais feitos por seu titular para se tentar compreender o contexto de produção dos mesmos.¹⁶⁴ Com isso, busca-se melhor interpretar o processo produtivo desses arquivos, desnaturalizando a trajetória do titular e compreendendo melhor as (por vezes complexas) relações sociais sinalizadas pelo mesmo neste processo. Nessa trajetória, percebe-se que é comum o caráter de produção coletiva desses arquivos, para o qual contribuem vários sujeitos e que, portanto, normalmente vai muito além da imagem idealizada por seu produtor.¹⁶⁵

3 O patrimônio digital: Superação da ideia de patrimônio histórico? Preservação e disseminação em foco

A ideia de patrimônio digital vem ressignificar questões de (re)produção e acesso aos/dos arquivos pessoais, bem como de promoção e mesmo ‘preservação’ da memória. Ademais, deixa mais evidente o caráter de construção destes arquivos em meio digital, em especial os nato-digitais.

Dodebei cita Chartier¹⁶⁶ para apontar que a própria leitura em meio digital sofre transformações sensíveis, baseada em relações que podem ser consideradas como rizomáticas¹⁶⁷ entre os textos, que vão muito além da leitura serial fornecida pelos arquivos pessoais em meio físico. Leite e Dodebei¹⁶⁸ consideram a *internet* como um espaço culturalmente híbrido, reunindo um “saber fazer, que une aspectos da oralidade e da escrita”. De forma complementar, Ribeiro, citando Mark Poster, aponta questões referentes ao uso da *internet*.¹⁶⁹ Se, por um lado, estas questões relacionam-se ao controle e à falta de privacidade, por outro, possibilitariam desenvolver a criatividade entre indivíduos de forma interativa e desterritorializada para a promoção de cultura e conhecimento.

¹⁶⁴ VOGAS, Ellen Cristine Monteiro. *Estratégias e possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos dos documentos arquivísticos*: o arquivo Darcy Ribeiro, p. 32-33.

¹⁶⁵ HEYMANN, Luciana Quillet. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado, p. 48.

¹⁶⁶ CHARTIER, 1999, p. 20 apud DODEBEI, Vera. Memória e patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço, p. 44.

¹⁶⁷ Aqui, faz-se menção ao conceito de rizoma desenvolvido por Gilles Deleuze.

¹⁶⁸ LEITE, Renata Daflon; DODEBEI, Vera. A internet como exercício da interculturalidade: um estudo de caso do blog indígena Arco Digital, p. 617.

¹⁶⁹ RIBEIRO, Monica. As novas tecnologias e as instituições de guarda e de preservação da memória: o papel da Biblioteca Nacional Digital.

3.1 O patrimônio digital

Inicialmente, cabe considerar que o patrimônio digital pressupõe uma mudança jurídica quanto à propriedade dos arquivos pessoais produzidos em meio digital, que influenciam quanto ao acesso. A Unesco, através de sua *Carta sobre a preservação do patrimônio digital*, de 2003, considera o patrimônio digital como um “bem público”,¹⁷⁰ entendido como “recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico e administrativo, ou abrangendo a informação técnica, legal, médica e outros tipos de informação, criados digitalmente ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital”.¹⁷¹

A despeito do conceito de patrimônio digital prever a digitalização de arquivos físicos, será dada ênfase aos arquivos criados diretamente em meio digital. Destaquem-se aqui as questões referentes à leitura na Web, bem como os aspectos referentes à preservação digital, a serem apontados posteriormente neste capítulo.

Leite e Dodebei consideram a digitalidade um atributo essencial ao conceito de patrimônio, e está associado à preservação e disseminação em meio digital. Segundo as autoras, esse atributo pressupõe uma capacidade de apropriação desse patrimônio por parte do(s) indivíduo(s) que o(s) constroi(oem), relacionada a processos de subjetivação que guardam relação com um caráter proativo na preservação e disseminação do patrimônio digital.¹⁷² Estes processos também pressupõem a construção de memória(s) a partir desse patrimônio.

Assim, pode-se entender que o conceito de patrimônio digital, de certo modo, guarda proximidade com o de patrimônio cultural. Isto ocorre porque estes conceitos pressupõem um sujeito proativo na produção e preservação de memórias (sociais) que, eventualmente, poderão ser representadas em arquivos, inclusive pessoais.

Cabe aqui o alerta de Gondar¹⁷³ de que “a memória não se reduz à representação”, sendo “apenas o referente estático daquilo que se encontra em constante movimento”. Este alerta justifica-se para evitar percepções naturalizadas de

¹⁷⁰ CAVALCANTE, Lúcia Eugênia. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade, p. 159.

¹⁷¹ Ibid., p. 160.

¹⁷² LEITE, Renata Daflon; DODEBEI, Vera. A internet como exercício da interculturalidade: um estudo de caso do blog indígena Arco Digital, p. 620-621.

¹⁷³ GONDAR, João. Quatro proposições sobre memória social, p. 22-23.

que o arquivo pessoal contém memórias produzidas por um indivíduo, com ou sem colaboração de outros indivíduos, o que vale também para o meio digital. Deve-se lembrar que a memória é seletiva!

3.2 A construção de repositórios digitais para documentos arquivísticos: preservação digital favorecendo a promoção da memória em arquivos pessoais nato-digitais

Os mecanismos de preservação digital de arquivos pessoais devem levar em consideração o caráter de construção social associado à memória, refletido nos arquivos pessoais – afinal, o patrimônio digital também deve ser entendido com esse mesmo caráter.¹⁷⁴

No que tange aos arquivos pessoais, não se podem desprezar as possibilidades de interatividade trazidas por recursos como a *Web 2.0*. Isto, porque aqui percebe-se claramente a presença do atributo de digitalidade,¹⁷⁵ que tende a referenciar um patrimônio digital e potencializar a promoção de memórias a partir dos materiais digitais produzidos. Nunca se pode perder de vista, quanto aos arquivos pessoais nato-digitais, que a preservação digital destes não se encerra em sua dimensão técnica. Aqui, a questão memorial também deve ser valorizada, posto que introduz um viés cultural, relacionada a uma “escrita de si” – e, porque não, também a uma “reprodução de si”, no que se refere a recursos como imagens e vídeos – que reflete as múltiplas influências e identidades que podem ser observadas no titular do arquivo pessoal.

Entretanto, a possibilidade de acesso em tese mais facilitado a arquivos pessoais em meio digital traz, de forma paradoxal, também um maior risco de “amnésia” e esquecimento desses arquivos. Isto se deve a toda sua fragilidade para preservação, que não prescinde de estratégias para que tais arquivos continuem a ser acessíveis no tempo e no espaço virtual. Considerando estes desafios, a Arquivologia vem, junto à área de tecnologia da informação, desenvolvendo possíveis soluções para a preservação digital de documentos arquivísticos. Contudo, mais do que descrever

¹⁷⁴ CAVALCANTE, Lúcia Eugénia. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade.

¹⁷⁵ LEITE, Renata Daflon; DODEBEL, Vera. A internet como exercício da interculturalidade: um estudo de caso do blog indígena Arco Digital.

os aspectos técnicos da preservação digital, tentar-se-á observar aqui como alguns destes aspectos influenciam na promoção da memória.

Atualmente, há diversas ferramentas e metodologias sendo construídas com o intuito de preservar o conteúdo e contexto referentes aos documentos arquivísticos digitais. Uma das principais ferramentas é o repositório digital. Rocha define-o como “um ambiente tecnológico complexo para o armazenamento e a gestão de materiais digitais”.¹⁷⁶

Entendam-se os materiais digitais, sinteticamente, como todo conteúdo que seja integralmente criado e produzido em meio digital, independente de seu gênero. Exemplos são os documentos arquivísticos digitais, tais como relatórios, planilhas, *e-mails* (apenas quando inseridos em um Sigad – Sistema de Gestão Arquivística de Documentos) e, quanto aos arquivos pessoais, por exemplo, *blogs*, imagens e vídeos.

Rocha¹⁷⁷ ainda aponta que os repositórios digitais, muito além de ferramentas tecnológicas (*hardware* e *software*), consistem também de “serviços, coleção de informação digital e metadados” associáveis aos documentos que se pretende preservar. Quanto à área arquivística, estes repositórios também podem ser utilizados para arquivos permanentes, o que parece adequado para os arquivos pessoais, que basicamente inserem-se nesta situação.

E, sendo assim, os metadados associados a esses arquivos valem-se em especial da descrição arquivística e de seus manuais, como a Isad(G) e a Nobrade¹⁷⁸ para melhor compreensão do arquivo e de seu contexto de produção. Destaque-se aqui que a descrição arquivística é sempre uma representação do conteúdo do arquivo, não o substitui e abre possibilidades para interpretações do usuário sobre o arquivo descrito. Não se esqueça aqui o alerta de Gondar¹⁷⁹ de que a memória não equivale à representação...

Há uma categoria específica desses repositórios para documentos arquivísticos. Trata-se do repositório arquivístico digital. Os objetivos deste repositório estão mais relacionados ao gerenciamento destes documentos em todo

¹⁷⁶ ROCHA, Claudia Lacombe. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais, p. 183.

¹⁷⁷ Ibid., p. 183.

¹⁷⁸ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. *Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos*.

¹⁷⁹ GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social.

o seu ciclo de vida – inclusive quanto aos arquivos permanentes –, realização de “descrição arquivística [...] e preservação”, bem como a proteção às “características do documento arquivístico, em especial a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos”.¹⁸⁰

A autenticidade é uma qualidade do documento arquivístico, relacionada à Diplomática, que garante que este documento “ser exatamente aquele que foi produzido”,¹⁸¹ sem quaisquer alterações. Compõe-se de “identidade e integridade”.¹⁸² A identidade refere-se aos atributos documentais que garantem sua unicidade – ou, pode-se dizer também, sua singularidade – junto a outros documentos arquivísticos produzidos por pessoa jurídica ou física no cumprimento de suas atividades. Já a integridade relaciona-se à estabilidade “da forma e do conteúdo ao longo do tempo”.¹⁸³ Já a relação orgânica é um aspecto mais intelectual, relacionado à proveniência e ao contexto de produção dos documentos arquivísticos.

A descrição arquivística apoia a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos, incluídos os arquivos pessoais. Auxilia a prover acesso a estes arquivos, tornando-os mais compreensíveis dentro do contexto de produção do titular dos mesmos.

Por fim, há diversas estratégias que auxiliam na manutenção da autenticidade de documentos arquivísticos digitais. Destaque-se aqui a migração como aquela que garante em especial a integridade desses documentos, mantendo seu conteúdo inalterado, independente de mudança de suporte, formato ou plataforma computacional.¹⁸⁴ Aliás, a migração destaca-se dentre outras estratégias justamente porque possui foco na preservação do conteúdo documental, muito além do suporte¹⁸⁵ ou do seu formato. Considerando-se a evidente unicidade dos arquivos pessoais, não garantir sua fixidez de conteúdo e estabilidade de formato em meio digital possibilita sérios riscos de perda do seu conteúdo, com evidentes prejuízos para a promoção da memória a partir destes arquivos.

¹⁸⁰ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. *Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos*, p. 9.

¹⁸¹ ROCHA, Claudia Lacombe. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais, p. 188.

¹⁸² Ibid., p. 188.

¹⁸³ Ibid., p. 188.

¹⁸⁴ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. *Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos*.

¹⁸⁵ BAGGIO, Claudia Carmem; FLORES, Daniel. Documentos digitais: preservação e estratégias, p. 16.

5 Considerações finais

Tentou-se apontar que a importância do trabalho de preservação digital de arquivos pessoais nato-digitais vai muito além de suas dimensões técnicas. Quando entendidos como patrimônio digital, tais arquivos possuem um caráter memorial que deve ser garantido neste trabalho. A utilização de metadados, da descrição arquivística e estratégias de preservação digital como a migração contribuem para a compreensão e inteligibilidade dos arquivos pessoais.

Preservar e prover acesso a esses arquivos em meio digital é abrir possibilidades a outros indivíduos de uma “escrita de si” que tem o potencial de reviver e (re) construir memórias a partir da trajetória de vida, bem como de ideias, pensamentos e sentimentos retratados nesses arquivos.

Foram realizados levantamentos preliminares quanto a requisitos importantes para que a preservação digital favoreça a promoção de memórias. Pretende-se que estes levantamentos sejam aprofundados em estudos posteriores, posto que levantam questões contemporâneas que articulam memória, arquivo, informação, cultura e tecnologia. Tais questões refletem-se em novas formas de sociabilidade que se inscrevem em arquivos digitais, sendo os arquivos pessoais nato-digitais uma expressão materializada dessa interatividade que reflete uma nova forma – desterritorializada – de promoção da memória social.

Não foram abordadas neste trabalho questões quanto ao letramento informacional para acesso adequado aos arquivos pessoais nato-digitais. Contudo, reconheça-se a sua relevância, pois a escrita e a leitura em meio digital pressupõem habilidades que necessitam ser desenvolvidas por indivíduos, sendo esta uma prática que, mais do que inclusão digital, promove inclusão social. Fica aqui o desafio para que não se perca a possibilidade de promoção de memórias (sociais) a partir destes arquivos, o que, em última análise, relaciona-se com a construção da nossa própria identidade.

Referências

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BAGGIO, Claudia Carmem; FLORES, Daniel. Documentos digitais: preservação e estratégias. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 11-24, jan./jun. 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 2, p. 26-39, 2009.

CANDÄU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPURRO, Rafael. *Epistemologia e Ciência da Informação*. 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica Biblioteconomia Ciência Informação*, Florianópolis, n. 23, p. 152-170, 1. sem. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. *Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/resol_conarq_39_repositorios.pdf>. Acesso em: 07 maio 2016.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DODEBEI, Vera. Memória e patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. *Aurora*, São Paulo, v. 10, p. 36-50, 2011.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: _____. DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 43-58, jul./dez. 2005.

LEITE, Renata Daffon; DODEBEI, Vera. A internet como exercício da interculturalidade: um estudo de caso do blog indígena Arco Digital. *Extraprensa*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 614-623, 2010.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of me. *The Australian Library Journal*, v. 45, n. 3, p. 174-187, 1996.

MOLINA, Talita dos Santos. Estratégias de legitimação do patrimônio documental: o “legado” dos arquivos privados. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., São Paulo, 2011. *Anais...* São Paulo: USP, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, Monica. As novas tecnologias e as instituições de guarda e de preservação da memória: o papel da Biblioteca Nacional Digital. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 15., 2010, Vitória. *Anais...* Vitória: Intercom, 2010.

ROCHA, Claudia Lacombe. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 180-191, jul./dez. 2015.

SVICERO, Thais Jeronimo. Os arquivos pessoais e sua importância como patrimônio documental e cultural. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v. 2, n. 1, p. 221-237, 2013.

TORRES, Aline Camargo. *Ditadura, arquivo e memória: notas para um estudo sobre*

o caso Organização Política Operária (Polop). 2013. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

VOGAS, Ellen Cristine Monteiro. *Estratégias e possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos dos documentos arquivísticos: o arquivo Darcy Ribeiro*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense.

Parte 03

O DIREITO À INTIMIDADE: ACESSO, LIMITES E PARÂMETROS

BLURRED BOUNDARIES: CAPTURING AND MANAGING PERSONAL INFORMATION IN ARCHIVAL RECORDS IN THE DIGITAL ERA

Elizabeth Lomas

1 Introduction

The paper is presented as a personal narrative from a London/UK based practitioner and academic perspective. It covers the role and responsibilities of archivists in managing personal papers. This includes some discussion of official recordkeeping as the paper argues there are not clear cut boundaries between public and private spaces. It discusses how the expectations placed upon the archivist and archives service have shifted as there has been a move from paper to digital paradigms and new legislative frameworks have come into force which require altered practices. The paper seeks to provide an overview of the UK and European information management context and how these interconnect to international considerations. The information landscape is still rapidly evolving and this raises many questions which are posited throughout.

2 The gatekeepers of the past

Reflecting back thirty years, the principles and practices which were in place at this time related to a world largely of paper. When archives were acquired into a repository, there were not strict divisions between the types of information within

these sets of records. Organisational records would contain personal information and personal papers from third parties whilst the papers acquired from individuals would often have some business records including commissions and administration for a range of organisations.¹

Records were most normally accepted as a gift or bequest but also on occasions as long term loans. Loans were accepted, as to make the information available into the public sphere even for a limited time was seen as worthy of the use of public resources in terms of storage and access expenditure. When an archive acquired physical records it would often assume ownership of the assets it took possession of, subject to the completion of a very simple gift or bequest form returned by the depositor. Rarely were there any publicly documented disputes regarding ownership. The key area of legislation considered for each acquisition was copyright law as copyright would determine the extent to which the intellectual property rights that resided within the papers could be exploited. Where possible records would be acquired with the copyrights of the archive owner(s) although it was accepted that this only ever covered a percentage of the copyright as within any group of papers there would often be writing or photographs from third parties.

Whilst there is legislation in place across the UK to govern the recordkeeping process for public authority records, it should be noted that there is only very minimal legislation within the UK determining any requirement to retain personal/private information for historical purposes (e.g. the legislation governing manorial records). As such there is an asymmetry between the official and personal archives in existence and acquisitions are not made in a systematic way. Many archives have been acquired when a company closed or on the death of an individual through agreements reached with his/her family. Often the depositors will have only a limited knowledge of the archive's full contents as records have rarely been accompanied by catalogues. Thirty years ago information would sometimes be highlighted as either 'confidential' or 'private'. In these circumstances agreement would be reached that the information would be closed for a specified timeframe. In very exceptional circumstances the papers would be

¹ LOMAS, E. *A guide to the Archive of Art and Design*.

placed in acid free packaging and physically sealed with basic descriptions and the criteria for opening placed on the outside of the package. In determining the requirements for closure the depositors' views were of paramount importance as there was no legislative framework relating to access rights. The archivist thus was the custodian or gatekeeper.

In many public archives, a description of the acquisition as a whole (the group level) would be produced and then subject to resource availability a full catalogue of every item (the physical unit of production) would be made. However, often access to the archive was granted whether or not a full catalogue had been produced. This meant that in theory researchers could have accessed personal information which would have compromised or embarrassed an individual. In a Government context, records were scrutinised at a more detailed level in order to protect national security. In the 1980s government information was seldom ever released until thirty years after its creation. This was to protect the career decisions of ministers and civil servants whilst in post; it was seen to provide a space for enabling free and frank discussion within safe boundaries. Within the context of archives still in private hands access was and still is for the most part determined by the archive owner.

Rarely were there complaints about these processes and liaison with lawyers was exceptionally uncommon. However, within a UK context this position changed significantly from the mid-1990s. Two catalysts necessitated a significant review of archival processes:

- the rise in borne digital information with new tools to access, share and manipulate data in new ways with added commercial and societal value;
- the introduction of new legislation, sometimes as a response to the digital world, which has altered and reinforced perspectives on personal information and access rights relating to information.

In the 21st century, these two dimensions have drastically shifted our information landscape and archival practices.

3 Where have all the archives gone? Who today are the recordmakers and recordkeepers?

With a shift from paper to digital, the nature of a record and the boundaries between its location, ownership and custody have become blurred. The archivist no longer sits as the gatekeeper providing access to information. The role, responsibilities and rights connected to information provision are much more complicated.

Many archivists first engaged with digital technologies as a means to provide access to paper. Initially this occurred through developing online catalogues which provided better search functionality to access the paper records. As the next step digital copies of paper were then provided online. Scanning paper, storing the images and providing access was and is not without costs. Therefore in many instances digital copies are now behind pay walls. In a desire to provide access to information, some archives/archivists have signed up to commercial agreements which limit their own freedom in regard to the management and access of information from archives within their care. In hindsight it could have been beneficial for archivists to consider cooperative shared services but then the expectation would have been for information to be made freely available and therefore costs would not have been covered. Guidance on commercial contracts and past/shared experience has resulted in more robust negotiations relating to more recent digitisation projects.

This shift to online access does now mean that in many instances the archivist/archive service is not in direct contact with a high percentage of users as many will never physically visit the paper archive. Thus the archivist's relationship to many users has altered. Digital formats have challenged paper as they offer the potential for increased search functionality, new uses for information and access to multiple users around the globe. The relationship between the archivist and the user can be enhanced through programmes which allow users to more publicly engage with records through comment, tagging, cataloguing and in some instances uploads of related material. However the question is raised what will happen if no one physically visits the archive? Where digital copies exist The National Archives in the UK has moved some original records from London to salt mines in the North of England. These salt mines provide cheaper storage and facilitate the correct

ambient temperatures for paper storage. However, experience has shown that often when digital images exist it can result in increased demand for access to the original record and therefore digital records can add rather than remove service costs. In very rare cases, The National Archives has taken a digital copy but not kept the original record. This has been in cases where the original record would not normally have been acquired. Such a decision requires discussion with the Advisory Council on National Records and Archives. Archivists do need to challenge the idea that a digital surrogate replaces an original. In an age of increasing pressure on public finance in the UK context where archivists must review and defend public value a critical question is what happens if no one looks at a particular set of original records? Clearly it is important to ensure that collections are managed in line with long term considerations and not linked to short term resource pressures as there are research fashions. However, in Museums there has been a move to deaccession objects and despite earlier ideals that an object once acquired would be kept in perpetuity. Archives are also no longer immune to the idea of deaccessioning despite the fact that it can result in a reluctance by individuals to trust their collections or archives to public care. In 2015 The National Archives did set out a deaccessioning and disposal policy to tackle the issue for archives. This policy encourages the location of alternative places of deposit.

However, perhaps the biggest challenge to archives is born digital content which is now the original record. Keeping and managing borne digital records has in my view changed the rules of acquisition and the management of archives through time.

New technologies have changed the way in which key data is created and managed. Across organisations, communities and personal networks, key information is generated through computer mediated communications. Examples include email, SharePoint and a host of Web 2.0 social networking applications, such as Facebook, LinkedIn and wikis. These are critical tools for creating, distributing and saving information. As a result of these tools, much more information is created and captured.² An organisation will still track and control some aspects of these processes within its defined parameters on local networks. However in reality the boundaries between work and home have blurred as technology has enabled flexible working.

² BROWN, M.; DEMB, S. R.; LOMAS, E. Continued communication – maximising the potential of communications: the research and outputs of a co-operative inquiry.

What is “business” and what is “personal” is not always clear cut. An individual will often manage their own personal communications through the convenience of work emails but also through a range of online applications each one of which delivers a different benefit. As the project lead on a research collaboration entitled Continued Communication (2008-2013), the communication preferences in a range of scenarios were surveyed and tested.³ Different tools were seen to have different value, for example LinkedIn was valued for reaching professional communities and Twitter for cascading information. Email was overwhelmingly nominated as the favoured tool for work and personal communication. A range of reasons were cited including its ability:

- to reach most audiences;
- to convey both complex and simple messages;
- to evolve communications over time at each participant’s convenience;
- to manage a whole range of daily actions including scheduling appointments.

As a result of email, conversational information which might once have been lost is captured. Email can be structured and managed and certain metadata is automatically captured such as the author and date but often one email will deal with multiple issues despite that fact that it may be being used to replace more structured official record sets. In the UK, a number of official enquiries have demonstrated this shift in recordkeeping. The Hutton Inquiry which investigated the UK government’s evidence and decisions in respect of going to War in Iraq relied on accessing information from email accounts. Moss⁴ discusses the poor recordkeeping and accountability which existed and the extent to which key decisions were tracked in email and indeed in the private diaries of individuals. The recent case of Hillary Clinton’s use of a personal email account for USA Government business demonstrates how even those in key positions of accountability can distort their official and personal recordkeeping. In some respects, this is not new, as physical papers were not neatly divided between work and home lives. However, in the digital domain, the choices between how and

³ ELLIS, B.; LOMAS, E.; RIDGE, M. Continued communication – maximising the business potential of communications through Web 2.0; and LOMAS, E. *An autoethnography exploring the engagement of records management through a computer mediated communication co-operative inquiry*.

⁴ MOSS, M. The Hutton Inquiry, the president of Nigeria and what the Butler hoped to see.

where to communicate have become more fractured with many more channels for communication being selected. The Continued Communication research found that people were making quick decisions on where and how to communicate based on the considerations tabled in Figure 1.

Figure 1: Communication requirements

Communication considerations	Explanation
Reach	The physical distance through space that a tool can send a message and the audience potential
Size	The amount of data/information/representations that can be transmitted
Capacity of channel	How much data/information/representations can be transmitted per unit time through the infrastructure
Resource	The cost of transmitting, e.g. the energy expended in transmitting the message
Speed of creation	How quickly the message can be composed
Infrastructure/equipment requirements	Pertains to the physical structures that need to be in place in order to transmit the message, including any specialist equipment needed
Interoperability	The ability for a message to be accessed across different devices and platforms
Complexity	How easy it is to learn and then use the tool to communicate the message
Control structure/style	How well you are able to form the message as you would like – will it retain tone, clarity, etc.?
Comprehension	How easy the message is conveyed and understood across the communication channel
Authenticity/integrity	Capable of ensuring that the message's context and contents will be protected.
Data ownership	The ability to retain rights over the message, to ensure that it is not used for other purposes and can be effectively deleted as required
Privacy	The ability to ensure that the message is viewed only by intended recipients
Security	Pertains to protection against hackers, malware, etc.

Reproduced from Ellis, Ridge and Lomas, 2009.

Legal cases have revealed this trend to capture key information through a wide range of computer mediated communication tools, e.g. a report by Patzakis concluded that there was a growing trend for computer mediated communications to form part of the evidence submitted in both civil and criminal cases.⁵

When information is created and captured through computer mediated communications, this raises a number of questions and challenged for the archivist. The data ownership and the reality of the record is complicated as it is no longer a single fixed physical entity. The message/information content may be authored by an individual in a personal or employed capacity. That message is created and captured through a piece of software and storage infrastructure. Aspects of the software, storage and authorship may then reside in different parts of the world. For example, a record author sitting in Europe may generate records through a software company with headquarters in Iceland, hosted within a “Cloud” in India but with an intended audience in the USA. This infrastructure enables the information to be transmitted and presented through time by bringing together these components. However some parts of the supply chain may alter, corrupt or break through time. Where the components are brought together the original content/record may be reused, mashed up or linked to other data with other contributors authoring interwoven content to create a new record. To maintain the information through time migrations may be required. Certainly more active management is required from the point of creation and capture which in Europe have led to the rise of the Records Continuum as a management model in preference to the Lifecycle model.⁶ Whether or not the information is private or public and who owns the information will depend upon the contracts entered into with software and storage providers, the way in which the information is labelled/badged and where and how the information is distributed as it may be considered to have been ‘published’ or ‘made public’ depending upon platforms and settings on those platforms. It will also be dependent on the legislative regimes that relate to different parts of the process given that this may encompass legislation from different countries.

⁵ PATZAKIS, J. *Overcoming potential legal challenges to the authentication of social media evidence*.

⁶ UPWARD, F. The records continuum.

This raises a number of questions for the archivist:

- Can there be archival records in a digital age?

Given the need to migrate digital information through time can there ever be such a thing as an “original archival record”? An original bitstream can be stored. This is the original record in the eyes of the computer but this was not the way in which the author saw or understood the content. To understand the record then requires a new skillset for the archivist/user.

- How should digital information be appraised?

So much more information is generated and this does require new approaches to appraisal. New systems are being trialled. For example, the USA National Archives and Records Administration has decided to top slice the Government email systems and take the records of key users rather than consider content, the Capstone approach.⁷ It can be argued that this “big buckets” approach to appraisal (i.e. decision making at a very high level) may be seen to provide a transparency for retention and disposal of information which is a better fit for less structured information. In the UK Government, records are deleted from email servers after only six months in an attempt to force users to file emails into structured record systems. These are Government records and personal data is captured only as a bi-product. To appraise and capture personal data represents a different challenge. Digital technology potentially allows us to capture a far wider range of individual perspectives and to access it much more effectively than paper paradigms. As such, in 2010 US Library of Congress decided to acquire all of Twitter’s tweets from 2006-2010.⁸ This captured not only American but international tweets. A “copy” of these records could be acquired whilst still providing users with access to their tweets on Twitter. Given that digital records are more readily copied it is possible that archives can enter into contracts with individuals far sooner. For example, it would be possible to mirror an author’s email systems in order to automatically capture copies of all emails sent and received in real time. Much more research needs to be done on rethinking retention and appraisal techniques particularly in a personal context. As the technology is still maturing in terms of its capabilities to appraise and

⁷ Available at: <<https://www.archives.gov/records-mgmt/email-management/sample-capstone-approach.pdf>>.

⁸ Available at: <https://www.loc.gov/today/pr/2013/files/twitter_report_2013jan.pdf>.

manage information through time. New computer capabilities will enable the granular management of information dependent upon sophisticated rules. However, what can be acquired and how and when it can be used is also dependent on legislative considerations.

- Who owns the archival record, how and when can it be used?

Given the complex structures for generating record there are issues around who can/should own which parts of the record(s)? As the record is now dispersed across geographic boundaries, the legislative regimes which apply are exceptionally complicated. To what extent the archivist can have certainty over ownership will differ depending on the acquisition arrangements. To establish ownership, the archivist may need to negotiate not only with the author of the content but others in the digital supply chain dependent upon where and how the content has been generated. There is no uniform international agreement on legislative requirements and yet this does impact on what and how information can be managed through time. This can both limit and delimit the parameters of the discussion. Critical in an archive context where there are public resources at play is when and how the information can be legitimately accessed. This can be complicated as when data is acquired from a software developer it is necessary to understand the contracts users have entered into and how the contracts have changed at particular points in time. Many social media platforms allow authors to tailor their settings. Furthermore legal requirements depend not necessarily on one software company's headquarters but where its data is located and where the individual authors reside. Just as copyright legislation is slowly progressing towards international standards so too could other information legislative regimes. However, there remain very different national perspectives on the balance between privacy and access.

- Who are the creators and custodians of the information

The information landscape is complicated. To navigate these boundaries archivists do need to work with a range of information experts. In addition, they can work more closely with users. In fact some of the boundaries between users and archivists are now perforated. In the last thirty years, there has been a move towards the establishment of community archives. In addition, the digital domain has enabled

the boundaries to be broken down between archivist and user and thus for there to be evolved collection policies and management. In digital spaces everyone can be participants in the archiving process as record makers and recordkeepers.

These questions need to be answered and understood in the context of the legislative regimes that govern the management of information. However, equally there are some moral parameters that can be amended in legislation over the longer term. The archive profession does need to present an international voice on information societal needs, opportunities and challenges. This involves reviewing the existing information legislation and what are and should be our fundamental information rights.

4 What are our fundamental information rights?

In establishing agreement on information privacy, access, ownership and specific archival considerations it is necessary to look towards established human rights agreements which do contain components related to information agendas. In 1948 the *Universal Declaration of Human Rights* (UDHR), set out by the United Nations General Assembly in Paris on 10 December 1948, laid out fundamental human rights which encompassed rights relating to free speech, ownership and privacy. The UDHR was drafted by representatives with different legal and cultural backgrounds from all regions of the world, and ratified by the United Nations General Assembly in Paris on 10 December 1948. The United Nations continues to hail this as a common standard to live by for all peoples and all nations. The rights related to privacy, property and speech have a bearing on the management of information and are therefore worth citing in full.

- Article 12 defines a right for privacy:
“No one shall be subjected to arbitrary interference with his privacy, family, home or correspondence, nor to attacks upon his honour and reputation. Everyone has the right to the protection of the law against such interference or attacks.”

- Article 17 defined property rights:
“Everyone has the right to own property alone as well as in association with others. No one shall be arbitrarily deprived of his property.”
- Article 19 confirms the rights to freedom of speech:
“Everyone has the right to freedom of opinion and expression; this right includes freedom to hold opinions without interference and to seek, receive and impart information and ideas through any media and regardless of frontiers.”

However, what each of these articles means in practice is determined by laws and the exercise of justice at more localised regional and national levels. At an international level there has been an acceptance that moral norms differ and therefore the application of the Convention in practice is complicated. Within the USA these principles are conveyed in fairly absolute terms. However, in a USA context the right to freedom of speech is of paramount importance as it is enshrined within the American Constitution and therefore whilst there are confidentiality laws for business and privacy laws for individuals, the case law has come down on the side of greater openness than in European contexts.

Within the EU context the principles of the UN Convention were ratified by a European Convention on Human Rights which came into force in 1953. The European Conventions qualified the Rights set out by the UN. For example, the right to privacy exists provided that individuals are acting in accordance with law and that the rights to privacy are not undermining the functioning of a democratic society. This means that there exists a blurring of the boundaries between the state's right to interfere with citizens' privacy. Within the EU as separate nation states the parameters of privacy are not agreed. Within French legislation there is a much greater division between public and private life. As such France's president Mitterand's extramarital affair and his health scares were kept secret during his lifetime. However, after his death they were made public partly through legal actions. In France, organisations cannot monitor employee email whereas in the UK this is legitimate provided there is a known monitoring policy in operation. From the 1960s legal remedy in

respect of the EU Convention can be sought through the European Court of Human Rights but this is slow and expensive. However it has had some impact at national levels. Those cases heard at this level have influenced national decisions. For example, princess Caroline of Monaco won a landmark ruling from the European Court of Human Rights to protect her right to privacy. The decision prevented the media from publishing images of her private life. This has influenced national decisions, including in the UK context where there have been a number of superinjunctions (or “gagging order”) being imposed by the courts which have prevented the UK media publishing stories on the private lives of celebrities. Google has had to respect these decisions. Google search engines in the UK block this information. However, UK citizens sitting in London can still log onto the USA Google search engine and locate this information although the information cannot then be disseminated. Thus the European and USA positions remain in conflict as there are different tipping points between privacy and access.

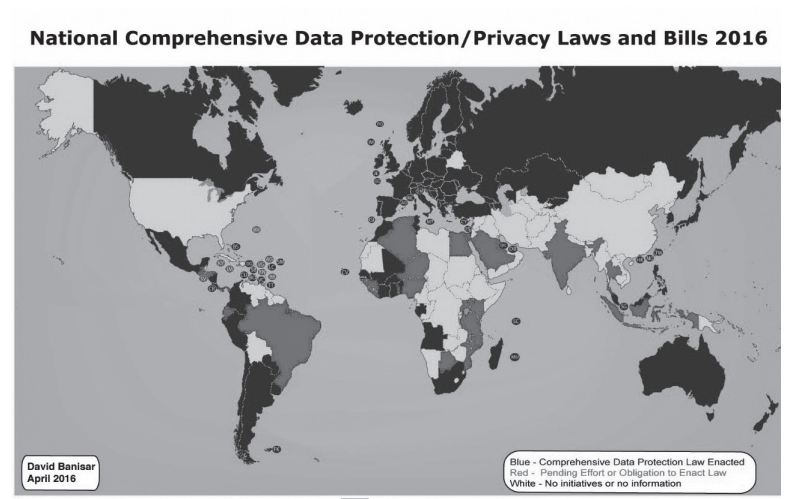
David Banisar provides a mapping which he updates regarding different information rights laws. This delivers a high level visualisation of those countries who provide privacy (Figure 2) and privacy (Figure 3) regimes.⁹

Over two thirds of the world's nations do have legislation across these domains. However, whilst the map includes many countries, it is to be noted that the picture is neither complete nor uniform. For example, both the UK and Brazil provide some privacy and access regimes but the legislation differs significantly. In fact every nation has their own legislative and differing framework despite the existence of the UDHR.

Within the EU there is a patchwork of legislation which delivers privacy and ownership legislation as well as remedy against defamation or libel most of which operates at a national level. Also at a national level is some specific legislation which deals with information held on computers or certain specified types of information. At an EU level in addition to the human rights legislation is specific legislation on protecting personal data.

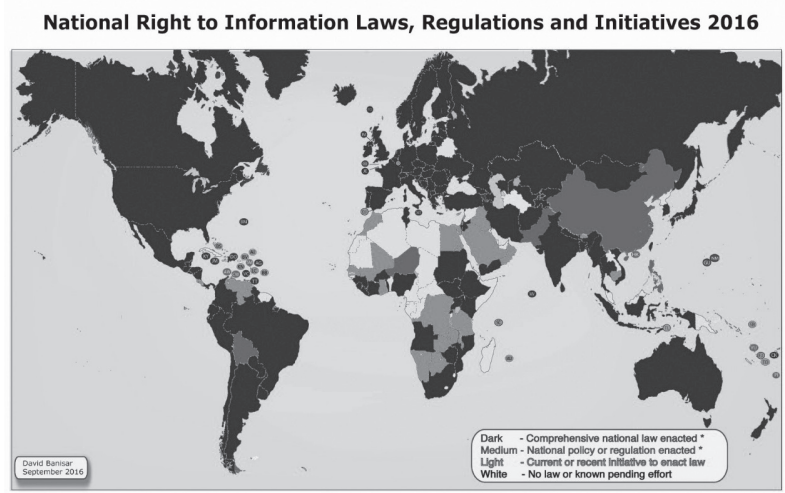
⁹ Available at: <<http://home.broadpark.no/~wkeim/foi-list.htm>>.

Figure 2: Mapping of worldwide data protection and privacy laws by David Banisar



Reproduced with the kind permission of David Banisar.

Figure 3: Mapping of worldwide information access regimes by David Banisar



Reproduced with the kind permission of David Banisar.

5 European union approach to personal data

Within the context of the EU, personal information is any information relating to a living individual and this is governed by data protection legislation. It must be noted that it has in rare instances been extended to cover the information of deceased persons, e.g. in cases brought by families about deceased persons where, for example, the medical information has a family bearing. The UK has had data protection legislation in place since 1984. The legislation was established to enable personal information relating to living individuals generated on computers to be shared for trading purposes. In 1995 an European Union directive (directive 95/46/EC) was passed which established the parameters relating to the good management of personal information relating to living individuals, regardless of its format. The directive related not only to public organisations but private concerns including companies, charities and any entity processing personal data. The directive was then enacted through national legislation which in the case of the UK was the Data Protection Act 1998. This legislation extended its reach to include paper and digital records. The legislation was significant as it challenged the processes for enabling access to information within archives, particularly where the contents were unknown. Although personal information was not caught by the legislation unless it was deemed to be part of a “relevant filing system” the meaning of this has been challenged on a number of occasions.

The Data Protection Act 1998 has eight key principles. At the heart of the legislation is the concept that all personal data relating to living individuals must be obtained and processed fairly and lawfully. In other words the processing must be in line with the reasonable expectations of the individual it concerns. A special exemption was made for “research purposes” to enable archives to retain personal information without explicit consent.

Where information is deemed to be “sensitive” then stricter justifications for processing must be met. Sensitive data is classified as information concerning:

- racial or ethnic origin;
- political opinions or other beliefs;

- trade union membership;
- sexual life;
- mental or physical health;
- offences committed or allegedly committed; and
- details of proceedings for offences committed or allegedly committed.

The categories of sensitive data reflect EU citizen concerns regarding information which they deem should be private and confidential. This list potentially differs from concerns on other continents. Individuals have the right to request access to their own personal information and very few exemptions to these access rights exist. Under the current legislation, individuals can ask that inaccurate, damaging or distressing information is amended, blocked, erased or destroyed.

Information must be managed securely and safely. Best practice requires organisations to consider conduction privacy impact assessments, e.g. for new IT systems that manage personal data. Critically personal data must only be transferred outside the European Economic Area if that country ensures an adequate level of protection. As a result of this requirement Safe Harbour agreements were negotiated establishing the arrangements for appropriate levels of protection outside of the European Economic Area, e.g. agreements were established with Argentina, Canada, Guernsey, the Isle of Man and the USA. However, in the latter case there has been a significant challenge concerning sharing data with the USA through the case of Max Shrems.

Max Shrems is an Austrian lawyer. As a student Shrems became interested in Facebook's apparent ignorance of EU data protection laws and therefore undertook research on the subject. A request to Facebook for his own personal data revealed hundreds of pages including posts which he thought had been removed. Following the revelations from Edward Snowden in 2013 that the USA security services does monitor social media information he was concerned about access to and the use made of his information. He complained to the Irish Information Commissioner. Facebook's EU headquarters are in Ireland and therefore this was the legislative domain in which Shrems has in effect signed a contract for using Facebook. Shrems failed to get a satisfactory resolution with the Irish Information Commissioner and therefore he progressed his case to the European Courts. He was attempting to stop Facebook's EU data being transferred to the USA on the basis that USA legislation

and Facebook specifically do not provide sufficient protections to prevent third party interference. In 2015 as a result of this action the Court of Justice of the European Union found that the USA Safe Harbour Agreement is not suitably robust and data transfer should be reviewed. The impact of this decision called into question more generally the sanctioned use of USA software by EU organisations in cases where personal data is managed. New arrangements regarding the privacy of EU data in the USA have now been negotiated and continue to be the subject of discussion. Aspects of Shrems' legal battle remain ongoing in Ireland and also in Austria where Shrems invited Facebook users to join his case as a class action relating to deletion rights.

The EU direction of travel in terms of legislation is towards greater privacy and additional rights for data subjects regarding their personal data. Although in the UK there has been moves towards "deemed consent" which requires people to opt out rather than opt in to data usage. However, in May 2016 a new Data Protection General Regulation was passed which strengthens privacy legislation and personal data rights. This comes into force in May 2018. Despite the UK decision to vote to leave the EU, as the UK is likely to still be a member of the EU in 2018 when the legislation comes into effect it will automatically apply in the UK. This Regulation includes the "right to be forgotten" although there is a derogation for archival purposes. The definition of archival purposes and archival services are still under discussion. In addition this means that a greater percentage of information may be lost before it makes it into a formal archive service. However, potentially archives should be providing a better consultation service regarding the retention of personal data for historical reasons. In addition, this does present challenges about how deletion is achieved in a digital age where information is held and embedded in multiple locations.

A key impact of the data protection legislation has been the challenge of managing access versus privacy when personal data is concerned.

6 Access to information

Within the EU personal data rights govern a wide range of organisations. However, access rights exist for the most part only in relation to public authorities.

There are a number of campaign groups seeking to extend these boundaries and develop manifestos on openness given the important role information does provide in underpinning the functioning of a mature ethical society¹⁰ In terms of legislation, the EU has legislated for access to environmental information in the context of public bodies through the Aarhus Convention. Environmental information is seen to concern natural capital and its use or misuse can impact locally and globally. It also covers the built environment. Separately EU nations have made their own decisions regarding legislating for access to information more generally.

In the UK the key piece of legislation is the Freedom of Information Act 2000 which provides the access regime for information held by UK public sector bodies. Scotland also has a separate piece of legislation the Freedom of Information (Scotland) 2002 Act which covers Scottish public sector bodies. These Acts are intended to promote a culture of openness and accountability amongst UK public sector bodies by providing people with rights of access to the information they hold. The legislation is retrospective.

Under the terms of the legislation, all persons who make a request for information to a public authority must be informed whether or not the organisation holds the information requested. They need not see the actual record only a version of the information.

As well as providing information when requested, the Act also places a duty on all public bodies to be proactive in the release of official information. To this end, public bodies must adopt and maintain a publication scheme that details the classes of information it will regularly publish. The publication scheme is a guide to the types of information routinely published by the organisation, and therefore consists of classes of information rather than a list of individual documents.

Information can be withheld from release where certain exemptions are deemed to apply, these include commercial confidentiality, information classified as personal information under the terms of data protection legislation, information supplied under a legal duty of confidence and information supplied under the terms of legal professional privilege. Some exemptions are subject to a public interest case being established, i.e. it being in the public interest that the records are withheld. When

¹⁰ E.g. Available at: <<http://www.opengovernment.org.uk/>>.

records are deemed to be historical records – which has now been changed to twenty years old whereas previously this was set at thirty years – some exemptions fall away, e.g. commercial confidentiality. However, national security and the personal data rights remain and are considered absolute exemptions, i.e. no justification is required.

As the personal data rights are absolute exemptions, the personal data is normally withheld under the person it concerns has died. This can be legally challenge. In a court scenario it is considered whether the release of personal data would cause “damage” or “distress” and what the public interest in the release would be. There would need to be a very strong public interest in the release in order to override the personal data considerations. However, archivists are risk averse and on that basis err on the side of closure when there are conflicting concerns. It is clearly easier to close records and then review them upon challenge whereas once opened the position is somewhat irreversible. However, whereas once a public sector archivist would shut records of private owners simply upon that individual(s) request this is no longer the case. Private owned information is only personal data if it is information very specifically about a living individual. Requests for access to information which is not deemed to be personal data may be subject to release. This therefore would include information about a private owners family members if those persons are deceased. A small number of private owners have therefore withdrawn records that were previously held on loan by public sector archives.

Corporations and charities are required to deposit key records such as accounts and annual reports which are then available but these organisations need not answer information requests as it would be deemed too burdensome. At a surface level individual accountability in the UK is fairly minimal as there is no mandatory ID system. Tax information must be provided but unlike the Norway legislative system this information is exempt from public scrutiny. However, there are concerns about Government surveillance which in the UK align more to US processes than other European national models. In 2000 the Regulation of Investigatory Powers Act was passed and there have been attempts to extend this. Telecommunication companies are required to keep all user records for specified periods. Legislation of this nature has been described as “a snooper’s charter”. Within the UK there is a surveillance culture in terms of extensive CCTV surveillance in public places. This is generally supported as a mechanism for reducing crime. However, Edward

Snowden's revelations do impact on public perceptions regarding surveillance. The extent of monitoring has come into question in the library domain in the USA and UK where it has been claimed that Government agencies have wanted access to readers' information. Librarians have claimed this is an invasion of privacy and freedom as it is to be argued that you are not what you read, ergo to read a book about terrorists does not make the reader a terrorist.

New agreements and international cases have changed the nature of information holding. Confidentiality and privacy are complex domains and the parameters move. Perhaps the most notable archival case in recent years is that of the oral history Belfast Project in Boston College library which collected Irish Republican Army and Loyalist perspectives on the so called "Troubles" in Ireland. The accounts were sealed and assurances given that they would not be released until after the death of the individual unless that individual consented. However, as part of a murder inquiry by the British Government despite being deposited in the USA a number of these accounts were successfully subpoenaed.¹¹ This has undermined the process of assurances for retained records confidentially which will impact history. Whilst this was a criminal investigation in a current context, attitudes to crime do change through time and indeed nations already differ in perspectives to crime. Therefore it is debatable whether the records should have been released. However this case demonstrated that national contexts can be overridden. No longer can immovable assurances be given in regards to confidentiality.

7 Information as an asset

Information is now recognised as an asset with a capital value. A survey by Western Digital this month, reported in the Daily Telegraph, claimed that the average consumer values their own data at £3241 with men putting a higher value on their personal information than women.¹² Yet relatively few people pay for data services which increases the opportunities for companies to get users to sign up to harvesting

¹¹ KING, James. "Say nothing": silenced records and the Boston College subpoenas.

¹² Available at: <<http://www.telegraph.co.uk/technology/news/12012191/How-much-is-your-personal-data-worth.html>>.

data provided a service is free. Personal perspectives on what individuals will pay in terms of information services are changing. However from a commercial standpoint it is clear that certain kinds of information bear a price tag, e.g. insurance companies have sold accident data to personal injury lawyers and the data of pregnant women has been deemed of value to retail concerns.

By and large, the story of web advertising and ad companies and networks is a story of organizations aggressively and unapologetically tracking and intruding on people for years.¹³

As well as information potentially having a price tag there are significant costs to properly managing information particularly personal information. From 2008 the UK information commissioner Richard Thomas started to describe personal data in interviews as a toxic asset being both a “toxic liability” as well as an “asset”.

There are clear tensions regarding the appropriate use and reuse of information and the boundaries between a range of services. In the UK, the reuse of public sector information is now formally regulated and this impacts as to how archives are reused through time. Archives have not traditionally been money making concerns but, as there are increasing pressures on public finances, the archives does need to more actively consider the parameters of commercial exploitation. So this raises a further question what can and should archive services charge for and commercially exploit?

8 In conclusion

Information is an asset but also a source of responsibility. Archives did historically hold data behind defined walls but in a digital age the boundaries are blurring. As resources are depleted there may be new commercial pressures and conflicts for archivists to face. Archivists need to be clearer on their moral parameters so they can defend themselves from resource pressures but take advantage of commercial considerations as appropriate. It is beneficial to recognise that information is both

¹³ Available at: <<https://utcc.utoronto.ca/~cks/space/blog/web/AdblockingAndMorality>>.

an economic and societal asset. Whilst it is a significant challenge to manage records through time and over dispersed locations, it is important that archivists both recognise and seize a leading role in terms of the many opportunities that exist. These include:

- the opportunity to acquire, appraise and catalogue/tag records in new ways through automation and greater user engagement.
- the opportunity to access and reuse information in exciting new ways.
- the opportunity for archives to have a commercial and social role in the use and reuse of information.
- the opportunity to engage with a wide range of information professionals in harnessing and solving the grand challenges that face us.
- the opportunity to underpin and evolve a moral information rights landscape and thus to play a lead in shaping international information rights law.

Creating international understanding on the appropriate use of information will be a long journey. However, archivists have longstanding international collaborative networks – they are good at talking, sharing expertise and reaching consensus. Archivists can play a key role in shaping nations' moral consciences about the appropriate use and reuse of information. So this paper ends with a call for archivists to re-envisage their own professional codes of ethics in order that to provide a clear moral compass to lead the international information rights agenda and shape new legislation.

References

BROWN, M.; DEMB, S. R.; LOMAS, E. Continued communication – maximising the potential of communications: the research and outputs of a co-operative inquiry. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MANAGING INFORMATION IN THE DIGITAL ERA, 14-16 oct. 2009, Botswana. *Proceedings...* p. 3-21.

ELLIS, B.; LOMAS, E.; RIDGE, M. Continued communication – maximising

the business potential of communications through Web 2.0. In: ONLINE INFORMATION, 1-3 dec. 2009, London. *Proceedings...* p. 17-23.

IACOVINO, L.; TODD, M. The long-term preservation of identifiable personal data: a comparative archival perspective on privacy regulatory models in the European Union, Australia, Canada and the United States. *Archival Science*, v. 7, iss. 1, p. 107-127, mar. 2007.

KING, James. "Say nothing": silenced records and the Boston College subpoenas. *Archives and Records*, v. 35, iss. 1, p. 28-42, 2014.

LOMAS, E. *A guide to the Archive of Art and Design*. London: V&A; Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 2000.

_____. *An autoethnography exploring the engagement of records management through a computer mediated communication co-operative inquiry*. Northumbria University, 2013.

_____. The Ones that get away?: archives and export legislation in the UK. *Archives Principles and Practice*, n. 75, p.13-30, 1998.

MACNEIL, H. Privacy, liberty and democracy. In: BEHRND-KLODT, M.; PETER WOSH, P. (Eds.). *Privacy and confidentiality reader: archivists and archival records*. Chicago: Alpha Publishing House, 2005. p. 67-81.

MOSS, M. The Hutton Inquiry, the president of Nigeria and what the Butler hoped to see. *English Historical Review*, v. 120, iss. 487, p. 577-592, 2005.

PATZAKIS, J. *Overcoming potential legal challenges to the authentication of social media evidence*. Pasadena: X1Discovery, 2012.

THE NATIONAL ARCHIVES. *Deaccessioning and disposal: guidance for archive services*. London: OPSI, 2015. Available at: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/Deaccessioning-and-disposal-guide.pdf>>. Accessed: 1 Sept. 2016.

TODD, M. Power, identity, integrity, authenticity, and the archives: a comparative study of the application of archival methodologies to contemporary privacy. *Archivaria*, n. 61, p. 181-214, 2006.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. *Universal Declaration of Human Rights*. Paris: United Nations, 1948. Available at: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/eng.pdf>. Accessed: 1 September 2016.

UPWARD, F. The records continuum. In: MCKEMMISH et al. *Archives: recordkeeping in society*. New South Wales: Centre for Information Studies; Charles Sturt University, 2005.

WISSER, K. M.; BLANCO-RIVERA, J. A. Surveillance, documentation and privacy: an international comparative analysis of state intelligence records. *Journal of Archival Science*, V. 16, iss. 2, p.125-147, 2016.

ACESSO E INTIMIDADE: DUAS QUESTÕES PARA O ARQUIVISTA NO CONTEXTO DOS ARQUIVOS PESSOAIS.

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Em nosso texto, pretendemos dialogar com a ambiguidade que pode existir entre o direito à privacidade e intimidade e o direito à informação no contexto dos arquivos pessoais, em especial os que estão sob custódia de instituições públicas. Nossa perspectiva entende que a lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, não contempla as especificidades desses arquivos. Para iniciarmos nossa análise, faz-se necessário nivelar alguns conceitos que entendemos como basilares para qualquer discussão que almeje tratar do acesso a documentos produzidos na intimidade.

1 Introdução

Em primeiro lugar, é necessário equacionar o que entendemos como arquivo pessoal. “Arquivo pessoal” seria o “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e funções sociais”.¹⁴ Como qualquer arquivo, o arquivo pessoal deve representar o seu produtor, ou seja, o indivíduo que foi responsável pela reunião desses documentos ao longo de sua vida. Por pressuposto, os indivíduos em sociedade atuam em diferentes áreas, participam de diferentes redes (familiares, de amizades, de negócios e da sociedade civil, entre outras), em suma, são, em um certo sentido, diferentes *personas*. Dessa forma, o arquivo do indivíduo traduz o contexto histórico, cultural e social em que viveu.

¹⁴ OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A propósito da carta de Mário.

O arquivo é constituído por

Materiais produzidos ou recebidos por pessoa, família ou organização, pública ou privada, na condução de seus negócios e preservados devido ao valor duradouro da informação que contém ou como prova das funções e responsabilidades de seu produtor.¹⁵

Os documentos de arquivo são produzidos para representar uma ação ou atividade – muitas vezes são a própria ação – e guardam entre si uma vinculação, perceptível no contexto de sua produção. Esse processo mais explícito em um arquivo organizacional ocorre igualmente em um arquivo pessoal. Podemos atribuir essa dificuldade na percepção da vinculação ao cenário aparentemente destituído de normas para a elaboração desses documentos.

Falando um pouco sobre isso, para contextualizar as próximas discussões, encontramos nos arquivos pessoais documentos produzidos e recebidos em função da relação do produtor com o Estado (certidão de nascimento, de casamento, de óbito, recibo de pagamento de taxas, escrituras, etc.), da vida profissional do produtor (cartas de negócios, relatórios de pesquisa, balancetes, artigos científicos, originais de terceiros), de sua vida íntima (noticiários epistolares de cotidiano ou não, cartas de amor, poemas amorosos, diários íntimos), e de sua vida cultural e social (programas de concertos, entradas de espetáculos, convites de casamento, avisos fúnebres, etc.). Os tipos documentais identificados em um arquivo irão refletir a atividade ou atividades profissionais do produtor, seus gostos e seus vínculos sociais, e assim nos auxiliar a entender melhor esse sujeito produtor.

Destacamos aqui os documentos que referenciam a vida íntima e a vida social e cultural como aqueles que necessitam de maior atenção. Aparentemente, são desprovidos de regras em sua produção, o que dificulta a sua análise e podem nos induzir a conclusões sem fundamento sobre a sua natureza. Mas esses documentos são igualmente regulados, não por instrumentos legais ou normas institucionais, mas pelas práticas sociais e os protocolos partilhados socialmente. Evidentemente,

¹⁵ PEARCE-MOSES, Richard. *A glossary of archival and records terminology*. Tradução da autora.

esses parâmetros estão circunscritos a segmentos sociais específicos, nos quais os produtores dos arquivos se inserem e com os quais se identificam.

Em segundo lugar, precisamos falar sobre uma das características dos arquivos mais controvertida, que é a imparcialidade. Tão bem explicada por Sir Hillary Jenkinson, a imparcialidade exprime a gênese do documento de arquivo, produzido para representar uma ação, ou, melhor dizendo, exprimir sua instrumentalidade. O documento de arquivo não é produzido para a posteridade, para sua patrimonialização. Ele é produzido porque determinada ação precisa ser registrada. Essa característica está intrinsecamente relacionada ao valor primário do documento, que, segundo o *Multilingual Archival Terminology*, do Conselho Internacional de Arquivos,¹⁶ é “o valor dos documentos derivado de seu uso original que provocou a sua criação” (tradução da autora). Enquanto no ambiente do produtor, os documentos devem atender às suas necessidades de provar, de informar a si mesmo e aos que lhe indagarem sobre algo e à sua necessidade de lembrar.

A questão que nos desafia é quando esse arquivo deixa de ser de importância apenas para o seu produtor e passa a fazer parte não da memória individual, mas da memória coletiva.

Se arquivos devem ser comparados à memória - se a metáfora dos arquivos como memória é reter qualquer autoridade - então devemos aceitar uma realidade crítica dos arquivos. Se os documentos e arquivos são pedras de toque que nos permitem comunicar memórias individuais e assim compartilhar essas memórias dentro da sociedade, esses documentos e arquivos devem ser gerenciados de modo que eles possam ser articulados, mediados e usados. A base da memória individual é que ela é criada, armazenada e recuperada. A memória social é formada a partir da recuperação e articulação das memórias individuais. A base dos arquivos, então, deve ser que os documentos devem ser adquiridos, preservados e disponibilizados.¹⁷

Um dos papéis sociais do arquivo é dar acesso; o sentido de adquirir

¹⁶ Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

¹⁷ MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives, p. 122.

e de preservar é a possibilidade de disponibilizar os documentos. Esse deve ser o princípio norteador quando levamos a discussão para a memória coletiva e para a responsabilidade do Estado para com a preservação dos registros que podem ser utilizados como instrumentos dessa memória. Contudo, a complexidade da passagem do ambiente privado e íntimo para o acesso público merece uma reflexão.

2. Preservar, lembrar e esquecer

É a partir do reconhecimento da importância dos papéis produzidos na vida privada para a história que os arquivos pessoais e familiares passam a ser objeto de interesse dos lugares de memória, como arquivos, bibliotecas, museus e sociedades históricas. Esse movimento, liderado por historiadores, insere esses documentos como objeto da Arquivologia, e, conseqüentemente, passam a ser identificados, recolhidos, cadastrados, reproduzidos e acessados.

As grandes guerras colocaram esses acervos em risco de destruição ou de evasão. Como consequência dessa percepção, os Estados elaboraram legislação de identificação e de proteção a esses conjuntos documentais que, devido ao seu interesse para a sociedade, passaram a ser reconhecidos como patrimônio. Não é nosso objetivo nos alongarmos nesse ponto; nossa intenção é apenas contextualizar dentro da história da Arquivologia quando os arquivos pessoais começam a ser uma questão da área. Afinal, a fundamentação teórica da Arquivologia baseia-se no cenário dos arquivos nacionais e dos documentos públicos.

Na medida em que se identifica um valor de pesquisa, ou seja, um valor que não o valor primário em uma documentação produzida na vida privada, abre-se a possibilidade de sua institucionalização. O que chamamos de valor secundário está relacionado ao conteúdo do documento de arquivo, a sua capacidade de fornecer informações relevantes para o desenvolvimento de uma pesquisa e não às necessidades específicas do produtor de provar, informar ou de memória. Estamos dizendo que o usuário da gama de informações reunidas nos documentos de um arquivo deixa de ser somente o seu produtor e passa a ser outros usuários. Mas o “desdobramento decorrente do valor secundário da documentação não apaga a

motivação da produção dos documentos”.¹⁸ Uma certidão de nascimento, mesmo que ganhe outro significado, será sempre o registro do nascimento de um indivíduo e o mesmo se aplica a uma carta de amor.

A utilização de um “arquivo” pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de “fonte”. Chamaremos de “fontes” todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, [...], e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação, a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto, de uma inteligibilidade científica.¹⁹

Mas, para que esses documentos produzidos na vida privada de um sujeito social ganhem visibilidade e possam ser usufruídos coletivamente, estes precisam sair do ambiente privado e ingressar em uma instituição com vocação e missão focadas na preservação e acesso aos documentos relevantes para a sociedade.

Não se justifica o alto custo com a preservação, organização e descrição de arquivos que não podem ser acessados. Em especial quando as instituições custodiantes são instituições públicas. Mas agora faz-se necessário retornar ao cenário de produção desses arquivos pessoais. Os documentos que são relacionados à vida íntima, social e cultural do indivíduo são a representação de algo muito singular.

Avançar nessa discussão pressupõe lembrarmos que, usualmente, o processo de identificação desses arquivos como fonte ocorre após a morte do produtor do arquivo. E como é um processo de identificação realizado por um segmento da sociedade após a morte do titular do arquivo, não se pode esperar que o mesmo se identifique como responsável pela manutenção de um conjunto de documentos que seja parte da memória coletiva. Sendo assim, o titular não poderá deixar registrada a sua vontade em um testamento. Em algumas situações,

¹⁸ OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*, p. 36.

¹⁹ ROUSSO, Henry. *O arquivo ou o indício de uma falta*, p. 2.

o produtor faz referência aos seus herdeiros ou amigos sobre o que gostaria que acontecesse com seus documentos, biblioteca e objetos, mas tal ocorrência não implica necessariamente no cumprimento de sua vontade. Após a morte do titular, os herdeiros e sucessores definem o que deverá ser descartado, guardado pela família e destinado a uma instituição, quando a situação se aplica.

Os profissionais que atuam em arquivos pessoais e que já participaram de processos de aquisição de acervos já enfrentaram situações bem peculiares. Mas é possível perceber algumas situações recorrentes, como a família apenas encaminhar para as instituições os documentos referentes às atividades profissionais do titular, comprometendo a compreensão do titular como sujeito social. Ou mesmo a família encaminhar documentos sem sequer fazer uma análise e, então, entregar documentos considerados sensíveis ou mesmo que guardam a manifestação de quem o produziu em relação à sua reserva.

Não são somente os arquivistas que alertam para as questões em torno da singularidade de alguns tipos documentais que constituem os arquivos pessoais. Segundo Rousso,

O documento escrito (carta, circular, auto, etc.) proveniente de um fundo de arquivo foi por sua vez produzido por instituições ou indivíduos singulares, tendo em vista não uma utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de “fonte” que poderia vir a assumir mais tarde. É quase um truísmo lembrar que um vestígio do passado raramente é o resultado de uma operação consciente, capaz de se pensar enquanto vestígio, e não enquanto ação inscrita no seu tempo, e, portanto, capaz de antecipar o olhar que lançarão sobre ele as gerações futuras, ainda que às vezes exista em alguns atores a vontade de deixar rastros de sua passagem.²⁰

Como comentamos inicialmente, esses documentos não foram produzidos visando sua divulgação. As cartas de amor foram escritas para que somente os

²⁰ Ibid., p. 3.

amantes as vissem, os noticiários epistolares do cotidiano muitas vezes tratam sobre assuntos de saúde, dos dissabores e desafetos, que somente deveriam ser partilhados entre autor e destinatário, e os diários íntimos, não considerando sua versão contemporânea, como Instagram, Facebook, etc., eram produzidos envolvendo apenas o autor e sua consciência. Esses documentos íntimos são regidos pela confiança e pelo conhecimento que o autor e destinatário partilham entre si. Muitos devem estar se perguntando: mas, então, porque manter esses documentos? Porque eles traduzem o produtor e a sua época, porque o contextualizam no tempo. São relevantes, pois, por analogia, traduzem o modo de viver e de pensar de um segmento social em um tempo histórico.

3 A legislação

Recentemente, em 11 de maio de 2016, foi instituída a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, por meio do decreto 8.777, cinco anos após a lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação/LAI). A LAI surgiu inserida no contexto do descortinamento dos documentos produzidos pelas agências de governo sobre os cidadãos brasileiros, no momento de grande clamor por acesso aos documentos sobre presos políticos no período da ditadura militar. A sociedade demandava pelo acesso aos documentos em busca de respostas, e, além disso, vários países já detinham sua legislação sobre a matéria a muito tempo.

Ao analisar a referida lei, não nos parece que houve uma preocupação com os documentos produzidos na vida privada e de intimidade. Na parte em que o texto da LAI se propõe a um nivelamento de conceitos, não encontramos os termos “arquivos pessoais” ou “intimidade”. Existe a menção de informação pessoal, mas não uma conceituação plena em sentido.

O que é informação pessoal no contexto da LAI?

Quando o texto da lei fala de tratamento da informação, apesar de não usar o termo “gestão de documentos”, as etapas descritas plasmam as etapas da gestão, indicando uma perspectiva organizacional e não do processo de produção e acumulação de documentos na vida pessoal.

Ainda, quando, em seu artigo 7º, o texto da lei trata de documentos produzidos no âmbito privado, fica evidenciado que somente serão objeto da LAI aqueles decorrentes de vínculo com a administração pública. Em sua seção V, a lei em questão tenta superar as dúvidas sobre as informações pessoais, mas, de qualquer forma, mesmo nessa tentativa de superação, seriam apenas as informações pessoais com vínculo com a administração pública. A carta de amor, o diário íntimo e carta de amizade estariam excluídos.

A imprecisão também existe quando o texto determina que o fato histórico supera qualquer restrição de acesso relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa, conforme o art. 31,

§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.²¹

Digo imprecisão, pois, no escopo da lei, não se define o que é o fato histórico e tampouco quem o define.

Agora no Brasil se retoma a discussão do acesso, em novo instrumento legal, mas que se concentra nos dados e informações que circulam na internet. Assim, como a LAI, o decreto 8.777, de 11 de maio de 2016, se inspira em movimentos internacionais. Trataremos do tema mesmo que rapidamente; um tema relativamente novo e que fala do direito ao esquecimento.

O trânsito de dados pessoais na internet, a manutenção desses dados pelas empresas, inclusive provedores, um crescente interesse pela exposição, o *e-commerce*, a exploração midiática, a possibilidade de dano decorrente de algo que foi incluído na rede no passado, etc. acrescentaram às originais questões relacionadas aos processos criminais a necessidade de discutir o direito ao esquecimento.

O tema tem sido objeto de grandes discussões fora do país e resultou em nova regulamentação na União Europeia sobre a proteção de dados pessoais, inclusive sobre o apagamento de informações em definitivo. O regulamento (EU)

²¹ BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016,²² relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados – e que revoga a diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), documento com 88 páginas – oferece referencial importante a ser considerado na experiência brasileira.

A discussão poderia ser ampliada e, de forma similar, inserirmos situações que encontramos nos arquivos das pessoas que jamais imaginaram que seus registros individuais fariam parte da memória de todos. O que foi possível verificar nas legislações britânica, americana e europeia no levantamento que fizemos é que o acesso está associado à proteção de dados, mesmo quando a fonte se encontra em uma instituição pública. Os princípios do acesso e da proteção são efetivamente objeto de ampla legislação e regulamentação.

No documento da União Europeia, regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, em seu item 75 – relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, texto relevante para efeitos do EEE) – diz que:

O risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, cuja probabilidade e gravidade podem ser variáveis, poderá resultar de operações de tratamento de dados pessoais suscetíveis de causar danos físicos, materiais ou imateriais, em especial quando o tratamento possa dar origem à discriminação, à usurpação ou roubo da identidade, a perdas financeiras, prejuízos para a reputação, perdas de confidencialidade de dados pessoais protegidos por sigilo profissional, à inversão não autorizada da pseudonimização, ou a quaisquer outros prejuízos importantes de natureza económica ou social; quando os titulares dos dados possam ficar privados dos seus direitos e liberdades ou impedidos do exercício do controlo sobre os respetivos dados pessoais; quando forem tratados dados pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas e a

²² UNIÃO EUROPEIA. *Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho*, de 27 de abril de 2016.

filiação sindical, bem como dados genéticos ou dados relativos à saúde ou à vida sexual ou a condenações penais e infrações ou medidas de segurança conexas; quando forem avaliados aspetos de natureza pessoal, em particular análises ou previsões de aspetos que digam respeito ao desempenho no trabalho, à situação económica, à saúde, às preferências ou interesses pessoais, à fiabilidade ou comportamento e à localização ou às deslocações das pessoas, a fim de definir ou fazer uso de perfis; quando forem tratados dados relativos a pessoas singulares vulneráveis, em particular crianças; ou quando o tratamento incidir sobre uma grande quantidade de dados pessoais e afetar um grande número de titulares de dados.²³

Apesar de a discussão estar concentrada no cenário digital, é possível verificar que alguns tipos de dados que são objeto da política de proteção são recorrentes nos arquivos pessoais.

Como vimos, o uso dos arquivos pessoais se dá quando a sociedade representada por algum segmento reconhece um produtor e seu arquivo como relevantes para o coletivo. Dificilmente esse reconhecimento ocorre quando o produtor está vivo e, dessa forma, não está presente para manifestar sua opinião sobre o que preservar e dar acesso e a partir de quando; e os que elaboram a legislação não conhecem o cenário dos arquivos pessoais. E como o universo dos arquivos pessoais lhes é estranho, ao legislar, não consideram suas especificidades. E, por outro lado, os arquivistas não se mobilizam politicamente para tornar visíveis essas especificidades e falar em seu nome.

Em que momento a carta que enviei para você deixou de ser somente sua?

Quando o que confidenciei apenas para você passou a ser uma declaração coletiva?

Como distinguir o interesse por um fato histórico da mera exploração midiática?

O ingresso dos arquivos pessoais em instituições de preservação e acesso não é só devido ao reconhecimento da importância para a sociedade dos documentos

²³ Ibid.

que reúne, mas também do desejo dos herdeiros ou sucessores do titular do arquivo em preservar o conjunto de documentos, e, por seu meio, imortalizar o seu titular. E igualmente, do interesse de instituições em investir na preservação, organização e difusão desses conjuntos. Cada uma das partes envolvidas possui objetivos específicos e desempenha funções relacionadas a eles. Mas nenhum dos objetivos das partes se assemelha às motivações que dão origem aos documentos.

4 Conclusão

Procuramos demonstrar que existe espaço para uma discussão mais ampla sobre o direito ao acesso, que reconheça os arquivos pessoais e o processo de produção desses documentos. É necessário que esses documentos ingressem nas instituições públicas para a preservação de registros das memórias individuais que se constituirão como parte de uma memória coletiva. Nesse processo de ressignificação dos documentos arquivísticos, a contextualização no espaço e tempo, assim como as manifestações dos agentes que desempenham papéis centrais nesses arquivos, deveria ser considerada quando há a demanda de acesso.

Atualmente, as instituições podem elaborar regras mais específicas para uso no momento da aquisição de acervos, a legislação e as novas formas de regulamentação em sociedade permitem isso. O pressuposto é que os herdeiros e sucessores conheçam bem os documentos antes do procedimento de transferência de custódia, mas não é a prática. As relações estão mudando. Se antes uma simples carta de doação era o suficiente, na modernidade da gestão de uma organização, essas cartas, muitas vezes representando uma ação de afeto por uma instituição ou o reconhecimento da importância da instituição para o titular do arquivo, dá lugar a contratos de tamanha sofisticação, que o pretendo doador não reconhece o processo como outrora, e já o assemelha a um contrato de negócios.

Mas não podemos esquecer que os personagens que transitam nos arquivos pessoais partilham de uma cumplicidade, de uma mútua confiança, de um conhecimento entre si que lhes permite a liberdade da franqueza, do coração aberto e de um pacto de sigilo tácito. Isso lhes faculta o direito de escrever e não subscrever,

ou de utilizar apelidos, ou de escrever sobre eventos por códigos apenas reconhecíveis entre autor e destinatário.

Como preservar o que não nasceu para se perpetuar?

Quem determina o instante em que o fato histórico supera as questões de intimidade, de honra e de imagem?

Como enquadrar os documentos em molduras da legislação se foram produzidos externos à mesma?

O distanciamento entre a produção do arquivo e o acesso por terceiros determinado pelo tempo histórico pode ser um elemento que não só contribua para o reconhecimento do valor para a memória coletiva dos conjuntos documentais, mas também para salvaguardar a cumplicidade e a confidencialidade entre indivíduos. De que forma inserimos o direito ao esquecimento nesse contexto? As circunstâncias de produção dos arquivos pessoais não deixam de existir porque o arquivo deixa o lugar da privacidade e da individualidade e ingressa em um ambiente público com expectativa de acesso público. Ainda são muitas as questões em aberto sobre o direito à intimidade e o direito ao acesso e que demandam a atenção dos pesquisadores.

Referências

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 5 jul. 2016.

_____. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. v. 37, 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (Org.). *Arquivos pessoais e cultura*. Rio

de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

DEPARTMENT FOR CONSTITUTIONAL AFFAIRS - DCA. *A guide to the Human Rights Act 1998*. 2006. 47 p. Disponível em: <<https://www.justice.gov.uk/downloads/human-rights/act-studyguide.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

EUROPEAN UNION COMMITTEE. 2nd Report Session, 2015-15. EU Data protection law: a 'right to be forgotten?' London: The Stationery Office Limited. Disponível em: <<http://www.publications.parliament.uk/pa/ld201415/ldselect/lddeucom/40/4002.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

INFORMATION COMMISSIONAIRE'S OFFICE. *Subject access code of practice: dealing with requests from individuals for personal information*. ICO, 2014. 58 p. Disponível em: <<https://ico.org.uk/media/for-organisations/documents/1065/subject-access-code-of-practice.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, v. 61, p. 105-126, spring, 2006. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12537/13679>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

O'HARA, Kieron; SHADBOLT, Nigel; HALL, Wendy. *A pragmatic approach to the right to be forgotten*. Ontario: Cigi, 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171 p.

_____. A propósito da carta de Mário. In: FREITAS, Lúcia S. de; FONSECA, Vitor M. M. da; LIMA, Marcia H. T. de F. (Orgs.). *Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações*. Niterói: EdUFF, 2016. (Estudos da Informação, 4). No prelo.

PEARCE-MOSES, Richard. *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary>>. Acesso em: 15 ago 2016.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, p. 85-92, 1996.

UNESCO. *Declaração Universal Dos Direitos Humanos* (Adotada e proclamada

pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948). Brasília, 1998. 6p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

UNIÃO EUROPEIA. *Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho*, de 27 de abril de 2016. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016R0679>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ENTRE INTIMIDADE E ACESSO À INFORMAÇÃO E À MEMÓRIA: O PODER JUDICIÁRIO NA COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E NO ESTABELECIMENTO DOS DIREITOS AO SEU EXERCÍCIO²⁴

Gustavo Sampaio Telles Ferreira

O tema é de máxima importância, embora nem todos se apercebam disso. A sociedade brasileira, diante de tantos problemas graves que a acometem, acaba deixando no segundo plano certos textos normativos que o Congresso Nacional tem produzido em tempo de crise política, crise econômica. Parece que os olhos de todos nós ficam voltados, exclusivamente, para esses pontos e alguns diplomas normativos, que tem uma extraordinária importância, deixam de ser devidamente examinados.

A Lei de Acesso à Informação, que foi aqui mencionada pela professora Lúcia Velloso, que é a lei 12.527, de 2011, está exatamente nesse enclave. Nós temos hoje um Congresso Nacional que, como qualquer casa democrática de representação popular, não é um congresso de especialistas – não é e não pode ser. A democracia não vive de parlamentares especialistas. Um congresso, que na medida do possível, realiza audiências públicas durante a elaboração de projetos de lei, mas audiências públicas que, quase sempre, assumem um caráter mais formal, procedimental do que audiências

²⁴ Texto do autor: Com as devidas adaptações linguísticas e de estilo recomendadas a publicações escritas, bem como com as correções daí decorrentes, faz-se aqui a transcrição da palestra ministrada no dia 23 de setembro de 2016, pela manhã, no auditório da Fundação Casa de Rui Barbosa, por ocasião do II Encontro Arquivos Pessoais e Cultura.

Agradecimentos do autor: Muito obrigado, professor Christian Lynch. Antes do mais, eu quero dizer que é uma satisfação muito grande comparecer à Casa de Rui Barbosa e uma grata surpresa da sua presidência hoje nesta palestra. Christian é um amigo dos mais queridos que tenho e, portanto, isso tem um grande significado na vida, já que falando aí de questões pessoais, questões ligadas à personalidade e, sua presença, aqui, na presidência da mesa, muito me anima. Eu me congratulo com a professora Lúcia Velloso e com a professora Elizabeth Lomas pelas conferências muito bem lançadas nessa manhã de hoje, e que me ajudaram, inclusive, a refletir sobre certos pontos sobre os quais eu já vinha refletindo... e falar por último, numa mesa com três palestrantes, é sempre o que há de melhor, porque confere tempo de pensar um pouco mais detidamente no que se vai dizer e, ao mesmo tempo, modifica-se um pouco o entendimento a partir da experiência adquirida com as posições lançadas. Eu já tenho aqui algumas considerações que, posso dizer, serão ligeiramente modificadas em relação ao que eu trataria no começo.

públicas que efetivamente levem ao Congresso Nacional a melhor capacidade de oferecer a resposta que certos setores da sociedade precisam para ter uma normatização que seja capaz de diminuir a zona de dúvidas na atividade exegética.

O que tem acontecido aqui no Brasil, e eu ainda estou numa cláusula geral da minha participação nessa mesa, é que, de uma maneira ou de outra, as leis que versam assuntos específicos são sistemas jurídicos que, por conta dessa carência de debate parlamentar adequado, técnico, acabam ampliando de tal ordem a margem de dúvida que reclamam uma permanente atuação dos órgãos de interpretação da norma, interpretação essa que só vem a se consolidar ao longo do tempo e que deixa a sociedade numa margem de incerteza bastante duradoura. Isso acaba gerando um cenário de insegurança jurídica, porque nós dependemos mais das interpretações que esses textos normativos demandam do que propriamente do conteúdo redacional deles próprios.

Para não parecer vago no que estou dizendo, eu posso me referir aqui a diversos setores do Direito: isso tem acontecido em matéria de direito previdenciário; aconteceu no campo dos direitos do autor com a lei 9.610, de 1998; aconteceu com a edição do atual Código Brasileiro da Propriedade Industrial, a lei 9.279, de 1996. Textos normativos que vêm carregados de cláusulas gerais, que acabam não extraindo nossas dúvidas, pelo contrário, muitas vezes ampliando-as e nos exigindo uma interpretação dentro dessa zona nebulosa de insegurança jurídica. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é assim, e a lei 12.527 não se vê de modo distinto: constitui-se em um texto normativo que generaliza cláusulas e que cria uma larga sorte de conceitos jurídicos indeterminados. Mais uma vez, o legislador se vê na contingência de oferecer uma resposta à sociedade, é pressionado a oferecer essa resposta na forma legislativa e, na ausência de uma capacitação técnica de concebê-la da melhor forma, oferece uma resposta geral e deixa por conta dos próprios órgãos de interpretação da norma a tarefa de dizer o que ele não chegou a dizer. Isso traz, como efeito, um processo que se tem distribuído por todo mundo (não é uma característica só do Brasil, mas eu diria mais intensamente no nosso país e na América Latina) que é o processo de judicialização, sobretudo em um país como o nosso, baseado no modelo de jurisdição una, um modelo em que o Poder Judiciário exerce toda jurisdição do Estado Nacional. A Administração Pública até que leva a efeito a interpretação da norma jurídica, mas faz a interpretação dentro do mister da administração, não da função jurisdicional *stricto sensu*.

Assim sendo, em nosso modelo, toda a função jurisdicional é legada ao Poder Judiciário e, com isso, nós permanecemos indefinidamente no aguardo das respostas judiciais, quando as dúvidas sobre a aplicação dos sistemas jurídicos se tornam mais candentes. Parece-me que a lei nº 12.527/2011 decorreu de um momento em que não mais se podia represar a demanda sobre o acesso a informação, mas a questão é saber que informação é essa a qual todos nós temos direito de acesso, segundo a *ratio essendi* e a *ratio legis* da lei nº 12.527.

Quando falamos de transparência pública e acesso à informação em um país historicamente viciado por processos autoritários e em um país cuja administração pública ainda tem um vazo nitidamente autoritário, afinal faz trinta e um anos que formalmente nós rompemos o edifício ditatorial no Brasil – mas certamente a cultura autoritária remanesce no seio da Administração Pública, e isso é perceptível no nível dos três poderes constituídos, inclusive do próprio Poder Judiciário, há uma cultura autoritária e o represamento dessa demanda por um sistema jurídico que nos permitisse acesso a dados –, quando falamos de transparência pública, era no sentido do que diz respeito à funcionalidade da vida estatal. A interpretação da lei infraconstitucional que regulamenta alguns importantes dispositivos da Constituição da República era mais no sentido de dizer que o que é público propriamente dito, o que é informação de Estado, o que é informação do Estado, o que é orçamento público, o que é despesa pública, o que é receita pública, o que é arrecadação, os dados pessoais até curriculares dos agentes públicos e financeiros desses agentes devem ser sempre divulgados, mas não é possível fazer a interpretação de um texto infraconstitucional exclusivamente à luz da sua redação, como se esse texto vivesse isolado do restante do ordenamento jurídico porque, certamente, se nós formos fazer essa avaliação hermenêutica da lei nº 12.527/2011, em separado, nós vamos dizer que essas cartas de amor comumente localizadas em acervos pessoais remetidos a bibliotecas públicas e institutos de pesquisa, que essas informações pessoais são informações que devem ser públicas e do conhecimento de todos, porque vivemos um Estado Democrático de Direito que reclama o que nós chamamos de publicidade máxima.

Mas essa seria uma interpretação míope, uma interpretação não sistemática do texto da lei no concerto de todo ordenamento jurídico, sobretudo do ordenamento jurídico constitucional. A supremacia da Constituição é o princípio maior de regência

da interpretação constitucional, no Brasil e no mundo. A supremacia da Constituição assegura que suas normas superam quaisquer normas que venham a ser estabelecidas nos textos infraconstitucionais, que, se contrárias à Carta Magna, ensejarão nulidade absoluta do texto da lei.

O problema é que nossa Constituição não é uma carta eminentemente de regras. A nossa Constituição é, acima de tudo, hoje, uma carta de princípios, e princípios se submetem às técnicas de ponderação, o que já não ocorre com as regras. Certamente, quando o texto constitucional estabelece (para falar aqui de um exemplo típico de regra que não se submete a ponderação fora da alçada que estamos tratando) que do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, que é o imposto estadual, vinte e cinco por cento dessa receita arrecadatória são repassados ao município onde tiver ocorrido o fato gerador, ora, é evidente que essa norma constitucional não se submete à ponderação qualquer que seja, ela já nos dá um fecho interpretativo específico e nós sabemos o que fazer a partir dele.

Agora, quando a Constituição principializa, o que destarte ela faz com muita frequência, a nossa Carta se estabelece como uma constituição da era do chamado juspublicismo pós-positivista, uma era de ascensão normativa de princípios, e a Constituição da República se vê banhada de princípios. Quando o texto constitucional estabelece o direito de acesso à informação como princípio, mas estabelece o direito à preservação da intimidade, da privacidade como princípio, e remete esses dois princípios no núcleo do que nós chamamos de cláusulas pétreas constitucionais (aquelas cláusulas constitucionais imodificáveis que nem por emenda constitucional podem ser alteradas), ora esses princípios subjazem à nossa permanente ponderação.

O exemplo que eu ofereci, aquele da regra tributária que fixa repasse de arrecadação do ICMS para município, decorre tipicamente de uma norma passível de alteração pela emenda constitucional, mas a menção que fiz ao direito à intimidade, à preservação da vida privada contraposta ou contrapostos à liberdade de informação reside em cláusula pétrea impassível de modificação por emenda, e não há, segundo a doutrina do Direito Constitucional, nos EUA ou no Brasil, ponderação em abstrato.

Nós não podemos abstratamente fazer um juízo de ponderação e classificar por hierarquia os princípios constitucionais. Não é, por exemplo, o que ocorre no sistema constitucional da República da Alemanha. A jurisprudência da Corte Constitucional Federal Alemã admite hierarquia de princípios dentro e fora do sistema

constitucional, inclusive a Corte Constitucional daquele País admite princípios meta-constitucionais, princípios supra-constitucionais, que acabam jungindo os próprios princípios residentes na Lei Fundamental de Bonn. Ora, no Brasil nós não seguimos essa orientação. Nós não acolhemos hierarquia formal de axiomas e princípios dentro do sistema constitucional em abstrato. Eu não posso dizer abstratamente que o direito à preservação da vida íntima supera o direito à liberdade da informação, e nem o contrário. E não há interpretação sequer da Suprema Corte Brasileira que possa fixar esse processo de hierarquização principiológica no interior do sistema constitucional.

Ora, o que fazer se nós temos aqui uma triangulação, o direito à intimidade no vértice do triângulo, a liberdade de informação e acesso à informação e à memória no outro vértice e a lei nº 12.527/2011 ainda no outro? Como é que nós podemos interpretá-la sem que haja uma hierarquia em abstrato de princípios no texto constitucional brasileiro que, como todos sabem, é hierarquicamente superior a todos os outros textos normativos da República? E aí nós recaímos em uma zona pantanosa, que nos gera uma profunda dificuldade de gestão até nos órgãos públicos, porquanto o que o legislador fez com a lei 12.527 (permitam-me a liberdade de a ela assim me referir) foi remeter à Administração Pública o que o próprio legislador não conseguiu ultimar a contento, ou seja, a um tempo do processo legislativo, que eu particularmente acompanhei, de discussão e votação desse projeto de lei nas Comissões de Constituição e Justiça especializadas da Câmara e do Senado. A um certo tempo em que a agenda do Congresso Nacional se vê sempre premida pela opinião pública a fazer reforma tributária, que jamais é feita, reforma política, que nunca vem, reforma do Poder Judiciário, que ficou pela metade, entre outros dentre estes grandes temas da atualidade legislativa do Brasil, o Congresso Nacional, não podendo se demorar mais, encerrou a discussão do processo legislativo de elaboração desta lei (lei nº 12.527/2011), que é um marco regulatório do acesso à informação, e remeteu o texto, com seu aprova, à sanção do Presidente da República.

O que nós temos hoje é um texto legal que não foi suficientemente arquitetado e refletido no átrio democrático competente, que é o Congresso Nacional. E mais, o nosso sistema federativo não é um sistema federativo no seu pleno sentido. O sistema federativo, no Brasil, é um sistema organizativo descentralizado apenas na forma. Curiosamente, o texto constitucional estabelece como cláusula pétrea a forma federativa de estado, mas concentra quase todas as competências legiferantes na sede

da União Federal, e isso nos traz um problema, porquanto há diferenças culturais, há diferenças de padrão cultural, comportamental e social imensas nesses mais de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados do território brasileiro, e os Estados-membros da federação e Municípios não tem autoridade para legislar sobre o tema. E acaba que esses 5.570 municípios que nós temos, distribuídos em 26 estados, e o Distrito Federal, ficam jungidos ao marco regulatório da lei a que nos referimos hoje, querendo tratar simetricamente o problema da acessibilidade à memória e à informação, do norte ao sul, como se isso fosse verdadeiramente possível.

Temos um sistema jurídico repleto de cláusulas gerais, um sistema jurídico que, em dados momentos, até ensaia apresentar classificações e padrões em termos de importância da informação para o Estado, vedando a publicidade, mas no campo das relações privadas, no campo da intimidade e da privacidade, a lei parece lacunosa, inconclusa. Há uma transferência do encargo, que o Congresso Nacional não logrou exercer na sua plenitude, para a própria Administração Pública, de modo que entidades da administração, que são repositórios autorizados de acervos pessoais, acabam na ponta dessa dificuldade, sendo chamadas a decidir o que elas não estão autorizadas a decidir, porque a lei não forneceu a informação devidamente pronta e acabada e, como dito aqui, o decreto executivo federal, que regulamenta o texto da lei federal, tardou e, também, não parece completo no seu propósito regulamentar. Refiro-me ao decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

Nós temos hoje problemas para resolver. O que me parece claro é que, não aguardando respostas novas do Supremo Tribunal Federal, mas aproveitando aquelas que o Supremo Tribunal Federal já nos forneceu em precedentes importantes da sua jurisprudência (precedentes consolidados ao longo desses quase 30 anos de aplicação da Carta Magna de 88), nós já podemos tecer algumas assertivas, respondendo a partir de uma jurisprudência que já está pronta na Corte de Cúpula do País, que envolve o temário da privacidade, da intimidade, do acesso à informação, da reparação por dano moral e do direito ao esquecimento.

E não só nós temos vivido um processo histórico de judicialização no Brasil, como esse processo histórico tem se tornado (valendo-me aqui da palavra do Eminentíssimo Professor Oscar Vilhena Vieira, da Fundação Getúlio Vargas) um processo de “supremocratização”, porque o Supremo Tribunal Federal, hoje, tornou-se o grande átrio decisório das grandes questões públicas e desacordos morais da

nação. E o Supremo Tribunal Federal, hoje, na sua vasta jurisprudência, reconhece o que na ciência constitucional nós chamamos de eficácia horizontal dos direitos fundamentais, ou seja, a aplicação dos direitos fundamentais no plano das relações privadas, intersubjetivas. Então, o princípio da dignidade da pessoa humana, que é um princípio constitucional também definido como cláusula pétrea e que se encontra previsto no inciso terceiro do artigo primeiro da Carta Magna, não incide apenas sobre as relações entre indivíduos e Estado, mas também sobre as relações entre os próprios indivíduos, determinando essa horizontalidade aplicativa dos direitos fundamentais da pessoa humana e, certamente, quando falamos de legislação de transparência pública e acesso à informação (referindo-me a um conjunto de normas existentes no Brasil sobre o tema), percebemos que o texto da lei foi preparado para publicizar ao máximo (ao máximo, porque há ressalvas), o que é assunto de interesse do Estado, o que o indivíduo tem direito a saber sobre o Estado e sobre os seus agentes. Nos portais de transparência pública, por exemplo, temos informação sobre todos os servidores públicos. No portal da transparência, posso saber todas as alterações de *status* funcional de um dado servidor público durante toda sua carreira pública, até a remuneração do servidor é acessível. Esse tipo de transparência é algo reclamado, necessário, publicizável e condizente com o espírito da Constituição da República. Não há dúvida nenhuma quanto a isso.

Agora, indaga-se em que medida eu tenho direito, como cidadão, a ter acesso a um acervo público da Biblioteca Nacional, um acervo público na Fundação Casa de Rui Barbosa, um acervo público no qual haja informações que digam respeito à intimidade de quem quer que seja que por conta da passagem do tempo, por conta do falecimento do autor da informação tenham caído no domínio dos arquivos públicos, não digo o domínio público, mas o domínio dos arquivos públicos por uma manifestação de seus sucessores ou de quem quer que seja na ausência dos sucessores. Não me parece que o espírito da lei seja nesse sentido. Certamente, podemos dizer, do que há aqui no acervo da Casa de Rui Barbosa, eu diria que quase cem por cento são acessíveis e desejavelmente acessíveis, porque dentro do espírito constitucional de publicização máxima da informação, mas isso não autoriza a Administração Pública a divulgar aquilo que, de alguma forma, pode refletir na esfera íntima de quem quer que seja e na esfera íntima dos sucessores do autor daquela informação, porque eles estão por aí.

O que vou dizer agora não é algo que me alenta em princípio, mas é algo necessário dizer diante do quadro contemporâneo. Como a legislação não cumpriu o seu papel na íntegra, parece-me que à Administração Pública, aos órgãos da administração com atribuição de arquivamento, manutenção e conservação documental, cumpre fazer o juízo correto sobre o que pode ou não pode ser divulgado. Eu digo que isso não me alenta porque, em tese, a sede do Estado democrático de direito, parece-me melhor que tenhamos *standards* nacionais norteando a Administração, mas se o legislador que detém a competência constitucional da produção desses *standards* nacionais não fez, o Estado deve reconhecer à Administração Pública a autoridade constituída para tomar as decisões (claro, com base no sistema legal federal, não digo em arrepio ao sistema legal federal, mas dentro das lacunas deste conjunto normativo) tomar as decisões que houver por bem na ponderação, *in concreto*, desses princípios da intimidade e do livre acesso à informação.

E, neste mister, eu volto ao momento inicial das minhas considerações. Não há ponderação em abstrato, nós não fazemos ponderação de princípios constitucionais *in abstracto*, mas ponderação em concreto. Ora, se a ponderação é feita *in concreto*, a jurisprudência dos juízos monocráticos dos tribunais da nação pode dizer que no caso “A” que a privacidade supera a liberdade de acesso à informação; e que no caso “B” a liberdade de acesso à informação supera o direito à privacidade. A jurisprudência pode fazer isso. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, inclusive, se debruçou sobre a matéria na questão das biografias não autorizadas, que todos nós acompanhamos, e que traduziu um litígio que gerou um desconforto grande dentro do Supremo Tribunal Federal, decisão não unânime. Mas, se a jurisprudência ainda não decidiu e se a lei ainda não fixou os parâmetros bastantes, essa ponderação *in concreto*, não *in abstracto*, terá que ser feita pela Administração Pública enquanto não vem a adequada reforma do sistema legal e a adequada resposta legislativa. A Administração Pública é senhora da decisão para divulgar ou não divulgar, fazendo uma *distinguishing*, uma *distinguishing* baseada em técnica, não do arbítrio pessoal do administrador. Uma *distinguishing* fundamentada. Eu não estou aqui a reconhecer que o administrador tem um poder discricionário, sem nenhuma vinculação a princípios e regras, para decidir se autoriza ou não que se divulgue o que a ele houver sido peticionado, mas, isto sim, que ele pode, com base nas normas em voga, decidir se aquela informação vai ser ou não divulgada e, evidentemente, como o Brasil adota o princípio da jurisdição

una e, por tal princípio, a lei não exclui da apreciação do poder Judiciário nenhuma lesão, nenhuma ameaça direta e, portanto, à diferença do que se verifica no sistema francês, no sistema italiano, no sistema alemão, no sistema europeu continental, de um modo geral, no Brasil, nós adotamos o princípio da jurisdição una, que consagra o livre acesso ao Poder Judiciário, no momento em que a Administração por ventura entender que a informação íntima se sobrepõe à liberdade de acesso, e resolver não divulgar aquela informação, não divulgar aquele documento mantido em seu acervo, se a parte se sentir vilipendiada na fruição de um direito constitucional, ela poderá, naturalmente, acorrer à via jurisdicional através das medidas judiciais de controle de legalidade dos atos administrativos para, portanto, tornar nula aquela decisão administrativa e obter a informação necessária sobre aqueles dados.

Passo a uma consideração conclusiva. O Brasil, em 1997, regulamentou instituto constitucional muito importante, trazido no catálogo dos direitos fundamentais da Constituição de 1988. Eu estou me referindo aqui ao *habeas data*. *Habeas corpus*, mandado de segurança, tudo isso já havia antes do advento da Constituição de 88.

A Constituição de 88 trouxe, dentre outras ferramentas novas, a do *habeas data*. O *habeas data* foi regulamentado quase dez anos depois da entrada em vigor da Constituição de 88, pela lei 9.507, de 12 de novembro de 1997, e é uma ferramenta mediante a qual o cidadão tem direito de acesso a informações mantidas em cadastros públicos, perante os órgãos da Administração Pública, tanto que o *habeas data*, no Brasil, pode se concretizar tanto na via administrativa quanto na via jurisdicional propriamente dita. Ora, quando o *habeas data* foi regulamentado, e note que esta ferramenta se considera uma garantia constitucional do cidadão, uma garantia processual ativa do cidadão, não houve, na sua base normativa infraconstitucional, nenhuma menção que autorizasse a cidadania brasileira ao manejo do *habeas data* para obtenção de informações sobre a vida íntima de outrem. O *habeas data* veio regulamentado como direito do indivíduo, como direito de quem quer que seja de se dirigir à Administração Pública para dela exigir a divulgação de dados que pertencem ao indivíduo requerente. São dados até referentes à intimidade, mas à intimidade de quem requer a sua divulgação, não à intimidade de outrem.

Nós temos na Lei de Acesso à Informação, a lei nº 12.527/2011, uma lacuna de regramento sobre o que fazer em determinados casos. E se em 1997 nós tivemos

um texto legal regulamentando de forma estrita o *habeas data*, parece-me lúcido fazer uma interpretação sistemática da Lei de Acesso à Informação com o seu contraponto, que é a lei de regulamentação do *habeas data*, para ver que não está no espírito da norma, não está no espírito da legislação infraconstitucional, nem da sistemática constitucional, que dados íntimos da vida de quem quer que seja possam ser tão livremente divulgados, a não ser que isso seja efetivamente de interesse público, a não ser que haja estrito interesse público na divulgação.

Ora, evidente que, quando uma fundação pública, uma autarquia federal, um órgão da administração direta mantém arquivos pessoais de um dado indivíduo, nada obsta que, para especialistas, para pesquisadores, aqueles dados sejam divulgados com o compromisso restrito de aproveitamento seletivo da informação, mas a simples divulgação, ampla e irrestrita, em uma era midiática, em uma era pós-moderna em que a informação perde o controle a partir de um determinado momento, torna possível que daí resulte ato de profunda irresponsabilidade estatal. E isso deve ser devidamente ponderado e refletido.

Falamos de ponderação em abstrato, falamos de ponderação em concreto. A lei parece falha, parece lacunosa, e a jurisprudência já nos traz notáveis paradigmas firmados em ações diretas de inconstitucionalidade, arguições de descumprimento de preceito fundamental e recursos extraordinários apreciados pelo Supremo Tribunal Federal. Temos *standards* de jurisprudência (falei agora mesmo, por exemplo, do caso das biografias não autorizadas). A ponderação em concreto é permitida na ordem constitucional brasileira. Assim, como proposta, parece-me lúcido, em sede de uma boa hermenêutica, que aquilo que não está devidamente definido no texto da lei e devidamente firmado com efeito vinculante nas decisões da jurisprudência nacional possa ser objeto do juízo vinculado de análise da Administração Pública para que assim o administrador decida, com base nas normas postas, o que pode ou o que não pode ser divulgado. É como me parece no momento.

E a conclusão, que não é de todo otimista de minha parte, é que nós permaneceremos no aguardo de uma resposta legislativa congressional que seja mais capaz de contemplar as demandas que nós acumulamos hoje em torno da boa exegese da lei nº 12.527 sobre dados pessoais, sobre dados íntimos, sobre dados referentes à produção de conteúdo daqueles que, por alguma razão, tiveram as suas informações lançadas nos cadastros públicos dos órgãos da Administração. É o que

me parece, um debate ainda em aberto, mas um debate que demanda, sobretudo, a participação dos especialistas.

Na medida do possível, eu busquei falar com recorte menos jurídico, ou pelo menos com uma linguagem menos técnica, já que me encontro diante de uma plateia de especialistas nas áreas de arquivologia, biblioteconomia, áreas sagradas da conservação da memória nacional, lembrando, por fim, que a preservação da memória é algo da maior importância para o texto constitucional de 1988. Ao fazer uma hermenêutica um pouco restritiva da lei 12.527/2011, digo que os princípios constitucionais são mais importantes do que qualquer providência de lei e, certamente, em várias passagens do sistema constitucional, o legislador constituinte de 87/88 se preocupou detidamente com a preservação da memória e do patrimônio histórico, dos dados que compõem a nacionalidade brasileira.

Eu não estou aqui a defender que as informações sobre a vida de Machado de Assis, sobre a vida de Olavo Bilac não possam ser do nosso conhecimento. Apenas, que, na ausência de um marco regulatório suficiente, com o zelo que os especialistas naturalmente têm com o objeto do seu trabalho, que a Administração Pública tenha, sim, uma boa carga de poder vinculado e, por que não, uma certa dose de poder discricionário para autorizar ou não autorizar o acesso a esses dados importantes de conservação da memória nacional.

FRONTEIRA ENTRE O PESSOAL E O PROFISSIONAL NAS CARTAS DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS DO ARQUIVO HELMUT SICK

Maria Celina Soares de Mello e Silva
Alexandre Faben Alves

1 Introdução

As reflexões que se seguem surgiram no âmbito do projeto de pesquisa “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia”, coordenado pelo Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Mast/MCTI. Este projeto tem por objetivo estudar a produção documental arquivística gerada a partir das atividades de pesquisa de cientistas e instituições científicas, visando à elaboração de procedimentos, recomendações e políticas de preservação. A atual fase do projeto é o estudo de identificação nos arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do Mast.

A fase de identificação consiste na investigação de dois elementos: o produtor e os documentos produzidos.²⁵ Neste caso, entende-se por produtor o cientista que produziu e acumulou os documentos no decorrer da sua vida.

Dentre as etapas de organização de um arquivo pessoal, a fase de levantamento de dados, denominada identificação, consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o produtor.²⁶

Ao identificar os tipos documentais e estudar a natureza da ação que deu origem aos documentos de arquivo, refletimos em qual âmbito surgiu a motivação para a produção documental, se foi no âmbito privado ou no profissional. Assim, emerge as seguintes reflexões: qual o limite de intimidade estabelecido nas cartas de intercâmbio

²⁵ MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método en archivística.

²⁶ RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*.

de informações científicas que compõe o arquivo pessoal? Qual a natureza da ação que deu origem ao documento produzido? Estas são algumas reflexões discutidas neste trabalho que tem como laboratório de pesquisa o Arquivo Helmut Sick.

2 O ornitólogo Helmut Sick

Heinrich Maximilian Friedrich Helmuth Sick nasceu em 10 de janeiro de 1910, em Leipzig, Alemanha. Estudou ciências naturais nas universidades de Königsberg, Munique, Leipzig e Berlim. Em 1937, obteve o título de doutor em Filosofia pela Faculdade de Matemática e Ciências da Universidade Friedrich Wilhelm de Berlim, com a tese *A estrutura microscópica da pena da ave e sua função*. Em 1939, viajou ao Brasil em expedição organizada e patrocinada pelo Museu Zoológico da Universidade de Berlim, em convênio com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, para realizar pesquisas ornitológicas, com o objetivo de coletar material ornitológico e estudar espécies raras, como o mutum *Crax blumenbachii* e o jacu-de-estalo *Neomorphus geoffroyi*.

A expedição de Sick não tinha autorização do então Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE), para realizar pesquisas. Em decorrência disto, um alemão, em meio à floresta brasileira, na época da Segunda Guerra Mundial, foi preso por ser considerado espião. Na cadeia, continuou seus estudos ornitológicos e, quando foi solto, resolveu continuar suas pesquisas no Brasil. O material ornitológico coletado por Sick em sua expedição foi enviado para o Museu Nacional e os documentos que portava quando foi preso, referentes às suas observações, foram apreendidos e incorporados ao arquivo do CFE. Assim, o arquivo do CFE, sob a guarda do Mast, possui dossiês com os documentos das expedições de pesquisa realizadas por Sick no Brasil, incluindo seus cadernos de campo.

O alemão naturalizado brasileiro, em 1952, foi o primeiro a escrever, de maneira mais aprofundada, sobre as aves brasileiras ameaçadas de extinção. A mais importante obra de sua vida, o livro *Ornitologia brasileira*, publicado pela primeira vez em 1984, é uma importante referência bibliográfica até os dias atuais. Durante cinquenta e dois anos de vida no Brasil, desde a chegada ao Estado do Espírito

Santo, em 1939, até poucos dias antes de falecer, realizou intensa atividade científica. Helmut Sick faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 5 de março de 1991.

3 A doação do Arquivo pessoal de Helmut Sick ao Mast

Helmut Sick era viúvo e não possuía filhos, por isso os seus bens pessoais, assim como todos os documentos produzidos naturalmente durante a sua vida, foram deixados para Ingeburg Kindel, brasileira, amiga e vizinha de Sick. Após negociação, a legatária doou o arquivo Helmut Sick para Mast/MCTI, que tem dentre os seus objetivos o de preservar, organizar e inventariar arquivos pessoais de cientistas, para viabilizar o acesso a estudos e pesquisas relacionados à história da ciência.

Em geral, os arquivos doados ao Mast pelos herdeiros, ou até mesmo pelos próprios produtores dos documentos, já chegam previamente selecionados, o que significa que a equipe do arquivo não tem a oportunidade de conhecer a dimensão da totalidade dos documentos. Os responsáveis pela seleção e doação consideram que apenas os documentos referentes ao trabalho do cientista é o que importa ser preservado e institucionalizado. São poucos os casos de documentos que retratam a vida íntima e doméstica do cientista, e seus relacionamentos pessoais ou atividades de lazer e entretenimento. Os arquivos doados normalmente não são encaminhados com grau de sigilo, cabendo ao Mast a organização, a descrição arquivística e a publicação do inventário do acervo para promover o acesso.

No caso do Arquivo Sick, o acervo foi doado sem condições de sigilo, o que significa que a doadora julgou que as informações presentes nos documentos poderiam ser disponibilizadas ao público sem restrições.

O Arquivo Helmut Sick, recolhido pelo Mast é constituído de correspondência, fotografias, negativos, diplomas, prospectos, medalhas, dentre outros documentos de arquivo, totalizando 23 caixas do modelo padrão do Arquivo de História da Ciência, correspondendo a aproximadamente 3 metros lineares. As cartas compõem a maior parte do acervo e referem-se às atividades profissionais e ao desenvolvimento de pesquisas, e registram a ação de intercambiar informações científicas sobre ornitologia. Durante os anos dedicados à ornitologia brasileira,

Helmut Sick manteve intensa correspondência com estudantes e pesquisadores, não só do Brasil, mas também de outros países, tais como Alemanha e Estados Unidos.

4 As cartas de Helmut Sick

Carta é uma espécie documental não diplomática utilizada para transmitir informações de acordo com a vontade do signatário. Espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. A espécie documental diplomática é aquela que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial.²⁷

O tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a ação que a gerou.²⁸ Partindo da gênese, o tipo documental é identificado como carta de intercâmbio de informações científicas, pois a ação que gerou a carta é o intercâmbio de informações de natureza científica.

Em arquivo pessoal, as cartas produzidas e acumuladas, neste caso por Sick, são consideradas não-diplomáticas, pois o produtor não se obriga a obedecer fórmulas convencionadas, visto que tem autonomia para redigir os atos escritos conforme a sua vontade.

A carta é uma espécie documental difícil de tipificar, pois pode trazer informações de natureza diversa, mesclando propósitos pessoais, profissionais, políticos, científicos, etc., o que torna complexa a identificação do objeto que caracteriza a natureza da ação.²⁹

No caso dos arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do Arquivo de História da Ciência do Mast, foi tipificada a carta de intercâmbio de informações científicas. Este tipo documental, comum aos fundos pessoais de cientistas, caracteriza-se pela necessidade de compartilhar informações da pesquisa, enviando dados coletados e analisados, e solicitando retorno de informações.

²⁷ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de Terminologia Arquivística*.

²⁸ Ibid.

²⁹ SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais, p. 199.

Ao longo de sua vida, o cientista Helmut Sick manteve intensa correspondência com outros pesquisadores, ornitólogos e aspirantes à ornitologia. Em algumas cartas de intercâmbio de informações científicas, é possível encontrar uma gradação de intimidade, embora a atividade que motivou a produção da carta seja a necessidade de compartilhar informações sobre o trabalho científico, atividade de âmbito profissional.

5 Cartas de intercâmbio de informações científicas

No processo de identificação da natureza da ação das cartas de Sick, podemos perceber um pouco do relacionamento com amigos, a partir das relações profissionais. Embora o doador não entregue documentos que julga estarem relacionados com a vida privada do cientista, as cartas de cunho profissional podem registrar informações pessoais.

Para ilustrar a situação acima exposta e para que se compreenda melhor o que está sendo escrito, é apresentado, a seguir, a tradução e transcrição de trechos das cartas de intercâmbio de informações científicas, na qual é possível identificar a natureza da ação que deu origem ao documento, assim como marcas de cunho pessoal, mesmo sendo a carta desenvolvida a partir do âmbito profissional.

Como exemplos são utilizados fragmentos da correspondência de Sick com Thomas E. Lovejoy, ambientalista norte-americano que residiu cerca de 20 anos no Brasil, com o objetivo de realizar pesquisas sobre a diversidade biológica na Amazônia.

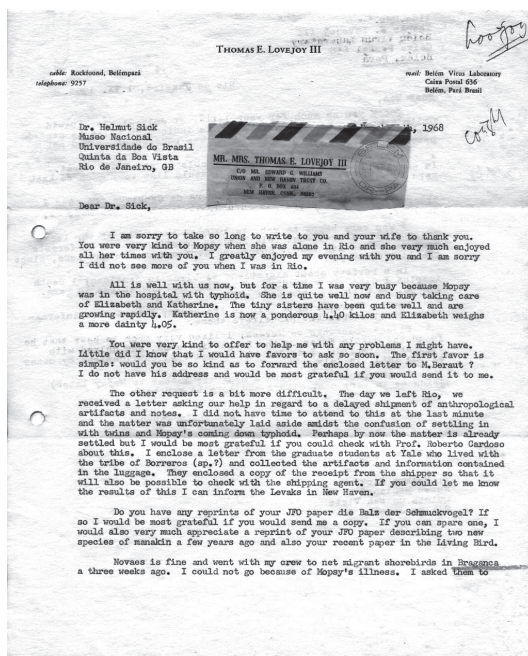
Durante os anos em que estive no Brasil com sua esposa Mopsy Lovejoy, Thomas estreitou sua relação com Sick, o que se pode perceber nas cartas de intercâmbio de informações científicas, a partir da correspondência em que Thomas escreve para Sick, quando informa que a “esposa está grávida e que considera mais prudente a criança nascer no Rio de Janeiro e não no Pará”.

É possível verificar a relação de intimidade quando Thomas escreve “Tudo está bem com a gente agora, mas por um tempo eu estava muito ocupado por que Mopsy estava com febre tifóide. Ela está muito bem agora e cuidando das gêmeas Elizabeth e Katherine”. Neste fragmento percebe-se uma relação de proximidade entre os cientistas.

Na mesma carta, identifica-se a ação que deu origem à produção do documento, quando Thomas escreve,

Você tem reimpressões de seu artigo JFO³⁰ “*Die Balz der Schmuck Vogel*.”³¹ Se sim, ficaria muito grato se você me enviar uma cópia. Se você puder separar um, eu também gostaria muito de uma reedição do seu artigo JFO, de uns anos atrás, que descreve duas novas espécies de *manakin* e também o seu recente artigo na *Living bird*.

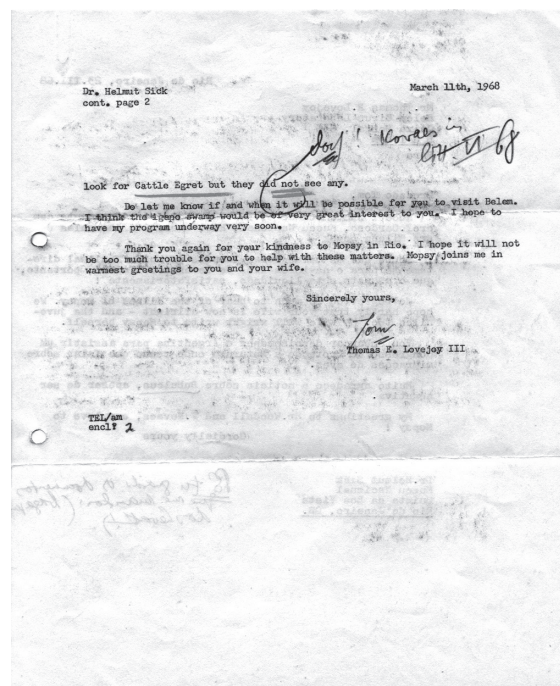
Figura 1 – Carta de Intercâmbio de Informações Científicas



Fonte: Arquivo Helmut Sick. Acervo Mast/MCTI

³⁰ Sigla de: *Journal of Field Ornithology*.

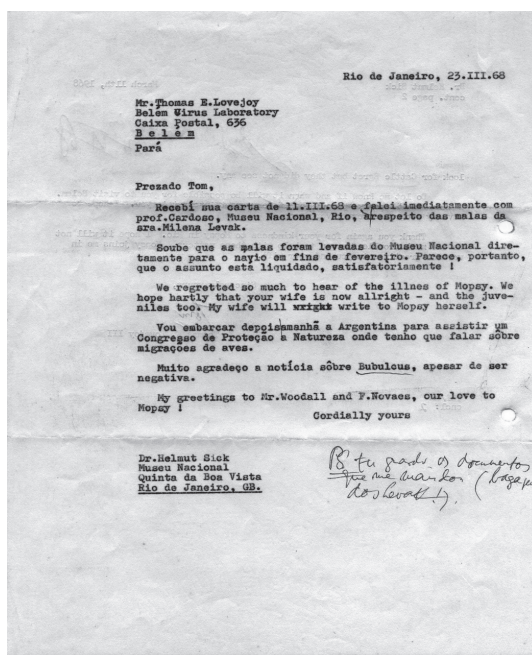
³¹ Tradução livre: “O acasalamento de pássaros raros”.

Figura 2 – Carta de Intercâmbio de Informações Científicas (Continuação)

Fonte: Arquivo Helmut Sick. Acervo Mast/MCTI

Uma característica marcante, e que enriquece as fontes de pesquisas no Arquivo Helmut Sick, é o hábito de o cientista utilizar o verso das cartas recebidas para datilografar as respostas, na forma de cópia carbono. Tal procedimento mantinha junto à carta recebida sua resposta enviada, por questões de controle e organização pessoal, possivelmente devido ao grande volume de correspondência que possuía. Tal hábito permitiu o conhecimento destas respostas, ligadas às cartas que respondia. Segue trecho em que Helmut Sick responde para Thomas Love Joy: “Muito agradeço a notícia sobre Bulbucus, apesar de ser negativa”.

Nesta mesma carta podemos perceber outra relação de âmbito pessoal quando Helmut Sick escreve no protocolo final “Nosso amor para Mopsy”. Desta forma fica visível que a relação dos cientistas ultrapassara o âmbito profissional. A seguir, cópia de carta com resposta de Sick no verso da carta recebida.

Figura 3 – Carta de Intercâmbio de Informações Científicas (Verso da Figura 2)

Fonte: Arquivo Helmut Sick. Acervo Mast/MCTI

As cartas de intercâmbio de informações científicas, contextualizadas com as demais cartas do arquivo Helmut Sick, revelam que, a partir do trabalho de pesquisa e das relações profissionais, surge uma relação de amizade que extrapola o âmbito profissional e alcança a família. Revelam que, em consequência do trabalho realizado por dois cientistas, suas esposas se aproximaram e se tornaram amigas. E ainda, que informação de caráter íntimo, como o estado de saúde da esposa, ultrapassa o ambiente doméstico e familiar, e atinge o âmbito profissional, quando é registrada numa carta de intercâmbio de informações científicas.

A dificuldade de tipificar as cartas é justamente a de determinar a principal motivação. No exemplo exposto, fica evidente que não se tinha em mente, no momento da produção da carta, a intenção de que um dia ela se tornasse pública. Este é um tema recorrente nos arquivos pessoais, as cartas recebidas, ou também chamadas de correspondência passiva, não são produzidas com o objetivo de tornar certas informações compartilhadas a um público maior. Se a produção da

carta fosse apenas com o objetivo de compartilhar informações de caráter pessoal, muito provavelmente não tratariam de assuntos de trabalho. Mas como as relações profissionais são mais evidentes neste exemplo, a produção da carta está mais ligada à troca de informações científicas.

A institucionalização de arquivos pessoais traz questões como esta ao debate e à reflexão. Até que ponto um cientista escreveria sobre a saúde de sua família, expondo situações domésticas, se soubesse que a carta iria para uma instituição pública e se tornaria objeto de pesquisa acadêmica?

6 Considerações finais

Este estudo não esgota as possibilidades de reflexões sobre as fronteiras entre o pessoal e o profissional, mas busca fornecer elementos para contribuição. É possível concluir que a existência de traços de intimidade no âmbito profissional é uma prática relativamente comum entre cientistas. A relação de intimidade se torna um aspecto marcado pela cordialidade e interesses além do campo da pesquisa. É primordial identificar a atividade e o objeto da ação que deu origem ao documento, a informação que realmente importa.

O estudo mostra que as relações profissionais entre os cientistas podem extrapolar os limites do trabalho e das pesquisas e aproximar famílias, fazendo com que as relações pessoais decorrentes das profissionais acabem por virem registradas na correspondência entre os cientistas. Dessa forma, é possível perceber assuntos, que deveriam permanecer no âmbito pessoal, explicitados em cartas que foram geradas pela atividade profissional de se trocar informações científicas.

A complexidade em tipificar uma carta está justamente na identificação da atividade e do objeto da ação que motiva sua produção, já que muitas questões de natureza diversa podem estar presentes na mesma carta. Para reconhecer o tipo documental se faz necessário o estudo de identificação da gênese do documento de arquivo, cuja primeira etapa é a padronização da denominação.

Referências

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

_____. Contribuições para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p.169-174, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007. 316 p. Edição bilíngue: português e inglês.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método en archivística. *Documenta & Instrumenta*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, v. 1, p. 35-46, 2004. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A/19190>>. Acesso em: abr. 2016

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. 258p. Tese (Doutorado em Historia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/>. Acesso em: abr. 2016.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 3, p. 160-174, jul./set. 2013a.

_____. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1-88, jul./dez. 2013b.

_____. A vida privada de cientistas retratada em seus arquivos pessoais. In: FRADE, Everaldo Pereira; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; ABELLÁS, José

Benito Yárritu (Org.). *Arquivos pessoais*: constituição, preservação e usos. Rio de Janeiro: Mast, 2014. p. 30-49. (Coleção Mast-Colloquia, 13).

_____. Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais. In: GRANATO, Marcus (Org.). *MAST: 30 anos - Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Mast, 2015. p. 178-203.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 22, n. 3, p. 849-861, 2015.

O PESQUISADOR NAS MARGENS DO PAPEL

Beatriz dos Santos Damasceno
Simone de Souza Braga Guerreiro

A história vai deixando marcas, sobras, pedaços do que foi vivido. É provável que nas gavetas dos escritores ainda estejam os rascunhos e recortes de livros que se tornaram clássicos pela crítica e pelos leitores. Assim, percebe-se que a preservação do processo de criação do artista é uma prática que deixa claro o apego à construção da escrita e o desejo de arquivamento desse processo. E, sendo a escrita pública, o escritor, de maneira sutil, quer que o leitor também conheça a trajetória da obra. Possivelmente, ele deseja deixar os resquícios e as rasuras para um olhar metódico, capaz de trazer à tona o processo perturbador e brilhante de uma obra.

O pesquisador é aquele que reconhece a caminhada e a amplitude diária, que observa os desgastes, os apelos e as curiosidades de um trabalho criativo. E não se satisfaz com o acabado, ele quer observar a partida. Gosta dos pedaços, dos recortes, das dobras da página, das letras ilegíveis de cantos da folha, das marcas d'água, caixas de papelão, pastas com folhas avulsas, inventários... o pesquisador precisa debruçar nos arquivos para contentar-se e contentar o artista que os guardou. É um desbravador, é um arqueólogo montando o processo de criação do artista.

Dessa forma, o pesquisador vê-se diante de surpreendentes histórias. Nesse trabalho, destacam-se três autores que deixaram preciosidades em seus guardados. Os materiais que se encontram nas caixas e pastas devidamente catalogadas no inventário do escritor Lúcio Cardoso, manuscritos encadernados da obra memorialista de Cyro dos Anjos, *Explorações no Tempo*, e o diário inédito *Sangue na boca*, de Waldir Ayala.

Lúcio Cardoso foi um artista irreverente e entusiasta da escrita de diário como gênero híbrido a ser tentado e deixou registradas as paixões e os desafios de viver. Nessa jornada com a experiência, Lúcio Cardoso chegou a limites que o corpo

não pôde mais aguentar e respondeu-lhe com um grave acidente vascular cerebral. O artista conviveu seis anos com a doença, lado direito paralisado e sem fala, sua biografia registra uma produção até 1962, quando foi acometido pelo AVC. Para o pesquisador, fica a indagação: como um escritor que mantinha uma relação tão visceral e em cumplicidade com a escrita viveu ao longo desses seis anos? Como não transcrever uma experiência tão arrebatadora?

E, na procura por respostas, além de conversas com os amigos e familiares, vai ao inventário do escritor para sondar tudo o que pudesse encontrar pós-AVC. No capítulo DIVERSOS, do Inventário, lê a referência LC 09 d – 377 – “Exercícios de ativação mental e foniatria feitos por LC”. O pesquisador se espanta, ali estão cadernos, blocos, folhas dispersas de uma história de seis anos de um escritor que procurou, à maneira própria do corpo, registrar sua experiência.³²

Os caminhos para os limites do corpo e da escrita fizeram Lúcio Cardoso reiniciar, inúmeras vezes, o processo de busca de “saúde” intelectual e artística. E contraria, dessa forma, as diversas afirmações de que seu corpo, debilitado pela doença, impediria o escritor de se expressar através da escrita:

A corporeidade da escrita cardosiana produz o efeito apaixonado de uma dicção excessiva, que parece não se deter, num impulso irreprimível que não cessa de escrever, exatamente por não encontrar o seu ponto de basta. Parece que esse ponto se deu mesmo no próprio corpo do autor, atingido pelo derrame que provocou sua afasia e hemiplegia.³³

As novas experimentações no campo escritural – os exercícios de foniatria, os detritos de escrita em blocos e cadernetas – compõem uma jornada no coração da experiência, não exploram a linguagem em suas riquezas, mas em seus limites, nos seus pontos de fuga, forçando-a a alcançar o que está além de suas possibilidades, na outra margem, no limiar. A escrita vai proliferando na velocidade do devir, a não mais poder, votando-se a si mesma, com a legitimidade da experiência.

³² Arquivo de Lúcio Cardoso – inventário. I. Rangel, Rosângela Florido, org. II. Leitão, Eliane Vasconcellos, org. III. Título. IV. Série.

³³ BRANDÃO, Ruth Silviano. *Lúcio Cardoso: a travessia da escrita*, p. 31.

Corpo e escrita em Lúcio constantemente se fundiram; ele que sempre registrou o devir de novos corpos e novas experiências, sabia que, na doença, tornava-se mais do que necessário o registro do cotidiano que sempre escapa. “Extraordinário cotidiano” que o acompanharia por um tempo que não sabia quanto ia durar e precisava ser revelado. As falhas e as lacunas, as fendas e a falta precisavam ir para o papel, garantindo a sua presença, como sempre fora. Escrita-corpo presente, companhia e suporte, que expressa desejos, conflitos, indagações. Como no *Diário*, folhas ofegantes materializam dúvidas e reflexões que precisavam ser testemunhadas, divididas, lembradas. Trata-se da escrita das marcas, dos “estados inéditos que se produzem em nosso corpo a partir das composições que vamos vivendo. Aberturas de um novo corpo, concluindo-se que as marcas são sempre gênese de um devir”.³⁴ A escrita em detrito, o diário em decomposição, sentimentos em prontidão que corroboram a continuidade do trabalho de diarista. Além disso, seu corpo – energia laboriosamente acumulada – faz exigências, reclama a sua potencialidade.

Quando o corpo insiste na sua presença e na sua corporeidade ou identidade corporal, quando delas não podemos nos livrar, quer na doença, quer nas mil armadilhas das formas do corpo [...] quando estamos em plena posse do nosso corpo identitário, então ficamos condenados a habitá-lo e – perversão maior – a amá-lo, talvez.³⁵

Nos novos registros, Lúcio Cardoso vai ao encontro de uma poderosa dimensão: a capacidade de a escrita ganhar os ritmos do corpo confundindo-se com a capacidade do corpo de se tornar expressivo através da escrita. Todos os órgãos do corpo e suas funções vitais, a pele, a respiração, a excitação e a transpiração concorrem para a composição da escrita. As sentenças, as lacunas, os restos, as sobras apresentam-se em letras trêmulas, nervosas, doídas. Não se trata de um jogo de palavras, nem da tentativa de reduzir o corpo a uma dimensão literária, ou a literatura à mera “fisicidade”, mas, sim, de trazer a experiência para a escrita, provar o sofrimento

³⁴ ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e Devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico, p. 242.

³⁵ GIL apud LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio. *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*, p. 146.

que é próprio do corpo e deixar no papel as marcas da busca da saúde. Por isso, o escritor grita, expande-se, transborda naquela escrita possível, corroborando com suas próprias reflexões: “Indago em vão e sei apenas, com uma triste lucidez, que os desastres não me limitam”.³⁶

O escritor tem consciência de que procurou a doença e não nega sua condição; ao contrário, parece saber que ela é uma consequência, um processo, como pode ser observado no centro de uma das folhas de seus blocos: “Hoje, estou bom – é da doença que procurava...”. No canto direito da mesma folha, demonstra conhecer seu próprio temperamento, sua tendência permanente e irresistível para o limite, escrevendo: “Eu vou – como sempre”.

A importância da leitura do pesquisador que se depara com esse material disperso é pensar a respeito de uma escrita que, em princípio, são exercícios e treinos para uma reabilitação de escrita, mas não se pode negar, nas suas marcas, a revelação de um artista latente, independente de todas as limitações, já que “a arte não espera o homem para começar...”.³⁷

Os fragmentos de escrita, as anotações de ideias para obras, as observações circunstanciais que devem substituir a fala (quando esta é incompreensível), as anotações para lembrança futura correspondem às anotações do diário, tal como eram feitas antes do AVC. No entanto, esses textos (truncados do ponto de vista da correção gramatical e ortográfica) apresentariam um modo radical de inscrever as percepções, movimentos e afecções do corpo na composição da escrita. Nesse sentido, o pesquisador percebe que o diário de Lúcio não teria sido interrompido, mas teve continuidade com um singular estatuto: o da experiência-limite inscrita (materialmente) na atividade escritural.

Outro escritor que prezou pela escrita de diário foi Walmir Ayala. Deixou inédito *Sangue na boca – diário IV* que conta a trajetória de escrita do romance *À beira do corpo*. Nas páginas do diário, fala sobre a construção de uma obra que partiu de sua história pessoal.

O romance de maior relevância, lançado em 1964, é motivo de inúmeras citações em *Sangue na boca – diário IV*:

³⁶ CARDOSO, Lúcio. *Diário completo*, p. 23.

³⁷ DELEUZE; GUATTARI. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, p. 123.

Tenho um romance acabado e outro começado. Escrevi-os para aprender a perdoar, para encontrar as razões do perdão. Todos os personagens estavam erguidos diante de mim, a espera de um pronunciamento. Para bem de minha alma eu os perdoei, e perdando me salvei do ressentimento. (f.46)

O enredo se passa numa pequena cidade do interior gaúcho, a personagem Bianca trai o marido e conta com a cumplicidade da empregada. Mas o adultério é descoberto e o marido lava a honra com o sangue dos amantes. A narrativa traz a realidade da infância e o golpe do passado do escritor. O diarista exprime uma sensação de liberdade e remissão, durante a escrita do livro. Nesse caso, parece funcionar como remédio, o romance é *pharmakon*. Para o pesquisador, estar diante de um texto inédito que apresenta a relação do escritor com a obra é estar diante do desafio da exposição desse trabalho, é querer trazer à tona essa trajetória de construção do romance tão incrustado à história do artista. É trazer para a fortuna crítica as relações de autor e obra, é provocar as análises e reflexões sobre literatura.

Um romance baseado em uma história familiar, com tantos personagens com referências reais e profundamente envolvidos na trama era para desafiar sentimentos, esperar reações, contar com o entendimento da exposição. “Com a editora ‘Letras e Artes’ os originais do meu romance *À beira do corpo*. E o medo, agora, de lançar o livro, pelas pessoas vivas que nele se reencontrarão, em fatos que gostariam de ver apagados, ou melhor, inexistentes” (f102).

A escritora Maria Helena Cardoso, amiga incondicional, quando lê os originais se espanta, repreende-o, entretanto a escrita como uma forma de libertação fazia-se maior, e essa intenção o diarista explicita inúmeras vezes pelas anotações, é pelo diário que justifica sua escolha aparentemente cruel.

Lelena me chama a atenção para a crueldade que seria para com os meus pais se eu publicasse agora o romance que acabo de escrever e que ela está lendo. Na verdade, não pensei nisto nem quando o escrevia, nem quando o inscrevi num concurso. Publicá-lo foi meu intuito desde a primeira página. Nele procurei transformar uma tragédia humanamente terrível num instante de beleza. Situei a fatalidade do pecado

e da penitência. No entanto, Lelena coloca o problema gravíssimo da significação que esta história teria para minha família, ergue a possibilidade de afetar meu pai até a morte. Pouco a pouco Lelena me encarcera num temor que é maior do que o gosto colorido de ter escrito o livro. Tudo que venho escrevendo, tem sido rebeldia, maldição, apelo e advertência. Este livro, especialmente, eu escrevi para me esclarecer, para perdoar e me perdoar, para me curar de um complexo de culpa, ou pelo menos tentar ver as coisas de um ponto de vista mais humano. Será que os outros, aqueles que Lelena quer preservar, se o lessem não se sentiriam também mais aliviados? Mas estou certo de que não lerão, e esta é uma razão a mais para que o publique já. (f90)

É possível observar a relação visceral do diarista com sua escrita literária, que não é apenas o exercício de estrutura, de arte da palavra, mas um processo de salvação para ele. Escreve para respirar, para não morrer, para resistir,

[...] o escritor, enquanto tal, não é doente, mas antes médico, médico de si próprio e do mundo. O mundo é um conjunto de sintomas cuja doença se confunde com o homem. [...] A literatura aparece, então, como um empreendimento de saúde, não que o escritor tenha forçosamente uma saúde de ferro [...] mas ele goza de uma frágil saúde irresistível que provém do fato de ter visto e ouvido coisas demasiado grandes para ele, fortes demais, irrespiráveis...³⁸

Em momentos no diário, chega a analisar sua relação com a literatura. Reconhece que seu encontro com a poesia foi extremamente ligado a um processo de conhecimento e aceitação.

Não poderia mesmo me condicionar ao que os outros esperam de mim. Não poderia jamais. Seria como agradar a todos, e há

³⁸ Ibid., p. 14.

quem faça disso uma profissão bem sucedida, especialmente na literatura. Sou o produto de uma infância trágica. Aos quatro anos assisti a uma tragédia de sangue dentro de minha casa, via a agressão em seu grau mais sórdido e mortal, e isso foi um golpe para a minha inocência. Fui vítima de uma solidão sem nome, refugiei-me na religião. Aí aconteceu a poesia, que era uma forma de me autoanalisar, de liberar toda a reserva de amor capaz de me salvar. Porque, passada a adolescência, comecei a perceber que estava errado, que eu não era vítima de ninguém, senão das circunstâncias. E comecei a recuperar a humanidade, as pessoas. Valorizei a amizade, me reconciliei com meu próximo e fui razoavelmente feliz. A poesia me salvou, sei disso, e não posso tratá-la, ou usar dela como um enfeite social, uma base de vaidade. (f 20)

*Sangue na boca: diário IV*³⁹ provoca uma intensa discussão sobre a relação entre autor e obra. E o pesquisador promove essa possibilidade, direciona luz a esse material.

Os arquivos de Cyro dos Anjos também foram doados ao Arquivo Museu de Literatura Brasileira. Tais documentos fazem parte da preservação de um material que permite ao pesquisador conhecer e divulgar todos os ângulos da obra e da vida do autor presentes nessa gênese textual.

Em suas memórias, Cyro dos Anjos associa os procedimentos da escrita de si ao esforço de um arqueólogo. Para ele, o memorialista trabalha “do mesmo modo como o arqueólogo, por um torso de estátua ou mediante algum utensílio caseiro, consegue vislumbrar civilizações sepultadas sob milênios”.⁴⁰ A imagem usada pelo autobiógrafo pode ser transportada para o trabalho do pesquisador em arquivos, pois os planos e rascunhos de uma obra em progresso podem vir à tona do mesmo modo que nas operações arqueológicas se encontram os vestígios aparentemente perdidos. Assim como as camadas superpostas escavadas possibilitam a reconstituição de um passado, na pesquisa em arquivos também se

³⁹ As citações do *Sangue na Boca (Diário IV)* foram indicadas a partir da numeração das folhas organizadas e encadernadas do diário. Todo esse material está sob os cuidados do crítico André Seffrin, responsável pelo arquivo do escritor.

⁴⁰ ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*, p. 245.

encontra a possibilidade de reconstituição, não apenas do passado pessoal, mas de toda uma experiência de escrita literária.

A pesquisa em arquivos atrai estudiosos do texto literário que também desejam valorizar o texto na sua integridade estética. É nas pesquisas em fontes primárias que são desvendados os bastidores da criação e que se conhece o processo construtivo do autor. Isso só é possível com a valorização e a preservação dos manuscritos e rascunhos das obras literárias, e com a recuperação de todo o material paraliterário existente nos acervos do escritor. O material exposto à pesquisa reveste-se de uma riqueza documental e biográfica que se faz urgente ser preservado a fim de evitar o desaparecimento e a perda de todo um processo de criação autoral, bem como da memória cultural de uma nação.

Nesta vertente dos estudos literários, este texto observa também os originais, planos e roteiros de *Explorações no Tempo* de Cyro dos Anjos. Estes documentos literários compreendem um vasto material que revela muito mais do que o lado inconcluso e incompleto da criação. Reduto da oficina de criação do artista, os manuscritos compreendem os artifícios do fazer, os caminhos seguidos pelo autor que, certamente, eram cheios de dúvidas e incertezas.

A doação dos manuscritos foi incentivada pelo amigo Plínio Doyle, e foi assim que Cyro dos Anjos entregou, em 22 de agosto de 1975 os originais de *Explorações no Tempo* aos arquivos da Casa de Rui Barbosa.

Relatos de suas memórias de infância, a obra publicada em 1963, mais tarde, em 1979, foi acrescida com os anos da adolescência e do início da juventude. O texto revisto passou a chamar-se *A menina do sobrado*.

Esses originais foram organizados por Plínio Doyle, que pacientemente encadernou boa parte desse material e o organizou em sete volumes. Na época, Cyro dos Anjos considerou uma inutilidade e uma perda de tempo o gesto do amigo, fato registrado pelo escritor nos próprios manuscritos. Cyro dos Anjos considerava que Plínio Doyle estava “gastando tempo e paciência com algo que não tinha valor”.

É nos originais de *Explorações no Tempo*, especificamente no primeiro volume, que Cyro dos Anjos escreve:

Por uma prodigalidade de Plínio Doyle, foram reunidos e encadernados os originais de *Explorações no Tempo* em suas

várias fases Plínio os compulsou pacientemente, separando páginas embaralhadas e procurando ordenar as diferentes versões de cada capítulo – e alguns há com seis, oito, dez – a fim de proporcionar, as hipotéticas esmiuçadores de velharias, uma visão de como evoluiu a obra. Não me deixou discutir sobre a utilidade ou inutilidade de tamanho dispêndio de tempo e paciência. Depois, devolveu-os a mim, já metidos numa fina encadernação para que fossem doados ao “Arquivo Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa”. Na verdade o autor da doação é Plínio. Mas, satisfaço-lhe o desejo, figurando como doador. E assim, passo as mãos, ou, melhor, entrego à guarda do Arquivo os esboços de um trabalho que duvido muito venha a interessar à posteridade. (fl.1)

Partindo dos originais da obra em questão, que se encontram alocados no arquivo literário da Fundação Casa de Rui Barbosa, observamos como as anotações, os planos e os roteiros presentes nos manuscritos revelam a evolução de sua escrita, bem como a forma com que ele desejava organizar a sua narrativa autobiográfica.

Nesse acervo encontramos os esboços e cópias de *Explorações no Tempo*, datilografadas e com capítulos reescritos por várias vezes, anotações às margens feitas a lápis, parágrafos riscados, correções à caneta, folhas timbradas coladas por cima de textos que, aparentemente, já tinham sido finalizados, mas que parecem que são acrescentadas aos originais. Todos esses textos fragmentados nos colocam diante de um autor que tinha na reescritura uma atividade criadora com movimentos que nos sugere sem fim. Especificando, temos o primeiro capítulo reescrito dez vezes numa atitude de restauração e restituição que revela uma preocupação pela integralidade do texto. Resgatar tal procedimento é integrar ao texto uma gestualidade que parecia perdida, sua dinâmica de transformações, acréscimos e subtrações. É conhecer todas as facetas da obra presentes desde o traço vertical em azul que inutiliza a página datilografada até a escrita a lápis que completa o último parágrafo da folha.

As versões pré-textuais e as anotações marginais feitas pelo escritor abrem caminho para a produção de novos valores. O que o segundo capítulo, que foi reescrito oito vezes e datilografado no papel timbrado do advogado Plínio Doyle, nos

quer dizer? Entrar nesses arquivos é deparar-se com um universo exteriorizado que indaga novas expectativas do leitor. Essa outra visão da literatura considera primordial a relação do escritor com o seu manuscrito. Apesar de não valorizar a entrega dos originais ao acervo, não podemos negar que no gesto de Cyro dos Anjos está contido uma vontade de conservação ou, ainda, a vontade da revelação. Pressupondo que o texto não seja analisado como uma relíquia, mas como um material que busca por um sentido mais amplo que só as operações da escrita tais como elas aparecem nos dossiês genéticos podem relatar.

As diferentes camadas de correções estão à disposição do pesquisador não somente para se fazer ver, ganhando a cena pública, mas também tem a função de suplementar, problematizando a noção de texto definitivo. As cópias repetidas, os papéis timbrados, os vários cadernos, desenhos e rabiscos. Qual o processo do escritor Cyro dos Anjos? Qual o motivo de presentear a amigos com alguns capítulos? O papel colado marca um acréscimo? O estudo genético busca decifrar muito das especificidades do escritor, operando outras análises e interpretações.

Ao permitir vislumbrar a evolução de uma obra e reconhecer que o fluir da escrita é um processo complexo e que toda a estrutura criada pelo autor para desenvolver o seu trabalho fica a descoberto, observamos que há muitas indagações que envolvem o inventário e a análise dos manuscritos.

A partir dos originais datilografados de *Explorações no tempo*, e que contaram com a organização primorosa e cuidadosa do amigo Plínio Doyle, essa abordagem inicial privilegia a divulgação do material contido nos originais e que constituem uma importante fonte para os estudos literários.

Nesse sentido, o arquivo deve ser sempre resguardado, valorizado, discutido, reconhecido, como vemos agora, num Encontro próprio para pensar a respeito do trabalho com a intimidade do autor. Todo artista quer ser lido e estudado, todo artista quer o pesquisador a sua espreita e, para isso, deixa rastros. É importante também que o olhar do pesquisador seja respeitoso e aguçado para poder presentear a crítica e os leitores.

Referências

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Garnier, 1994.

ANJOS, Cyro dos. *Explorações no tempo*. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1963.

AYALA, Walmir. *À beira do corpo*. Belo Horizonte: Leitura, 2007.

BRANDÃO, Ruth Silviano. *Lúcio Cardoso: a travessia da escrita*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARDOSO, Lúcio. *Diário completo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970.

DELEUZE & GUATTARI. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 4.

LAPOUJADE, David. O corpo que não aguenta mais. In: LINS, Daniel e GADELHA, Sylvio. *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. (Coleção Outros Diálogos)

LINS, Daniel e GADELHA, Sylvio. *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. (Coleção Outros Diálogos)

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e Devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo: PUC, v. 1, n. 2, 1993.

SANTIAGO, Silviano. Com quantos Paus se Faz uma Canoa. In: SOUZA, Eneida Maria de et al (Org.). *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

DOCUMENTOS PESSOAIS ENTRE A ESFERA DO PÚBLICO E DO PRIVADO: O CASO DAS CARTAS RECEBIDAS POR DOM ADRIANO MANDARINO HYPÓLITO APÓS SEU SEQUESTRO, EM 1976

Bruno Ferreira Leite
Patricia Ladeira Penna

1 Arquivos pessoais e intimidade

Documentos pessoais podem ser considerados a materialidade da relação estabelecida entre a memória individual e a memória coletiva, na medida em que os documentos ali encontrados fazem parte do ideário individual de uma pessoa, ou seja, traduzem o modo de vida da sociedade e subsidiam a construção de uma compreensão da realidade do país, a partir de uma perspectiva particular e por vezes privada.

Nesse sentido, os arquivos pessoais, funcionam como prova das trajetórias individuais e conforme destaca Oliveira,

[...] os documentos produzidos no âmbito da vida privada permitem uma análise multifacetária do produtor do arquivo e uma compreensão diversificada da própria sociedade. É interessante ressaltar que nos casos de produtores de arquivos que desempenharam papéis públicos na sociedade, a organização e divulgação de seus documentos possibilitam inclusive uma análise comparativa entre as possíveis narrativas sobre os eventos históricos e sobre a vida em sociedade.⁴¹

⁴¹ OLIVEIRA, Lucia Maria V. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*, p. 2.

Dessa forma, percebe-se como os acervos pessoais, por sua capacidade de revelar as sensibilidades de uma pessoa e, por extensão, de um grupo, colaboraram para a obtenção de um entendimento mais sutil de fenômenos da memória coletiva. De acordo com Catherine Hobbs,⁴² os arquivos pessoais/reflexões pessoais tornam-se fontes úteis para perspectivas sociológicas maiores, uma vez que esses documentos não refletem apenas o indivíduo em si, mas a persona pública, a forma como o produtor do arquivo se encaixa na sociedade e constrói sua visão de mundo.

A riqueza do arquivo pessoal tem a ver com a ambiguidade de seu propósito e intenção. Em minha opinião, o arquivo pessoal não deve ser tratado como contendo apenas simples evidência, mas como o local de várias construções - de uma pessoa confirmando e lutando com ideias de si mesmo e dos outros.⁴³

Ainda de acordo com a autora, é a possibilidade de encontrar nesses documentos que dizem sobre ao indivíduo, mas que na realidade compreendem também a sociedade e o tempo em que o sujeito viveu que tornam esses conjuntos documentais tão ricos para pesquisas.⁴⁴

Ao afirmar que um documento é um produto social com várias faces, onde a interpretação e significação deste objeto pode lhes investir os mais diversos sentidos, que tornamos os arquivos pessoais parte do patrimônio documental, e com isso passam a assumir um lugar próprio junto aos universos de pesquisa arquivística, histórica, sociológica e etc.

Trabalhar com arquivos pessoais é trabalhar, em grande parte, com a subjetividade humana, com o sentimentalismo paralelo às objetividades de documentos jurídicos oficiais e legais. As dissonâncias possíveis no contexto interno dos arquivos pessoais deixam o seu trato mais delicado, seja para entendê-lo como fonte de pesquisa, seja como objeto de trabalho.

De acordo com Romualdo Filho,⁴⁵ os conjuntos documentais pessoais

⁴² HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals.

⁴³ Ibid., p. 132, tradução nossa.

⁴⁴ Ibid., p. 132.

⁴⁵ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. O direito as informações pessoais: história e verdade, p. 181.

permitem ao pesquisador observar de certa forma a história das pessoas, as condições psicossociais e econômicas que determinam a maneira de ser e viver em dada época.

É justamente esse movimento que coloca os arquivos pessoais em uma fronteira muito tênue entre o que é público e o que é de âmbito privado. Em relação à definição técnica, as informações pessoais podem ser públicas, como as contidas em um currículo ou em uma ficha criminal. A informação pessoal privada diz respeito às informações relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, e por isso estas se colocam de modo mais delicado e muitas vezes relacionado a problemas éticos.

A legislação brasileira estabelece alguns parâmetros para o acesso e o uso de documentos privados, sendo inclusive facultado o direito de delimitar um prazo para que essa informação esteja disponível para o acesso de terceiros.

Assim como a vida privada e a intimidade são os principais limites à liberdade de informação, o inverso também é verdadeiro. No confronto entre esses dois direitos, contudo, não se deve perder de vista o interesse público, que, especificamente no que diz respeito aos arquivos, se traduz na demanda de informações e na necessidade de difundir-las em função do exercício pleno da democracia e da pesquisa científica.⁴⁶

Ao nos aproximarmos das correspondências presentes em arquivos pessoais, estamos muita vezes em uma encruzilhada entre a paradoxal separação entre o interesse público e o particular. A riqueza de documentos, de discursos e representações, que torna o trabalho com arquivos pessoais tão instigante e delicado, ultrapassa em muitos momentos o campo disciplinar e jurídico, atingindo mesmo o que pode ser considerado moral e íntimo. Documentos pessoais fazem parte do cotidiano de uma pessoa e, por isso, tratam-se de registros comuns e rotineiros. Com uma função geralmente utilitarista, estes documentos acompanham seu produtor e, posteriormente, podem servir para contar sobre ele. De acordo com Zeny Duarte e Lúcio Farias:

⁴⁶ COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos, p. 194.

O arquivo passa a ser espaço livre, tanto para manuscritos autógrafos, quanto para documentos produzidos a partir de atividades públicas e privadas. Eles são convenientemente reunidos a serviço do titular, pelo prazer de guardar a própria representação de seus valores, estendendo-se posteriormente à leitura e aos interesses de outrem.⁴⁷

Neste sentido, arquivos pessoais são reunidos para que sirvam ao seu titular ao longo de sua trajetória. A reunião de documentos faz-se necessária a qualquer indivíduo que conviva em um ambiente social, com exceção de comunidades com cultura transmitida e administração realizada basicamente de forma oral. Para Catherine Hobbs,⁴⁸ em vez de derivar a partir de uma finalidade administrativa ou por causa de uma exigência legal, os arquivos pessoais desenvolvem-se a partir das necessidades, desejos e preferências dos indivíduos que os criam, e por isso podemos dizer que encontramos uma parte do sujeito produtor presente em seus acumulados.

Alberca⁴⁹ nos fala sobre a divisão da vida de uma pessoa em três esferas:

O íntimo, o privado e o público são três espaços distintos na esfera de atuação humana, sem separação entre eles, pois que na prática estes três âmbitos se entrecruzam. Se no espaço público residem e são observáveis os comportamentos sociais, no privado poderíamos situar os interpessoais e no íntimo se localizam aqueles atos ou ideias que são inobserváveis no entre si.

De fato, estes três espaços são presentes na vida de qualquer pessoa e sua interdependência é evidente, ocasionando um nebuloso limiar entre eles. Os registros dos elementos ordinários e cotidianos podem ser encontrados em muitos dos documentos pessoais, não somente na documentação social do indivíduo produtor, mas também na documentação de cunho pessoal e estritamente íntimo.

⁴⁷ DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio. *O espólio incommensurável de Godofredo Filho*: resgate da memória e estudo arquivístico, p. 52.

⁴⁸ HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals.

⁴⁹ ALBERCA, 2000 apud CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú aos arquivos: escritas de si, escritas do outro, p. 4.

As correspondências se mostram como um bom exemplo deste potencial dos documentos pessoais. Frequentemente buscadas por pesquisadores, elas detêm a qualidade informativa da rede de relacionamentos do titular. A partir delas é possível tomar conhecimento dos assuntos tratados entre o titular e aqueles com quem se relaciona.

De caráter político, social, cultural, artístico, científico ou qualquer outra categoria, a análise de correspondências significa a observação de conversas, muitas vezes sigilosas, estabelecidas entre pessoas de confiança que, se a situação permitisse, seriam realizadas a portas fechadas.

A correspondência pessoal de um indivíduo é, portanto, um espaço definidor e definido pela sua sociabilidade. É com ela que as pessoas, mesmo distantes fisicamente, podem trocar ideias e afetos, construir projetos mútuos ou discutir planos opostos, estabelecer pactos ou polêmicas e organizar ações. Esses documentos permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares.⁵⁰

Questões de ordem profissional discutidas em correspondências de pessoas públicas podem conter informações relevantes para o estudo de acontecimentos coletivos, como é o caso das correspondências de Dom Adriano Mandarino Hypólito, referente à sua atuação enquanto bispo da Diocese de Nova Iguaçu, e que nos permite entender diversas questões referentes ao período de ditadura civil-militar ocorrido no Brasil entre 1964 e 1985.

2 Dom Adriano Hypólito e seu arquivo

A escolha por tratar neste texto somente das cartas recebidas por Dom Adriano, após seu sequestro, em 1976, deu-se em virtude de reconhecermos as correspondências como um bom exemplo para demonstrar as qualidades comunicativas do espaço privado com aquilo que é público e com aquilo que é íntimo. Ao mesmo tempo, podemos perceber como a função, o reconhecimento e a importância deste acervo documental modificaram-se de acordo com os novos usos e relacionamentos feitos no arquivo pessoal após sua doação.

⁵⁰ VENANCIO, Gisele M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna, p. 9.

Fernando Polito⁵¹ nasceu em 18 de janeiro de 1918, em Aracajú, Sergipe. Em outubro de 1942, o então Frei Adriano Hypólito é ordenado padre na Igreja de São Francisco, em Salvador. Em julho de 1948 viajou para Portugal e outros países da Europa para estudar Língua Portuguesa e História, retornando ao Brasil em 1955, para o Colégio Seráfico de Ipuarana, onde permaneceu por mais de oito anos, tornando-se inclusive diretor de estudos da Instituição. Em 1962 foi nomeado vigário-geral da Província Franciscana da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo. Logo em seguida, em 22 de setembro de 1962, é nomeado bispo-Auxiliar de Salvador, pelo então Papa João XXIII. Como bispo-Auxiliar, participou do Concílio Vaticano II, nas sessões de 1963, 1964 e 1965.

No ano de 1966, Dom Adriano é então nomeado bispo da Diocese de Nova Iguaçu pelo Papa Paulo VI, cargo em que permaneceu até 1994. Neste período, tocado tanto pela experiência do Concílio Vaticano II quanto pelo contato com o “povo sofrido”⁵² da Baixada Fluminense, o então bispo de Nova Iguaçu proporcionou repercussão devido a seus atos e à sua particular forma de pensar a Igreja e a sociedade. De acordo com publicação recente da Cúria, a acolhida que lhe deu o povo foi afetuosa e marcada pela esperança.

Na nova missão, Dom Adriano buscou conscientizar aquela gente para lutar por direitos essenciais e, nessa empreitada, acabou por revolucionar positivamente a própria existência. Conscientização passou a ser uma palavra-chave para o bispo de Nova Iguaçu, convicto de que um cidadão informado e consciente é capaz de lutar pelos próprios direitos e os da coletividade.⁵³

Agindo nesta linha, destacamos sua participação e apoio explícito junto a movimentos populares na região da Baixada Fluminense, principalmente em Nova Iguaçu. Não se denominava como militante de esquerda, e julgava-se a favor dos Direitos Humanos.

Em visitas ao arquivo da Cúria, verificamos que o arquivo pessoal de Dom Adriano é composto por correspondências (cartas recebidas e expedidas); documentos referentes à formação eclesial do bispo; vida profissional (referentes

⁵¹ Enquanto clérigo optou pelo nome de Adriano Mandarin Hypólito.

⁵² Dom Adriano assim caracterizava o povo da Baixada, “povo sofrido”, tanto que em 1982 lançou um livro de crônicas sobre a vida na região da Diocese com o título de *Imagens de Povo Sofrido*. Livro publicado pela Editora Vozes, que reuniu algumas das crônicas que Dom Adriano escrevia e acrescentava à leitura litúrgica das missas da Diocese.

⁵³ CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. *Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão*, p. 36-37.

à sua carreira desde padre, em 1942, até ser designado como bispo de Nova Iguaçu, de 1966 a 1994); publicações próprias (textos escritos para jornais em que foi colunista e um livro produzido como coletânea de alguns de seus escritos para o semanário *A Folha*); publicações de terceiros (constituído de entrevistas concedidas, artigos e livros acumulados); documentos referentes a homenagens (formalizando títulos, como o de cidadão de Nova Iguaçu, comendas e medalhas); fotografias (registrando diversos momentos); partituras (feitas pelo próprio Dom Adriano); e documentos audiovisuais e sonoros (Fitas VHS, fitas K-7 e filmes de rolo).⁵⁴

Percebemos no arquivo de Dom Adriano que este sempre buscou registrar suas visitas pastorais, contando inclusive com a ajuda de seu sobrinho Fernando Leal Webering para isso. Suas correspondências também foram preservadas, principalmente as que dizem respeito ao seu sequestro. Tal fato, que ocorreu no dia 22 de setembro de 1976, e foi amplamente divulgado pelas mídias impressas nacionais. De acordo com o próprio Dom Adriano

“Eles puseram um capuz na minha cabeça e me obrigaram a entrar num automóvel, arrancaram minhas roupas e passaram a chutar e pisar o meu corpo. Estava certo de que iam me matar”, relatou Dom Adriano em entrevista ao repórter Audálio Dantas, na edição de outubro de 1978 da revista *Playboy*. E prosseguiu o bispo: “Refleti sobre os motivos que levariam aqueles homens a me tirar a vida e concluí que aquilo tudo só podia ser consequência de minha atuação. A consciência disso me acalmou: preparei-me para morrer, enquanto eles prosseguiram com a toda sorte de humilhações. Depois de esguicharem um *spray* de tinta vermelha pelo meu corpo, abandonaram-me, algemado e nu, numa rua escura de Jacarepaguá”.⁵⁵

Em afirmação exposta por Barros e Amélia, onde as autoras refletem sobre a relação entre arquivo e memória, porém não especificamente sobre os arquivos

⁵⁴ Talvez existam mais documentos, porém como não tivemos acesso ostensivo a eles, não pudemos conhecer com certeza a totalidade deste arquivo.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 37.

peçoais, percebemos como o arquivo de Dom Adriano pode ser entendido como uma construção coletiva, uma vez que de acordo com as autoras:

Tem-se, pois, que o arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva.⁵⁶

Com base nesta afirmação, poderíamos dizer que os arquivos pessoais também materializam a memória coletiva que, no caso de seu titular, é aquela que ele compartilha com os demais sujeitos dos grupos dos quais faz parte, influenciando e/ou sendo influenciado em tais meios.

Quando entrevistamos o sr. Antônio Menezes, mais conhecido como Lacerda na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (RJ), este é o arquivista *ad hoc* da Cúria Diocesana, perguntamos-lhe sobre os documentos que “melhor” representariam a forma de pensar e agir de Dom Adriano. Menezes atualmente é a única pessoa diretamente responsável pelo Arquivo Diocesano, inclusive pelo fundo arquivístico Dom Adriano Mandarino Hypólito, ou seja, o arquivo produzido pelo bispo, custodiado nesta instituição. A resposta de Menezes pode nos trazer algumas pistas sobre as injunções sociais que se apresentam no arquivo de Dom Adriano.

Ele nos responde:

Bom, sobre o arquivo de Dom Adriano, os documentos que seriam, assim, mais representativos [...] da forma de pensar e agir de Dom Adriano pra mim seriam as cartas pastorais, as circulares dele, onde ele fala para o povo. É também nas correspondências dele, acho também muito interessante a correspondência, [pois] nós temos uma riquíssima correspondência de Dom Adriano [...]. Mas acho que essas duas seriam muito interessantes e

⁵⁶ BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável, p. 58.

também, assim, da forma de pensar e agir eu considero os periódicos dele, criados por ele [...]. Então, assim, os diversos artigos de Dom Adriano presentes nos periódicos que ele criou, presentes no boletim Diocesano, na Folha, no Caminhando. Acho que isso aí te revela o pensamento dele. Ali é o Dom Adriano e ele dedicava muito tempo de sua vida a escrever, escrevia muito.⁵⁷

Uma observação antes de seguir a análise do que foi dito pelo senhor Menezes. As cartas pastorais e os periódicos citados são documentos produzidos por Dom Adriano enquanto exercia a função de bispo da Diocese de Nova Iguaçu, ou seja, são documentos que fazem parte do arquivo da Diocese. Já suas correspondências, enquanto pessoa física, é relevante que fique claro, são documentos de seu arquivo pessoal.

Mas por que tais documentos foram citados conjuntamente por Menezes? A ligação entre todos eles é que são todos documentos produzidos e direcionados a terceiros, sejam os documentos do arquivo da Cúria (institucional) ou do próprio Dom Adriano (pessoal). Os primeiros para um público amplo, e as cartas, mais direcionadas, geralmente para uma pessoa. Mas a que reflexões esta comparação pode nos levar?

É interessante perceber que nos documentos dirigidos a outros, vide o exemplo da carta, é onde Menezes percebe com mais clareza o pensamento de Dom Adriano. Isso facilita algumas conclusões deste texto, pois, ao comparar este caráter representativo dos documentos pessoais de Dom Adriano aos de caráter institucional, como *A Folha*, o jornal litúrgico da Diocese, que teve a interferência direta do bispo na sua elaboração, percebemos que os documentos pessoais e institucionais que são produzidos para transmitir mensagens a terceiros carregam uma preocupação em sua elaboração, pois, ao serem produzidos, são projetados e planejados para serem lidos por outros. Isso, de uma maneira bem clara, possibilita a reflexão sobre a construção de si por meio da produção documental, principalmente quando olhamos para documentos como cartas, jornais, os que se compõe de vídeos, sons, etc.

⁵⁷ MENEZES, Antônio. *Antônio Menezes*: depoimento.

Com relação especificamente às injunções sociais que fazem com que os arquivos pessoais sejam construídos de maneira coletiva, podemos aproveitar algumas palavras de Menezes para justificar tal afirmativa. Quando o entrevistado afirma sobre os documentos acima citados: “acho que isso aí te revela o *pensamento dele*”, está evidenciando que Dom Adriano ali se revelaria. Contudo, podemos fazer duas observações sobre esta afirmação, no intuito de sustentar a argumentação aqui desenvolvida.

Primeiro, com relação aos “encantos” dos arquivos pessoais, a fim de não os tratarmos como se fossem os documentos mais espontâneos e íntimos feitos por seus titulares. Sob este “risco”, Gomes argumenta que “[...] este é o grande feitiço do arquivo privado⁵⁸ [...], ele revelaria seu produtor de forma ‘verdadeira’: aí ele se mostraria ‘de fato’, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros”.⁵⁹ Sabendo isso, seguimos.

Segundo, Artières resumiria a próxima observação em menos de duas linhas ao dizer: “pois, por que arquivamos nossas vidas? Para responder a uma injunção social”.⁶⁰ Bem, mesmo que tal afirmação explicita as interferências externas ao sujeito na produção/construção de seu arquivo pessoal, temos, por essência da pesquisa científica, que fundamentar tal afirmação. Faremos isto, portanto, citando novamente o próprio Artières. Para ele, em consequência da injunção social que nos faz “arquivar a própria vida”,

Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento “arquivarás tua vida” - e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a

⁵⁸ Ela está se referindo a arquivos pessoais.

⁵⁹ GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais, p. 125.

⁶⁰ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida, p. 10.

tua vida a limpo, dirás a verdade. Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens.⁶¹

Artières nos apresenta uma perspectiva que percebe os arquivos pessoais como produtos de sujeitos sociais que, em consequência disso, são produzidos com interferências coletivas, além do filtro, reflexão e objetivos do próprio titular do arquivo. Outro ponto destacado pelo autor é a intencionalidade que, para os fins desta pesquisa, se apresenta nos processos de produção, custódia e uso dos arquivos, pois, como bem assinalado pelo autor, nós manipulamos nosso reflexo, para nós ou para os outros, conscientemente ou não, por meio da comunicação dos documentos de arquivo.

A criação de documentos por parte daquele que se encontra em uma sociedade moderna não para, ao contrário, tende a aumentar gradativamente. As obrigações e atividades sociais que estejam relacionadas à vida direta do indivíduo será motivo para uma produção infinita de documentos, o que corrobora mais uma vez com o autor Artières⁶² que nos diz : “[...] o anormal é o sem-papéis”.

É neste conjunto que se encontra a qualidade de registro pessoal que mais atrai arquivistas e outros pesquisadores por conta de suas peculiaridades e potencialidades informacionais. As correspondências compõem, em muitos casos, o maior volume da documentação de um indivíduo.⁶³ Elas são insistentemente recorridas para pesquisas por ser um documento que transita livremente entre os espaços público e privado dos documentos pessoais, como nos diz Venâncio:

A correspondência é um documento típico dos arquivos privados, principalmente do pessoal. Esse tipo de acervo

⁶¹ Ibid., p. 10.

⁶² Ibid., p. 11.

⁶³ Atualmente, este sistema de comunicação foi quase que totalmente substituído por alternativas tecnológicas onde a outra pessoa recebe a mensagem de modo instantâneo, o que agiliza e garante mais dinamicidade às redes de comunicações. Porém, essa substituição é recente e qualquer pessoa que tenha vivido durante as últimas duas décadas do século XX ainda presenciou a forte atividade epistolar e, possivelmente, mantém guardada alguma correspondência.

possui frequentemente uma coleção de cartas, documentos de características ao mesmo tempo íntimas e públicas, pessoais e relacionais.⁶⁴

Fruto das relações sociais estabelecidas pelo titular, seu conjunto de correspondências será responsável por apresentar diálogos mantidos por ele com pessoas de seus círculos de convivência. E aí se encontra uma característica interessante das correspondências.

Essas observações tornam-se ainda mais evidentes ao analisarmos os documentos acumulados pelo bispo a respeito de seu sequestro, ocorrido em 1976. A organização deste conjunto documental, iniciado pela sua secretária senhora David, conta com um grande número de recortes de jornais, cartas recebidas, moções de apoio ao bispo e outros documentos relacionados ao caso. Este assunto é fartamente documentado por Dom Adriano e tais documentos encontram-se encadernados e contam com sumários feitos à época.

Tendo em vista o exposto, podemos perceber que as cartas recebidas pelo bispo após um acontecimento traumático tiveram em um primeiro momento uma função, a princípio, instrumental e objetiva: dar-lhe apoio em um momento tão difícil. Por outro lado, o cuidado com tais documentos à época demonstram interesses que vão além do simples acúmulo de documentos com objetivos imediatos.

Nesse sentido, possibilitar o acesso a documentos que representam um período de exceção do estado brasileiro e a forma de agir dos envolvidos nos auxilia a problematizar as questões e transpassam a esfera íntima, pois conforme afirma Sergio Carrara este conhecimento se faz fundamental para o processo de reconhecimento e reparação a que compete às autoridades envolvidas. Ainda segundo o autor

Talvez deixar olhos estranhos penetrar os documentos privados seja o preço que as vítimas tenham que pagar para que a violência e a injustiça contra elas cometidas não se repitam, para que a sua existência não seja negada e seus rastros não se percam no esquecimento.⁶⁵

⁶⁴ VENANCIO, Gisele M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna, p. 1.

⁶⁵ CARRARA, Sergio. Do direito de saber: o acesso à informação pessoal privada nos arquivos da ditadura militar brasileira, p. 202-203.

Com base nesta linha argumentativa, percebemos que o acúmulo das cartas de apoio recebidas por Dom Adriano tiveram um caráter afetivo, mas que não deixou de ser uma atitude política ao conferir a importância às cartas mencionadas. De uma forma consciente ou não, Dom Adriano prezou pelo registro de um acontecimento.

Em contraponto, não podemos afirmar que tenha sido a intenção de Dom Adriano deixar tal fato registrado para a posteridade ou, quem sabe, utilizá-las de forma tal pragmática, como atualmente são tratadas pelo Arquivo e pelo próprio sr. Menezes, que confere destaque para as mesmas cartas sempre que menciona o arquivo. Por um lado, é certo que esses documentos apresentam-se com um caráter afetivo e minimamente mais íntimo (a não ser quando são cartas assinadas coletivamente), e, por conta disso, atraem tanto o interesse dos pesquisadores quanto do responsável pelo próprio arquivo.

3 Considerações finais

Para compreendermos Dom Adriano como um homem de seu tempo, situado em determinado contexto socioespacial, não poderíamos deixar de ressaltar sua trajetória como bispo da Diocese de Nova Iguaçu, entre 1966 e 1994. É importante, também, lembrarmos que esta Diocese é percebida ainda hoje como um símbolo de resistência à ditadura civil-militar. Esta imagem da Diocese ancorou-se – mas não totalmente – no que Dom Adriano representou enquanto bispo à frente dela, chegando a ser identificado como adepto da Teologia da Libertação, e até mesmo como bispo comunista. Informações que nos levam, inclusive, a perceber a não linearidade das trajetórias individuais, pois, segundo o próprio Dom Adriano, foi o povo da Baixada Fluminense que o “converteu”. Neste caso, esta conversão remete à mudança de relação de Dom Adriano com o povo, ou seja, antes de ele ter contato mais direto com o povo sofrido da Baixada, como ele mesmo o caracterizava, suas preocupações seriam mais formalistas e voltadas para o interior da Igreja, e não tanto para a vida cotidiana do povo.

O arquivo pessoal de Dom Adriano desperta o interesse coletivo, na medida em que representa seu produtor enquanto produto social de sua

época. Seus documentos, e em especial os relacionados ao seu sequestro, nos possibilitam pensar os diversos usos dados aos arquivos privados ao longo dos anos e da custódia.

De acordo com Terry Cook,⁶⁶ os arquivos pessoais podem ser um meio de complementar os arquivos públicos, à medida que muitas vezes são eles que nos possibilitam dar voz aos reconhecidos como excluídos. Nesse sentido, os documentos pessoais extrapolam o interesse individual e nos permitem entender como se articula a vida pessoal com os acontecimentos mais gerais. Os acervos pessoais por sua capacidade de revelar as sensibilidades de uma pessoa e, por extensão, de um grupo, colaboraram para a obtenção de um entendimento mais sutil de fenômenos da memória coletiva.

Ao mesmo tempo, percebemos os diversos usos dados às correspondências, e como estas, muitas vezes relacionadas ao ambiente íntimo do produtor, podem revelar aspectos políticos, sociais e culturais da sociedade e do tempo em que estão inseridas. E este é um grande desafio para os arquivistas e demais pesquisadores que lidam com arquivos pessoais, ou seja, reconhecer nos documentos, por vezes relacionados ao íntimo e ao mais particular do indivíduo, seu aspecto social e coletivo.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. *TransInformação*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr., 2009.

CARRARA, Sergio. Do direito de saber: o acesso à informação pessoal privada nos arquivos da ditadura militar brasileira. *Acervo*, Rio de Janeiro, p.195-204, jan./jun. 2011. Semestral.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. O direito as informações pessoais: história e

⁶⁶ COOK, Terry. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives, p. 30.

verdade. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 01, p.181-194, jan./jun. 2011. Semestral.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

COOK, Terry. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. *Archivaria*, n. 51, p. 30–31, spring 2001.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.189-199, 1998.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú aos arquivos: escritas de si, escritas do outro. *Patrimônio e memória*, Assis: Cedap, Unesp, v. 3, n. 1, 2007.

CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. *Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão*. Rio de Janeiro, 2010.

DAVID, Sada Baroud. *Sada Baroud David*: depoimento [25 jan. 2014]. Entrevistador: Bruno Leite. Nova Iguaçu: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais da Unirio.

DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio. *O espólio incomensurável de Godofredo Filho*: resgate da memória e estudo arquivístico. Salvador: ICI, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria*, v. 52, p. 126-135, 2001. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12817-14858-1>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

MENEZES, Antônio. *Antônio Menezes*: depoimento [23 jan. 2014]. Entrevistador: Bruno Leite. Nova Iguaçu: Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais da Unirio.

OLIVEIRA, Lucia Maria V. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012

VENANCIO, Gisele M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

O DIREITO À INTIMIDADE DO PRODUTOR E/ OU DOADOR DO ARQUIVO PESSOAL E O ACESSO PÚBLICO AO ACERVO: O CASO DA DIVISÃO DE MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA NACIONAL

Daniele Cavaliere Brando

A Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional é detentora de um grandioso acervo de documentos privados, muitos dos quais provenientes de personalidades da política, da literatura e da cultura brasileira. O conjunto abrange documentos que vão desde o século XI-XII até o século XXI.

Este texto está relacionado a um estudo de caso em desenvolvimento, referente ao acesso e abertura dos arquivos que se encontram com restrições de acesso devido ao seu conteúdo de cunho íntimo. Esse problema se aprofunda tendo em vista a complexidade de questões ligadas à aquisição, pois por vezes não existem termos de doação. Mesmo quando presentes, frequentemente eles não são suficientes para documentar a origem e a trajetória das coleções, que ao longo dos anos foram sendo depositadas na instituição e catalogadas sem seguir a organicidade e sem respeitar o princípio da proveniência. A maioria das coleções foi organizada de forma factícia e artificial, seguindo a metodologia biblioteconômica, que separou fundos arquivísticos e os transformou em coleções por tema e assuntos. Há real necessidade de revisar esses procedimentos e elaborar uma política institucional de recebimento de acervo que contemple todas as etapas dessa ação, incluindo de instrumentos contratuais consistentes a termos de uso e reprodução de documentos que estejam de acordo com a legislação atual e que garantam o acesso e a democratização da informação de forma efetiva e com qualidade.

1 O caso da Fundação Biblioteca Nacional

Muitos pesquisadores se declaram surpresos ao saber da existência de arquivos privados numa instituição como a Biblioteca Nacional, onde julgavam haver apenas documentação proveniente da administração pública e/ou órgãos públicos. De fato, grande parte dos acervos sob a guarda da Biblioteca provém de órgãos administrativos, como a Casa dos Contos e o Ministério do Império. No entanto, além dessas coleções, a instituição abriga várias outras, a começar por aquela que lhe deu origem, pertencente à família real portuguesa.

O crescimento do acervo e sua disponibilização para o público foram, sem dúvida, fatores que contribuíram para o desenvolvimento de uma elite intelectual, para a qual a Biblioteca Nacional era ao mesmo tempo uma fonte de consulta e um ponto de reunião. Seus diretores e até mesmo funcionários foram muitas vezes pessoas ligadas à vida literária, acadêmica e cultural do país. Capistrano de Abreu, Raul Pompeia, Ramiz Galvão, Darcy Damasceno, Plínio Doyle e Celso Cunha são apenas alguns dos escritores e pesquisadores que figuraram no corpo funcional.

A lista se torna muito mais extensa se forem incluídos os usuários, como Machado de Assis, nome frequente nos livros de consulta, e Lima Barreto, cujo arquivo pessoal, incluindo originais e correspondência, se encontra sob a guarda da instituição. A esses nomes se somam centenas de outros que obtiveram destaque, tanto na literatura quanto em outros campos como as artes e a política – e não é de se estranhar que alguns deles, leitores recorrentes da Biblioteca Nacional, tenham doado a ela seus acervos particulares. Alguns foram doados não pelos titulares, mas por suas famílias, talvez por saber da ligação entre seu ente querido e a biblioteca, mas talvez, possivelmente, por achar que esta seria um lugar de fácil acesso, e que um acervo aí localizado beneficiaria um maior número de pesquisadores. Vale lembrar que a compra, modalidade pela qual várias coleções privadas foram incorporadas à Biblioteca Nacional, deixou de ser praticada: as coleções que chegaram à instituição nas últimas décadas foram todas doadas pelos titulares ou por seus herdeiros. A exceção é uma aquisição recente do Arquivo de João Goulart, que se encontra na Divisão de Manuscritos em regime de comodato.

Tanto os arquivos privados quanto os demais acervos acessíveis ao público mereceram e merecem o esforço de todo um corpo funcional em prol de sua conservação, restauração, tratamento técnico, digitalização e disponibilização da documentação da Biblioteca Nacional no portal da Biblioteca Nacional Digital, democratizando a informação ao patrimônio documental. No entanto, o grande volume de documentos recebidos pela instituição não permitiu que todos eles fossem imediatamente disponibilizados para o público.

2 A Divisão de Manuscritos

A Divisão de Manuscritos surgiu como complemento do acervo da Real Biblioteca – Livraria do Rei e Casa do Infantado, com cerca de mil códices manuscritos e documentos avulsos, a maioria de uso pessoal de d. José I e d. João VI. Eram papéis e documentos oficiais escritos pelo padre Joaquim Dâmaso⁶⁷ sobre a administração da Real Biblioteca. Seus primeiros administradores designaram o depósito de manuscritos como “Arquivo” e depois como “Gabinete dos Manuscritos”. Na República, em meados do século XX, passou a se chamar Seção de Manuscritos, e mais tarde Divisão de Manuscritos.

A Divisão de Manuscritos está subordinada à Coordenadoria de Acervo Especial que, por sua vez, integra a estrutura do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores. Esta Divisão possui um acervo precioso, parte do patrimônio documental brasileiro. Com volume estimado em cerca de um milhão de documentos (códices, manuscritos avulsos, fotografias, estampas, mapas, recortes de jornais, etc.), é composto por arquivos privados e coleções de documentos manuscritos doados ou adquiridos de particulares, integrando cerca de 250 coleções, além de uma coleção de três mil impressos (livros e revistas que dão suporte às atividades de trabalho do setor). No acervo também estão armazenados microfimes e cds.

Como o acervo possui características que exigem conhecimentos específicos para seu tratamento adequado, a área procura combinar os procedimentos gerais

⁶⁷ O padre Joaquim Dâmaso, do Oratório de Lisboa, foi um dos primeiros encarregados de conservar e instalar a biblioteca e ficou com o título de prefeito, em função de seu posto elevado na hierarquia do estabelecimento. Além disso, ocupou-se com a incorporação dos novos acervos que chegavam ao Brasil.

vigentes na Biblioteca Nacional, no que se refere ao tratamento da informação, aos princípios e técnicas da Biblioteconomia e da Arquivologia, ditadas pelo Arquivo Nacional. O acervo abrange documentos que vão desde o século XI-XII – o mais antigo é um Evangeliário escrito em grego –, até o século XXI, nos mais variados tipos de escrita, idiomas e suportes. São registros medievais, destacando os livros de horas, bulas papais, cartas jesuíticas, documentos do período colonial, papéis de Estado, documentos de diversos reis europeus, correspondências da Família Real portuguesa, do período do Império brasileiro, da República, correspondências presidenciais, peças teatrais, correspondências e textos literários, arquivos relativos às ciências naturais no Brasil, cartas e diários de viajantes, coleções de autógrafos – acervos completos e documentos avulsos de personagens as mais variadas. Atualmente, trabalha na Divisão de Manuscritos uma equipe multidisciplinar, além de terceirizados e estagiários do curso de graduação em História. O tratamento das coleções consiste em organizar, descrever, indexar, inserir registro patrimonial, inserir na base de dados e disponibilizar ao público.

3 A intimidade, a vida privada e os arquivos pessoais

O direito à inviolabilidade da intimidade e da vida privada são descritos no art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), nos seguintes termos: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

O conceito de “intimidade” diz respeito às relações subjetivas e de trato íntimo da pessoa humana, suas relações familiares e de amizade. Mais abrangente, o conceito de “vida privada” envolve todos os relacionamentos da pessoa, inclusive os objetivos, tais como as relações comerciais, de trabalho, de estudo, financeiras e outras. Percebe-se uma relação extensiva, onde o conceito de “intimidade” está contido no de “vida privada”, por ser este último mais abrangente que o primeiro. Tais direitos encontram-se, segundo a ótica de J. J. Gomes Canotilho,⁶⁸ abarcados

⁶⁸ CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*.

pelo conceito de “direitos da personalidade”, inserindo-se, necessariamente, no conceito de direitos fundamentais.

O jurista Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho⁶⁹ entende que o direito à intimidade é “aquilo que não se compartilha com ninguém, são os desejos e tendências, às vezes inconfessáveis”, e que “vida privada é aquilo que é compartilhado a um grupo restrito de pessoas mais íntimas, cônjuges, familiares, alguns poucos amigos, ou pessoas da inteira confiança do indivíduo que faz a discrição”.

Acerca da proteção dispensada à privacidade, Alexandre de Moraes⁷⁰ sustenta que:

[...] a defesa da privacidade deve proteger o homem contra:
(a) a interferência em sua vida privada, familiar e doméstica;
(b) a ingerência em sua integridade física ou mental, ou em sua liberdade intelectual e moral; (c) os ataques à sua honra e reputação; (d) sua colocação em perspectiva falsa; (e) a comunicação de fatos relevantes e embaraçosos relativos à sua intimidade; (f) o uso de seu nome, identidade e retrato; (g) a espionagem e espreita; (h) a intervenção na correspondência; (i) a má utilização de informações escritas e orais; (j) a transmissão de informes dados ou recebidos em razão de segredo profissional.

Pode-se entender, portanto, que o direito à inviolabilidade da vida privada requer a existência de fatos e informações que o seu titular não deseje divulgar a terceiros alheios, merecendo, nestes termos, a proteção contra as indiscrições externas que viabilizariam a exteriorização daquilo que está ligado ao indivíduo, e que este não deseja tornar conhecido fora de seu núcleo subjetivo de confiança.

Estabelecidos os conceitos iniciais de “intimidade” ou “vida privada”, resta saber se os arquivos pessoais se encontram contemplados por tais definições.

Ao analisar o tema “Direito à intimidade nos arquivos pessoais” dentro de uma lógica “gênero x espécie”, compreende-se que alguns documentos oriundos de arquivos pessoais podem estar envolvidos em questões relativas à privacidade do autor do

⁶⁹ SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes. *Sigilos bancário e fiscal*.

⁷⁰ MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada*.

arquivo. Considerando-se que as informações encontradas em instituições arquivísticas e documentais teriam a característica de “propriedade intelectual, pessoal, cultural” não de “privacidade”, elas podem influenciar as questões relativas à privacidade, se forem analisadas as questões íntimas ou privadas relacionadas aos documentos pessoais. É o caso, por exemplo, do marido que não deseja que sua esposa saiba da existência de uma conta bancária da qual ele é o único titular.

Nesta linha, podemos afirmar que as informações contidas em arquivos pessoais encontram-se inseridas, ainda que de forma reflexa, no conceito de “vida privada” e, em alguns casos, “intimidade”, ambas protegidas constitucionalmente, nos termos do inciso X, do art. 5º, da CRFB/1988. Verifica-se que as informações contidas em alguns documentos de arquivos pessoais traduzem, realmente, os fatos cotidianos da vida dos autores.

Vale destacar que este novo olhar da História, direcionado aos sentimentos, hábitos e comportamentos, ressaltam uma forma especial de pesquisar diários íntimos, cartas, anotações, bilhetes, fotografias, etc., podendo revelar a intimidade e a vida privada de seus autores. Estes documentos podem ser encontrados em arquivos de políticos, personalidades, escritores, artistas entre outros. O acesso, a pesquisa e a publicação deste tipo de fonte fazem com que estes documentos possam ser utilizados por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento para instigar o debate e a compreensão de temas, personagens e épocas a partir de novas abordagens metodológicas e científicas.

4 Apontamentos sobre a intimidade nos arquivos pessoais

Diante do que foi exposto, identifica-se a necessidade de desenvolver estudos de natureza arquivística direcionados à elaboração de políticas de acesso, que respeitem os usuários e resguardem os doadores de arquivos e suas respectivas instituições de guarda. Isso irá garantir o acesso à informação contida nesses acervos e assegurar os direitos privados e direitos autorais de ambas as partes. Destaca-se também a falta de literatura específica de um estudo neste sentido. A abertura de um debate no âmbito dos arquivos pessoais é o primeiro passo

para que se desenvolva de forma pioneira e frutífera a produção de trabalhos dedicados ao tema.

Lançando mão da exposição dos arquivos pessoais como fontes para a História, proposta por Luciana Heymann, verifica-se que:

A sedução exercida pelos arquivos pessoais sobre os pesquisadores repousou durante muito tempo na expectativa de possibilitarem o contato com frações íntimas e recônditas da história e de seus personagens, uma expectativa alimentada ainda pelo formato dos documentos de natureza pessoal, distante dos rigores institucionais da produção documental e das características da documentação serial. Para a manutenção dessa sedução, pesava igualmente a percepção de que, diferentemente dos arquivos públicos, as fontes pessoais não haviam sido produzidas visando sua oficialização ou à sua publicidade, o que fazia com que fossem vistas como mais “autênticas” do que outras.⁷¹

Observa-se que nos arquivos pessoais haveria sempre uma zona de penumbra, marcada pela presença de documentos que, a exemplo dos diários íntimos, não teriam a força probatória dos que decorrem de transações, e nessa medida ficariam excluídos da área de competência dos arquivistas.⁷²

Alguns arquivos pessoais são definidos por uma acumulação espontânea e natural do autor. Por mais desfalcado que o arquivo esteja, por supressão do titular, da família ou da instituição que o recebe, teremos nos arquivos conjuntos incompletos de documentos que não tiveram a intenção de construção de uma imagem. Pode-se trazer o questionamento aos profissionais da área sobre o discurso tardio do arquivo e se o arquivo é sempre a construção de um sentido. Para Camargo:

Ao contrário dos documentos institucionais, com documentos cujas formulas e estruturas têm o efeito de reduzir a um grau

⁷¹ HEYMANN, Luciana. De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexos sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro, p. 73.

⁷² CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância*: a abordagem conceitual dos arquivos pessoais – procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso, p. 40.

mínimo o caráter polissêmico dos textos escritos, os arquivos pessoais são prolíferos em documentos desprovidos de metadados: fotografias sem legenda, anotações de todo tipo em inusitados suportes, objetos desvinculados dos conjuntos que lhes dariam sentido. Em vez de ser atrelados ao contexto que permitiria justificar sua presença no arquivo, tais documentos são reunidos sob a forma de miscelânea, são remetidos para outras instituições de custódia (museus e bibliotecas) ou têm destino pior: alienação ou descarte.⁷³

No caso da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, o conjunto documental é composto por fundos e coleções, porém a nomenclatura escolhida para denominar estes conjuntos é somente “coleção”. Tende-se a justificar tal nomenclatura com o argumento de que os arquivos pessoais têm sido abordados seguindo critérios originários das bibliotecas. Verifica-se a necessidade de mudança da atual denominação por esta divisão abrigar verdadeiros fundos arquivísticos.

No final de 2015, um guia da Divisão de Manuscritos foi elaborado. Espera-se que, após sua publicação, sejam retomadas discussões consistentes com relação à natureza e origem dos documentos ali depositados.

5 Os documentos de foro íntimo nas coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Através de uma minuciosa pesquisa nas bases de dados, catálogos impressos e consulta aos antigos servidores da Divisão de Manuscritos, conseguiu-se destacar alguns documentos que expõem a intimidade de seus autores.

Um destes documentos foi encontrado na Coleção Benedito Ottoni, comprada por Júlio Benedito Ottoni e doada à Biblioteca Nacional em julho de 1911. Estima-se que o acervo doado era composto por mais de 15 mil peças de teor variado entre manuscritos, impressos, estampas, desenhos e mapas.⁷⁴

⁷³ Ibid., p. 43.

⁷⁴ De acordo com anotações do antigo funcionário e chefe da Divisão, Waldir da Cunha, a documentação sob a guarda de ma-

Dentre estes documentos, destaca-se uma carta do duque de Caxias, diretamente do campo de batalha, à sua esposa Ana Luiza. Esta carta faz parte de uma pequena coleção de oito cartas deste autor, que se encontram arquivadas no Cofre da Divisão de Manuscritos. Através de um trecho de transcrição da carta, percebe-se que o duque de Caxias, intitulado a si próprio um “Veterano da Independência”, também externava sua faceta mais familiar através de suas cartas à esposa, como esta, datada de 6 de janeiro de 1868:

Sua irmã, creio que nesses 19 meses, gozou do marido, e foi-se para o Outro Mundo, sem deixar a mais pequena prova de seu casamento, e até creio que ainda foi meia virgem, porque as mulheres ainda o são, enquanto não têm o primeiro filho. E você, 35 anos casada com uma das melhores espadas do seu país. Quanto tem gozado. Desconte mesmo todas as ausências que tenho feito, e verá que não somam mais de oito anos e dois meses, que abatidos dos 35 anos que temos de casados, dão 26 anos e oito meses, e isso até hoje. Ora, considere que podendo eu lhe ter feito 24 filhos, pelo menos, apenas lhe fiz 3, e um em grande intervalo das duas primeiras, e isto você, sem faltar nunca às minhas obrigações de marido amador [...]

Outro documento de interesse para o estudo das peças de foro íntimo provém da Coleção Di Cavalcanti.⁷⁵ Ela possui 300 documentos que abarcam o período de 1917 a 1979 e seu conteúdo é composto por recortes de jornais, correspondência, fotografias, reproduções fotográficas de desenhos, pinturas, poesias, anotações, folhetos, catálogos de exposições e um projeto de livro e esboço

nuscritos continha 52 códices com 5391 documentos, 2319 avulsos, 63 plantas e mapas anexos a códices. Constan do acervo manuscrito correspondência de José Carlos Rodrigues sobre assuntos diversos relativos à política, aos periódicos *Jornal do Comércio* e *Novo Mundo*, textos sobre questões internacionais (Canal do Panamá, litígio entre Brasil e França, tratados entre Brasil e Inglaterra, etc.) e nacionais (Cia. Oeste de Minas, revolução no Sul, 1868, café, saneamento público, escravidão, mineração, etc.), literatura brasileira e portuguesa e assuntos de caráter particular.

⁷⁵ Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo, conhecido como Di Cavalcanti, foi pintor, desenhista, ilustrador e caricaturista. Conviveu com artistas e intelectuais no Brasil e na Europa. Foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922 e em 1923 mudou-se para Paris, tendo atuado como correspondente do jornal *Correio da Manhã*. Retornando ao Brasil, trabalhou no jornal *Diário da Noite*. Filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), tendo sido preso em 1932 e 1936. Libertado por amigos, voltou a Paris onde viveu até 1940. Valorizou em seu trabalho temas identificados com a realidade brasileira. Sua primeira caricatura foi publicada em 1914 na revista *Fon Fon*. Seus desenhos e textos estão ainda em periódicos como *O Pirralho*, *Para Todos*, *Jornal de Letras*, entre outros. Além de diversas exposições, publicou poemas e memórias de viagens: *Fantoches da meia-noite* (1921), *A realidade brasileira* (1933, série de 12 desenhos), *Viagem da minha vida* (1955), *Reminiscências líricas*.

de biografia do titular. A coleção foi doada à Biblioteca Nacional por Elizabeth Di Cavalcanti e não há registro da data de entrada.

O destaque desta coleção é um conjunto de cartas de amor, cartas-desenhos e reproduções dos retratos de Ivette Bahia Rocha, a destinatária. Esta documentação é o registro dos quinze anos de relacionamento afetivo vivido por Di Cavalcanti e Ivette, intitulada como “A Divina” e “Mulata Musa”. O conjunto revela o drama de um homem que não consegue controlar uma jovem de 23 anos, tendo ele à época 62 anos de idade. Contém relatos do relacionamento secreto, tórrido e tumultuado, revelado em uma centena de cartas com desenhos eróticos e artísticos. Ivette conheceu o pintor em 1959 em visita ao seu atelier, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Tornou-se uma das convivas assíduas do atelier, ocupando, pouco a pouco, todos os espaços na vida do artista. Foi secretária, administradora financeira, musa e mulher. O relacionamento terminou em 1974, em meio à transformação política e cultural pela qual passava o Brasil. Um livro intitulado “Cartas de Amor à Divina” foi publicado em 1987, estruturado a partir dos conceitos que orientam os estudos da História Cultural, contendo pesquisa dedicada à análise do conteúdo imagético-verbal contido no epistolário de Di Cavalcanti. O objetivo era identificar os motivos pelos quais se instalavam os conflitos naquela dinâmica relacional e de que maneira aquelas subversões interferiam ou não na produção artística do pintor.

Após a publicação do livro, sua venda e circulação foram proibidas por questões de direito autoral, mas foram autorizadas após uma decisão judicial.

A Coleção José Olympio⁷⁶ contém cerca de 100.000 documentos e é composta de cartas, recibos, bilhetes e anotações; 1316 dossiês com documentos iconográficos foram transferidos para a Divisão de Iconografia e cerca de 6000 obras publicadas pela editora José Olympio foram transferidas para a Divisão de Obras Gerais. Parte da coleção que está na Divisão de Manuscritos se encontra

⁷⁶ José Olympio Pereira Filho (1902-1990). Editor e bibliófilo, aos 16 anos mudou-se para São Paulo e, trabalhando como ajudante da livraria e papelaria na Casa Garroux, teve seu primeiro contato com os livros. Rapidamente progrediu na carreira, tornando-se gerente, em 1922, e sócio-proprietário, em 1924. Teve oportunidade de conhecer a intelectualidade da época como Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, entre outros. Interessado por livros raros, adquiriu as bibliotecas de Alfredo Pujol e de Estevão de Almeida. Em 1931, fundou Livraria e Editora José Olympio, mas problemas financeiros o forçaram a mudar-se para o Rio de Janeiro em 1932. Em 1974, nova crise financeira fez com que José Olympio perdesse o controle acionário da editora, mas assumiu o cargo de presidente do Conselho Editorial. A editora foi encampada pelo BNDES e atualmente pertence ao Grupo Editorial Record. O editor foi responsável pela publicação de quase cinco mil títulos entre 1931 e 1984, a maioria de autores consagrados da literatura brasileira, além de coleções como a série Documentos Brasileiros.

em fase de organização e não está aberta à consulta. O acervo compreende o período que vai das últimas décadas do século XIX até meados do século XXI. Um dos maiores destaques com referência à intimidade do autor é representada através de um dossiê com anotações para publicação de um livro autobiográfico, em que as sete primeiras páginas são intituladas “Minhas memórias sexuais”.

Alguns arquivos contêm documentos que se encontram em suportes, no mínimo, curiosos. Esse é o caso de um envelope contendo pelos corporais, supostamente de dom Pedro I, que alguns especialistas em documentação histórica classificaram como pelos pubianos, após terem tido acesso ao material. Este “documento” em suporte tridimensional encontra-se num álbum de autógrafos da família imperial, que inclui cartas e bilhetes do imperador Pedro I à Marquesa de Santos. Ele integra a Coleção Andrade Leite, com datas-limite entre 1698 e 1899, que foi adquirida parte por compra, parte por doação.

A maior parte dos documentos que expressam questões de foro íntimo está disponível para consulta, mas sua descrição nas bases de dados e demais instrumentos de pesquisa não é tão clara a ponto de revelar por completo o seu teor.

Assim, faz-se urgente e necessária a elaboração de políticas institucionais consistentes e a adoção de instrumentos contratuais, tais como termos de doação, que deixem claras as condições de disponibilização do acervo aos pesquisadores, estando de acordo com a legislação vigente – que protege a intimidade dos autores e/ou doadores – e, ao mesmo tempo, propiciando o acesso do público à informação da maneira mais transparente e democrática possível.

Referências

ABREU, Alzira Alves de et al. (Org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro – pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revistas Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-34, 1998.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. 320 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem conceitual dos arquivos pessoais – procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 1999. 362 p.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*: Apresentação. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em: 2 maio 2016.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Revistas Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 189-199, 1998.

HERRERA, Antonia Heredia. *Archivística general: teoria y práctica*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1993. 389 p.

HEYMANN, Luciana. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexos sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro, [s.n.], 2009. p. 247. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. 541 p.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada*. São Paulo: Atlas, 2002. 224 p.

_____. *Direito Constitucional*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 89 p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos*

arquivos pessoais. Rio de Janeiro: móbile, 2012. 171 p.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Dom Quixote, 1998.

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes. *Sigilos bancário e fiscal*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2011. 702 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A história de uma biblioteca: a Real Biblioteca e a sina comum e apartada de Brasil e Portugal*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/realBiblioteca.html>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. (Org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. 284 p.

A INTIMIDADE EM PRODUTOS ARTÍSTICOS INCLUÍDOS EM CARTAS: UM ESTUDO DE CASO

Ingrid Baranconki

1 O objeto de estudo: o ‘alfabeto’ de Almeida Prado

Meu assunto principal de pesquisa nos últimos dois anos tem sido a correspondência entre o compositor brasileiro José Antonio Rezende de Almeida Prado (1943-2010) e a professora e maestrina francesa Nadia Boulanger (1887-1979), um material que revela particularidades de duas personalidades carismáticas: um dos maiores nomes da música brasileira contemporânea e uma professora e maestrina francesa, ícone da música do século XX, que numa longa carreira docente de mais de 60 anos (lecionou não só na França como também nos Estados Unidos e na Inglaterra) atraiu nomes que se tornariam compositores de renome de vários continentes⁷⁷ – entre eles Almeida Prado⁷⁸ –, além de ter sido a primeira mulher a reger orquestras como a Sinfônica de Boston e a Orquestra Filarmônica de Nova York.

Muitas surpresas tive ao conhecer as 222 correspondências de Almeida Prado para Nadia Boulanger, que se encontram nos arquivos da *Bibliothèque Nationale* em Paris.⁷⁹ Escritas em linguagem intimista e poética, demonstram uma proximidade do compositor com sua mestra e revelam particularidades

⁷⁷ Entre os alunos de Nadia Boulanger estiveram os compositores americanos Aaron Copland (1900-1990), Walter Piston (1894-1976), Elliott Carter (1908-1912), o compositor argentino Astor Piazzolla (1921-1992), o pianista e maestro argentino Daniel Barenboim (1942), o compositor francês Jean Françaix (1912-1997), e o maestro e compositor americano Leonard Bernstein (1918-1990).

⁷⁸ Entre os anos de 1969 e 1974, Almeida Prado estudou em Paris com Olivier Messiaen (1908-1992) e Nadia Boulanger.

⁷⁹ Os arquivos Nadia Boulanger incluem um acervo de mais de 13000 cartas recebidas de aproximadamente 2500 remetentes entre alunos, ex-alunos, personalidades do meio cultural e artístico. Entre os mais de dois mil remetentes, Almeida Prado é o quinto que mais escreveu para ela, com 222 documentos enviados entre 1969 e 1979, que vão de cartões postais a cartas de até 10 páginas. Até o momento encontrei 11 correspondências de Nadia Boulanger para Almeida Prado, as demais estão supostamente perdidas.

do seu pensamento composicional e da gênese de várias de suas obras. Mas provavelmente a descoberta mais instigante foi um dos vários produtos artísticos originais inclusos nestas cartas, entre poemas, desenhos, fragmentos musicais, e que Almeida Prado intitulou como “alfabeto”. Datado entre novembro de 1973 e janeiro de 1974, era composto por folhas avulsas enviadas uma a uma junto com cartas ou enviadas em envelope separado, sendo que cada folha era baseada numa letra do alfabeto, onde ele escrevia um poema e uma frase musical tendo como tema comum uma palavra com início nesta letra. A Figura 1 mostra a primeira folha do “alfabeto”,⁸⁰ com a palavra-tema *amour* (amor), cuja tradução do poema diz:

Ressonância do coração, palavra eterna, dom de si mesmo,
harmonia interior, caminho de paz, flor escondida,
resposta da vida, gesto final, olhar de compreensão, perdão
total, semente de eternidade, face de fogo, beijo divino e
inesquecível, altura infinita, escadas de esperança, edifício
de séculos, ida e volta.

A segunda folha do “alfabeto” teve como tema *bonté* (bondade), a terceira *coeur* (coração), etc. O projeto seguiu em ordem todas as letras do alfabeto (Tabela 1). Em 15 de dezembro de 1973, em carta para Almeida Prado, Nadia Boulanger comentava sobre o recebimento de folhas do “alfabeto”:⁸¹

Vous êtes là, vos poèmes parlent et sont entendus. [...] vos poèmes de G à M manquent. Est-ce un retard de la poste?

Você está presente aqui, seus poemas falam e são compreendidos [...] os poemas de G a M estão faltando. Seria um atraso do correio?

⁸⁰ ALMEIDA PRADO, José Antonio Rezende. *Deux cent vingt deux lettres de José Antonio Almeida Prado à Nadia Boulanger, 1970-1979*, p. 44.

⁸¹ BOULANGER, Nadia. *Arquivo de cartas para o compositor Almeida Prado*.

Figura 1. Folha do ‘alfabeto’ - letra A

E Almeida Prado responde, ainda em dezembro de 1973:⁸²

Je suis très triste avec l'alphabet!! J'ai tout envoyé de A à Z! Fait avec un tel amour! Que le courrier est affreux au Brésil! Je ferai a nouveaux de G a M. C'est pas le même, car on refait jamais egale, mais l'amour ?? le même, et je vous enverrai chaque jour! Chaque jour une lettre que vole vers vous!

Estou muito triste com o alfabeto!! Eu enviei tudo de A a Z! Feito com tanto amor! Como é terrível o correio do Brasil! Eu farei de novo de G a M. Não será a mesma coisa, pois nunca se refaz igual, mas o amor será o mesmo, e eu lhe enviarei a cada dia! Cada dia uma carta que voa para a senhora! (minha tradução).

Estes trechos de cartas demonstram que as folhas do “alfabeto” eram enviadas sem a guarda de uma cópia, e, portanto, o compositor não tinha a intenção de reutilizar este material em outras composições musicais.⁸³

⁸² ALMEIDA PRADO, José Antonio Rezende. *Deux cent vingt deux lettres de José Antonio Almeida Prado à Nadia Boulanger, 1970-1979*, p. 95.

⁸³ Vale observar também que os acordes do fragmento musical da letra I sobre a palavra-tema “ilhas” - incluídos em correspondência de 28 de janeiro de 1974 - são distintos dos utilizados na obra *Ilhas* para piano solo, composta anteriormente entre setembro e outubro de 1973.

Tabela 1. O projeto ‘alfabeto’ – datas, palavras-tema e tradução⁸⁴

Data	letra	palavra-tema	tradução
15-11-1973	A	<i>amour</i>	amor
16-11-1973	B	<i>bonté</i>	bondade
17-11-1973	C	<i>coeur</i>	coração
18-11-1973	D	<i>don</i>	dom
19-11-1973	E	<i>esperance</i>	esperança
20-11-1973	F	<i>foi</i>	fé
26-01-1973	G	<i>gloire</i>	glória
28-01-1974	H	<i>Halleluia</i>	Aleluia
28-01-1974	I	<i>îles</i>	ilhas
28-01-1974	J	<i>joie</i>	júbilo
28-01-1974	K	<i>Kyrie eleison</i>	Kyrie eleison
28-01-1974	L	<i>lumière</i>	luz
26-11-1973	M	<i>mort</i>	morte
28-01-1974	M	<i>mort</i>	morte
26-11-1973	N	<i>naissance</i>	nascimento
29-11-1973	O	<i>ombre</i>	sombra
30-11-1973	P	<i>paix</i>	paz
01-12-1973	Q	<i>question</i>	pergunta
03-12-1973	R	<i>rappel</i>	lembrança
05-12-1973	S	<i>sang</i>	sangue
04-12-1973	T	<i>temps</i>	tempo
	U	(extraviado)	
02-12-1973	V	<i>veiller</i>	envelhecer
	X	(extraviado)	
10-12-1973	Y	<i>yeux</i>	olhos
16-12-1973	Z	<i>zephyr</i>	briza

⁸⁴ Explica-se a existência de duas folhas com a letra M pela provável suposição precoce do extravio da folha desta letra. Depois de Almeida Prado refazer e enviar uma segunda versão, a primeira também chegou ao destino. As folhas das letras U e X não constam dos arquivos da *Bibliothèque Nationale*, consideradas extraviadas.

2 A intimidade em produto artístico incluído na literatura epistolar

Sendo Almeida Prado um nome de destaque na música contemporânea brasileira, encontrar fragmentos musicais inéditos de sua autoria causa sempre impacto, pois cada obra sua que é executada em estreia mundial (muitas ainda permanecem inéditas) recebe divulgação de destaque na mídia. Mas este material apresenta características inusitadas, mesmo se consideradas as experimentações e inovações musicais contemporâneas, e, portanto, gera reflexões sobre o seu entendimento e suas possibilidades de utilização.

Resolvidas as questões burocráticas de direitos autorais e as autorizações para uso do material para pesquisa, várias outras dúvidas vem à tona:

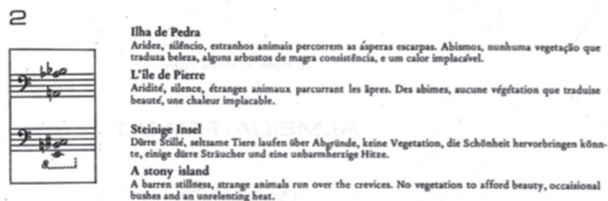
1. Estes fragmentos musicais podem se prestar à performance? Em caso positivo, como se relacionariam texto e música?
2. Podem sofrer edição musical, se necessário?
3. O “alfabeto” pode ser considerado como obra(s) musical(is) ?

Quanto à primeira questão, recorremos aos textos das próprias cartas de Almeida Prado como material para reflexão. Em correspondência para Nadia Boulanger, ele dá instruções sobre a performance de sua obra para piano solo intitulada *Ilhas* (1973). Esta é composta por nove episódios,⁸⁵ e a partitura traz, como preâmbulo, um texto curto sobre cada um deles junto com o(s) acorde(s) utilizado(s) (Figura 2).⁸⁶

⁸⁵ Os episódios da obra *Ilhas* para piano solo são assim intitulados: 1. Ilha dos nove vulcões, 2. Ilha de pedra, 3. Ilha de gelo, 4. Ilha verde-azul, 5. Ilha de coral, 6. Ilha das flores, 7. Ilhas afortunadas, 8. Arquipélago.

⁸⁶ ALMEIDA PRADO, José Antonio Rezende. *Ilhas*, p. 2.

Figura 2. Trecho do preâmbulo de *Ilhas*, com informações sobre o segundo episódio



Almeida Prado escreve em carta datada de 9 de março de 1974, provavelmente respondendo a um questionamento sobre a possibilidade da utilização dos textos explicativos do preâmbulo como material de performance:⁸⁷

Sur Îles, je suis tellement heureux qu'elles seront joués! J'aimerais que le texte soit dit avant, avec les accords correspondants et après on jouera tous les îles sans interruptions.

A la fin, il y a d'archipel tous les Îles ensemble, il faut finir avec cela.

Comme ça:

- 1) *Le texte et les accords*
- 2) *La musique intière*
- 3) *L'archipel – fin*

Sobre *Ilhas*, fico muito feliz que serão tocadas! Eu gostaria que o texto fosse dito antes, com os acordes correspondentes e depois toca-se todas as ilhas sem interrupções.

Ao final, o arquipélago, todas as ilhas juntas, o final deve ser este.

Desta forma:

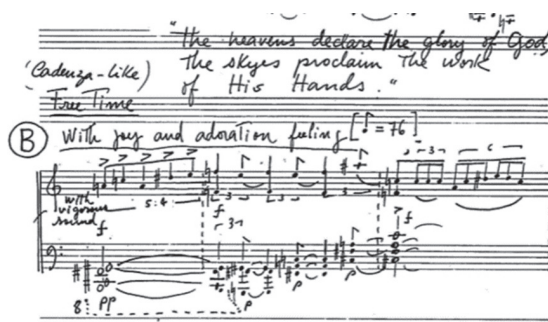
- 1) O texto e os acordes
- 2) A música toda
- 3) O arquipélago – fim

⁸⁷ ALMEIDA PRADO, José Antonio Rezende. *Deux cent vingt deux lettres de José Antonio Almeida Prado à Nadia Boulanger, 1970-1979*, p. 122.

Podemos constatar que o compositor fornece instruções bastante específicas quanto ao uso do texto, em separado em relação à música, que deve ser executada sem interrupções e portanto entendida como material com conteúdo próprio e significado independente. Almeida Prado deixa claro que não há intenção de entremear texto e música.

Posso também comentar sobre a interpretação da Sonata No.7 (Salmo 18 ou 19) para piano solo, que traz no manuscrito trechos da Bíblia entre as pautas musicais,⁸⁸ como mostra a Figura 3.

Figura 3. Trecho da Sonata No.7 (Salmo 18 ou 19) (1989, pag. 5, Seção B)



Tradução do trecho do versículo bíblico:

“As alturas declaram a glória de Deus, os céus proclamam a obra de Suas mãos”

Interpretei esta obra no ano de 2000 em estreia mundial, e consultei na época o compositor quanto à função destes textos no manuscrito. Ele me esclareceu que era apenas uma inspiração para o intérprete, não havia nada para ser declamado durante a performance.

Ainda sobre uso de textos verbais, dois fragmentos musicais do “alfabeto” trazem letra, H - *Halleluiah* e K - *Kyrie eleison*. Este último é composto por 7 acordes, cada um constando de duas a cinco notas, e construídos numa linha descendente acentuada (Figura 4).⁸⁹ Mas o fragmento não foi concebido visando a execução vocal, pois as notas superiores destes acordes abarcam uma extensão de quatro oitavas (C6 até C2), muito superior ao alcance da voz humana. Considerando que Almeida

⁸⁸ ALMEIDA PRADO, José Antonio Rezende. *Sonata No.7 para piano (Salmo 18 ou 19)*, p. 5.

⁸⁹ ALMEIDA PRADO, José Antonio Rezende. *Deux cent vingt deux lettres de José Antonio Almeida Prado à Nadia Boulanger, 1970-1979*, p. 108.

Prado compôs muitas obras vocais, e dominava este *métier*, fica claro que a intenção não era uma letra para ser cantada.⁹⁰

Figura 4. Fragmento musical da letra K do ‘alfabeto’



Não é especificada a instrumentação dos fragmentos musicais do “alfabeto”, embora em 7 deles se observe a notação de pedal (letras A, C, D, G, L, N e P), ficando implícito o uso do piano. Isto seria natural vindo de Almeida Prado, já que este era seu instrumento favorito e para o qual foram escritas grande parte de suas obras, além dele ter utilizado o piano como ferramenta de trabalho para a composição. Os demais fragmentos musicais também podem ser executados ao piano, considerando extensão, textura, composição dos acordes, etc. Mas um entendimento possível seria uma imagem sonora de caráter amplo, assim como teria feito J. S. Bach (1685-1750) na *Arte da Fuga*, que não tem instrumentação definida e tem sido executada de diferentes maneiras (cravo, órgão, quarteto de cordas, orquestra, etc.).

Um detalhe que também nos leva a questionar a intenção de performance é o fato da notação de quatro fragmentos aludir a um tempo virtual de sonoridade infinita: (1) a letra V – *veiller* (envelhecer) traz a indicação “*repetir jusque l’arrivé de l’aube* (repetir até a chegada da aurora)” (Figura 5),⁹¹ (2) a letra P – *paix* (paz) traz a repetição de um acorde com a continuação indicada por

⁹⁰ Como exemplo de obras vocais de grande envergadura de Almeida Prado, cito *Thérèse, ou L’Amour de Dieu* para ensemble, narrador, solistas vocais e orquestra (1973), *Villegaignon ou Les Isles fortunées* para narrador, solistas vocais, coro e orquestra (1973) e *Missa de São Nicolau* para solistas vocais, coro e orquestra (1986).

⁹¹ ALMEIDA PRADO, José Antonio Rezende. *Deux cent vingt deux lettres de José Antonio Almeida Prado à Nadia Boulanger, 1970-1979*, p. 68.

“etc” (Figura 6),⁹² (3) o mesmo na letra T – *temps* (tempo) em relação à repetição infinita de uma célula musical,⁹³ e ainda (4) um tracejado depois da última nota do fragmento musical da letra E – *esperance* (esperança) também evoca a continuação da melodia.⁹⁴ Isto pode ser relacionado com o entendimento de Boulanger da continuidade inexorável de um pensamento musical através da estrutura de uma obra, ou o que ela chamava de “*la grand ligne*”.⁹⁵ A mesma concepção é aludida no poema da letra T do “alfabeto”.⁹⁶

Temps: continuité, non-continuité, illusion d'éternité, preparation pour le non-temps de l'éternité, mesure de l'homme, mesure de l'univers, mesure des heures, des cercles, des rotations, mystere present en toutes les choses, l'âme du l'Univers.

Tempo: continuidade, não-continuidade, ilusão de eternidade, preparação para o atemporal da eternidade, medida do homem, medida do universo, medidas das horas, dos círculos, das rotações, mistério presente em todas as coisas, alma do Universo.

Figura 5. Fragmento musical da letra V



⁹² Ibid., p. 66.

⁹³ Ibid., p. 70.

⁹⁴ Ibid., p. 54.

⁹⁵ MONSAINGEON, Bruno. *Mademoiselle: conversations with Nadia Boulanger*, p. 54.

⁹⁶ ALMEIDA PRADO, José Antonio Rezende. *Deux cent vingt deux lettres de José Antonio Almeida Prado à Nadia Boulanger, 1970-1979*, p. 70.

Figura 6. Fragmento musical da letra P

A segunda questão listada, quanto à uma possível edição dos fragmentos musicais, vem à tona pela comparação da escrita musical com manuscritos de obras de Almeida Prado. Embora utilizando linguagem musical bastante complexa, o compositor é sempre detalhado e específico na sua notação musical. Sua intenção era transmitir as ideias de maneira mais clara possível, cultivando um preciosismo e a busca da perfeição na sua escrita, como confirma sua carta de 13 de abril de 1974 para Nadia Boulanger:⁹⁷

Et je viens d'envoyer a Kozinski une partition des Îles, et une petite explication sur des choses pas bien écrites, ça c'est très mon style, laisser a demi les details, je fais beaucoup mieux maintenant, mais il manqué encore plus, plus de perfection dans ces details très importants pour faciliter au interprète

Eu acabo de enviar uma partitura de *Ilhas* para Kozinski, e uma breve explicação sobre algumas coisas não bem escritas, é meu jeito deixar os detalhes pela metade, eu já faço bem melhor agora, mas ainda pode ser melhor, com mais perfeição nos detalhes, isto é muito importante para facilitar para o intérprete.

O mesmo não acontece com o “alfabeto”: dos 24 fragmentos musicais, apenas um traz marcação de andamento (letra P – Lento), 3 trazem marcação metronômica (letras P, segunda versão da letra M e letra T), 3 trazem fórmula de compasso, e 21 marcação de dinâmicas. No entanto, considerando texto e música como uma unidade, podemos entender várias destas ideias através dos poemas,

⁹⁷ Ibid., p. 141.

que completam a notação musical de maneira metafórica. Há que se considerar ainda que o “alfabeto” era destinado à Nadia Boulanger, que conhecia e entendia o pensamento musical de Almeida Prado, e tinha ouvido interno e imaginação sonora privilegiados, não necessitando do mesmo detalhamento de notação que um intérprete genérico. Ela e Almeida Prado tinham ambos uma ligação muito próxima com as outras artes, e em especial com a poesia. Boulanger, amiga de vários poetas como Paul Valéry (1871-1945), e ele, com o hábito de escrever poemas para seu prazer estético pessoal, e visitando sempre sua prima e poetisa Hilda Hilst (1930-2004), cujos textos utilizou em várias de suas obras.⁹⁸

E finalmente, quanto ao projeto “alfabeto” ser obra(s) musical(is), se entendermos os fragmentos musicais e poemas correspondentes como direcionados especificamente e somente para Nadia Boulanger, e concebidos como texto epistolar, i.e., para ser lido mentalmente pelo destinatário, a concepção do “alfabeto” contraria entendimentos estéticos tradicionais do significado de obra musical, a saber: não é de caráter público, não alude à material sonoro a ser produzido por intérprete(s), e não inclui a participação ativa de outras pessoas, seja como ouvintes ou intérpretes.⁹⁹

Várias concepções estéticas são aqui bastante distintas. Almeida Prado cultivava um senso claro da estrutura de suas obras desde a gênese, o que é certamente ligado à orientação de Nadia Boulanger, e como podemos ler na carta de 12 de dezembro de 1973:¹⁰⁰

J'ai commencé a penser une nouvelle oeuvre. [...] Elle va s'appeller "Aurora" L'aube, [...] La forme, déjà pensée, un grand crescendo, du lent au rapide, du ppp au fff, et avec (peut-être) trois sequences. 1) Le désir obscur dans la nuit 2) L'attente sereine 3) L'arrivée lumineuse.

Comecei a pensar numa nova obra [...] Vai se chamar *Aurora* [...] A forma, já delineada, um grande crescendo, do lento ao rápido, do *ppp* ao *fff* (pianíssimo ao fortíssimo), e com

⁹⁸ Como exemplo cito *Cantares do sem nome e de partidas* (1996) para soprano e cordas.

⁹⁹ LEVINSON, Jerrold. *Music, art and metaphysics: essays in philosophical aesthetics*.

¹⁰⁰ ALMEIDA PRADO, José Antonio Rezende. *Deux cent vingt deux lettres de José Antonio Almeida Prado à Nadia Boulanger, 1970-1979*, p. 75-76.

(provavelmente) 3 sequências 1) O desejo obscuro na noite 2)
A espera serena 3) A chegada luminosa.

No projeto do “alfabeto”, a macroestrutura está presente em unir cartas de datas diferentes, um material fragmentário na sua essência. Mas o fato das várias folhas serem compostas uma a uma e enviadas pelo correio sem a guarda de uma cópia mantém o sentido de fragmentos, sendo que a macroestrutura é delineada de outra forma, principalmente pela sequência das letras do alfabeto. Aqui não há uma previsão antecipada do conteúdo musical do todo, como podemos ler em carta de 16 de dezembro de 1973:¹⁰¹ “*Je vous envoie le Z, car j’ai eu difficulté de trouver une parole avec Z, c’est très difficile.* (Eu lhe envio o Z, tive dificuldade de encontrar uma palavra com Z, é muito difícil)”. Outros elementos promovem estrutura e a ligação entre as partes, mas vem das palavras ao invés dos elementos musicais. Vários termos são recorrentes seja como palavra-tema, seja como integrante dos poemas, sendo os mais frequentes: *amour* (amor) 12 vezes, *chemin* (caminho) 11 vezes, *coeur* (coração) 9 vezes, *fleur* (flor) 7 vezes, *geste* (gesto) 7 vezes, *lumière* (luz) 6 vezes, *vie* (vida) 6 vezes. Palavras de cunho religioso também permeiam os textos como *Dieu* (Deus), *divin* (divino), *éternité* (eternidade), *Fils* (Filho), *Père* (Pai). Almeida Prado e Nadia Boulanger partilhavam de uma fé religiosa profunda, e o assunto da religião está presente também em quase todas as cartas de Almeida Prado para sua mestra, com exceção apenas de alguns postais com texto curto.

Depois do falecimento de Nadia Boulanger em 1979, seus arquivos foram encaminhados para a *Bibliothèque Nationale* em Paris. Almeida Prado ainda viveria 31 anos, e, como autor de cartas enviadas, ele próprio autorizou que os arquivos fossem disponibilizados para consulta. No entanto, ele manteve o material do “alfabeto” como inédito, como pertencente ao diálogo intimista destas cartas, e também sem se referir ao material como obra. Quando faleceu em novembro de 2010, tinha planos de visitar a *Bibliothèque Nationale* em Paris no início de 2011 e os arquivos das suas cartas. Embora sendo uma personalidade artística de multitalentos (além de compor, pintava e escrevia), conservava suas produções artísticas que não música como de caráter amador, com a intenção de afirmar sua posição como compositor.

¹⁰¹ Ibid., p. 78.

Almeida Prado utiliza no “alfabeto” música e palavra de forma livre o que, à primeira vista, pode parecer contrariar a orientação de Boulanger, cujo ensino era conhecido por sua disciplina ortodoxa. No entanto, sua finalidade como docente era que cada compositor dominasse estas ferramentas para atingir a liberdade criativa, ou em suas palavras:

*The only thing I can do for my pupils is to put at their fingertips the liberty that knowledge gives of the means of self-expression; it is to lead them by an established process, by an imposed discipline, to retrieve the essentials of language.*¹⁰²

A única coisa que posso fazer por meus alunos é colocar na ponta dos seus dedos a liberdade que o conhecimento lhes dá como maneira de expressão; é conduzi-los por um processo estabelecido, por uma disciplina imposta, para restaurar a essência da linguagem.

Respondendo com reflexões às questões enunciadas: (1) várias considerações aludem a um material não concebido para a situação de uma performance musical, e deve-se considerar também que o compositor era muito preciso nas suas intenções quanto a uso de qualquer texto verbal, (2) a notação musical utilizada nos fragmentos musicais deixa margem para algumas dúvidas no caso de uma performance, e neste quesito os poemas podem auxiliar na determinação de elementos musicais não detalhados, (3) tanto as atitudes do compositor quanto os conceitos estéticos referenciais de obra musical levam a não colocar o “alfabeto” nesta categoria.

3 Conclusões primeiras

O estudo da correspondência entre Almeida Prado e Nadia Boulanger tem muito a contribuir para a musicologia brasileira. A seu tempo pretendo publicar este material, possibilitando o acesso a um material inédito e valioso. O “alfabeto”

¹⁰² BOULANGER, Nadia apud MONSAINGEON, Bruno. *Mademoiselle: conversations with Nadia Boulanger*, p. 54.

tem natural destaque e vem trazer elementos novos para o entendimento do pensamento estético de Almeida Prado e do seu diálogo com Nadia Boulanger. Eventualmente este material será utilizado em performance, o que será uma releitura, e deverá levar em conta todo o contexto que o cerca. Provavelmente será compreendido não como uma obra musical, mas talvez como uma categoria híbrida ou uma nova ideia artística.

Até onde tenho notícia, a inclusão de fragmentos musicais na literatura epistolar é inédita e portanto ainda não estudada. Com o interesse crescente no estudo de arquivos pessoais, outros produtos artísticos incluídos em cartas provavelmente virão à tona. O seu estudo nas pesquisas sobre arquivos de cartas poderá, além de revelar elementos importantes sobre personalidades artísticas, trazer novos entendimentos da função da arte, numa linguagem absolutamente intimista, e da mais sensível poesia.

Referências

ALMEIDA PRADO, José Antonio Rezende. *Deux cent vingt deux lettres de José Antonio Almeida Prado à Nadia Boulanger, 1970-1979*. Arquivos da Bibliothèque Nationale de France. NLA-95 e NLA-96.

_____. *Ilhas*. Darmstadt, Alemanha: Tonos, 1973. partitura musical.

_____. *Sonata No.7 para piano (Salmo 18 ou 19)*. Nova York, 1989. Cópia do manuscrito cedido pelo compositor. Arquivo pessoal.

BOULANGER, Nadia. *Arquivo de cartas para o compositor Almeida Prado*. 1973-1978. Material não catalogado. Cópia cedida pela família do compositor.

LAEDERICH, Alexandra (Ed.). *Nadia et Lili Boulanger: témoignages et études*. Lyons: Symétrie, 2007.

LEVINSON, Jerrold. *Music, art and metaphysics: essays in philosophical aesthetics*. Oxford University Press, 2011.

MONSAINGEON, Bruno. *Mademoiselle: conversations with Nadia Boulanger*. Trad. Robyn Marsack. Boston: Northeastern University Press, 1988.

A LEI, A ÉTICA E A DIVULGAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS

José Francisco Guelfi Campos

Os arquivos se caracterizam justamente pela condição intrínseca de refletir, por meio de seus documentos, a estrutura, as funções e as atividades da entidade que lhes deu origem. Disso decorre, no dizer de Bellotto,¹⁰³ o ponto essencial de sua especificidade: a organicidade, força que atrela os documentos entre si e os relaciona intimamente ao contexto de produção, imprimindo coesão ao conjunto.

O reconhecimento do caráter orgânico dos conjuntos documentais acumulados por indivíduos, contudo, está longe de ser ponto pacífico entre teóricos e profissionais da área no Brasil e no exterior. De toda forma, a defesa de seu estatuto arquivístico demandaria certo esforço de síntese da bibliografia fundamental que escapa aos objetivos deste trabalho, uma vez que assumimos, na esteira dos estudos de Camargo,¹⁰⁴ que “arquivos pessoais são arquivos”.

Assim sendo, é natural que os chamados arquivos pessoais comunguem da característica indelével de qualquer outro conjunto documental ao qual se denomine “arquivo”: são, também eles, reflexo – mais ou menos acurado, a depender das circunstâncias de acumulação e, sobretudo, de transferência para a instituição de custódia – das atividades rotineiras de seus titulares e dos eventos por eles vividos. Se os arquivos institucionais são capazes de espelhar as peculiaridades da história administrativa dos órgãos que os produzem, revelando os meandros e as engrenagens da burocracia e das políticas públicas, aqueles de origem pessoal podem trazer à tona imagens peculiares, não raro fragmentárias, de quem os acumulou, expondo lances da vida privada, as malhas de relacionamento familiar, social e afetivo, os papéis do indivíduo na sociedade, suas posições políticas, interesses intelectuais, *hobbies*, manias e idiossincrasias.

¹⁰³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*, p. 253.

¹⁰⁴ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*; e CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Arquivos pessoais são arquivos*.

Isso faz dos arquivos pessoais celeiros potenciais de informações “sensíveis” não apenas a respeito de seus titulares, como também dos membros de suas famílias e das demais pessoas com quem mantiveram algum grau de relacionamento ao longo da vida.

O dilema em torno da divulgação dos documentos que compõem os fundos de natureza pessoal se coloca, com efeito, quando de sua aquisição pelas instituições de custódia. É bom lembrar, mesmo que de passagem, o fato de que encontram lugar tanto em arquivos municipais e estaduais, quanto em centros de documentação ou de memória e bibliotecas (particulares ou ligados, de alguma forma, ao setor público), o que os torna passíveis de abordagens diversas. Por ora, importa reconhecer que a difusão de seus acervos, com vistas à promoção da cidadania, da visibilidade a causas e grupos sociais¹⁰⁵ e à produção do conhecimento, constitui missão comum às instituições de custódia do patrimônio documental e justifica os recursos (humanos e financeiros) empregados no tratamento técnico – e, em certos casos, na aquisição – da documentação sob sua tutela.

1 Superexposição e o “direito de ser esquecido”

A massificação promovida pelo desenvolvimento da internet e das chamadas “mídias sociais” tem introduzido realidade nova. Se, por um lado, as ferramentas tecnológicas abrem caminho para novas formas de sociabilidade e interação, por outro, fomentam certa cultura da superexposição à qual todos estão, a princípio, voluntária ou involuntariamente sujeitos.

Na era digital, os arquivos não perdem a prerrogativa de repositórios de informação sobre os indivíduos, mas a dividem com outros recursos e fontes. O problema em torno da divulgação de dados que possam, de alguma forma, comprometer a imagem pessoal se torna, portanto, mais complexo e demanda maior esforço no sentido de delimitar o domínio em que se insere o debate.

Em 2014, o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu, de maneira inédita, a favor de um cidadão espanhol que movia ação contra o Google pela

¹⁰⁵ Nesse sentido, um exame atento da literatura especializada – sobretudo os trabalhos produzidos no exterior – revela a tendência de se designar os arquivos em função dos grupos sociais aos quais se relacionam seus titulares. Fala-se, dessa forma, em *women archives*, *queer archives*, *afro-american archives*...

exclusão de informações relativas à sua pessoa dos resultados mostrados pela ferramenta de busca,¹⁰⁶ motivado por constrangimento a que vinha sendo submetido em razão de um antigo caso relacionado à solvência de débitos, cujos vestígios permaneciam expostos em *sites* desatualizados. A corte, tendo em mãos o delicado dever de ponderar a respeito da colisão entre os direitos à liberdade de expressão, à informação e à privacidade, legitimou o “direito de ser esquecido”, reconhecendo a responsabilidade dos *sites* de busca no que toca ao processamento de dados pessoais.¹⁰⁷

O caso, característico da atualidade e sintomático do contexto de ampla difusão de informação em rede, confere espessura ao problema, revestindo-o de dimensão que se espraia para os domínios da ética e do Direito, e oferece matéria interessante para reflexões e analogias relacionadas ao universo dos arquivos.

A internet, espaço aberto e ainda pouco regulamentado, reúne todo tipo de material, cuja procedência é tão diversa quanto seu conteúdo. Representa, contudo, ferramenta valiosa para as instituições de custódia do patrimônio documental, fortalecendo a comunicação com seus usuários e ampliando a visibilidade de seus acervos.

Entretanto, convém ter sempre em mente a diferença essencial entre a natureza de uma matéria jornalística ou qualquer outro conteúdo em circulação na *web* e a dos instrumentos de pesquisa de arquivos e coleções, bem como dos próprios documentos que os integram, quando disponíveis em formatos digitalizados para consulta *on-line*.

2 Dever institucional, proteção da intimidade e cultura de transparência

Os arquivos se distinguem precisamente pela origem, pelo fato serem produzidos e acumulados sem pretensão de servir a interesses diferentes daqueles que motivaram a sua criação. Eivados de evidente caráter instrumental, são constituídos na base dos princípios e atributos consagrados pela teoria tradicional,

¹⁰⁶ O acórdão pode ser lido no portal InfoCuria, do Tribunal de Justiça da União Europeia. Ver referências.

¹⁰⁷ Desde então, o Google recebeu mais de 400.000 pedidos de exclusão de *sites*. Cerca de 40% das demandas foram atendidas, segundo dados de seu Relatório de Transparência. Ver referências.

cujas manutenção configura a essência do quefazer arquivístico: organicidade, naturalidade e imparcialidade.

Importa reconhecer que seu ingresso no acervo das instituições de custódia não se justifica pelo acaso, mas, sobretudo, pela importância e pela projeção social de seus titulares, quando se identifica no conjunto documental um interesse maior que transcende a figura do indivíduo, qual seja, o potencial de contribuir para o enriquecimento da cultura, da identidade, da história e da memória coletiva.

Não raro, os titulares têm consciência da relevância de seus arquivos e dos efeitos que o conteúdo dos documentos podem ter com relação à sua imagem e a de terceiros. Muitas vezes, doam-nos ainda em vida ou deixam recomendações expressas acerca dos cuidados a serem observados após seu desaparecimento, algo que, à primeira vista, não basta para denunciar qualquer intenção no sentido de impor determinado significado ao conjunto documental.

Arma-se, dessa forma, um conflito delicado entre o dever das instituições de custódia do patrimônio documental de promover amplo e irrestrito acesso aos seus acervos – razão primeira de sua existência e manutenção no escopo dos aparelhos culturais –, fomentado pelo princípio da transparência, e o direito à privacidade dos indivíduos. Arquivos, centros de documentação ou de memória e bibliotecas não existem para servir de caixa-forte destinada a esconder segredos. A sonegação está, definitivamente, fora de seus objetivos institucionais e sociais. Entretanto, convém não confundir segredo – algo a ser permanentemente escondido – e sigilo, restrição que se aplica adequadamente aos arquivos por período determinado.

No que toca aos documentos produzidos no âmbito da administração pública, o sigilo, necessário à proteção do Estado e dos direitos do cidadão, é matéria largamente explorada pela legislação, dando respaldo à definição de prazos de confidencialidade e à classificação e desclassificação de documentos. Com relação ao universo da vida privada, entretanto, as leis dão margem a interpretações diversas e, não raro, controversas.

A inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas é direito fundamental do cidadão, previsto na Constituição Federal.¹⁰⁸ Tendo isso em vista, a lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, estabelece que as

¹⁰⁸ BRASIL. Lei no. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, art. 5º, inciso X.

informações pessoais terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 anos a contar da data de sua produção.¹⁰⁹

É bem verdade que muitos arquivistas evocam a Lei de Acesso à Informação, quando o que está em jogo é a publicidade dos arquivos pessoais, sobre o que, entretanto, cabe uma série de ressalvas. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a lei tem como objeto a “informação”, ou seja, “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”.

Cumpre, ainda, considerar o objeto da lei com relação à sua natureza e proveniência. Embora os órgãos públicos de maneira geral – entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios –, bem como as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, estejam submetidos à Lei de Acesso, convém notar que seu objeto se circunscreve aos “registros administrativos e das informações sobre atos do governo”, como determina o inciso II, do parágrafo 3º do artigo 37 da Constituição Federal.

No que toca à lei 12. 527 de 2011, a inviolabilidade da intimidade deve, portanto, ser entendida no âmbito do objeto a que se circunscreve o texto legal, que, por seu turno, não considera em seu escopo os documentos que compõem os arquivos de natureza pessoal que possam, por ventura, integrar os acervos das instituições de custódia, públicas ou privadas. A “informação pessoal” de que trata a lei é aquela constante dos documentos gerados na consecução das atividades comuns à administração pública – cadastros os mais variados, históricos escolares, prontuários médicos, fichas funcionais – e não aquela que, a princípio, possa ser extraída de documentos que compõem os chamados arquivos pessoais, mesmo quando integram o acervo de instituições públicas de custódia.

Ora, isso significa, então, que os arquivos pessoais são como territórios livres, em que a privacidade do titular e de terceiros não se coloca como questão pertinente? De forma alguma, haja vista que a Constituição Federal é soberana e a garante, como vimos, a título de direito fundamental. Significa, tão somente, que a Lei de Acesso à Informação está longe de oferecer solução ao problema que se apresenta quando

¹⁰⁹ BRASIL. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, parágrafo 1º, inciso I.

entram em jogo os chamados arquivos pessoais, uma vez que, pela sua natureza e proveniência, estão, a rigor, fora de seu escopo.

De toda forma, o dilema persiste e agora se reveste de novo questionamento. Se a proteção da intimidade é direito fundamental dos cidadãos, a liberdade de expressão também o é. Por um lado, cabe às instituições de custódia franquear o mais amplo acesso possível aos seus acervos, formados por arquivos que interessam justamente pela expressividade de seus titulares e pela projeção que lograram alcançar em seu tempo e em suas esferas de ação. Num cenário em que a legislação parece não oferecer amparo suficiente, a quem cabe o compromisso de equilibrar direitos e deveres que, de certa forma, parecem se contradizer?

Nesse sentido, as instituições arquivísticas vêm tomando resoluções diversas, muitas das quais colocam em xeque a própria missão institucional.

3 Divulgar ou não divulgar?

Caso emblemático e sobejamente conhecido é o de Mário de Andrade, figura de ampla projeção no cenário da literatura e da cultura nacional, que chegou a estabelecer, em vida, prazos de confidencialidade para parcela de sua correspondência.¹¹⁰

Em meados de 2015, certo alvoroço tomou conta da imprensa quando a Controladoria Geral da União determinou a abertura à consulta pública de uma carta remetida por Mário de Andrade a Manuel Bandeira. O caso, estampado nas páginas dos jornais, dividiu opiniões e colocou em evidência – para além do “fetiche” em torno das informações sensíveis contidas nos arquivos pessoais – o caráter controverso e delicado da interpretação dos prazos de sigilo. À época, o diretor executivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, detentora do documento, manifestou o receio de que sua divulgação intimidasse futuras doações à instituição, merecidamente reconhecida pela riqueza de seu acervo. Suas palavras ilustram bem a contradição enfrentada pelas instituições e pelos profissionais

¹¹⁰ Seu volumoso arquivo integra, desde 1968, o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (INSTITUTO, 2010a, p.196-202). A parcela da documentação à qual o acesso era restrito foi liberada para consulta em 1995, cinquenta anos após o falecimento do titular.

de arquivo: “Estamos entre a cruz e a espada. [...] Nosso acervo existe para ser preservado e divulgado”.¹¹¹

O acontecimento coloca em pauta dois elementos a serem observados. O primeiro diz respeito à conduta ética do profissional de arquivo e das instituições de custódia na divulgação de informações pessoais sem o consentimento dos interessados. Em segundo lugar, ilustra de maneira incontestada a controvérsia no plano do Direito, em que as leis evocadas – Constituição Federal (1988), Lei de Arquivos (8.159/1991), Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) e até mesmo a Lei de Direitos Autorais (9.610/1998) – não têm por objeto a distinção problemática entre a natureza da instituição de custódia e a proveniência dos documentos sob sua responsabilidade.

Há casos, entretanto, em que o titular do arquivo, ainda vivo, garante o acesso aos documentos de seu arquivo. Exemplo relevante é do Instituto Fernando Henrique Cardoso, responsável pela custódia e pelo tratamento técnico do arquivo do ex-presidente da República. Trata-se, com efeito, daquilo que se pode definir como “arquivo privado de interesse público”, categoria que abrange a documentação do gabinete presidencial. No caso do ex-presidente, o fundo compreende não apenas o período em que exerceu a presidência do Brasil, como também documentos dos períodos pré e pós-presidencial, representativos de suas atividades política, docente, científica e dos círculos de relacionamento social e familiar. Nesse sentido, a prerrogativa de acesso se traduz na disponibilização *on-line* de cópias digitalizadas dos documentos (independentemente do gênero). Exceção é feita ao volumoso conjunto de cartas enviadas por populares ao longo dos dois mandatos presidenciais, cujo acesso é franqueado à consulta presencial, preservando-se a identificação dos remetentes.

De certa forma, as incertezas que rondam a divulgação dos arquivos pessoais resvalam certo temor a respeito daquilo que os documentos são capazes de dizer sobre seus titulares e, sobretudo, com relação às pessoas que formaram seus círculos de relacionamento. Mas, e quando os arquivos, nesse sentido, parecem mudos?

É o caso do arquivo de Julieta Telles de Menezes, que, recentemente, foi objeto de laboratório realizado pela Associação de Arquivistas de São Paulo,¹¹² cujo

¹¹¹ Grande parte do interesse suscitado pelo documento em questão se deve à possibilidade de esclarecer as especulações a respeito da sexualidade do escritor paulistano (MEIRELES & CAMPOS, 2015).

¹¹² O fundo pertence ao acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP e foi cedido à Associação de Arquivistas de São Paulo para a realização da atividade coordenada pela profa. dra. Ana Maria de Almeida Camargo, entre abril e junho de 2015. Para um relato da experiência, ver DOLCI & OLIVEIRA, 2015.

objetivo foi trabalhar, na prática, a organização de um arquivo pessoal. De reduzidas dimensões, fruto das dispersões que caracterizam seu histórico de custódia, o fundo representava, de maneira mais consistente, a carreira da cantora lírica carioca que, a despeito da projeção que logrou alcançar no início do século XX, tornou-se quase anônima. Contudo, eram sensíveis as lacunas a respeito de sua vida privada, o que, em certa medida, inviabilizava a compreensão de sua biografia e a contextualização de alguns documentos.

Foi preciso, portanto, recorrer a fontes externas. O diário de viagem de Mário de Andrade,¹¹³ por exemplo, ofereceu pistas acerca da amizade entre a cantora e o escritor paulistano. Entretanto, nenhum outro material foi mais abundante em informação que os jornais, sobretudo aqueles digitalizados e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.¹¹⁴

Por meio dos registros da imprensa, foi possível mapear as viagens da cantora ao exterior, precisar as datas dos recitais que apresentou dentro e fora do Brasil, sondar os destinos de seu marido e de seus filhos, cujos rastros eram escassos nos documentos do arquivo. E mais: foi consultando os jornais, e não o arquivo, que descobriu-se que seu marido chegou a ser exonerado do funcionalismo público após ser flagrado pela polícia comercializando tóxicos no consultório em que clinicava; que uma empregada de sua casa, após ter sido denunciada pela cantora pelo suposto furto de objetos, cometeu suicídio, atirando-se pela janela da delegacia de polícia momentos antes de prestar depoimento; que seu filho matriculou-se no curso de odontologia na Universidade Federal Fluminense, embora não se saiba se chegou a concluí-lo...

Convém extrair desse exemplo aquilo que aponta de mais interessante: nem sempre o arquivo é fonte privilegiada – e quase nunca é o único recurso – para revelar as diferentes facetas de uma pessoa e os lances, mesmo os mais obscuros, de sua vida privada. Vale retomar o alerta de Michael Piggott,¹¹⁵ quando afirma que os arquivos não são, necessariamente, dispositivos medulares da memória de um indivíduo ou de uma sociedade. Eles concorrem, forçosamente, com outros elementos, sobre os quais raramente é possível exercer algum controle.

¹¹³ Pertencente ao acervo do IEB-USP, foi publicado em livro, por iniciativa de Telê Ancona Lopez, sob o título *O turista aprendiz*.

¹¹⁴ Em razão de sua carreira internacional, foram consultados também periódicos disponíveis em hemerotecas digitais do exterior, entre as quais as das Bibliotecas Nacionais da Argentina e da França.

¹¹⁵ PIGGOTT, Michael. Archives and memory.

Diante dos três exemplos – um arquivo que, passados 70 anos da morte de seu titular, ainda impõe questões sensíveis com relação à divulgação dos documentos que o compõem; outro cujo titular, ainda vivo, endossa a ampla difusão de seus documentos; e, por fim, o caso do arquivo de uma cantora cuja biografia só pôde ser reconstituída por meio de fontes auxiliares – desponta um elemento capaz de conferir ao debate outra dimensão, deslocando-o para além do potencial informativo dos arquivos. Há, ainda, outra questão relevante a tratar: a responsabilidade sobre a leitura, a interpretação e os usos projetados pelos usuários sobre os documentos.

4 Missão institucional e conduta profissional

As instituições de custódia do patrimônio documental, de modo geral, têm sua razão de ser ancorada na missão de preservar acervos que, em função de seu potencial informativo, constituem material de interesse para a produção do conhecimento nas mais diversas áreas do saber, para a reconstituição da história local e para o fortalecimento da identidade dos grupos sociais.

Algumas delas se destacam como depositárias de certo tipo bastante especial de acervo, composto por arquivos de natureza pessoal que, como vimos, apresentam características peculiares e, não raro, carga expressiva de informação sobre seus titulares e sobre terceiros.

Entre a missão institucional de promover o acesso aos documentos sob sua custódia e a necessidade de preservar a intimidade dos indivíduos neles representados, as instituições e os profissionais de arquivo se veem diante de um dilema de difícil solução, pontuado pelos seguintes elementos:

- os arquivos pessoais são repositórios em potencial de informação sensível, mas não são a única – e nem sempre a principal – fonte de informação sobre os indivíduos;
- as instituições de custódia têm por objetivo finalístico e compromisso social garantir e promover o acesso aos seus acervos;
- o direito à intimidade, à proteção da imagem e à honra é garantido pela

Constituição Federal, bem como o direito à livre expressão e manifestação da opinião;

- a legislação brasileira, embora trate das chamadas “informações pessoais”, é pouco esclarecedora com relação aos arquivos acumulados por indivíduos.

Para enfrentar o desafio de harmonizar direitos e deveres aparentemente tão conflitantes, é preciso não apenas ter consciência de sua dimensão, mas também considerar as implicações que, quando mal resolvido, acarreta tanto para as instituições quanto para a classe profissional.

Por um lado, teme-se que a repercussão de certos documentos possa “afugentar” novos doadores, figuras das quais dependem as instituições para expandir seus acervos; por outro, o alvoroço em torno do sigilo aplicado a certos documentos (num terreno em que se confundem o direito à informação, a propriedade intelectual e os direitos autorais) pode induzir ao descrédito das instituições arquivísticas junto à sociedade.

Não estamos, porém, em uma “sinuca de bico”. Em primeiro lugar, é preciso um pouco mais de coragem da classe profissional, aplicada a uma espécie de exame de consciência em que convém especular se os arquivistas deveriam atuar como advogados de defesa dos titulares dos arquivos com os quais trabalham. Romper com certo “personalismo” que ainda permeia a conduta de muitos profissionais é condição necessária para que se atinja a missão social mais ampla das instituições arquivísticas.

Cumprir sempre reafirmar que, em lugar de interpretar o conteúdo dos documentos ou tentar prever os insondáveis desdobramentos de seus usos futuros, cabe ao arquivista descrevê-los de modo a relacioná-los aos seus contextos originários, isto é, às atividades e eventos dos quais se originaram e que denotam a razão pela qual foram preservados por seus titulares. Operar nesse “circuito fechado” entre o documento e a sua razão de ser – para além de trabalho “moroso e requintado”, como o definiriam Camargo e Goulart¹¹⁶ –, garante a manutenção da qualidade essencial dos arquivos: seu caráter instrumental. As múltiplas interpretações dos documentos devem partir do reconhecimento de sua instrumentalidade e do vínculo orgânico com as atividades que lhes deram origem.

¹¹⁶ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*, p. 22.

Em segundo lugar, convém chamar a atenção para o papel fundamental exercido pelas políticas institucionais, sobretudo quando dizem respeito à formação e à difusão dos acervos.

Não é segredo, e nem matéria de espanto, o fato de que muitas instituições no Brasil ainda carecem de políticas internas bem estruturadas, capazes de nortear seus profissionais na consecução de funções essenciais como a avaliação e aquisição de fundos e coleções, processamento técnico, descrição documental e difusão. As “surpresas” suscitadas por certos itens presentes em arquivos pessoais não raro decorrem de processos de aquisição mal conduzidos, em razão da falta de critérios e parâmetros para a formação e expansão do acervo.

Constituído em 1968, a partir da aquisição do arquivo de Mário de Andrade, o Setor de Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP publicou sua política de acervo apenas em maio de 2010. O documento prevê, ainda que em linhas gerais, os eixos temáticos de interesse para a aquisição de novos fundos e coleções, dispõe sobre os procedimentos básicos para o processamento técnico e define estratégias de divulgação plasmadas em banco de dados, exposições, eventos e ações educativas. Para além dos desafios de preservação digital implicados na consecução do objetivo de disponibilizar o acervo em seu catálogo eletrônico, a instituição reconhece o dilema representado pelos limites legais: “é preciso envidar esforços no sentido de problematizar a legislação enfocando a relação entre Acervos Públicos e Patrimônio Cultural”.¹¹⁷

Vale a pena destacar a iniciativa do Arquivo Universitário da Universidade Stanford, que tratou a questão de forma exemplar. Em sua política, define os doadores preferenciais – professores, alunos e organizações estudantis – e elenca os tipos de documentos que considera de interesse, segundo o perfil do acervo e o tipo de doador. Ao fazê-lo, não apenas oferece orientação específica aos futuros doadores, como deixa claro o que a instituição espera deles e o que eles devem esperar dela. A proteção da intimidade é colocada em pauta e a instituição, reconhecendo as preocupações dos doadores, chega inclusive a oferecer auxílio para a avaliação e estabelecimento de restrições de acesso a documentos sensíveis, desde que condizentes com os critérios éticos e os parâmetros legais que norteiam sua política interna.¹¹⁸

¹¹⁷ INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. *Política de acervo para o IEB*, p. 2.

¹¹⁸ STANFORD UNIVERSITY LIBRARIES. *Special collections & university archives. Transferring your records*.

As dificuldades que circundam a formulação de políticas deste tipo decorrem do fato de serem elas o produto da união necessária de dois elementos fundamentais: a vontade institucional, representada na figura de seus dirigentes, e o empenho pessoal dos profissionais, num esforço coordenado que pressupõe exame profundo do perfil da instituição, seus valores, sua missão social, com vistas a definir os meios pelos quais pretende atuar para fomentar a expansão, preservação e difusão de seu acervo.

A despeito da complexidade da tarefa, contra a qual muitas vezes investem a instabilidade administrativa e a desmotivação do quadro funcional, a formulação de políticas de acervo deve ser encarada pelas instituições de custódia como esforço prioritário. Para surtirem o efeito que delas se esperam, devem definir, da forma mais clara possível, o perfil da instituição, suas áreas de especialização, os procedimentos envolvidos no tratamento documental, além de reforçar o compromisso social de ampla e irrestrita divulgação dos documentos. A elaboração de diretrizes para doadores, contemplando os procedimentos mais básicos para o estabelecimento dos primeiros contatos com a instituição, para a formalização da doação e a transferência dos conjuntos documentais, deve encontrar sua contrapartida na orientação dos usuários com relação à consulta, reprodução e, sobretudo, responsabilidades sobre o uso dos documentos.

No contexto da cultura de transparência, investir na estruturação de políticas institucionais e conferir-lhes ampla publicidade é tão importante quanto promover a divulgação do acervo em sofisticados bancos de dados ou por meio de outros recursos. Sua função primordial se traduz, com efeito, no estabelecimento da base ética sobre a qual se assentará a conduta dos profissionais de arquivo na delicada mediação que se estabelece entre as instituições, os doadores e os usuários, balizando parâmetros e equilibrando os direitos e os deveres das partes envolvidas.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: iFHC, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

DOLCI, Mariana de Carvalho; OLIVEIRA, Ricardo de Godoi. Radiografia de uma experiência: o arquivo de Julieta Telles de Menezes. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 11, São Paulo, 19-22 out. 2015.

GOOGLE INC. Transparency Report. European privacy in search. Disponível em: <<https://www.google.com/transparencyreport/removals/europeprivacy/>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. *Guia do IEB*. São Paulo: IEB-USP, 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. *Política de acervo para o IEB*. São Paulo: IEB-USP, 2010b. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/acervo-home>>. Acesso em: 2 maio 2016.

MEIRELES, Maurício; CAMPOS, Mateus. Mesmo com decisão da CGU, Casa de Rui Barbosa reluta em abrir carta secreta de Mário de Andrade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 jun. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/livros/mesmo-com-decisao-da-cgu-casa-de-rui-barbosa-reluta-em-abrir-carta-secreta-de-mario-de-andrade-16449681>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

PIGGOTT, Michael. Archives and memory. In: McKEMMISH, Sue et al. (Ed.).

Archives: recordkeeping in society. Wagga Wagga: C.I.S, 2005. p. 299-328.

STANFORD UNIVERSITY. Stanford University Libraries. Special collections & university archives. Disponível em: <<https://library.stanford.edu/spc/university-archives>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

TRIBUNAL de Justiça da União Europeia. *Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande secção)*. 13 de maio de 2014. Processo C-131/12. Disponível em: <<http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=direito%2Bde%2Bser%2Besquecido&dociid=152065&pageIndex=0&doclang=pt&mode=req&dir=&occ=first&part=1&cid=89458#ctx1>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ARQUIVOS PESSOAIS: O DIREITO À INTIMIDADE E O DILEMA DAS INSTITUIÇÕES DE CUSTÓDIA.

Lorena Campello

No privado encontra-se o que possuímos de mais precioso, que pertence somente a nós mesmos, que não diz respeito a mais ninguém, que não deve ser divulgado, exposto, pois é muito diferente das aparências que a honra exige guardar em público.

(Georges Duby)

Os profissionais que atuam nas instituições de custódia de documentos, sejam elas públicas ou privadas, se encontram diante de situações contraditórias, quando abrigam arquivos pessoais: têm o dever estatutário de dar acesso ao seu acervo (razão última, aliás, de sua própria existência) e, ao mesmo tempo, respeitar os limites impostos pela legislação em vigor quanto aos direitos relacionados com a vida privada e a intimidade das pessoas. O problema se agravou na medida em que o acesso, proclamado pela Constituição e reforçado pela Lei de Acesso à Informação (lei nº 12.527/2011), foi associado à difusão, via internet, de material digitalizado. Com o texto em questão pretendo, portanto, discutir tais dilemas, levantando questões intrínsecas à guarda de arquivos pessoais por instituições de custódia e o que decorre dessa ação: a difusão e garantia de acesso do conjunto documental custodiado, o acatamento à legislação vigente quanto ao respeito à vida privada dos indivíduos e, a responsabilização do uso desses documentos pelos consulentes.

Deste modo, temos como proposta, tratar do dilema das instituições de custódia diante da decisão em aceitar um arquivo pessoal sob sua guarda. Essa aceitação pressupõe demandas físicas, orçamentárias e de pessoal, que devem ser avaliadas pela instituição, a depender do grau de proteção da documentação, no que se refere ao sigilo de certos documentos ou até mesmo de todo o arquivo.

Não é condizente para uma instituição, que nasce com a finalidade de custodiar documentos e dar acesso a seu acervo, direcionar esforços físicos e financeiros em torno de um conjunto documental, legalmente, inacessível.

A equipe diretiva de toda instituição de documentação deve ter ciência com relação ao direito à privacidade do indivíduo, que vem amparado no artigo 5º, inciso X, da Constituição da República, constituindo um direito fundamental e consequentemente permitindo que o seu titular impeça indevidas intromissões em sua esfera íntima e privada.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, no Título II, que versa sobre os direitos e garantias fundamentais, traz no Capítulo I, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, através do Art. 5º, o seguinte:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] X- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...] XXXIII- todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado.

A Carta Magna confere, portanto, garantias de preservação do direito à privacidade, que, pode ser violado, quando se traz ao conhecimento público, através de notícia, divulgação jornalística, publicação de resultados de pesquisas científicas, fatos relacionados à intimidade de um indivíduo.

A lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e a lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005 vieram fortalecer o posicionamento acima. No entanto, nada fica claro com relação ao acesso e uso dos documentos oriundos de arquivos pessoais, custodiados por instituições públicas e instituições privadas sem fins lucrativos (como os Institutos Históricos e Geográficos).

Ao mesmo tempo que garante as individualidades, a Constituição Brasileira, no inciso IX, do mesmo artigo 5º, incluiu, dentre os direitos públicos ligados ao exercício da cidadania, a liberdade de expressão, da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Como conciliar, então, a liberdade de expressão e da atividade científica com o direito de intimidade dos indivíduos, no caso do uso de documentos provenientes de arquivos pessoais?

Temos ainda a Lei de Acesso à Informação (lei nº 12.527/2011), que regulamenta o artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal, garantindo ao cidadão o exercício do seu direito de acesso à informação. Estabelece ainda que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção. Pela Lei “[...] Qualquer cidadão poderá solicitar acesso às informações públicas, ou seja, àquelas não classificadas como sigilosas, conforme procedimento que observará as regras, prazos, instrumentos de controle e recursos previstos”.¹¹⁹

De acordo com Victor Corrêa de Souza,¹²⁰ o direito ao acesso à informação deve ser compatível à necessidade de proteção dos direitos de personalidade relativa à honra, à intimidade e à vida privada de qualquer cidadão, de modo que não pode haver abusos no controle e difusão da informação.

Mariana Joffily,¹²¹ em artigo sobre os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira, reitera que a LAI nasce em um contexto de profundo debate sobre a democratização dos arquivos, em especial dos arquivos produzidos nas décadas de 1960 e 1970 pelo processo ditatorial brasileiro.

Segundo a autora, a LAI introduz “dispositivos inéditos, como ‘a defesa de direitos humanos’ e ‘a proteção do interesse público e geral preponderante’ (Capítulo IV, parágrafo 3º), que contornam o direito à intimidade, um dos principais obstáculos atualmente para o pleno acesso aos acervos da repressão política”.¹²²

Nesse cenário, temos documentos íntimos, produzidos na esfera mais restrita da vida privada, que foram apreendidos pela polícia política e recontextualizados arquivisticamente, na medida em que tais documentos tiveram

¹¹⁹ Cf. ACESSO à Informação Pública: uma introdução à lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

¹²⁰ SOUZA, Victor Roberto Corrêa de. O acesso à informação na Legislação Brasileira, p. 163.

¹²¹ JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira, p. 129-130.

¹²² Ibid., p. 129-130.

sua natureza alterada, ou seja: passaram à natureza testemunhal e de prova contra o próprio titular do arquivo apreendido.

A LAI¹²³ ainda traz, na Seção V, parágrafo 3º, a não necessidade do consentimento das pessoas citadas nos documentos quando as informações contidas forem necessárias à “realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidentes interesses público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem (...)”, “à defesa de direitos humanos” ou “à proteção do interesse público e geral preponderante”. Enfim, tudo muito vago e repleto de brechas.

De acordo com R. A. Dotti,¹²⁴ a legitimidade do direito à informação não o impede de sofrer restrições de outros direitos igualmente importantes para o indivíduo e a sociedade. Como vimos, o respeito à vida privada e à individualidade é um desses direitos garantidos por lei. Ainda segundo o jurista, de fato, o direito ao respeito à vida privada é o limite maior à liberdade de informação. E esse “limite nº um”, segundo Célia Leite Costa,¹²⁵ é extremamente complexo e abrangente. Segundo a estudiosa, de acordo com o Bureau de Droit Civil Général, do Ministério da Justiça francês, são “oito categorias de direitos relativos à vida privada, cujo sigilo deve ser respeitado: vida sentimental, conjugal e familiar; eventos familiares; emoções; lazer; opiniões políticas, filosóficas e religiosas; e patrimônio”.¹²⁶ Como trabalhar com arquivos pessoais respeitando tais categorias?

Um arquivo pessoal, invariavelmente, contém documentos íntimos sobre seu titular e sobre inúmeras pessoas que faziam parte do seu círculo de amizade. Por mais que a família do doador autorize o acesso pleno aos documentos doados, os instrumentos legais de tal autorização não abrangem, naturalmente, as pessoas retratadas e mencionadas em fotografias e textos de natureza diversa, sem falar nas correspondências assinadas por terceiros. Como regular essa documentação? Ou melhor, será que ela deve ser regulada? Qual é o papel da instituição de documentação nessa arbitragem?

Devemos ter muito claro também que, nesse momento, a liberdade de informação é também limitante ao respeito à vida privada e à intimidade. De acordo

¹²³ LEI de acesso à informação: cartilha de orientação ao cidadão.

¹²⁴ DOTTI, R. A. Proteção da vida privada e liberdade de informação: possibilidades e limites, p. 22-23.

¹²⁵ COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos, p. 193.

¹²⁶ HURTAUD, M. H. *La protection de la vie privée: note sur l'article 9 du Code Civil, 1997* apud ibid.

com Célia Costa, “no confronto entre esses dois direitos, contudo, não se deve perder de vista o interesse público”.¹²⁷

Partindo do pressuposto de que se determinado arquivo pessoal é doado a uma instituição de custódia pública ou privada, que tem registrado em estatuto o objetivo de preservação e divulgação do patrimônio documental custodiado por ela, não é claro que este conjunto documental deva ter acesso público logo após sua organização e descrição arquivística?

Dar acesso à documentação que custodia! É essa a função de qualquer instituição de custódia de documentos. É justo, portanto, que o dinheiro público e/de associados seja usado para a guarda e manutenção de vários arquivos pessoais (atividade custosa), que não poderão ser acessados por conter documentos íntimos? Ora, não é sabido que todo arquivo pessoal contém inúmeros desses documentos? Não é de conhecimento do doador de um arquivo pessoal que o mesmo está sendo doado para ser divulgado, acessado e servir a pesquisadores, jornalistas e outras categorias profissionais interessadas em determinada pessoa, tema ou época da História? A resposta nem sempre é sim.

Muitas vezes os doadores são movidos pelo desejo de se livrar daquele “entulho”, que há meses ou até anos, ocupa espaços físicos na sua vida. A consequência é a decisão não avaliada com relação às decorrências do uso dessa documentação.

Outros doadores, porém, reconhecem a finalidade de um arquivo pessoal numa instituição de documentação. Em muitos casos fazem uma triagem do que não deve ser doado, com o objetivo de evitar que determinados “documentos sensíveis” sejam expostos ao conhecimento alheio. Outros doadores impõem, através de termos de doações firmados entre doador e donatário, limites temporais de acesso a determinados documentos.

A pergunta é: um arquivo pessoal deve ser regulado para consulta? Se sim, como regular essa documentação? Quais os critérios para regular conjuntos de documentos tão complexos como estes? Como saber o que seria algo ofensivo para as partes expostas no conteúdo desses documentos? Como avaliar o que seria ofensivo para os descendentes dos titulares? Isso já é mais complicado ainda.

¹²⁷ Ibid., p. 194.

O problema ficou mais complexo à medida em que o direito ao acesso à informação, alentado pela LAI, foi associado à difusão, via internet, de material digitalizado. As agências financiadoras de projetos passaram a condicionar o apoio a tais instituições mediante o compromisso de dar aos documentos essa modalidade de acesso, que se transformou em condição para a aprovação de propostas. O eventual controle de usuários que as instituições praticavam (termos de compromisso ou de responsabilidade quanto aos efeitos da divulgação de suas pesquisas) ficou, de certo modo, fragilizado.

Então, como dar acesso aos arquivos pessoais custodiados sem cairmos nessas armadilhas modernas? O mau uso do documento de arquivo (seja ele textual ou imagético) é uma realidade, pois, quando digitalizados, esses documentos não fornecem todas as informações necessárias para contextualizar as circunstâncias em que cada documento foi produzido e acumulado. Somado a isso temos a facilidade de acesso descontrolado e irrestrito a documentos pessoais, possibilitado pela disposição de inúmeros documentos via *on-line*. O resultado de todo esse processo é o uso virulento de documentos, muitas das vezes sem o mínimo critério.

Vejamos o caso da utilização de um documento fotográfico usado fora de seu contexto de produção, e pior, com objetivos oportunistas da imprensa nacional. Cito aqui a fotografia do presidente Jânio Quadros, em visita à cidade de Uruguaiana (Brasil), ao lado de Arturo Frondizi (presidente da Argentina).

Ana Maria Mauad,¹²⁸ em entrevista feita com Erno Schneider – o fotógrafo da cena – conheceu os detalhes do instante fotográfico: “Surpreendido por um ruído, Jânio se vira e é flagrado pela câmera atenta de Erno Schneider em uma pose inusitada: cada perna parece querer ir para um lado, os pés também indicam sentidos opostos, num desequilíbrio que sugere a iminência de uma queda, ou de um nó”.

Segundo Mauad:

Tão forte era a fotografia, e tão fiel ao momento histórico, que se perpetuou uma versão errônea sobre o contexto em que foi tirada. O flagrante foi feito no mês de abril de 1961, quando Jânio recepcionava o presidente argentino. Portanto, quatro meses antes da renúncia. Mas o episódio da condecoração de Che, em agosto,

¹²⁸ MAUAD, Ana Maria. O Jânio que ficou na retina.

seria tão emblemático que até hoje publicações especializadas afirmam que o balé desequilibrado de Jânio deu-se naquele momento, poucos dias antes de sua surpreendente decisão.¹²⁹

Não podemos discordar de que a multiplicação de projetos de digitalização de acervos de bibliotecas, arquivos e museus está modificando a forma como pesquisadores brasileiros trabalham. Isso é fato. No entanto, temos que nos questionar como esse trabalho tem sido feito, o que está sendo digitalizado, e de que forma está sendo disponibilizado.

Com relação à digitalização e acesso absoluto de arquivos pessoais, via internet, acredito que se trata de uma questão frágil e de difícil decisão. A contradição da legislação brasileira em torno do acesso à informação e da proteção à intimidade do indivíduo, no que se refere aos arquivos pessoais, torna essa questão mais difícil ainda.

Não acredito que a triagem de documentos seja a solução. Como então evitar o mau uso de documentos pessoais custodiados por nossas instituições? Acredito que, primeiramente, devemos nos cercar de contratos entre doadores e donatários, ainda que tais documentos não protejam cem por cento as instituições, de processos judiciais movidos por terceiros. A instituição deve ter instrumentos legais que formalizem a doação, como termos e cartas de doação padronizados, elaborados com prévia consultoria jurídica, embasados nas leis que versam sobre os direitos individuais, a proteção à intimidade e a vida privada.

Outra forma de dirimir usos abusivos e distorcidos de documentos de arquivos pessoais seria fazer um controle dos pesquisadores que fazem uso de determinada documentação, retendo informações pessoais necessárias, caso haja necessidade de acessar tal pessoa. Solicitar o preenchimento de formulário informando o objeto de pesquisa, o objetivo da consulta e o uso potencial daquela documentação é fundamental, mesmo que seja um procedimento virtual. Ou seja, manter um controle interno de quem pesquisa e do que é pesquisado.

Solicitar a assinatura de um termo de responsabilidade, onde o pesquisador se comprometa a fazer um uso responsável do documento consultado, também pode ser um subterfúgio. No ambiente virtual, os “caches” de inscrição do usuário

¹²⁹ Ibid.

e da pesquisa desenvolvida por ele podem solicitar, e tornar obrigatório para o acesso dos documentos digitalizados, a anexação de termos de compromisso assinados pelo pesquisador, bem como a anexação de documento de identificação válido em território nacional.

Com a sedução das novas tecnologias e a possibilidade de ofertar documentos virtualmente aos consulentes, nós também aumentamos a chance da recorrência do mau uso e do uso virulento de documentos.

Talvez uma possível saída seja refletir sobre os projetos de digitalização de arquivos e sua disponibilização na rede, buscando oferecer o documento numa baixa resolução para a impressão ou de forma incompleta. Dessa maneira, o documento seria solicitado mediante preenchimento de formulário e assinatura de termos e documentos mencionados acima.

A proposta não tem como objetivo não dar acesso ao documento, mas sim de monitorar o pesquisador para evitar problemas futuros para a instituição.

Um dos papéis das instituições de custódia de documentos é proporcionar aos usuários bons instrumentos de pesquisa (inclusive virtualmente), que indiquem a presença dos documentos na instituição de custódia, sem reproduzi-los integralmente: o pesquisador interessado deveria consultá-los *in loco*, depois de assinar o termo de compromisso e declarar a finalidade de seu trabalho. Em caso de dificuldade de mobilidade física o trâmite mencionado anteriormente seria uma segunda opção.

Acredito que todas essas ações, em conjunto, poderiam contribuir para uma maior segurança com relação ao uso de documentos provenientes da esfera pessoal, ofertados por instituições de custódia públicas e privadas.

O que precisamos ter em mente é que – com o crescente uso dos arquivos pessoais como fontes de pesquisa para a compreensão de temas, épocas, personalidades, famílias, grupos sociais, etc. – temos que blindar as instituições de custódia, de qualquer processo jurídico contra o mau uso dos documentos por elas conservados.

Referências

ACESSO à Informação Pública: uma introdução à lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília: Imprensa Nacional, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 189-199, 1998.

DOTTI, R. A. Proteção da vida privada e liberdade de informação: possibilidades e limites. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 1980.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 129-148, 2012.

LEI de acesso à informação: cartilha de orientação ao cidadão. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2012. 31 p.

MAUAD, Ana Maria. O Jânio que ficou na retina. *Revista de História*, 2008. Acesso em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/o-janio-que-ficou-na-retina>>.

SOUZA, Victor Roberto Corrêa de. O acesso à informação na Legislação Brasileira. *Revista SJRJ*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 33, p. 161-181, abr. 2012.

ARQUIVOS E INTERLOCUTORES: INTIMIDADE E ACESSO ÀS PRÁTICAS DE PRODUÇÃO NUMA AÇÃO DE MÃO DUPLA

Maria de Lourdes Patrini Charlon

Em breve estarei completando 13 anos de pesquisa junto aos Fundos de Arquivo. Em 2003, iniciei meu trabalho de pesquisa em arquivos. Minha primeira experiência foi na França. Lá trabalhei durante dois anos com *Fonds D'Archives* do antropólogo Roger Bastide, no *Intitut Mémoires de l'édition Contemporaine* – Imec, privilegiando a escritura de antropólogos. Em 2008, como pesquisadora do CNPq, iniciei um projeto de pesquisa nos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se encontra depositada a obra de Rubem Braga.

Neste texto, minha proposta é apresentar apenas alguns tópicos importantes dos resultados obtidos e os que venho obtendo em meus trabalhos de pesquisa, durante todos estes anos, junto aos arquivos de antropólogos e escritores.

Roger Bastide foi um dos antropólogos franceses que esteve no Brasil nas primeiras décadas do século XX realizando estudos. Em 1938, ano de sua chegada, assumiu a cátedra de Sociologia na Universidade de São Paulo. A partir daquele momento, seus campos de atuação foram a França, o Brasil e a África. Suas buscas e escolhas confirmam seu engajamento à sua problemática central sobre os contratos culturais e sistemas simbólicos. Minha proposta de analisar e interpretar as práticas de escritura desenvolvidas em seus cadernos de campo possibilitaram, à medida que as buscas efetuavam-se junto aos arquivos de sua obra autográfica, uma compreensão do fazer do pesquisador, dos seus envolvimento com os dados obtidos e resultados alcançados e, também, do desvendar dos seus processos de criação e organização de seus discursos.

Essa ordem de buscas conciliou um conjunto peculiar de significados e sentidos que, particularizados, muito têm proporcionado em termos de informações e explicações para a interpretação da realidade deste “autor”, observada na complexidade da sua dimensão simbólica e estética. A análise e interpretação dos cadernos de

campo de Bastide me proporcionaram o conhecimento das implicações que ocorrem na presença de um “eu” na narrativa, onde estão sendo abordadas questões relativas ao contexto, às ideias estimuladas e transformadas pelas condições de trabalho, à sua inserção no campo, às solicitações, às novas leituras, à ansiedade diante do novo, ao papel social e às marcas de um cotidiano que se impõe ao pesquisador.

Neste estudo, examinei a variedade e o conteúdo do material manuscrito e dos suportes sobre os quais repousa a escritura do pesquisador francês, as diferentes ações de escritura, bem como a variedade de suportes e de conteúdos. Elas foram apresentadas por meio da “*mise en relation*”, realizada pela interlocução observada nos manuscritos encontrados nos arquivos do “fundo Bastide”. Essa “*mise en relation*” está presente entre os profissionais que atuam na aquisição, organização, descrição e acesso aos documentos produzidos, entre a escritura e o suporte, entre as práticas de escritura, entre os suportes, entre os dados e, igualmente, entre as vozes de pesquisadores que, de diferentes formas e níveis de participação, são sujeitos atuantes na pesquisa e na escritura do estudioso.

O estudo e a análise da “*mise en relation*” realizada pela interlocução privilegiam, desta vez, nas análises e nas interpretações, a presença de vozes que se cruzam no discurso, tecendo uma rede de informações e dados que permeiam a escritura do antropólogo. Por meio de diferentes ações de escritura, dos registros pessoais e dos provenientes do campo, problematizarei os usos do gênero autobiográfico como meio privilegiado para estudar a escritura autoetnográfica¹³⁰ bem como sua criação e articulação, considerando a discussão sobre a construção de conceitos e as escolhas do estudioso, que num conflito de influências, fruto do seu trabalho de pesquisador junto aos arquivos, expõe também o discurso da construção de conhecimento a partir do “*corpus*” estudado. Privilegio a escritura de campo e os cadernos enquanto suporte. Entre eles, o diário de campo – *Mon Journal* – referente aos setenta e dois dias de trabalho de pesquisa na África em 1958, e um outro caderno (*cahier de notes avec quelques dessins*), no qual há o registro de notas sobre a festa de Pobe¹³¹ (festa dos inhames novos), cerimônia de Ondo (Kobe) assistida por Bastide em 22 de junho de 1958, conforme ele nos informa em seu diário de campo.

¹³⁰ Sobre este conceito ver: VERSIANI, Daniela Beccacia. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*.

¹³¹ O que realmente me interessa neste caderno são as anotações feitas sobre a Festa dos inhames que se encontram no verso do caderno.

Na obra autográfica de Bastide há uma forte presença de colaboradores, como se houvesse uma sociabilidade de criação, uma possibilidade de cooperação de saberes. Nos traços de sua escritura autográfica, ao individual se junta o coletivo. Esse atributo coletivo está presente não somente em cada um de seus livros, artigos e trabalhos, mas também, e de forma mais evidente, nos seus manuscritos. O contato concedido e a participação acolhida geram a interlocução, revelando a conduta respeitosa do pesquisador para com o “outro” – seu objeto de estudo – e para com seus pares. Assim, nos registros produzidos na convivência do discurso antropológico e do diário pessoal, entremeiam-se vozes de pesquisados e de pesquisadores, sujeitos da pesquisa do antropólogo.

Os textos, as notas de observações, as notas de leitura e de cursos, os desenhos, as tabelas, os registros documentais, as listas e a correspondência se complementam entre si enquanto produtos e prática de um trabalho coerente. Após meses de trabalho, no decorrer dos quais percorri uma grande quantidade de títulos da rubrica *Notes de lecture et de voyage*, verifiquei também o conteúdo de outras rubricas existentes no inventário: *Cours*, *Textes*, *Notes de cours* e *Correspondance générale*,¹³² *Correspondance professionnelle*, *Correspondance avec les étudiants*, *Documentation générale*, *Documentation personnelle*.¹³³ Ainda que tais rubricas não apresentassem as escrituras de campo ou apresentassem-nas subjugadas pela escritura epistolar e outras, a leitura de documentos e de inúmeras cartas permitiu-me uma melhor compreensão do desempenho de Bastide enquanto intelectual, professor e pesquisador. Em qualquer um desses papéis assumidos pelo antropólogo, uma conduta se destaca: a busca de interlocução com outros pesquisadores para compartilhar sua experiência. Trata-se de um “*savoir-faire*” que se efetiva numa dinâmica dialógica que, interagindo com os “outros”, cria processos, por meio dos quais sujeitos possam também falar sobre si e por si mesmos como sujeitos do discurso.

Na confluência de pesquisas, novos eixos de reflexão tais como a oralidade e a escrita, escrituras cotidianas, escrituras de si, as relações entre notas de campo e o texto etnográfico têm chamado a atenção dos estudiosos. O interesse e o retorno

¹³² Correspondência de Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss. Total de 17 cartas e alguns cartões (de 1944 a 1972). A leitura só foi possível graças à autorização dada pelo próprio Lévi-Strauss, por meio de uma carta manuscrita. Roger Bastide e Pierre Verger – 44 cartas – leitura autorizada pela Fundação Pierre Verger (Salvador/Bahia – Brasil).

¹³³ Fiz a leitura de um número significativo de cartas de intelectuais, antropólogos, políticos, escritores e de poetas brasileiros e estrangeiros. Entre eles, Mario de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freire, Manuel Bandeira.

aos documentos e textos fontes¹³⁴ revelam talvez a intenção de dar legitimidade à disciplina nessa área de estudos e, igualmente, de desenvolver novos campos de estudo,¹³⁵ enquanto, ao mesmo tempo discute-se sobre o lugar e o acesso à estas escrituras do “eu”. Em *Au bord de la falaise: l’histoire entre certitude et inquiétude*, Roger Chartier¹³⁶ se refere ao interesse pelos arquivos demonstrado pelos historiadores da seguinte forma : “*Devant le reflux des grands modèles explicatifs, une première et forte tentation a été le retour à l’archive, au document brut qui enregistre le surgissement des paroles singulières, toujours plus riches et plus complexes que ce que l’historien peut en dire*”. No entanto, até o momento, “*le archivage des ‘papiers’ des ethnologues, et en particulier de leur ‘documents de terrain’ n’a encore donné lieu, ni à une réflexion d’ensemble, ni même à une synthèse des pratiques isolées*”,¹³⁷ afirmam alguns pesquisadores da disciplina.

Enquanto suportes, os cadernos, diários e carnês têm sua história. Sabemos que o hábito de possuir e conservar um diário se propaga desde o século XVI e que a prática diarista, ali empregada, confrontou-se sempre com a dificuldade herdada das formas antigas de se procurar os suportes de escritura e de os preparar para os diferentes usos os quais nós os destinamos. Esta prática de escritura, durante muito tempo – até o século XIX – escapou à publicação, podemos registrar apenas algumas raras exceções. Apesar de todas as fontes, tais como, bibliotecas, arquivos públicos ou privados, instituições que se dedicam à conservação de manuscritos e escrituras pessoais estarem repletas de textos autográficos conservados em sua forma original, nós não temos ainda uma interpretação dos processos, das práticas, dos gestos que determinam as escolhas e os usos desse ou daquele suporte.¹³⁸ No que se refere ao caderno e ou diário de campo, a partir do século XX, os antropólogos foram os primeiros a fazerem uso desse suporte elaborando-os durante suas pesquisas de campo. Dessa forma, os cadernos, diários e os carnês são suportes que hoje acompanham o exercício desta profissão e, nesse sentido, meu interesse é o de analisar estes suportes já consagrados e eleitos pelos antropólogos, atendo-me às representações e às relações

¹³⁴ O final do século XX, congressos e publicações testemunham a importância dada aos arquivos dos pesquisadores e o reconhecimento de seu valor patrimonial histórico e científico.

¹³⁵ Ver trabalhos de: Jack Goody, Clifford Geertz, Daniel Fabre, Nicole Belmont, Paul Zumthor, entre outros.

¹³⁶ CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise: l’histoire entre certitude et inquiétude*, p. 10.

¹³⁷ MOUTON, Marie-Dominique. *Archiver la mémoire des ethnologues*, p. 67.

¹³⁸ HEBRARD, Jean. *Tenir un journal: l’écriture personnelle et ses supports*, p. 2-3.

estabelecidas entre esses pesquisadores-autores e esses suportes, privilegiando, sobretudo, as práticas de escritura que esses suportes abrigam.

Resultados de pesquisas nos informam que um estudo sobre os diários não é muito simples, pois a diversidade qualitativa e quantitativa dos diários afastam, assim como as formas tão diferentes de abordagem, qualquer tentativa de uma análise generalizadora. Françoise Simonet-Tenant,¹³⁹ em seu livro *Le journal intime*, aventa algumas questões interessantes: O diário é uma prática ordinária ou um gênero literário? Trata-se de uma escrita privada ou de uma atividade reconhecida? Como tratar com neutralidade o ilustre e o anônimo? De caráter equívoco e proteiforme, resistindo a toda definição e possuidor de fronteira inapreensível entre o literário e o infraliterário, estudar o diário é enfrentar um desafio paradoxal e desconcertante, conclui a autora. Philippe Lejeune¹⁴⁰ ressalta que não existe um diário sobre o qual poderíamos dizer coisas simples, mas diários que sugerem respostas complexas e às vezes contraditórias. O citado pesquisador escreveu em um artigo publicado na revista *Sciences humaines* (fev/2000) “[...] *C’est une habitude intime qu’on peut prendre à tout âge, à l’occasion d’une crise, d’un deuil, d’un voyage... C’est un geste professionnel qui peut accompagner les activités les plus diverses (y compris la recherche en sciences humaines)...*”

Na obra manuscrita de Roger Bastide há a presença de diferentes suportes e diferentes práticas de escritura. Se nela os cadernos e carnês estão presentes, confirmando a escolha desses suportes pelo antropólogo por ocasião de sua viagem à África, em 1958, pude também constatar que eles não são os únicos. Uma variedade de suportes e de práticas de escritura abrigam materiais colhidos durante essa viagem. Nesse texto, vou privilegiar o estudo do caderno de campo – *Mon Journal* – enquanto suporte e a escritura de campo, fruto das observações e das experiências vividas durante os setenta e dois dias em que Bastide esteve em Daomé, atual República do Benin e na Nigéria, realizando um trabalho de pesquisa, em companhia de seu amigo e também antropólogo Pierre Verger.

Em se tratando da obra autográfica dos antropólogos, objeto de estudo de minha pesquisa, uma questão logo se impõe: como nomear esse material? Devemos falar de arquivos antropológicos? De arquivos de antropólogos? De arquivos de etnólogos? De arquivos de etnógrafos? Todas essas expressões parecem não nos levar ao

¹³⁹ SIMONET-TENANT, Françoise. *Le journal intime*.

¹⁴⁰ LEJEUNE, Philippe. “*Cher Cahier...*”: témoignages sur le journal personnel, p. 27.

mesmo lugar. A pesquisadora Marie-Domenique Mouton responde a estas questões ressaltando que: as duas primeiras expressões se referem de forma mais abrangente ao conjunto dos arquivos produzidos no seio da disciplina e, sobretudo, por pessoas morais (instituições, laboratórios, associações). As outras duas nos levam, de forma explícita, aos documentos produzidos sobre o campo pelo etnólogo ou etnógrafo, pois “*c’est un fait que les ‘matériaux du terrain’ constituent la part distinctive des papiers des ethnologues, ce que les distinguent des papiers des ‘autres scientifiques’*”.¹⁴¹

E quanto aos suportes? Cadernos, *cahiers*, cadernetas, diários que abrigam o registro de notas produzido pelo pesquisador durante o seu trabalho de campo?

Em *Témoignages sur le journal personnel*, “*Cher cahier...*”, Philippe Lejeune emprega a palavra caderno como sinônimo de diário. Os depósitos de manuscritos das bibliotecas, os arquivos públicos ou privados, as instituições destinadas à conservação das escrituras pessoais e profissionais confirmam o emprego frequente do termo diário e seus termos vizinhos: carnê e caderno. Os diaristas designam seu diário pelo seu suporte. Os cadernos e os carnês são os suportes mais comuns dos diários. Entretanto, o caderno e o carnê não são somente um equivalente metonímico do diário íntimo.¹⁴² Ele pode ser também o laboratório de uma obra futura, instrumento de trabalho e, neste caso, ele não se concentra sobre a pessoa, mas sobre a gênese da obra.¹⁴³

E os diários de campo? Eles também se diferem do diário íntimo por se constituírem antes de tudo e essencialmente um instrumento de trabalho. Entretanto, “*les plus belles définitions constratives sont toujours subverties par l’écriture*”, e entre a barreira que separa os diários dos cadernos e carnês, “*des brèches apparaissent, trop nombreuses et trop grandes pour ne pas provoquer quelque doute*”.¹⁴⁴

Em ciências humanas, o diário pode ser um procedimento de trabalho que acompanha a pesquisa. Os antropólogos têm sido os primeiros a utilizar o diário de pesquisa ou caderno de notas, apesar do tom introspectivo que pode sugerir e colocar em cena e em questão o pesquisador, ele-mesmo. O diário de campo fornece base documentária e permite o controle da implicação na observação e na construção da teoria.¹⁴⁵

¹⁴¹ MOUTON, Marie-Domenique. *Archiver la mémoire des ethnologues*, p. 68.

¹⁴² LEJEUNE, Philippe. “*Cher Cahier...*”: *témoignages sur le journal personnel*, p. 16.

¹⁴³ Ver: *Carnets d’enquête*, de Zola, *Carnets de Travail*, de Gustave Flaubert, *Cahiers 1894-1914*, de Paul Valéry, *Journal*, de Franz Kafka.

¹⁴⁴ HAY, Louis. *L’amont de l’écriture*, p.12-13. Citado igualmente por SIMONET-TENANT, Françoise. *Le journal intime*, p.16.

¹⁴⁵ Ver: *Le journal d’ethnographie* (1914-1920), de B.Malinowski. 1967., *Les mots, la mort, les sorts*, 1977, *Le Journal d’un livre*, 1981, entre outros.

Quando estamos diante do inventário, mapeamento dos materiais ali depositados, imediatamente percebemos que estamos frente a um cruzamento de projetos de pesquisa. Cada um deles com suas hipóteses, objetivos e problemáticas, os quais estarão se confrontando a cada ato de leitura/escritura, de interpretação/tradução. Assim, numa atitude dar visibilidade aos materiais, olhares se cruzarão; interesses na relevância do objeto de estudo; interlocução dos dados, das fontes e das vozes dos pesquisadores e dos pesquisados.

Qual percurso deverá o pesquisador percorrer para concluir que o caderno em que o antropólogo registrou suas notas de campo da cerimônia de Ondo corresponde à estada de Bastide na África, em 1958? Se as notas encontradas são registros de apenas um dia de observação, o dia 22 de julho, como encontrar o ano correspondente? A data colocada na capa do caderno não traz o ano. Como precisar as datas com tais incertezas se o pesquisador está com o caderno pela primeira vez nas mãos? Seriam aqueles registros correspondentes ao trabalho de campo do antropólogo? O título da rubrica *Notes de voyages et de lectures* era o primeiro entre mais de sessenta existentes na categoria *Notes* do inventário.¹⁴⁶

O pesquisador, por sua vez, prossegue em seu trabalho acompanhando o traçado de uma rota estabelecida. Entretanto, enquanto a busca se realiza o pesquisador se convence que, paralelamente, ao caminho tecnicamente construído, ele tem que construir suas próprias trilhas no inventário, traduzindo e reinterpretando através de um jogo de provas obsessivo o caminho do arquivista que traduziu e interpretou os documentos com a finalidade de elaborar o inventário. Assim, o pesquisador vai traduzir os traçados do inventário e, ao ler os manuscritos classificados, selecionados e organizados, reconhece o trajeto do arquivista, descobre desvios, às vezes necessários, identifica suportes e se lança na tradução do trabalho do antropólogo materializado em escritura. Desta forma, enquanto constrói a sua própria trilha lendo/interpretando as práticas de escrituras ali contidas, o pesquisador se faz tradutor do tradutor/tradutores numa via de mão dupla dos documentos autográficos de Roger Bastide.

A cada ato de escritura o pesquisador retoma o espaço e lugar do sujeito pesquisado e, através da escritura do “outro”, ele realiza também através da escritura um trabalho que ele devolve ao público, efetivando dessa vez a interlocução entre

¹⁴⁶ A categoria *Notes*, a rubrica *Notes de lecture et de voyages*, mostrava-me a cada dia que, se os cadernos de campo realmente existissem, havia uma grande chance de eles estarem classificados naquela rubrica.

sujeito pesquisado e sujeito pesquisador. Como ressalta Roger Chartier: “*Les documents ne sont plus considérés seulement pour les informations qu’ils fournissent, mais sont aussi étudiés en eux-mêmes, dans leur organisation discursive et matérielle, leur conditions de production, leurs utilisations stratégiques*”.¹⁴⁷

1 Rubem Braga: O inventário de um percurso

Hoje, estou com aproximadamente 18000 textos digitalizados, organizados e selecionados em planilhas,¹⁴⁸ mas quando iniciei em 2008 minha pesquisa na FCRB/RJ, no Fundo de Arquivo da obra do cronista e jornalista, o material estava depositado em pastas e não havia sido inventariado. Com o tempo, em alguns casos, eu havia percorrido mais de uma vez, cada lote, cada segmento, cada peça do arquivo.¹⁴⁹ Apesar de já organizados por pastas num arquivo (fotocópias), mesmo considerando que o material contido em algumas delas, de jornais tais como: *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, estivesse mais organizado desde a sua origem,¹⁵⁰ a experiência com o material me indicava que: quantidade versus ausência de uma sistematização – a falta de um inventário técnico – invalidava parte dos meus esforços.¹⁵¹ O tempo dedicado ao trato com os documentos foi me dando a dimensão exata de que, por toda parte, em qualquer uma das pastas, ali classificadas e já digitalizadas, poder-se-ia encontrar textos de autoria de Rubem Braga, textos de Terceiros sobre Braga, textos

¹⁴⁷ CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise: l’histoire entre certitude et inquiétude*, p. 14. Citado também por MOUTON, Marie-Dominique. *Archiver la mémoire des ethnologues*, p.70.

¹⁴⁸ Estava faltando revisar algumas caixas, pequenas pastas, envelopes que continham documentos, correspondência (neste caso, alguns exigiam autorizações para serem digitalizados, enfim estava faltando o “pente fino”). Minhas visitas à FCRB irão continuar também no novo triênio, porém não mais com exclusividade. A partir de 2016, terei que visitar outras instituições, tais como a Biblioteca Nacional, entre outras.

¹⁴⁹ Sempre estive alerta e, assim, checar cada pasta da lista de pastas elaborada pela FCRB, tornou-se um trabalho constante. Há títulos de pastas que se repetem ou são muito semelhantes, elas não marcam suas especificidades (data, veículo, gênero) tão necessárias ao trabalho. Por isto, surpreendia-me constantemente com os conteúdos.

¹⁵⁰ Este material havia sido fotocopiado, listado; cada crônica possui dados descritivos com especificações bem detalhadas; foi também catalogado em tabelas; a elaboração dessas listas descritivas, até hoje, em muito favorecem o meu trabalho de reconhecimento dos textos. Um número significativo de periódicos possuem estas listas descritivas.

¹⁵¹ Para ilustrar o que acabo de afirmar, citarei a pasta (material digitalizado) do jornal *Correio da Manhã* que possui 10 subpastas, datadas de 1946 a 1963, e o *Diário de Notícias*, 24 subpastas (material digitalizado) datadas de 1946 a 1974. Todo este material é de “Autoria de Rubem Braga”. Se eu for adicionar, em se tratando apenas destes dois periódicos, o material de “Autoria de Terceiros Sobre Rubem Braga” chegaremos a algumas dezenas de subpastas. No *Correio da Manhã*, a produção do cronista vai de 1951 a 1972, temos somente neste periódico um total de 16 subpastas. A quantidade de material de cada uma destas subpastas pode variar muito. Do *Diário de Notícias* são 4 subpastas de 1949 a 1983.

de Terceiros sobre Terceiros; textos sobre o gênero crônica; Poemas de Autoria de Rubem Braga ; Poemas de Autoria de Terceiros; reportagens de Autoria de Rubem Braga, reportagens de Autoria de Terceiros, textos manuscritos de Autoria de Rubem Braga; textos manuscritos de Autoria de Terceiros; correspondências de Rubem Braga; Correspondências de Terceiros, enfim a lista segue: há ainda datas, periódicos, publicações diversas do mesmo texto em diferentes periódicos e datas; versões diferentes do mesmo texto em periódicos e datas também diferentes. A profusão, abundância e quantidade reinavam em meio aos documentos.

Assim, à medida que eu me aventurava a conhecer profundamente, cavando mais fundo entre os interstícios de cada pasta de documentos, fendas novas pareciam se abrir em meio às imagens agora digitalizadas¹⁵² que mantidas por um certo vigor exigiam uma ordem, ainda mais estrita, e um tratamento metodológico aplicado. Esta conduta continua a me manter firme diante da variação, da variedade e da pluralidade dos documentos contidos no Fundo Rubem Braga. Desta forma, novas e outras triagens se sucederam e a nova classificação cada vez mais específica, objetivando sempre o reconhecimento do público do privado, da autoria do titular, de terceiros, chegando aos documentos privados, aos complementares e à correspondência.

Com a digitalização do material, eu tinha pela frente dois desafios: um trabalho, extremamente minucioso de organização e análise e a quantidade de imagens digitalizadas. Além disto se, por um lado, estavam os bolsistas e a pesquisadora, do outro tínhamos bolsistas temporários de uma empresa comercial empenhados com a organização. Durante o trabalho, os bolsistas da Docpro eram substituídos com frequência, e isto dificultou o andamento do trabalho. A quantidade do material sempre atemorizava o recém-chegado. Mesmo conscientes de que precisaríamos ainda mais tempo para chegarmos a um ponto ideal de organização, resolvemos de comum acordo (pesquisadora e Docpro) fecharmos o trabalho de organização dos materiais digitalizados. O resultado alcançado já me permitiu seguir para as outras etapas.

Os diferentes métodos utilizados no desbravamento da obra de Rubem Braga,

¹⁵² Sem contar os problemas que tive com a digitalização: textos duplicatas (inúmeros) que foram digitados e faturados; outros que foram fotografados devido a situação de conservação. A revista *Comício* precisou ser fotografada integralmente, sendo necessários, para o meu trabalho, os textos de Braga ou sobre Braga. No entanto, por engano, elas foram totalmente fotografadas. Enfim paga-se um preço quando trabalhamos com arquivo não inventariado. Quando iniciei a digitalização, falava-se em 12000 imagens, depois em 15000 imagens, hoje sei que os documentos digitalizados passam de 18000 imagens. Os materiais estão sendo organizados numa nova sequência (adotada por mim e respeitada pela empresa de digitalização) e distribuídos conforme critérios estabelecidos, observando as categorias de: autoria, gênero, periódico (veículo) e data.

se, por um lado, retardaram as análises mais efetivas do texto propriamente dito do autor, eles me levaram a descobertas tão inusitadas, que um “fundo” perfeitamente inventariado talvez não permitisse.

A outra frente de trabalho, ainda em curso, trata-se das referências bibliográficas. Sem dúvida, a realocização dos textos favorece em muito a execução desta tarefa. Das sete mil – 7.000 – referências já elencadas e citadas anteriormente; hoje estamos próximos dos 18.000 – dezoito mil – este total se refere apenas ao fundo Rubem Braga, depositado na FCRB¹⁵³ (em curso), ao arquivo *da Folha de São Paulo* – e Caderno 2, do *Estado de São Paulo*. Iniciei 2014 dando sequência às referências.

Em 2013, dei continuidade à elaboração da análise descritiva e comparativa dos materiais do fundo Rubem Braga. Desta forma, coletar, cotejar e apresentar de forma sistemática e científica todos os textos do autor publicados ou não continua a ser uma tarefa diária.¹⁵⁴ Vale ressaltar que o suporte que sustenta cada um dos recortes de jornais, ou periódicos de natureza diversa, ou ainda textos manuscritos traz correções e observações manuscritas feitas pelo cronista e ou, supostamente, feitas pela pessoa que organizou os materiais nas pastas durante a vida do cronista. Estas anotações referem-se, principalmente, a mudanças de títulos das crônicas; diferentes datas de publicação em outros periódicos; e correções/alterações/supressões e acréscimos no texto. Estas últimas ações referentes ao texto, propriamente dito, são sempre de autoria do cronista.

Em outros momentos desta pesquisa, ressaltai que nas pastas tipo arquivo, além de toda diversidade já mencionada, a presença de diferentes práticas de escritura compartilham o mesmo espaço de organização: crônicas, reportagens, poemas, textos críticos, entrevistas, etc. – isto falando somente dos textos de autoria de Braga. Em meio aos recortes de jornais arquivados, encontram-se também textos autográficos de Rubem Braga (manuscritos com correções também manuscritas).¹⁵⁵

¹⁵³ As referências das crônicas publicadas em livros estão prontas. A lista de crônicas publicadas na *Folha de São Paulo*, as quais adquirimos do arquivo do citado periódico, também estão referenciadas, perfazendo um total de 2.941 crônicas. Todas crônicas publicadas no “Caderno 2”, do jornal *O Estado de São Paulo* estão referenciadas.

¹⁵⁴ Em todas as viagens que fiz e continuo a fazer ao Rio de Janeiro, permaneço de três a quatro dias trabalhando com o fundo Rubem Braga. Neste momento, a tarefa exige ainda mais da pesquisadora. Como grande parte do material foi digitalizada, faz-se necessário uma verificação minuciosa e criteriosa do material. O inventário do fundo Rubem Braga está apenas começando. Agora é a hora de garimpar e confrontar para se ter a certeza de que tudo foi digitalizado. Em maio de 2013, estive mais uma vez trabalhando com os materiais do fundo RB. Voltei com muito material, principalmente correspondência de terceiros e correspondência de Marrocos (fotocopiados).

¹⁵⁵ Esse material de valor inestimável para a pesquisa está recebendo um tratamento crítico e analítico especial.

Desde o início do meu trabalho com o Fundo Rubem Braga, sempre estive atenta ao material manuscrito do cronista. Diga-se de passagem, este também é volumoso. Tenho por este material um interesse especial. O trabalho em curso com as pequenas folhas volantes que abrigam as anotações feitas no campo de batalha da Segunda Grande Guerra Mundial, por Rubem Braga, confirmam a atenção especial dada por mim às diferentes práticas de escritura. Hoje, folhas volantes, mas que um dia podem ter sido parte de uma caderneta de bolso. O material manuscrito de valor inestimável para a pesquisa continua, num ritmo menos intenso, recebendo tratamento crítico e analítico especial. Os títulos continuam a ser relacionados.

Quanto ao material existente no Fundo Rubem Braga e digitalizado, está previsto um confronto textual minucioso referente às crônicas que possuem o mesmo título. Essa nova etapa do trabalho deverá ser desenvolvida em breve.

Abordar, então, não a trajetória do homem, mas o itinerário de uma obra que se construiu como tal e que se renova a cada ato de recepção dos novos leitores. A reunião dos textos se constituirá em fonte de informação privilegiada para que possamos conhecer as implicações que ocorrem no processo criação/publicação e nos registros que os textos imprimem no tempo e no espaço, beneficiando o trabalho dos estudiosos e demais interessados na obra do autor.

Entre as diversas publicações de um texto, aparentemente o mesmo, fui desvendando séries, versões, cópias, originais. Fui surpreendida muitas vezes em minhas ações de busca. A crônica, gênero escorregadio, capaz de preencher com seu encanto fugaz apenas o tempo da leitura, no caso de Rubem Braga já é conhecida pela sua força de permanência, alguém parece ter dito que o texto do cronista resta entre nós. Assim, quase que sorrateiramente, a crônica de Rubem Braga abandona jornal, que a cada dia é substituído, e passa a habitar de forma definitiva as páginas do livro e de lá segue se multiplicando em versões com facetas diversas sem perder o perfil impresso pelo seu criador. Sem dar muitas vezes importância ao seu suporte.

O pesquisador, por sua vez, prossegue em seu trabalho acompanhando o traçado de uma rota estabelecida. Entretanto, enquanto a busca se realiza, o pesquisador se convence que, paralelamente, ao caminho tecnicamente construído, ele tem que construir suas próprias trilhas no inventário, traduzindo e reinterpretando através de um jogo de provas obsessivo o caminho do arquivista que traduziu e interpretou os documentos com a finalidade de elaborar o inventário.

Referências

- BIASI, Pierre-Marc de. *Carnets de travail*. Gustave Flaubert. Paris: Balland, 1988.
- CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise*: l'histoire entre certitude et inquiétude. Paris: Albin Michel, 1998.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. Org. e rev. técnica José Reginaldo Santos Goncalves. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- DERRIDA, Jacques. *De la grammatologie*. Paris: Les éditions de Minuit, 1967.
- _____. *L'écriture et la différence*. Paris: Essais: Seuil, 1967.
- _____. *Le mal d'archive*. Paris: Éd. Galilée, 1995.
- FABRE, Daniel (Dir.). *Par écrit*: ethnologie des écritures quotidiennes. Paris: EHESS, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *L'Hermeneutique du sujet*. Paris: EHESS: Gallimard: Seuil, 2001.
- GADAMER, Hans-Georg. *Vérité et Méthode*: les grandes lignes d'une herméneutique philosophique. Paris: Seuil, 1973-1996. 534p.
- GEERTZ, Clifford. *Ici et là-bas: l'anthropologue comme auteur*. Paris: Éd. Métailié, 1996. 152 p.
- HAY, Louis. L'amont de l'écriture. *Carnets d'écrivains*, n. 1, Paris: Éd. du CNRS, p. 12-13, 1990.
- HEBRARD, Jean. Tenir un journal: l'écriture personnelle et ses supports. *Cahiers IRTM*, Paris, n. 20, p. 9-50, 1990.
- LASSAVE, Pierre. *Sciences sociales et littérature* : concurrence, complémentarité, interférences. Paris: P.U.F., 2002.
- LEJEUNE Ph. "*Cher Cahier...*": témoignages sur le journal personnel. Recueillis et présentés par Philippe Lejeune. Paris: Gallimard, 1989. 262 p.

_____. *Le Moi des demoiselles: enquête sur le journal de jeune fille*. Paris: Seuil, 1993.

_____. *Pour l'autobiographie*. Paris: Seuil, 1998.

MIRAUX, Jean-Philippe. *L'autobiographie: écriture de soi et sincérité*. Paris: Nathan, 1996. 128 p. (coll. 128)

MOUTON, Marie-Domenique. Archiver la mémoire des ethnologues. *Gradiva*, n. 30-31, 2001-2002.

RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990. 425p. (Collection «Points Essais»)

_____. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1985-1991. (Collection «Points Essais»).

_____. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Ed. 70, 1976.

SIMONET-TENANT, Françoise. *Le journal intime*. Paris: Nathan, 2001. (Col. 128, 257)

VERSIANI, Daniela Beccacia. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

ZUMTHOR, Paul. *Introduction à la poésie orale*. Paris: Seuil, 1983.

_____. *La lettre et la voix: de la "littérature" médiévale*. Paris: Seuil, 1986.

ARQUIVO FAMILIAR E NARRATIVAS DE GÊNESE

Raffaella Andréa Fernandez

Na vasculha das narrativas de gênese criadas por Carolina Maria de Jesus, pode-se empreender uma busca pelo conhecimento da totalidade do material numa tentativa de reconstituição mínima da integridade do extenso acervo deixado pela escritora com mais de cinco mil páginas preenchidas com suas “sábias palavras” e engenho literário, quase totalmente desconhecidos do grande público. No entanto, não se pode perder de vista a concepção de totalidade sugerida por Arlertte Farge em *Le goût de l'archive*. A estudiosa de arquivos atenta para as dificuldades da materialidade do arquivo, pois segundo ela o pesquisador não pode se esquecer de que está diante do sujeito de papel. Assim, ela problematiza o real e a falsa totalidade deste diante do arquivo, pois o olhar é construído através dos mecanismos de preservação que incidem sobre a obra, podendo afetar a disposição original do processo criativo do escritor e, conseqüentemente, da interpretação do arquivo. O contato com o material palpável estrutura o olhar e escreve um novo arquivo, sendo os fundos de arquivos “um mar” no qual o leitor mergulha e pode vir a se afogar, sobretudo quando não observa as lacunas que dizem muito sobre o conjunto de uma obra.

Como mostra Derrida,¹⁵⁶ o arquivo é fragmentação *per se*, um deslocamento contínuo, e dele pode-se depreender uma ideia de tempo explosivo, i.e., os arquivos estão em contínuo deslocamento de acordo com as contingências daqueles que os manipulam de tempos em tempos. O autor nos faz refletir com Carolina e perguntar: como ler aquilo que não cessa de ser escrito? Essa travessia incessante e acidentada, esse devir-obra, ou seja, o arquivo da obra que ainda não aconteceu, que vem e continua vindo, reiterado, acontecimento inacabado das narrativas inéditas, estas com as quais tivemos contato. O arquivo, então, se coloca para nós como iminência: um presente que não cessa de acontecer.

¹⁵⁶ DERRIDA, Jacques. *Mal d'archive*.

De certo modo, a disponibilização do espólio literário de Carolina gera uma memória poética, já que esses documentos permitem novos desvendamentos quando interpretados e quase poetizados por nós, leitores-autores, sobretudo ao serem vislumbrados pela crítica literária. Passa-se a olhar esse passado de posse desse presente, em movimento ou em aberto, agora partilhado no desenvolvimento de uma “identidade narrativa”, que recompõe os fragmentos da memória numa história para si.¹⁵⁷ Como vimos, o registro passa a narrar, pois a memória não é mera depositária de lembranças, mas é aquela ferramenta que nos permite começar com graça outro passado. Praticando uma re-interiorização do vivido e uma instauração do ser através da palavra, a linguagem caroliniana instaura-se pela capacidade de memória, um voltar ao ponto de partida para dar princípio à vida: “no princípio era o verbo”, e se há verbo é porque há um princípio, um discurso.

Através dos arquivos de Carolina, puderam-se evidenciar lacunas e diálogos transversais que se entrecruzam e se atravessam deixando pistas para iluminar os caminhos percorridos pela escritora. Pôde-se ver como a memória vai emergindo das lacunas, evidenciando abismos, fraturas, de modo que, partindo de questionamentos levantados nos documentos rasurados de Carolina, interpretam-se seus interstícios (a liberdade dos falares) e consideram-se as incertezas da memória como possíveis verdades. A não linearidade dos escritos nos permite adentrar por qualquer fio tecido desses textos que, a exemplo dos textos de Benjamin,¹⁵⁸ representa uma fonte mais além do testemunho da artista. A visualização do palimpsesto, do ato de riscar e escrever de novo, já se apresenta como um traço do fluxo contínuo da memória.

O crítico literário francês e teórico da literatura Gérard Genette, em *Palimpsestes: La littérature au second degré*, observou que o objeto da poética não é o texto em si, mas o que ele denominou como a arqui textualidade do texto, definida como o conjunto das categorias gerais ou transcendentais como, por exemplo, os tipos de discurso, modos de enunciação, gêneros literários, etc. Em seu conceito de poética, o autor observa a transtextualidade ou transcendência textual do texto, e diz que todo texto coloca-se em relação com outro; por isso, manifesta ou oculta alguma semelhança

¹⁵⁷ A reflexão teórica acerca da natureza dessas narrativas, em ruínas, em estado residual, compostas por uma narrativa em busca de “identidade”, pode ser pensada a partir dos pressupostos de Paul Ricoeur (2000) sobre a “identidade narrativa” como prática, pois para o filósofo a identidade vem sempre acompanhada da prática de um indivíduo ou de uma comunidade. Nesse caso, passa pelo reconhecimento do outro e de si mesmo através da interpretação, possibilitada por essa linguagem memorialística e confessional da escritora.

¹⁵⁸ BENJAMIN, Walter. *Oeuvres III*

com outros que o antecederam. Metaforicamente, este autor se refere à criação literária como uma prática análoga a dos antigos pergaminhos em cujo couro eram gravadas as inscrições, e estas eram sobrepostas após a raspagem do texto anterior. Segundo ele, a inscrição que foi raspada para que outra fosse escrita não é, de fato, de todo apagada, de modo que se pode lê-la por transparência, ou seja, lê-se “o antigo sob o novo”. Assim, no sentido figurado, são palimpsestos aquelas obras que fazem referência a uma obra anterior, ou que dela decorre por “transformação ou imitação”.¹⁵⁹

É este gesto estrutural, figurado na prática do palimpsesto, que promove a escritura de Carolina em seu processo criativo, decodificado por meio de diferentes versões de suas narrativas, algumas manuscritas, e constituídas de diversas variantes discursivas literárias e não literárias, como um centão a compor sua poética de resíduos. A escritora também faz palimpsesto de sua própria obra, tanto aproveitando ideias e textos alheios quanto reelaborando seus textos anteriores.

A poética de resíduos pode ser visualizada na organicidade e nas frestas em sua obra como um todo correspondendo às condições materiais e aos percursos de constituição de sua formação como escritora e como pessoa. Os resíduos como emparelhamento, acumulação, improvisação e reutilização do descartável são molduras para a materialidade da obra. Nota-se através dos originais de Carolina que as imposições da norma culta da língua portuguesa estão praticamente ausentes e, em geral, cedem lugar às marcas da oralidade, tais como se processam no nível lexical, discursivo e fonológico, em contraste com um número expressivo de vocábulos cultos, inseridos de memória, da cultura paraescolar, de leitura, aprendizado autodidata e ouvido atento.

1 Da disposição dos originais

Atualmente sabe-se que os textos publicados de Carolina foram solapados por correções, supressões, ajustes e delimitações, de modo que são necessárias diversas visitas aos arquivos e às instituições custodiadoras, que guardam seus manuscritos e datiloscritos em versão autógrafa ou microfilmada, para apreensão de algumas constatações das

¹⁵⁹ GENETTE, Gérard. *Palimpsestes: la littérature au second degré*.

diferenças entre o texto publicado e seus originais. Todo o material está dividido entre o Museu Afro Brasil (MAB), em São Paulo, a Biblioteca Nacional (FBN) e o Instituto Moreira Salles (IMS), no estado do Rio de Janeiro, o Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick (APMS), em Sacramento, e o Acervo de Escritores Mineiros (AEM), em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais.

Na década de 1970 foi realizado um projeto de edição de parte dos manuscritos de Carolina, organizada por Meihy e microfilmada em 1996, em convênio com a Library of Congress (1ª aquisição). Os originais, referentes à 2ª aquisição, estão disponíveis na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Biblioteca do Congresso em Washington D.C. Este dossiê é constituído de 11 cadernos, microfilmados em 11 rolos, datados de 1958 a 1963, contendo as seguintes denominações estabelecidas pela Biblioteca Nacional (FBN): romances, diários, poesias, provérbios, recortes de jornais, contos e textos autobiográficos, documentos diversos e fotografias.

Após a microfilmagem das fotos e reportagens, dos textos de diversos gêneros e alguns originais de romances, como “A Felizarda”, “Rita” e “O escravo”, os originais foram doados, por Vera Eunice, ao Museu de Sacramento, que os guardava de maneira muito dispersa até a chegada do pesquisador Sérgio Barcellos. Ele não apenas reorganizou os dossiês como codificou os textos; também, pôde constatar muitos danos devido ao mau estado de conservação e armazenamento desse material. Em abril de 2015, foi publicado o “Guia do acervo de Carolina Maria de Jesus” com organização de Sérgio Barcellos, uma obra fundamental, acompanhada de diversos dos textos de seus colaboradores na preparação do catálogo que inventariou as atualizações recentes do acervo da escritora e pode ser consultado online. A organização do guia permite cruzar dados e preencher lacunas, pois o espólio literário de Carolina oferece uma documentação escassa se quisermos descrever as diferentes etapas de seu processo criativo. Porém, a documentação é muito rica se pensarmos o contexto discursivo de sua produção, facilitando a abrangência dos estudos de profusão histórica e sociológica nos debates em torno da obra da escritora.

O Arquivo Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswick, de Sacramento (MG), oferece a seguinte descrição dos documentos de Carolina disponíveis no local que discrepam da realizada com mais rigor no guia, e principalmente pelo desaparecimento de parte do acervo:

Levantamento e relação do acervo de Carolina Maria de Jesus, doado por sua filha, Vera Eunice de Jesus Lima, à comunidade de Sacramento, MG, que se encontra no Arquivo Público Municipal “Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswick”.

1 – Quadros, fotografias emolduradas e objetos pessoais:

- 1.1 Óleo sobre tela de Carolina Maria de Jesus, do autor S. santistela-1974 (0,54m x 0,69m)
- 1.2 Um bico de pena “Diário de favelada” autor: Paiva (Mogi das Cruzes) com inscrição de C.M. de Jesus no verso (0,35m x 0,28m)
- 1.3 Três quadros de família “Carolina e filhos, José Carlos e João José” (0,23m x 0,16m)
- 1.4 Um quadro “representação de um sonho” escritora Lara de Esteves (0,31m x 0,28m)
- 1.5 Um quadro “óleo sobre tela” de Carolina Maria de Jesus, autor José Pires de Lima, pintado em 19/03/1995 (1,00m x 1,40m), encontra-se exposto na biblioteca pública dr. José Valadares da Fonseca em sacramento.
- 1.6 Um parafuso, objeto de metal com um cordão (tipo corda) ganhado pela Universidade do Chile por seus escritos com a seguinte justificativa “a todo escritor falta um parafuso”.

2 – Livros, apostila (Publicações do Brasil e exterior):

- 2.1 Edição Russa do “Quarto de Desejo – KossuthKonyvkiado, 1964”.
- 2.2 Ed. Inglesa de “casa de Alvenaria” University of. Nebraska press, Lincoln and London – 2 volumes.
- 2.3 Ed Brasileira de “Quarto de Despejo”, da Ed. Francisco Alves da 1ª edição (com dedicatória da escritora), 1960. Edição de bolso (2ª edição) 1976
- 2.4 “Cinderela Negra” (a saga de Carolina Maria de Jesus), de José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine, Editora UFRJ, 1994.
- 2.5 “Provérbios”, de Carolina Maria de Jesus, 2 volumes, edição da escritora, 1964

- 2.6 “Brazilian Authors Translated Abroad” (relação dos livros mais vendidos na França) Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura, 1994.
- 2.7 “Brazilian Novel Catalog” (relação de autores brasileiros fund.), da Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, 1994.
- 2.8 2 rolos k7 gravados das músicas de Carolina Maria de Jesus, com o respectivo catálogo de 12 composições “Quarto de despejo”.
- 2.9 Afro-hispanic Review, vol. XI n.º 1-3 “A menor mulher do mundo”

3 – Manuscritos inéditos (romances e fragmentos de poesias, crônicas, contos inéditos e publicados):

3.1 Romances inéditos – títulos:

- Diário de Marta ou mulher diabólica – 1 caderno
- O Escravo – 1 caderno – Rita – 1 caderno
- Felizarda – 1 caderno
- Dr. Fausto – 1 caderno
- Dr. Silvio – 10 cadernos
- Maria Luiza – 1 caderno
- Relacionados em maços

3.2 Diários

- 18/5/1960 a 29/6/1960 – 1 caderno
- 5/8/1960 a 8/8/1960 – 1 caderno
- Diário 13/07/ 1960 – 1 caderno
- 26/10/ 1960 a 3/12/1960 – 1 caderno
- 7/5/1961 a 6/05/1961 – 1 caderno
- 4/12/1960 a 17/12/1961- 1 caderno
- 18/12/1961 – 1 caderno
- 26/2/1961 a 9/3/ 1961 – 1 caderno
- 10/3/1961 a 3/4/1961 – 1 caderno
- 24/12/1960 a 26/1/1961 – 1 caderno
- 1/09/1966 – 1 caderno
- Meu estranho diário de 143 páginas – 1 caderno
- Dados autobiográficos – poemas – 1 caderno

- Diários m9/8/1960 – 2 cadernos
- Provérbios e diários 30/10/1958 a 4/12/ 1958 – 1 caderno
- Escrito de identificação difícil (romance) – Poemas – 1 caderno
- Cartas esparsas e histórico de 8/02/1974 – Xerox original
- Xerox (duplicado) de janeiro de 1961 – Xerox (Meu EstranhoDiário), 129 págs.

4 – Peças inéditas de teatro:

- Carolina o luxo do lixo
- But the eyes are blind one must look with the heart...
- From “thelittleprince”

Embora tenhamos na contagem da relação acima um total de 37 cadernos autógrafos, contabilizando, então, 11 cadernos microfilmados, com exceção de 1 caderno, os demais estão em Sacramento.

O que nos chamou atenção nesse dossiê foram as novas versões do texto que reaparecem na publicação de *Diário de Bitita*. O caderno de capa dura, acabamento em costura medindo 16 X 23 cm pertencente ao lote 007.111 com a seguinte anotação na Folha de rosto: “Maria Luiza, Romance, Carolina Maria de Jesus”, consiste numa autoficção da trajetória de Bitita que no romance segue caminhos de boa ventura embora tenha sido rejeitada pela família desde a tenra infância por ter nascido semimorta.

Após diversas negociações em 2006, Clélia Pisa fez entrega ao IMS do Rio de Janeiro de dois cadernos que Carolina havia deixado com ela e com a jornalista francesa Maryvonne Lapouge nos anos setenta. Ambos os cadernos manuscritos acondicionados no IMS correspondem ao “Fundo”¹⁶⁰ Carolina Maria de Jesus”. Esta versão das memórias manuscritas enformaram a elaboração de *Journal de Bitita*. O primeiro é composto de textos e poemas, dentre os quais estão os títulos “Meu Brasil”, “Súplica do encarcerado” e “O marginal”. Este caderno tem 392 páginas e foram todas preenchidas pela escritora. O segundo caderno abre com o título “Um Brasil para os brasileiros: contos e poesias”. É composto de 194 páginas preenchidas pela escritora. Apresenta um extenso prólogo de abertura para o livro de poesias idealizado pela escritora. Vale dizer que foi no sítio

¹⁶⁰ A utilização dos termos “fundo” e “coleção” respeita a denominação estabelecida nos arquivos pesquisados, no entanto, considero o conjunto dos documentos como o espólio de Carolina Maria de Jesus.

em Parelheiros, passado o furor do sucesso, que começaram as condições de venalidade que envolveram a figura de Carolina como escritora da favela, longe da venalidade, dos holofotes e microfones. No entanto, foi quando a escritora pôde reescrever, de maneira mais elaborada e repensada, suas memórias nesses dois cadernos manuscritos, e nos datiloscritos empreendido por seus filhos e por um pároco vizinho dela. Assim como alguns romances haviam sido iniciados, como *Dr. Silvio*, os poemas mesclados a suas memórias já vinham sendo escritos mesmo antes da publicação de *Quarto de Despejo*.

Com efeito, a grossa parcela dos textos literários começa a ser redescoberta e organizada agora. É o caso da descrição dos cadernos do IMS que não foram descritos em suas especificidades no guia, mas que a oportunidade de ter podido conhecê-los possibilita o delinear um percurso. O dossiê é composto do seguinte conteúdo, descrito na capa da pasta pelo IMS e dos textos enumerados e classificados a seguir. Em primeiro lugar a descrição que segue corresponde ao caderno com maior número de páginas, iniciado com o poema intitulado “Meu Brasil” e seguido dos demais textos na seguinte ordem:

Fundo Carolina Maria de Jesus

Acervo IMS

Arquivo CMJ

BR IMS CLIT Pi 0002

Incip: “Meu Brasil”

[...]

Data: [196-]

Nota: O Sócrates africano (p.86) foi publicado no livro *Cinderela Negra* (1994), de Robert M. Levine e José CSB Meihy

- Meu Brasil
- Inspiração
- Lua de mel
- Suplica de mãe
- Deus!
- Saudades de mãe!
- Suplica do encarcerado
- Vai Vai

- Minha filha
- Poéta
- O ébrio
- Prece de mãe
- O infeliz
- Sou feliz
- O marginal
- Dr. Adhemar de Barros
- Mae, amor é sempre mãe

Na sequência, a partir da página 37, começam algumas das narrativas inéditas que foram também datilografadas numa nova versão, apresentando algumas alterações, sobretudo correções e rearranjos que podem ser verificados nos rolos do microfilme intitulado *Miscelânea II* pela FBN. A seguir, encontra-se a sequência do caderno alocado no IMS:

- O chapéu (37-40)
- Os ovos (41)
- (...) A minha mãe ganhou o meu primo Adão (42-61)
- Minha madrinha (43-61)
- A árvore do dinheiro (62-65)
- São Paulo (66-75)
- O Sócrates Africano (76-101)
- A interferência fatal (102-106)
- Minha irmã (106-108)
- A panela (109)

Na página 116 começa uma longa narrativa sem título, mas que perfaz o histórico de seu tio que vai até o final deste caderno.

O segundo caderno é menor e parece ser o livro de poesia idealizado por Carolina intitulado por ela mesma como “Cliris”. Podemos ler ali uma das versões do “Prólogo”, escrito da página 1 até a 63, antes dos poemas, e tem a seguinte descrição pelo Instituto Moreira Salles. A partir da página 64 começam os poemas na seguinte sequência:

Fundo Carolina Maria de Jesus

Produção Intelectual

BR IMS CLIT Pi 0001

Título: Um Brasil para brasileiros

Data: [196-]

64 - A carta	127 - Noite de São João
67 - Pôr que	128 - Reminiscências
70 - Riso de Poeta	129 - Dá-me rósas
71 - Uns bêijos	130 - Ao meu amor
73 - As aves	131 - Tristêza
75 - Mamãe	132 - Hepocresia
77 - Trinado	133 - Dona Leonor
79 - Solteirona	136 - Os feijões
82 - Solteirona	137 - O prisioneiro
85 - A passarada	139 - Minha pátria
87 - A rósa	141 - Rica e pobre
88 - Ingênuidade	142 - O devoto
89 - Mistério	144 - O pequenino
90 - Desilusão	145 - Súplica de um cego
92 - Noivas de maio	146 - Maria Rita
94 - Metade da folha poema "Getulio Vargas"	148 - Maria Rosa
98 - Mentira	151 - Evocação
100 - Remorço	152 - A velhice e a mocidade
102 - "Presente"	154 - O filho
103 - Negrós	157 - Poema em prosa com características de fábula
104 - Devanêio	158 - Vidas
106 - O Colono e o fazendeiro	160 - Meus filhos
109 - Pobre inocente	161 - Quadras (A partir daqui começam os provérbios)
112 - Segredo oculto	178 - O caipira
113 - O turco e o Lampião	179 - Decepção
114 - Quero-lhe	181 - O Homem
115 - Meu avô	182 - Anceio
116 - Estátua de pedra	184 - Ino do amor
117 - "Visita"	188 - Kennedy
118 - Festa dos bichos	189 - O expedicionário
120 - O exilado	190 - Prisão de amor
121 - Em que pensas?	192 - Primeiro amor
122 - Carta de luto	194 - Pressentimento
124 - Atualidades	
126 - A vida	

Analisando este caderno pode-se supor que ele se constitui de seus últimos escritos e que, por isso, também, está entre os últimos cadernos manuscritos. No momento dessa escrita, Carolina já estava saturada das “ordens vindas de seus interlocutores” e voltou a escrever à sua maneira inaudita, pois no sítio, onde permaneceu até o fim de seus dias, estava livre de imposições e do foco das lentes alheias.

Em 2011, Audálio Dantas doou à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um novo dossiê que consta de 14 cadernos, contendo diversos gêneros, mas predominando o gênero diário e 22 fotografias. Desses manuscritos, apenas o Caderno de número 11, datado de 04/12/1958 a 19/12/1959, foi digitalizado e encontra-se disponível no catálogo digital da biblioteca. A descrição completa do material se encontra no repositório digital da FBN, mas vale lembrar que, infelizmente, parte do material microfilmado não pode mais ser encontrado no Arquivo Municipal de Sacramento. Os datiloscritos, as composições musicais e alguns fôlios que integram os conteúdos se perderam por motivos desconhecidos.

Há um caderno sem numeração e nomeado como “Diário 20” que pode ser considerado um exemplo para compreender as condições atuais dos manuscritos de Carolina, bem como a maneira improvisada de como seus primeiros textos foram redigidos em toda sorte de suporte levantado da sucata. O “Diário 20” contém diversos textos escritos entre as datas de 10 de agosto de 1959 a 26 de outubro de 1959, foi emprestado por Audálio Dantas ao Museu Afro-Brasil (MAB) de São Paulo em 2005, na ocasião em que a biblioteca do museu recebeu o nome de Carolina em homenagem à escritora. Desde então o original encontra-se numa vitrine sem o acondicionamento correto e necessário a um manuscrito raro, sobretudo, porque este bloco, cujas folhas, procedentes das latas de lixo, já estavam em processo de degradação ao serem reutilizados pela escritora. O esfacelamento das folhas foi sendo intensificado com a passagem do tempo e devido ao contínuo manuseio, sem regras adequadas aos cuidados de documentos em arquivos. Infelizmente, segundo o MAB não há previsão para a digitalização e o restauro, por falta de verba pública destinada a esse tipo de restauro por mais precioso que seja o material. O mesmo tipo de problema ocorre com os demais textos que estão divididos entre os estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e São Paulo.

Os textos desse diário foram escritos em folhas de um livro de contas, do tipo arquivo, reaproveitado do lixo. As folhas foram amarradas com barbante, de

modo a usar os furos originais das folhas. A capa improvisada, manuscrita, apresenta a seguinte indicação: “Diario 20” e está datado de 10 de agosto de 1959 a 26 de outubro de 1959”.

Até o momento foram mapeadas cinco instituições brasileiras que guardam o espólio literário de Carolina, seja na forma de manuscritos, de cadernos autógrafos ou de microfilmes:

- 37 cadernos no Arquivo público Municipal “Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswick” de Sacramento (MG)
- 14 cadernos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
- 2 cadernos no Instituto Moreira Salles no Rio de Janeiro
- 1 caderno no Museu Afro Brasil em São Paulo
- 2 cadernos na Biblioteca Mindlin na Universidade de São Paulo (ainda não localizados)

Há, portanto, um total de 56 cadernos analisados e mais 1, supostamente sob a posse de Arlindo Cruz, conforme informação de Vera Eunice de Jesus Lima.

Com efeito, o que é notável no espólio literário de Carolina é que parece estar ela em constante busca da palavra para escrever a vida, não sendo a sua linguagem ordinária e transitiva, mas uma constante captura de interação com o “belo” e o “corriqueiro” delineando uma visão épica e trágica de um passado mineiro e de seu presente em São Paulo saltando o muro da voz subalterna, fazendo-se voz ativa e altiva.

Referências

Documentos originais de Carolina Maria de Jesus:

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Coleção Carolina Maria de Jesus. Cadernos microfilmados: 11 Rolos (1958-1963): MS565 (1-10). Rio de Janeiro, 1996. P/b, 35mm.

_____. Cadernos autógrafos: 14 diários (1947-1963): 47, GAVI, 01-14. Rio de Janeiro, 2011.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL CÔNEGO HERMÓGENES CASSIMIRO DE ARAÚJO BRUONSWIK. Fundo Carolina Maria de Jesus. 37 cadernos autógrafos (1958-1974): APMS 01.01.01. A APMS 12.04. Sacramento, 1999.

MUSEU AFRO-BRASIL. 1 caderno autógrafo: “Diario 20” (10/08/1959 a 26/10/1959). São Paulo, 2004.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. 2 cadernos autógrafos: BR IMS CLIT CMJ P1 0001 e 0002. Rio de Janeiro, 2006.

JESUS, Carolina Maria de. *Journal de Bitita*. Paris: A.M. Métailié, 1982.

_____. *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

Referências gerais:

BARCELLOS, Sergio. *Vida por escrito*: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Bertolucci, 2015.

BENJAMIN, Walter. *Oeuvres III*. Paris: Gallimard, 2010.

DERRIDA, Jacques. *Mal d'archive*. Paris: Galilée, 2008.

FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1997.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestes*: la littérature au second degré. Paris: Ed. du Seuil, 1982.

MONTÉMONT, V.; VIOLLET, C. *Archives familiales*: modes d'emploi. Récits de genèse. Lovain-la-Neuve: Academia-Lharmattan, 2013.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

VIOLLET, C. *Journaux de genèse*: genesis, manuscrits, recherche, invention. n. 32. Journaux personnels, textes réunis et présentés par Françoise Simonet-Tenant et Catherine Viollet. 2011. p.43-62.

DA FAMÍLIA PENNA À CASA DE OSWALDO CRUZ: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A PRODUÇÃO SOCIAL DO FUNDO DOCUMENTAL BELISÁRIO PENNA

Taiguara de Souza Moreira

Esses fatores nos levam, então, a pensar na possibilidade de focalizar como objeto de pesquisa a produção social do fundo documental Belisário Penna, sua trajetória social e seus usos na Casa de Oswaldo Cruz/Departamento de Arquivo e Documentação, entendida como lugar de memória¹⁶¹ e instância de conservação cultural¹⁶² da Fiocruz.

Desse modo, começamos a problematizar as fontes de pesquisa histórica em saúde pública, o que nos levou aos poucos a investigar as relações sociais que engendraram e se formaram a partir dos processos de acúmulo dos registros documentais do médico Belisário Penna. A problemática da produção dos arquivos, especialmente a dos arquivos pessoais de homens de estado, se colocou no primeiro plano da pesquisa, o que implicou em ressituar o problema mais geral em torno das condições de possibilidade de emergência e construção de discursos sobre a formação do Estado nacional no Brasil enquanto instituição e serviço de saúde pública.

O deslocamento no que se refere ao tratamento do arquivo, de fonte de conteúdos históricos para campo de análise crítica, nos remeteu a um conjunto de problemas já indicados por autores como Almeida,¹⁶³ Cunha,¹⁶⁴ Castro,¹⁶⁵

¹⁶¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.

¹⁶² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*.

¹⁶³ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*.

¹⁶⁴ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos.

¹⁶⁵ CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.

Heymann,¹⁶⁶ e Souza Lima (1995), e de modo mais amplo por Appadurai *et al.*,¹⁶⁷ Bourdieu¹⁶⁸ e Michel Foucault.¹⁶⁹

Interessamo-nos, portanto, pela análise crítica das fontes que vem servindo, sobretudo, à construção de discursos históricos e memorialísticos sobre a formação do serviço público de saúde. Discursos produzidos em tempos e espaços específicos e cuja autoria varia entre grupos sociais, instituições ou indivíduos. Materializando-se em teses, dissertações, artigos, ensaios, memoriais, biografias entre outras formas de produção intelectual.

A Casa de Oswaldo Cruz, instituição de memória da saúde e da ciência, criada na Fundação Oswaldo Cruz em 1985, tem entre suas principais características a presença de uma série de arquivos pessoais de cientistas, sanitaristas e outros profissionais que de alguma forma tenham trajetória ligada aos temas de atuação da instituição.

A Fundação Oswaldo Cruz teve um papel central no processo reorganização do Movimento Sanitarista na década de 1970 e de fomento dos debates sobre a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Alguns dos seus principais quadros profissionais eram também lideranças naquela mobilização que foi construída em articulação com outras agências do estado, entidades profissionais e movimentos da sociedade civil. Era (como ainda hoje é) uma base para muitos dos debates (produção e circulação de ideias) e iniciativas que vieram a colaborar no amadurecimento do processo de criação do SUS.

Dentre os fenômenos sociais que se desenvolvem a partir desse processo político e que ao mesmo tempo são constituintes desse mesmo processo, podemos identificar uma demanda de memória e produção de narrativas históricas que, se, por um lado, busca legitimar no plano ideológico os projetos de reforma da saúde pública no Brasil no cenário de reconstrução da ordem democrática, por outro, abriu uma importante frente de produção científica (com recurso, profissionais e instâncias específicas). O que permitiu a inauguração de um novo momento na produção de narrativas sobre a história do Brasil a partir da saúde pública, agora como uma nunca

¹⁶⁶ HEYMANN, L. Q. O indivíduo fora do lugar; Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais; e O arquivo utópico de Darcy Ribeiro.

¹⁶⁷ APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas*: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.

¹⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer; e BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*.

¹⁶⁹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*.

antes organizada e sistemática, articulando autores e produtores os mais diversos (famílias de sanitaristas e cientistas, sociólogos, arquivistas, historiadores, museólogos entre muitos outros), na construção, por exemplo, dos Centros de Documentação e Pesquisa Histórica na área de ciência e saúde pública, assim como, de modo mais amplo, na criação do que se chama de Centros de Memória, que incorpora a área de documentação. Por outro lado, isso também correspondia às inúmeras iniciativas de preservação da memória que marcam o passado da Fiocruz.

De fato, nem o Museu Emilio Ribas pertencente ao Instituto Butantã em São Paulo consegue ser um paralelo para o que é Casa de Oswaldo Cruz e também não há iniciativa de centros de memória no interior de instituições universitárias brasileiras que estejam em condições de aproximação em termos de complexidade interna da organização. Talvez algo correlato exista no Instituto Pasteur na França, mas de fato não pesquisamos a respeito. Essa exclusividade caracteriza a urgência que Bourdieu¹⁷⁰ identificará nas ideias associadas às instituições de conservação e consagração cultural. Ao mesmo tempo, ela promove a condição de raridade do material ali acumulado (documentos, arquivos, coleções), o que nos remete à Foucault.¹⁷¹ E ainda, essa exclusividade também indica o caráter monumental da instituição e, sobretudo, do que ela guarda. Lembremo-nos, portanto, de Le Goff (1994). E finalmente, todo esse processo faz parte de uma política de valor que garante a reputação de coisas e pessoas em relação a outras.¹⁷²

Um dos primeiros arquivos doados à COC foi o do médico Belisário Penna. No mesmo período são doados conjuntos documentais dos médicos Oswaldo Cruz, José Dias Correia Sobrinho e Souza Araújo. Esse processo de aquisição de documentos é imediatamente acompanhado de uma retomada das pesquisas históricas sobre os movimentos sanitaristas e as reformas sanitárias ocorridas na Primeira República. O contexto presente determinava em variados aspectos a produção de fontes e a escrita da história.

Mas, não é apenas o momento dos registros enquanto fonte de pesquisa que se coloca em questão aqui, mas sua condição enquanto arquivo. Michel Foucault¹⁷³

¹⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*.

¹⁷¹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*.

¹⁷² APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*.

¹⁷³ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*.

é um dos primeiros pensadores das ciências humanas a fazer emergir certos problemas da ordem do discurso partindo, de um lado, da noção de enunciado e, de outro, da noção de arquivo.

Sua perspectiva de análise sobre as formações discursivas não as trata nem como performances verbais, nem como sistemas de signos. Seu interesse é investigar certas dimensões do discurso a partir do que chama de enunciados. Os enunciados não podem, segundo o filósofo, serem confundidos com proposições, frases ou atos ilocutórios. “*Os enunciados são coisas que se transmitem e se conservam, que tem um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos.*”¹⁷⁴

Característica fundamental do enunciado é sua existência material, sendo assim, poderíamos encontrá-los a partir de suportes, datas e lugares específicos. Ao mesmo tempo, esta materialidade estaria implicada a relações de poder que garantiriam sua repetição ao longo do tempo.

Segundo Foucault, a pesquisa arqueológica não buscaria a origem dos enunciados, mas a descrição dos seus processos de acúmulo, e por isso deter-se-ia na “*história dos enunciados*” e nas relações de exterioridade que garantiriam a regularidade de sua presença ou seus períodos de ausência ao longo do tempo.

O filósofo, por sua vez, atribui ao que chama de arquivo a condição de possibilidade da emergência e existência dos enunciados. Deste modo, o arquivo não seria simplesmente um repositório tal como imediatamente imaginamos, mas uma lógica compreendida como “*a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares*”.¹⁷⁵ O arquivo é, portanto, uma espécie de governo dos enunciados, e, portanto, das formações discursivas,

Que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das performances verbais, do que se pode desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um véu discursivo; que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao

¹⁷⁴ Ibid., p. 147.

¹⁷⁵ Ibid., p. 158.

ocaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas. Em suma, que se há coisas ditas, - e somente estas -, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema de discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz [...]¹⁷⁶

Em que pese o fato da extensão e complexidade da abordagem foucaultiana sobre enunciado e arquivo, enquanto categorias de análise das formações discursivas em perspectiva arqueológica, elas chamam a atenção para uma série de questões não consagradas nos estudos da linguagem, marcado fundamentalmente pelas abordagens performativas e/ou estruturalistas. Foucault, sem querer negar tais abordagens, chama atenção para outro aspecto, onde o que está em questão são as relações de poder que se produzem através da seletividade de materiais (em que se realiza o que chama de “acúmulo”, e que vai criar o que chama de “raridade”), localização espacial e temporal dos materiais, sua repetição, etc.

Quando confrontadas com o arquivo enquanto realidade sociológica, essas questões contribuem para problematizá-lo e complexificá-lo, sobretudo no que tange à retomada de sua história para além do seu espaço de divulgação pública. Isso se articula, por sua vez, com a reflexão desenvolvida pelo antropólogo Arjun Appadurai¹⁷⁷ sobre a trajetória social das coisas. Em conformidade com perspectiva processual das “coisas”, Appadurai, indica que ao longo de sua vida social elas passariam por diversas fases correspondentes à inserção em tempos e espaços distintos, e, portanto, em distintos regimes de valoração. Nesse sentido, quando ampliamos o espectro de observação do arquivo de Belisário Penna, encontramos dois regimes de valoração distintos, o da família e o da instituição estatal de memória.

Por outro lado, poderíamos atentar também especificamente à produção destes dois regimes de valor, suas base sociológica e principais características. Nesse sentido, articular tal perspectiva à noção de campo familiar e campo estatal inspirado em Bourdieu, e verificar a relação entre os dois, poderia ser especialmente profícuo para análise.

¹⁷⁶ Ibid., p. 158.

¹⁷⁷ APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*.

Através da entrevista com a bisneta de Belisário Penna, Claudia Penna Schneider, percebemos que a categoria arquivo já era operacionalizada no interior da família em referência ao conjunto de documentos acumulados de Belisário Penna. Isto é, quando falamos do arquivo em família não se trata apenas de uma construção analítica, mas também algo próximo de uma categoria nativa, encontrada no próprio campo familiar

Quando atentamos especificamente ao campo de forças familiar, identificamos que a atividade de preservação dos registros de Belisário Penna através da produção de um arquivo era desempenhada por seu filho João Fernandes de Oliveira Penna, que atuou também na produção de árvore genealógica e biografia de Belisário Penna e pode ser caracterizado pelo que a literatura especializada chama de guardião da memória.¹⁷⁸ Estas produções, conforme verificamos, pretendiam produzir representações sobre a reconversão de capital político da família do contexto imperial para o republicano.

No que tange à produção do regime de valor no campo da instituição estatal de memória, é importante reconhecer a relação específica que nesse contexto o conjunto documental estabelece não apenas com os historiadores, mas com os procedimentos adotados pela arquivística, que mantém pressupostos que em grande medida estão ligados àquele universo que os gerou: a administração pública. O arquivo nessa lógica é, em grande medida, a invenção de uma burocracia, a qual está ligado pela tarefa de racionalizar os procedimentos de guarda de registros. É ainda predominante nesta área o modelo do arquivo institucional, cujos documentos “são produzidos e acumulados pelos órgãos da administração, cuja guarda deve atender prioritariamente o interesse desses órgãos funcionando como prova de suas funções e atividades e como fonte de informação”.¹⁷⁹

Desse modo, é importante considerar o fato de que a intervenção da arquivística possui um componente naturalizador dos registros. Ao se interessar quase que exclusivamente por reconstituir a ordem original da documentação, os nexos entre registros e entre eles e as atividades que os originaram, na maior parte das vezes silenciam outros determinantes configuradores dos arquivos, como, por exemplo, os processos de acumulação.

¹⁷⁸ GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, n° 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

¹⁷⁹ HEYMANN, L. Q. O indivíduo fora do lugar, p. 42.

No caso dos arquivos pessoais, as tensões que tais procedimentos criam são ainda maiores, na medida em que a intervenção de atores do mundo privado é bastante provável em muitos casos. Como buscar pela ordem original, pela função dos documentos, sem considerar as inúmeras camadas de seletividade que cada arquivo carrega? Se de um ponto de vista administrativo o caráter comprobatório das atividades que se exercem com regularidade dentro de uma concepção ideal de burocracia tem nos arquivos a sua fonte de legitimidade, quando adentramos o universo dos arquivos pessoais encontramos zonas em que a intencionalidade é determinante para compreensão dos sentidos possíveis dos conjuntos documentais.

Seria importante, conforme sugere Heymann¹⁸⁰ que atentássemos para os usos e representações que são produzidas através dos arquivos, os investimentos pessoais e coletivos na sua preservação e guarda, suas especificidades em relação ao tempo (seja como projeção de expectativas futuras, ou cristalização de imagens do passado), seus processos de transmissão entre distintos grupos sociais e/ou instituições, entre outros aspectos.

Conforme percebemos, os registros e as representações mais recorrentes ligadas a Belisário Penna, centrais tanto no regime ou campo familiar, quanto no regime ou campo da instituição estatal de memória, referenciavam-se em grande medida na sua inserção nos serviços de saúde pública (na então Diretoria Geral de Saúde Pública) a partir da aprovação em concurso público no ano de 1904. Trata-se em larga medida de referenciar, a partir dos mais variados documentos, a trajetória profissional e política do médico a partir de seu ingresso nos serviço público de saúde na capital federal. De fato, são mínimos os registros das atividades que exercera antes de tal acontecimento. Ou seja, a documentação em sua quase totalidade refere-se ao período que tem como marco os 36 anos de Belisário Penna em diante.

Aqui estamos diante do que o historiador João Fábio Bertonha¹⁸¹ chamou de “tempo referencial”, que é, no caso de Belisário Penna, o tempo balizado pelo seu ingresso na Diretoria Geral de Saúde Pública em 1904 e sua aposentadoria dos serviços de saúde em 1932. Nesse largo período, o médico teve uma atuação exemplar, chegando a ocupar o cargo máximo em sua carreira como Ministro da Educação e Saúde Pública. Notamos claramente a intenção de Belisário Penna em ser reconhecido

¹⁸⁰ Ibid.

¹⁸¹ BERTONHA, João Fábio. A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP).

a partir dessa inserção, a partir dos variados currículos e memoriais encontrados na Série Documentos Pessoais do seu arquivo. Além disso, tal referencialidade é construída também pelos investimentos de produção de sua memória no interior da família. Belisário Penna não só é lembrado em família como um homem da saúde pública, estadista, nacionalista, como essa memória é estratégica para que a família seja posicionada no contexto republicano, conforme podemos depreender da produção de registros como a árvore genealógica construída por João Fernandes de Oliveira Penna. Por fim, a própria instituição de memória é uma produtora importante do “tempo referência” de Belisário Penna a partir da seletividade dos interesses históricos neste personagem e na memória que produz e transmite sobre o mesmo.

Sendo assim, podemos dizer também que nossa pesquisa constitui um esforço analítico centrado nas recomposições históricas e contemporâneas dos poderes do Estado, com acento na produção de arquivos (fundos) pessoais de componentes de uma elite profissional e estatal dos primeiros trinta anos do século XX, os sanitaristas-higienistas. Focalizamos especificamente a trajetória do conjunto documental do médico Belisário Augusto de Oliveira Penna (personagem que compunha a elite mencionada), entre sua família e uma instituição de memória. Esta trajetória no espaço e no tempo, conforme argumentamos, pode informar acerca das representações e relações sociais, referidas regularmente ao Estado, seja a partir da família, seja no interior de uma instituição estatal de memória.

Procuramos retomar alguns aspectos mais recorrentes das representações biográficas de Belisário Penna, utilizando para isso alguns documentos encontrados no seu arquivo. Destacamos, a partir dessas fontes, sua filiação familiar, sua atuação como médico e vereador em Minas Gerais, seu ingresso na Diretoria Geral de Saúde Pública–DGSP em 1904, o que o marcará até o fim de sua vida. Nesta parte recorreremos também a uma seleção de cartas coletadas na Série Correspondência do Fundo Pessoal Belisário Penna, para indicar algumas dimensões da construção da imagem pública de Belisário Penna, o que pode ajudar a compreender as produções memoriais sobre o médico.

De fato, a imagem social de Penna informa que ele era um funcionário público de agência de saúde pública, líder de campanha para criação de agência federal de saúde pública, que obteve sucesso no projeto de criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) no ano de 1920. Como diretor setorial e geral

deste departamento, ou, posteriormente, como Ministro da Educação e Saúde Pública, mesmo que por um curto período, estabeleceu relações que são, em nossa análise, inseparáveis da formação de um homem de estado. O médico acumulou uma série de documentos ligados a sua inserção nestas relações que se deram dentro (e pela própria criação e expansão) da administração pública em saúde pública. Penna não publicava apenas panfletos e se comunicava com o público leigo, ele também defendia e fazia várias recomendações sobre normas e funcionamento das agências públicas que estavam em processo de formação, como, por exemplo, o próprio DNSP. Foi aquele um momento muito significativo de formação de um campo burocrático em saúde pública nacional. O homem que panfletava era o mesmo que recomendava sobre o funcionamento da agência pública.

A representação e a projeção de sua imagem pública, conforme podemos notar através da análise de parte de sua correspondência, não é uma invenção de sua família e de uma instituição de memória do estado, mas já podemos observar algumas das suas principais marcações – que posteriormente serão reificadas obedecendo a exigências de contextos sociais, culturais e políticos distintos – no espaço social profissional e político de Belisário Penna.

Na sequência, focalizamos a família, entidade clássica do ponto de vista dos interesses antropológicos. A necessidade de conhecer o ponto de vista da família sobre a transmissão documental levou-nos ao encontro de duas bisnetas de Belisário Penna. Através desses diálogos, conhecemos o universo familiar que manteve por longos anos os documentos de Belisário Penna. Foi João Fernandes de Oliveira Penna, filho de Belisário, um engenheiro de orientação integralista, que passou a organizar e classificar os documentos acumulados durante a atividade profissional e política do pai. Podemos verificar que João não organizou apenas a documentação de seu pai, mas de outros familiares também, o que resultou na produção de um arquivo com dimensões genealógicas.

Além disso, João Fernandes de Oliveira Penna também foi biógrafo e genealogista de Belisário Penna. A biografia, cujo centro é a atividade profissional de Belisário Penna na saúde pública, articula em sua narrativa uma ampla retomada da ascendência de Belisário Penna, a partir do que identificamos sua inserção em um universo familiar historicamente relacionado a postos político-administrativos em Minas Gerais. A árvore genealógica, no entanto, já apresenta outra estratégia

representativa, onde Belisário não é colocado numa linha principal de ascendência dos Oliveira Penna, mas centralizado como origem de um “novo” agrupamento familiar, a Família Belisário Penna. Exemplar típico de elite do novo cenário institucional.

Por fim adentramos no interior do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, um centro de memória ligado à administração pública em saúde, cujos funcionários, à época engajados na constituição de uma memória e história da saúde pública, vão em busca da família Penna para obter a documentação do médico, em grande medida porque ele foi um homem da saúde pública. A partir deste movimento, estes pesquisadores encontraram um arquivo produzido na família.

A partir de meados dos anos de 1990, mais especificamente entre 1995 até 1998, o conjunto documental foi tratado sistematicamente com a utilização de ferramentas da arquivística que o modelaram enquanto arquivo/fundo pessoal, sob a guarda do DAD/COC, sendo fundamental para nossa pesquisa a preocupação de lançar luz sobre as relações que atravessam este fundo e constituem este centro estatal de memória e documentação.

Enfim, pretendemos caracterizar algumas relações sociais que se definem no entorno e em função da produção, organização, guarda difusão de um conjunto de documentos em diferentes tempos e espaços de sua trajetória social. É um conjunto de documentos relativos e referidos à trajetória de um médico que teve destaque público a partir de sua atuação nas campanhas sanitárias em órgão da administração estatal na área de saúde pública, como ocupante de cargos de chefia na recém-criada burocracia nacional em saúde pública (DNSP), chegando a ocupar, em um breve período, o mais alto cargo na área, o de Ministro da Saúde. Damos especial ênfase neste estudo ao processo de transmissão do arquivo, da família à instituição estatal de memória, entendido aqui como um momento que não se isola no tempo, mas abre um canal de troca simbólica entre campos de forças familiar e estatal, que através do conjunto de documentos se articulam, retroalimentam e reproduzem suas modalidades de poder específicas.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB/NR-SP, 1996.

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. 1. ed. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 2008.

_____. Ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Casa 8; Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008. v. 1. 205 p.

ALMEIDA, Frederico. A construção da imagem pública da nobreza togada: uma análise das fontes para o estudo das elites jurídicas. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 3., 2009. *Anais...* São Paulo: Cosmopolítica. 2009

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacres et simulation*. Paris: Ed. Galilée, 1981.

BENCHIMOL, J. L. *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Bio-Manguinhos: Ed. Fiocruz, 2001.

BRITTO, N. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 183-191.

_____. Esprits d'État: genèse et structure du champ bureaucratique. In: _____. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994. p. 99-146.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BERTONHA, João Fábio. A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 3, n. 1, p. 1-9, 2007. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memorial/patrimonio_e_memoria_v3.n1/joao_fabio_bertonha.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2015.

CAMARGO, A. M.; GOULART, S. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições Sesc, 2015.

CASER, A. T. Os relatórios médicos da Comissão Rondon. ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH, 13. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CASTRO FARIA, Luís de. *Antropologia: espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: Tempo Brasileiro, 1993.

CASA DE OSWALDO CRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. *Arquivo Oswaldo Cruz: inventário analítico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

_____. Departamento de Arquivo e Documentação. *Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

DE SWAAN, Abram. In care of the State: health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era. New York: Oxford University Press, 1988.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. *Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013.

CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 33-42, jul./dez. 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 36, p. 7-32, 2005.

FABIAN, Johannes. *Anthropology with an attitude: critical essays*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 17-30, jan./dez. 1996.

HORTA, Cid Rebelo. *Famílias governamentais de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1986.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec Anpocs, 1998.

HEYMANN, L. Q. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, p. 77-94, 2011.

_____. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, p. 261-282, 2012.

_____. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, p. 42-57, 2009.

_____. Os “fazimentos” do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 36, 2005.

LEVI-STRAUSS, C. *Les structures elementaires de la parenté*. Paris: Mouton, 1967.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 5, n. 2, p. 313-332, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/>

v5n2/7098. (pdf)>. Acessado em: 25 nov. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

OLIVEIRA PENNA, João Fernandes. *Biografia de Belisário Penna*. Mimeo, 1968.

_____. *Centenário de Nascimento de Belisário Penna*. Síntese Biográfica. Mimeo, 1968.

PENNA, Belisário. Conferência Sociedade Nacional de Agricultura, 1917.

_____. Relatório apresentado ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Belo Horizonte, 1903 (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC). In: THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas fotobiográficas. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 387-404, ago. 2002.

“CARTAS AOS MEUS”: A CORRESPONDÊNCIA DE CARMELA PATTI SALGADO

Talita Gouvêa Basso

1 Introdução

Caro leitor, é chegado o momento de transpor para o papel o que há tempos reflito. Admito não saber como, nem tampouco quando este escrito chegará a ti, sendo o nunca também uma possibilidade. A verdade é que esta ação é sentida como uma necessidade, independente de um destinatário. Não quero com isso torná-lo um coadjuvante, mas ao contrário, documentar o que se faz necessário provar, o quanto somos protagonistas da história.

Sem dúvida, essas não seriam as palavras escolhidas para compor uma carta nos séculos XVIII ou XIX. Resguardada a distância temporal que as separam, é inegável a relevância desse gênero para a expressão de sentimentos, emoções e experiências vividas pelo indivíduo ao longo do tempo. Resultado de uma ação introspectiva, as cartas possibilitaram mudanças essenciais na maneira de se corresponder, revelando que a “escrita de si” faz com que o indivíduo assuma “uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta”.¹⁸²

Da necessidade íntima de registrar ao hábito da correspondência, constatou-se, através de estudos sobre a cultura epistolar do século XIX, o potencial informativo desse documento. Considerada como fonte pelos pesquisadores interessados em ter acesso às informações da vida privada, as cartas evidenciam a tênue linha que separa o dizível do indizível, exigindo que se decifrem os códigos

¹⁸² MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo, p. 195.

preestabelecidos de sociabilidade, presentes nas entrelinhas.¹⁸³ A admissão da existência desses códigos alerta para que o olhar do estudioso não ignore que o indivíduo preocupa-se com a imagem de si, o que limita a ideia de que esses escritos registram a plena espontaneidade e revelam amplamente a intimidade dos seus autores.

Não menos importante são aqueles a quem se destinam as cartas. Sejam familiares, amigos ou, então, parceiros de profissão, é certo que um vínculo os une, cabendo ao trabalho de pesquisa reconstruir a partir das declarações e dos indícios, bem mais que as relações de afeição, divergência ou interesses, mas como bem ressalta Possas:¹⁸⁴

O emissor e o receptor tecem um universo complexo e ao mesmo tempo dinâmico de sociabilidade, uma rede de significados e imagens de grande subjetividade, que merecem ser analisados pela possibilidade de recompor outros aspectos menos formais de uma realidade e por apresentarem como elemento da cultura material de uma época.

Análises que só são possíveis de serem realizadas, porque houve o cuidado em preservar esse material, ora pelos envolvidos desejosos por “salvar vestígios de vidas, de laços estabelecidos, de afetos experimentados”, mesmo quando correndo o risco de ter a intimidade exposta a “olhares indiscretos”;¹⁸⁵ ora por familiares que atribuem valor a esses escritos, quando da possibilidade de publicá-los a partir de um trabalho biográfico.

Por representar uma parcela dos documentos produzidos e acumulados por homens e mulheres ao longo da vida, a correspondência integra os arquivos pessoais doados ou custodiados às instituições arquivísticas e aos centros de pesquisa e documentação, fato que tem possibilitado o seu acesso pelo grande público, composto tanto pela comunidade científica quanto pela sociedade civil.

¹⁸³ PERROT, Michelle. Introdução.

¹⁸⁴ POSSAS, Lidia Maria Vianna. O estudo da correspondência: invenção e representação na escrita auto referencial: a militância integralista (1932-1938), p. 91.

¹⁸⁵ MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo, p. 200.

No que se refere à organização dessa série documental, etapa que antecede a disponibilidade de acesso, destaca-se o estudo no qual as cartas são confrontadas a outros documentos pertencentes ao titular do arquivo, objetivando garantir com a classificação e a descrição esclarecimentos para o consulente sobre o contexto de produção desse conjunto. Tarefa que é enriquecida com a preservação da correspondência ativa e passiva do titular. Na outra ponta desse trabalho, encontram-se os profissionais negociando com familiares a exposição da imagem do titular, discutindo parâmetros e, por vezes, restrições de acesso; equilibrando-se entre o dever profissional e o direito à intimidade do indivíduo.

Reconhecendo as possíveis problemáticas envolvidas na atividade de organização da correspondência de um arquivo pessoal, apresenta-se nesse texto o trabalho em andamento com o acervo de Carmela Patti Salgado (1902-1989), sob a guarda do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP). Cidadã natural de Taquaritinga (SP), Carmela Patti tornou-se uma pessoa pública ao se casar com o líder político e escritor Plínio Salgado, posição que manteve mesmo após o falecimento de seu cônjuge. De gestos tranquilos e serenos, a sra. Carmela transferiu para essa Instituição a documentação que lhe pertencia, bem como foi doadora do material que constitui o fundo Plínio Salgado.¹⁸⁶

Intimamente relacionados, os arquivos pessoais do casal Salgado apresentam-se como um desafio à prática arquivística. Tendo exercido funções públicas, os respectivos titulares não negligenciavam a importância dos documentos como subsídio para a construção de uma imagem de si, o que nos leva a considerar ações como a seleção do que deveria ser preservado, bem como o descarte daquilo que não deveria ser divulgado, promovidas por ambos. Nesse sentido, elegemos as cartas de Carmela Salgado endereçadas aos seus entes queridos, como fonte privilegiada para o questionamento de condutas preestabelecidas e reflexões quanto ao direito à intimidade dos titulares.

¹⁸⁶ COSTA, Regina Helena Moreira Riani. O Fundo Plínio Salgado em Rio Claro.

2 Da conduta pública ao convívio privado

Brasil, década de 1930. Incertezas e conflitos ideológicos marcaram o cenário político desse período da história do nosso país, que se iniciou com uma revolução para por fim a uma estrutura republicana constituída desde 1889, que expressivamente defendia os interesses de poderosas oligarquias.

Sob esse clima de efervescência e disputas no campo político, emergiram projetos radicais e mobilizadores que buscavam envolver a sociedade com a ideia de mudanças. As principais propostas deste tipo foram defendidas pela Aliança Nacional Liberal (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), que segundo os estudiosos desse período, apresentavam-se como movimentos que tinham críticas profundas aos preceitos liberais da República Velha e também dos descaminhos da Revolução de 1930.

Chefe supremo do movimento integralista, Plínio Salgado teve a sua liderança reconhecida no I Congresso Nacional, realizado em Vitória (ES), no ano de 1934. Defensor dos valores cristãos da família e da importância da mulher para fortalecimento do integralismo, Plínio Salgado casou-se com Carmela Patti, em abril de 1936, depois de uma prematura viuvez de seu primeiro casamento com Maria Amélia Pereira.

Filha de proprietários de terras de Taquaritinga (SP), Carmela Patti antes mesmo do matrimônio demonstrava estar envolvida com os ideais do movimento. Presidente do Departamento de Arregimentação Feminina do núcleo integralista de sua cidade, ela se tornou exemplo da conduta que uma mulher integralista deveria portar; imagem que fora reforçada com as suas ações públicas após o casamento, na companhia ou não do marido.

Tendo cursado o internato do Colégio São Carlos, em São Carlos (SP), a sra. Carmela adquiriu formação profissional para exercer o magistério na escola normal e de comércio, logo que retornou a sua cidade. Atividade da qual se afastou, para acompanhar Plínio Salgado nas ditas “peregrinações cívicas, quando pregava as ideias integralistas por todo o território nacional”.¹⁸⁷ Questionada na década de 1980 sobre a função da mulher na sociedade, foi enfática ao afirmar que:

¹⁸⁷ Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

A missão principal da mulher é, evidentemente, a de mãe, pois está em suas mãos a construção de um ser humano, sendo ela que, verdadeiramente plasma o caráter de seu filho e lhe implanta no âmago os princípios eternos do bem, fazendo-o abominar todas as formas do mal. Portanto, na realidade, a ordem social repousa nos ombros da mulher e sua influência é a mesma em toda parte. Em todos os países, os costumes, as maneiras e o caráter do povo dependem dela. Quando depravada, a sociedade é depravada; quando é pura e moralmente ilustrada, mais pura e ilustrada será a sociedade. A História é pródiga em atestar semelhante assertiva.¹⁸⁸

Posicionamento que não é abalado mesmo ao se declarar partidária do movimento feminista, sobretudo “quando pugna para que a mulher adquira maior instrução, mais conhecimento. Mas essa instrução e esse conhecimento tem um canal para expandir-se: a formação dos filhos”.¹⁸⁹

O momento no qual essas declarações públicas foram dadas, definindo a posição da mulher na sociedade a partir dos princípios integralistas, também evidencia a conduta política assumida por Carmela Salgado quanto à construção da imagem do seu marido. Detentora do direito sobre o arquivo pessoal de Plínio Salgado, ela foi contrária à ideia de criar uma áurea sagrada entorno deste, como desejavam seus correligionários. A decisão de doar ao Arquivo do Município de Rio Claro, entre os anos de 1982 e 1987, demonstrou a sua intenção de colocar a documentação à disposição dos interessados para que a história fizesse seu julgamento, como justificou na época.¹⁹⁰

Ainda sobre o tema mulher, podemos considerar que este não era pensado apenas para responder a questões formuladas por outrem. Em carta, datada de 1957, a qual a sra. Carmela endereça ao seu irmão Páscoal e a sua cunhada Inês, lemos expressamente o que a incomodava e representava uma ofensa as suas convicções com relação à vida conjugal:

¹⁸⁸ Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

¹⁸⁹ Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

¹⁹⁰ COSTA, Regina Helena Moreira Riani. O Fundo Plínio Salgado em Rio Claro.

Esta carta vae escrita para os dois, porque sendo Vocês casados em comunhão de bens, não devendo haver entre ambos reservas mentais, pensamentos ocultos ou segredos em assunto de negócios. Nada mais decepcionante para a esposa do que ao cabo de anos de vida em comum ter conhecimento por linhas travessas do quanto foi ludibriada na sua boa fé. É doloroso! A mulher é sócia do marido no trabalho, nas lutas diárias, porque enquanto ele ganha o dinheiro lá fora ela o defende dentro do lar, zelando pela manutenção da família, pela economia doméstica; óra si ela é sócia no trabalho porque ocultar-lhe o resultado desse trabalho que diz respeito ao patrimônio de ambos e dos filhos? Essa é uma tese em que a religião católica é clara e Vocês podem calcular quanto me confortou ver meu ponto de vista expendido nos vários compêndios que compulsei.¹⁹¹

Apesar do objetivo desta carta ser outro, que contribui para refletirmos a respeito de uma conduta pragmática de Carmela Salgado a respeito dos negócios familiares, é certo que esta também apresenta indícios que se confirmam, quando analisamos outra carta endereçada aos mesmos, datada de novembro de 1959:

É intenção minha mandar procuração ao Dr. Pimenta de Castro. Si não o fiz ainda é porque estou tentando obter de Plínio Salgado a separação de nossos bens, em cartório. Como sabem, somos casados em comunhão de bens; diante de certas ocorrências nestes últimos anos de vida conjugal que me tem abalado estruturalmente, inclusive em minhas convicções religiosas, tomei fria e conscientemente essa deliberação. Não quero levar ao conhecimento da família desilusões e amarguras porque nunca encontrei junto aos meus audiência, compreensão ou ressonância e, em se tratando de problemas pessoais, resolverei sosinha o que diz respeito à minha própria vida, sem transferir para os ombros de terceiros a responsabilidade de minhas futuras decisões.¹⁹²

¹⁹¹ Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1957. Acervo Carmela Patti Salgado.

¹⁹² [s.l.], novembro de 1959. Acervo Carmela Patti Salgado.

Se nesta, a remetente não reconheceu abertura para tratar com os missivistas das suas “desilusões e amarguras”, foi com Maria Amélia Salgado, filha do primeiro casamento de Plínio Salgado, que a sra. Carmela demonstrou liberdade para tratar do caso extraconjugal vivido por seu marido nos anos de 1950, assim como lançar luz para o que parecia impensável a uma mulher de princípios católicos: a separação. Este último tema aparece diluído em outra carta do mesmo ano:

Com a relativa inteligência que Deus me deu, compreendo os imponderáveis de “certas cousas” por isso pergunto-lhe: tem alguém o direito de se constituir, voluntariamente, obstáculos a “certos aneios”? Deante dos dados concretos que não tem falta (e muitos...) deante das cenas desenroladas nesta casa, testemunha e palco de episódios dolorosos para a sensibilidade de qualquer mulher, mesmo “terra à terra”, a creatura ainda que primária estabelece raciocínio e tira conclusões. A minha presença, hoje, afasta aqueles com quem Plínio Salgado gostaria sobretudo de conviver pela afinidade eletiva de seus espíritos, pela sintonia das mesmas aspirações idealísticas e políticas. Si dada a intransigência da minha atitude que a dignidade de qualquer ser humano justifica de sobejo, afugento essas “convivências amáveis”, por que permanecer num posto presa a superadas conveniências de família e contravertidos preconceitos religiosos? Tudo o que a Igreja Católica creio para coartar a liberdade humana não passa conforme se observa (e já domínio público) pela controvérsia que lavra no seio de cânones superados. Deus é espírito puro e conhece, em profundidade e extensão, as “razões de espírito” das creaturas que fez à Sua imagem e semelhança. Por que censurar aqueles ou aquelas que rompem com um passado de conveniências e preconceitos e libertam o espírito do próximo para uma vida mais consentânea com seus íntimos aneios? Infeliz do homem que tem, pela vida toda, estar acorrentado a uma mulher medíocre, que traz a casa limpa, encerada, a mesa bem posta, sem capacidade, no entanto, para varrer do espírito do cônjuge o pó do tédio ou

as manchas da melancolia e sem capacidade de criar motivos novos de interesse na vida de ambos.¹⁹³

Assuntos silenciados, uma vez que o adultério não figura em nenhuma outra fonte, e quando questionada sobre o divórcio e o amor livre, Carmela Salgado declarou que “o que Deus une, o homem não pode separar”, sendo o amor livre uma degradação do ser humano, “rebaixando-o ao nível de animal irracional”.¹⁹⁴ Outro ponto a considerarmos é a posição pública de Plínio Salgado nesse momento, pois “a revelação do seu adultério poderia resultar em um verdadeiro terremoto político, eliminando as poucas chances que ele tinha de ganhar o apoio católico”.¹⁹⁵

Com a inauguração de Brasília, em abril de 1960, o casal Salgado apressou-se em mudar para a nova capital do país. Eleito deputado federal pelo Paraná nas eleições de 1958, Plínio Salgado desejava estar junto aos seus pares ou onde mais fosse preciso para garantir as articulações políticas. Resignada a acompanhar o marido, a sra. Carmela buscou, através das cartas, registrar suas impressões desse novo lar, reconhecendo no que via a possibilidade de mudar os seus dias. Assim, destaca-se a correspondência endereçada a Maria Amélia Salgado, do ano de 1960:

Só quem tem capacidade de renúncia ou alta dose de coragem pode vir morar em Brasília. Isto é teste de resistência interior. Tudo convida a fugir d’aqui: a solidão, o silêncio, a distância, as dificuldades de manutenção de vida numa cidade improvisada, a monotonia e insipidez da paisagem [...]. Quando a gente que vae sucumbir a voz da consciência lembra “o dever de estado” e então a gente reage, se refaz em novos propósitos e continua resistindo. A vida em Brasília é ato de resistência renovado diariamente.

Comecei a analisar a minha situação, as decepções que marcaram a minha vida de mulher casada nestes últimos anos e que provocaram minha ruína interior e sob os destroços

¹⁹³ Rio, 15 de dezembro de 1959. Acervo Carmela Patti Salgado.

¹⁹⁴ Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

¹⁹⁵ BERTONHA, João Fábio. O Fundo Carmela Patti Salgado: um outro olhar sobre o integralismo, p. 69.

de todas as minhas ilusões perdidas e do imperativo desse “presente” que cai numa apatia que foi minando o meu espírito e entorpecendo minhas horas. Para combater essa morbidez resolvi não olhar mais para dentro de mim, para o que *eu era*, mas para fora de mim, para o que ainda *eu poderia vir a ser*. [...] Na paisagem clara e curva do planalto a poeira e o candango. As duas constantes. Olhei para o candango. Por toda a parte a gente os vê: nas construções, nos parques, nos jardins, nas ruas, nas estradas. O construtor anônimo de Brasília [...]. Quando a minha melancolia foi se acentuando, minando a alma e destruindo as minhas resistências interiores, foi para eles que olhei. E diante deles senti-me inferior e pequena, egoísta e má. Para espantar as tristezas encher o tempo resolvi trabalhar para eles que nada me solicitaram. Espontaneamente. À medida que fui conhecendo as senhoras de Brasília, falei-lhes na obra social que poderíamos realizar. A ideia despertou interesse. Fui conquistando uma a uma. Nasceu a instituição do candango [...] (grifo da autora)¹⁹⁶

Líder nata, Carmela Salgado foi responsável não apenas por estruturar a “Casa de Candango”, como ficou conhecida a entidade assistencial de atendimento a população que havia migrado para Brasília durante a sua construção; mas também foi uma das idealizadoras da “Ação Social do Planalto”, outra entidade voltada exclusivamente ao atendimento de adolescentes e jovens, com atividades iniciadas em 1963.

Estar à frente de trabalhos socioassistenciais exigia uma conduta pública livre de escândalos e constrangimentos, o que nem sempre era possível na companhia do seu marido. Em 4 de fevereiro de 1961, por exemplo, a sra. Carmela embarcava com Plínio Salgado para uma viagem aos Estados Unidos. Já no avião, fez as seguintes anotações em sua caderneta:

Talvez o esgotamento da noite diluviana, talvez o excesso de álcool (do qual vem abusando a ponto de ser comentário não só na família como entre os amigos), o fato é que ele,

¹⁹⁶ Brasília, 6 de agosto de 1960. Acervo Carmela Patti Salgado.

tanto em casa quanto no aeroporto falou alto, gesticulou descontroladamente, gritou meu nome a bordo a torto e a direito e deu show, pondo a nua a sua falta de classe e perdendo a linha em público. Cenas como essa tiram o prazer da viagem e acompanhá-lo se torna mortificação [...] ¹⁹⁷

Tal escrito não é revelador de algo íntimo, uma vez que muitos contemporâneos, incluindo simpatizantes, já mencionaram o vício de Plínio pela bebida. O que é compartilhado intimamente trata-se do desejo de Carmela Salgado em deixar de ser uma pessoa pública, como evidencia a carta destinada a sua mãe, Maria Pagliuso Patti, escrita em outubro de 1961:

Quando, porém, chega o sábado e domingo, o “banzo” toma conta de mim. É o que está acontecendo hoje. Então, vem a saudade de outrora, vem a lembrança do Papae e todo o passado, aparentemente morto, renasce violento, agita o meu mundo interior e me deixa com um saldo de sofrimento e insegurança. Porque a minha vontade é voltar para trás. É retomar o fio daquele passado interrompido pelo entusiasmo inconsequente e irresponsável da juventude e acabar os meus dias no anonimato da vida comum a qualquer mortal. Estou cansada de vida de exceção. ¹⁹⁸

A atitude da sra. Carmela ao doar o seu arquivo pessoal a uma instituição pública nos anos de 1980, pode ser considerada como uma demonstração de reconhecimento da sua atuação pública ao lado de uma figura política preocupada em salvaguardar a imagem que buscou construir na esfera de atuação profissional, como bem se observa nos documentos que compõem o fundo Plínio Salgado. Ao mesmo tempo, gerou para os responsáveis envolvidos no processo de organização do seu acervo discussões e questionamentos referentes à divulgação de documentos, como as cartas destinadas aos familiares, que expõem a intimidade da titular.

¹⁹⁷ Caderneta de anotações. Acervo Carmela Patti Salgado.

¹⁹⁸ Brasília, 2 de outubro de 1961. Acervo Carmela Patti Salgado.

Em observância ao artigo 37, da lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que restringe o acesso pelo prazo máximo de 100 anos a contar da data de produção do documento, para as informações pessoais com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, trabalhamos a série correspondência do fundo Carmela Patti Salgado, compreendendo que os limites para a disponibilidade de acesso, não interfere subjetivamente na construção da imagem de si, mas respeita a um procedimento legal.

Quanto à execução prática da atividade de organização da correspondência, estabeleceu-se, como primeira etapa, mapear as redes de sociabilidade nas quais a titular se insere e os vínculos existentes entre os correspondentes, o que tem contribuído para compreendermos a inserção social da remetente no âmbito da sua vivência. O volume de cartas endereçadas a cada um dos correspondentes, somada a periodicidade e a regularidade das trocas, permitirão visualizar a rede em funcionamento, bem como definir etapas que exigirão a análise do conteúdo das cartas, objetivando a classificação, indexação e descrição das mesmas.

Indisponível para consulta ainda hoje, o fundo Carmela Patti Salgado não foi negligenciado pela equipe do Arquivo Municipal de Rio Claro, sobretudo quando consideramos que o volume de trabalho de uma instituição pública supera em muito o número de funcionários envolvidos com as atividades do setor de Arquivo Permanente. A exposição desse breve texto comprova o nosso respeito à história e à memória da Titular.

3 Considerações finais

A problemática envolvendo intimidade versus interesse público é algo permanente para aqueles que escolheram trabalhar com arquivos pessoais nas instituições que dispõem da sua guarda. Admitida a relevância que esses conjuntos documentais obtiveram enquanto fonte de pesquisa, possibilitando infinitas abordagens e olhares pelos pesquisadores, a ação de disponibilizar o seu acesso está para além de garantir incentivos à pesquisa, mas, antes, em atender ao direito à informação, garantido constitucionalmente.

Proceder de acordo com a legislação que rege a nossa sociedade obrigamos à observância de outro dispositivo, no qual se tem assegurado o direito à intimidade da vida privada, reconhecendo como sigilo a ser respeitado tudo o que envolver a vida sentimental, conjugal e familiar do cidadão. As escolhas pessoais, por não seguir a nenhum padrão objetivo, devem ser preservadas quanto à sua publicidade.

Compreendida que a correspondência familiar de Carmela Patti Salgado expõe emoções de foro íntimo, compartilhadas com pessoas de sua inteira confiança e convívio privado, consideramos que o bom senso seja o caminho para estabelecer o equilíbrio entre os direitos que regem o nosso convívio social.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-208, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063/1202>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BERTONHA, João Fábio. O Fundo Carmela Patti Salgado: um outro olhar sobre o integralismo. In: CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; DOTTA, Renato Alencar (Org.). *Dos papéis de Plínio*: contribuições do Arquivo de Rio Claro para a historiografia brasileira. Rio Claro: Oca Editora, 2013. p. 59-71.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Edição extra.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, n. 1, p. 21-24, 1988.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 189-200, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066/1205>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

COSTA, Regina Helena Moreira Riani. O Fundo Plínio Salgado em Rio Claro. In: DOTTA, Renato Alencar (Org.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretções*. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2004. p. 7-9.

GARCIA, Maria Madalena A. de M. Machado. Os documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 175-187, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070/1209>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069/1208>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

HEYMANN, Luciana Quillet. Introdução, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-46, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041/1180>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 39-61.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 195-221.

PERROT, Michelle. Introdução. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, George (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 9-13. v. 4.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. O estudo da correspondência: invenção e representação na escrita auto referencial: a militância integralista (1932-1938). *Arquivo Rio Claro*: revista do Arquivo do Município de Rio Claro. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, n. 2, p. 89-111, 2004.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: verdade!”: arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 105-120. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064/1203>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Esta obra foi impressa nas famílias tipográficas
Cambria, Garamond e Calibri, em papel *Offset 75g/m²*,
em dezembro de 2016.
